

PROGRAMA REMMT

Uma Jornada pela Sustentabilidade no Estado de Mato Grosso

REM MATO GROSSO | cooperação alemã | giz | KFW | UK Government | FUNBIO | PCI | Governo de Mato Grosso

PROGRAMA

REM MT

Uma Jornada pela Sustentabilidade no Estado de Mato Grosso

REM MATO GROSSO

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mauro Mendes
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO

Mauren Lazzaretti
Secretária de Meio Ambiente

Ligia Nara Vendramin
Chefe da Unidade de Programas e Projetos Internacionais

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA REM MT

Ligia Nara Vendramin

SUBPROGRAMA AGRICULTURA FAMILIAR E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Henrique Ramos
Ana Beatriz Santana
Cecilia Lozano
Aury Hellen Mesquita

SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Camila Russani
Paula Vanucci
Myllena Contragiani
Leidy Rosa

SUBPROGRAMA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Marcos Ferreira
Leonora Goes

SUBPROGRAMA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES

Francieli do Nascimento
Elton Antonio da Silveira
Gabriela Moreira

APOIO TÉCNICO

Joelzio Prado
Ana Silvia Tissiani
Josana Guedes
Alex Sales

COMUNICAÇÃO

Fernanda Fidelis
Priscila Soares Bianchini

CONSULTORIA NACIONAL

Aripuá Consultoria Socioambiental

AUTORIA DA OBRA E PESQUISA DE CAMPO

Onelia Carmem Rossetto
Nely Tocantins

PROJETO E DIAGRAMAÇÃO

Antony dos Santos - Ilustração
Aline Augusto Mesquita - Revisão
Alinne Silva - Projeto Gráfico e Diagramação
Juliana Polippo - Editora e Gestão do Projeto

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Programa REM MT : uma jornada pela sustentabilidade no Estado de Mato Grosso / coordenação Ligia Nara Vendramin. -- Cuiabá, MT : Agencia Nulo, 2026.

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-984916-4-2

1. Biodiversidade 2. Ecologia 3. Meio ambiente 4. Sustentabilidade ambiental I. Vendramin, Ligia Nara.

26-378997.0 CDD-338.9

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. Sustentabilidade : Desenvolvimento local : Políticas de desenvolvimento : Economia 338.9

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

ENTREVISTADOS QUE CONTRIBUÍRAM COM A ELABORAÇÃO DO LIVRO

Alcilene Freitas Bertholdo de Souza	Analista de Meio Ambiente, Coordenadora de Gestão do Sistema de REDD+ de Mato Grosso SEMA MT | 2015 – 2017
Alex Sandro Antônio Marega	Analista de Meio Ambiente/Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente SEMA MT
Alice Thualt	Diretora Executiva do Instituto Centro de Vida – ICV/Cuiabá
Carolina Delgado de Carvalho	Especialista em Indigenismo – Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI.
Daniela Correia de Melo	Coordenadora dos Subprogramas Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais – AFPCT e Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis - PIMS
Elton Antonio da Silveira	Analista de Meio Ambiente e Coordenador do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes – FIPPE
Fagner Augusto do Nascimento	Tenente Coronel do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental – PM MT
Franciele Nascimento	Analista de Meio Ambiente – SEMA/UPPI
Klaus Köhnlein	Gerente de Portfólio KfW Banco de Desenvolvimento –Alemanha – Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento – BMZ
Lauriene Evelyn de Castro Borges	Analista de Meio Ambiente – SEMA MT
Lígia Nara Vendramin	Analista de Meio Ambiente e Coordenadora do Programa REM MT
Luan Cândido da Silva	Analista Sênior do Instituto Centro de Vida – ICV/Alta Floresta MT
Magaly Medeiros	Consultora Nacional do Programa REM MT
Marcos Antônio Camargo Ferreira	Analista de Meio Ambiente e Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas – TI
Marcos Paulo Balbino	Diretor de Assistencia Técnica e Extensão Rural da Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural (EMPAER)
Maria Paula Vanucci	Assessora Técnica Sênior do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM MT
Mauricio Moleiro Philipp	Analista de Meio Ambiente e Coordenador Mudanças Climáticas REDD+ - SEMA MT
Renata de Lima Santos Taques	Assessora Técnica Pleno do Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais
Svenja Bunte	Gerente Sênior de Programas e Consultora de Políticas – Programa REDD+ Early Movers, Fundo Amazonia e REDD+ – Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS)

Nome Projeto/Entrevistados	Instituição
Projeto: Semeando Nossos Biomas – SNB	Centro de Tecnologia Alternativa – CTA – Pontes e Lacerda
Danielle C. Dias Pimenta	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa
Thiago da Silva Pereira	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa
Rosane Maria Rup Leite	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa
Michaelle Brochado Kaku	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa
Vilmon Alves Ferreira	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa
Saguio Moreira Santos	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa Coopervales
Mateus de Arruda Costa	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa
Alessando Souza Amaro	CTA – Centro de Tecnologia Alternativa
Projeto Semeando Nossos Biomas – SNB	Centro de Tecnologia Alternativa CTA – PA Florestan Fernandes – São José dos Quatro Marcos
Sonia Tolomeu Rosa	CTA – PA Florestan Fernandes
Rosalino Dias Francisco	CTA – PA Florestan Fernandes
Edson Alves de Oliveira	CTA – PA Florestan Fernandes
Paulo Vieira de Sales	CTA – PA Florestan Fernandes
Projeto: Agroecologia Grupo a Grupo	ARPA- Associação Regional de Produção Agroecológica – PA Roseli Nunes Mirassol D´Oeste
Áurea Espinosa Ferreira	ARPA – PA Roseli Nunes
Claudio Nascimento da Silva	ARPA – PA Roseli Nunes
Dayane Pereira Paz	ARPA – PA Roseli Nunes
Sirlei da Costa	ARPA – PA Roseli Nunes
Sanzio Batista Sardinha	ARPA – PA Roseli Nunes
Silvia Alves da Costa	ARPA – PA Roseli Nunes
Márcia Cristina Magri	ARPA – PA Roseli Nunes
Miraci Pereira Silva	ARPA – PA Roseli Nunes
Luiz A. M. Silva	ARPA – PA Roseli Nunes
Nério Gomes de Souza	ARPA – PA Roseli Nunes
Anuk Polnik	WFD – Alemanha – Projeto Gonçalinho PA Roseli Nunes
Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais	Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP PA Margarida Alves – Mirassol D´Oeste
Ivanilde Lima da Silva	ARPEP – PA Margarida Alves
Lusia Ramos de Lacerda	ARPEP – PA Margarida Alves
Maria Neuza Martins	ARPEP – PA Margarida Alves

Eni Batista da Silva	ARPEP – PA Margarida Alves
Maria de J. M. de P. da Silva	ARPEP – PA Margarida Alves
Vilma Barbosa Paixão	ARPEP – PA Margarida Alves
Rosangela Moraes da Silva	ARPEP – PA Margarida Alves
Aparecida Gomes Mussato	ARPEP – PA Margarida Alves
Salene Leite Chaves	ARPEP – PA Margarida Alves
Sueli Moreira dos Santos	ARPEP – PA Margarida Alves
Rita Julia de Souza Zocal	ARPEP – PA Margarida Alves
Marli Sonia Rezende da Silva Santos	ARPEP – PA Margarida Alves
Projeto: Muxirum Quilombola	Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento
Iolanda Ferreira da Silva	Acorquirim
João Pedro da Silva	Acorquirim
Germano Ferreira de Jesus	Acorquirim
Oildo Ferreira da Silva	Acorquirim
Wilson Ferreira da Silva	Acorquirim
Justina Ferreira da Silva	Acorquirim
Projeto: Cumbarusando Mato Grosso	COOPERNOSSASENHORA – Coorimbatá – Jovens no Campo (JNC) – CTA – Várzea Grande
Maria Valéria de Morais Silva	Coopernossasenhora
Fabiana de Fátima Correa Barros	Coopernossasenhora
Gezoíno Espírito Santo da Silva	Coorimbatá
Projeto: Escola Oficina Solar	Terra Indígena Bakairi – Paranatinga/MT
Maisa Kutene Taukane	Aldeia Kuiakware
Advaldo Rivar Kassare Iorope	Aldeia Pakuera – Posto de saúde
Darlene Yaminalo Taukane	Instituto Yukamaniru
Projeto Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável	Terra Indígena Bakairi – Paranatinga/MT
Sidnei Saues Pakuare	Aldeia Cabeceira do Azul
Benedito Hipolito Periro	Aldeia Cabeceira do Azul
Jorge Iagunuma Pereira	Aldeia Cabeceira do Azul
Mateus Simões Rodrigues	Aldeia Cabeceira do Azul
Carmem Htavalo	Aldeia Cabeceira do Azul
Agnaldo Rondon Kagapi	Aldeia Aki-Ety
Edina Sales Apayga	Aldeia Aki-Ety

Eliel Jorge Rondon	FEPOIMT – Regional Norte Kaiapó
Dilma Maria Mani	FEPOIMT – Regional Noroeste
Yakuwipú Waurá	FEPOIMT – Regional Xingú
Eliane Xunakalo	FEPOIMT – Presidente (2022-atual)
Luiz Carlos Tserwatsitsi Tseremery	FEPOIMT – Regional Xavante
Solo Urupe Chue	FEPOIMT – Regional Vale do Guaporé
Iranildes Rodrigues Mandicoci	FEPOIMT – Regional Cerrado-Pantanal
Ianukura Kaiabi Suia	FEPOIMT – Regional Xingú
Tereza Cristina Kezonozokero	FEPOIMT – Regional Cerrado Pantanal
Jaime Zehamy	FEPOIMT – Regional Noroeste
Maria Valéria Morais Silva	Morroquianos
Rubem Taverny Sales	Retireiros e Retireiras do Araguaia
Iolanda Ferreira da Silva	Associação Acorquirim da Comunidade Sesmaria Boa Vida Ribeirão da Mutuca (Acorquirim)
Alluizio de Azevedo Júnior	AECEC/Ciganos
Everaldo Dutra dos Santos	RESEX Guariba Roosevelt
Valdileno Xavier da Silva	Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras
Joyce Lilian Lombardi	Povos Tradicionais de Matriz Africana
Alice Thualt	Diretora Executiva do Instituto Centro de Vida -ICV/Cuiabá
Claudia Pinho	MMA/DPCT

EQUIPE DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA REM MT FASE I (2018-2024)

Este capítulo apresenta a Equipe de Gestão da Fase I do Programa REM MT (2018–2024), reconhecendo o papel fundamental das pessoas que contribuíram para sua concepção, implementação e acompanhamento ao longo dos anos. O registro dos nomes e períodos de atuação busca fortalecer a memória técnica do programa, valorizando o empenho coletivo que sustentou sua execução. Além de documentar a trajetória institucional, esta seção evidencia a diversidade de perfis envolvidos na gestão. Trata-se de um reconhecimento à dedicação das equipes que garantiram a continuidade e a qualidade das entregas

Instituição	Setor	Nome	Função no Programa	Período de Atuação
Grupo de Trabalho REM MT	Coordenação	Ligia Nara Vendramin	Coordenadora Geral	2018-presente
	Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais	Leonardo Vivaldini	Coordenador de Subprograma, Ponto Focal	2018-2024
		Marcos Paulo Balbino	Ponto Focal, Coordenador de Subprograma	2018-2024
		Larissa Arruda	Estagiária de Pós-graduação, Assessora Técnica Júnior	2021-2023
		André Luiz de Araújo	Estagiário de Pós-graduação	2022
		Paulline Almeida	Assessora Técnica Júnior	2023-2024
		Cecilia Lozano	Estagiária de Pós-graduação, Assessora Técnica Pleno	2023-presente
		Renata Santos	Assessora Técnica Sênior	2023-2025
		Daniela Melo	Coordenadora de Subprograma	2024-2025
		Luanna Duarte	Assessora Técnica Sênior	2024-2025
		Eduardo Ramos	Estagiário de Pós-graduação	2024-2025

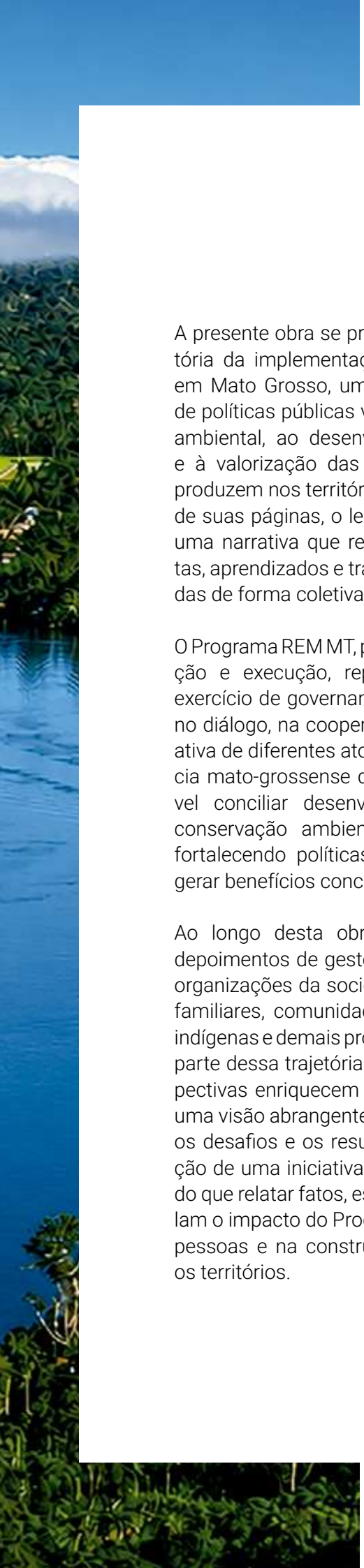
Instituição	Setor	Nome	Função no Programa	Período de Atuação
Grupo de Trabalho REM MT	Subprograma Territórios Indígenas	Felisberto Cupudunepá	Coordenador de Subprograma	2018-2019
		Edna Sampaio	Coordenador de Subprograma	2019-2020
		Marcos Antonio Ferreira	Coordenador de Subprograma	2020-presente
		Maria Paula Vanucci	Assessora Técnica Sênior	2021-presente
		Paulline Almeida	Estagiária de Pós-graduação	2022
		Silvia Kataoka	Estagiária de Pós-graduação	2023
		Myllena Contragiani	Estagiária de Pós-graduação, Assessora Técnica Júnior	2023-presente
		Isadora Santos	Estagiária de Pós-graduação	2024
	Subprograma Produção Sustentável	José Serpa Magalhães Jr.	Coordenador de Subprograma	2019
		Daniela Melo	Coordenadora de Subprograma	2019-2025
		Ana Paula Kanoppa	Assessora Técnica Sênior	2021-2022
		Mykaelly Frois	Assessora Técnica Sênior	2020
		Leonora Goes	Assessora Técnica Sênior	2022-presente
		Marielly Mendes	Estagiária de Pós-graduação	2022
		Christiano Ribeiro Jr.	Estagiário de Pós-graduação, Assessor Técnico Pleno	2023-2024

Instituição	Setor	Nome	Função no Programa	Período de Atuação
Grupo de Trabalho REM MT	Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes	Felipe Sant'anna	Coordenador de Subprograma	2018-2021
		Eustáquio Rodrigues	Ponto Focal	2019-2020
		Elton Antônio da Silveira	Coordenador de Subprograma, Ponto Focal	2021-presente
		Franciele Nascimento	Coordenador de Subprograma, Ponto Focal	2021-presente
	Comunicação	Fernanda Fidelis	Estagiária de Comunicação, Analista Júnior de Comunicação, Assessora Pleno de Comunicação	2020-presente
		Márcio Camilo da Cruz	Estagiário de Pós-Graduação, Analista Júnior de Comunicação	2020-2022
		Mariana Vianna	Coordenadora de Comunicação	2021-2023
		Vitória Lopes	Analista Júnior de Comunicação	2022-2024
		Priscila Soares	Analista Júnior de Comunicação	2024-presente
	Apoio Técnico	Glaucia Drielly Santana	Estagiária, Assessora Técnica Júnior	2019-2023
		Alexandra Silva	Estagiária	2020
		Isadora Albertini	Assessora Técnica Júnior	2020-2022
		Jefferson Lopes de Souza	Assessor Jurídico	2022
		Joelzio Prado	Assessor Técnico Sênior	2020-pesente

Instituição	Setor	Nome	Função no Programa	Período de Atuação
Grupo de Trabalho REM MT	Apoio Técnico	Gabriela Moreira	Assessora Técnica Pleno	2023-presente
		Josana Guedes	Assessora Técnica Júnior, Assessora Técnica Pleno	2020-presente
		Ana Silvia Tissiani	Assessora Técnica Sênior	2024-presente
Funbio	Gestão Financeira	João Ferraz	Gestor de Projetos	2019-2023
		Moacyr Bittencourt Jr.	Gestor de Projetos	2018-2019
		Dante Novaes	Analista de Projetos, Gestor de Projetos	2019-presente
		Mary Teixeira	Analista de Projetos	2020-2024
		Mariana Gogola	Analista de Projetos	2021-2023
		Mariana Galvão	Analista de Projetos	2019-2021
		Gustavo Cobello	Assistente de Projetos, Analista de Projetos	2023-presente
		Amanda Carrara	Assistente de Projetos	2022-2024

Instituição	Setor	Nome	Função no Programa	Período de Atuação
Funbio	Gestão Financeira	José Luís Monsores	Consultor	2022-2023
		Gabriela Furtado	Assistente de Projetos	2021-2023
		Ana Beatriz Santana	Estagiária, Assistente de Projetos	2022-2025
		Bruna Valença	Estagiária	2021-2022
		Irislaine Nascimento	Estagiária	2024-2025
Estratégia PCI	Coordenação Adjunta	Fernando Sampaio	Coordenador Adjunto	2018-2023
GOPA	Consultoria Internacional	Bernd Mitlewski	Consultor	2018-2023
GOPA	Consultoria Internacional	Wladimyr Sena	Consultor	2018-2021
GOPA	Consultoria Internacional	Magaly Medeiros	Consultora	2018-presente
GIZ	Cooperação Técnica	Taiguara Alencar	Diretor de projeto	2018-2019
GIZ	Comunicação	Bruna Bom	Estagiária de Comunicação e Marketing (cedida para REM MT)	2018-2019





Prefácio

A presente obra se propõe a registrar a trajetória da implementação do Programa REM em Mato Grosso, um marco na construção de políticas públicas voltadas à conservação ambiental, ao desenvolvimento sustentável e à valorização das pessoas que vivem e produzem nos territórios do estado. Ao longo de suas páginas, o leitor será conduzido por uma narrativa que revela desafios, conquistas, aprendizados e transformações construídas de forma coletiva.

O Programa REM MT, pioneiro em sua concepção e execução, representou um ousado exercício de governança ambiental, baseado no diálogo, na cooperação e na participação ativa de diferentes atores sociais. A experiência mato-grossense demonstra que é possível conciliar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e inclusão social, fortalecendo políticas públicas capazes de gerar benefícios concretos para a sociedade.

Ao longo desta obra, o leitor encontrará depoimentos de gestores públicos, técnicos, organizações da sociedade civil, agricultores familiares, comunidades tradicionais, povos indígenas e demais protagonistas que fizeram parte dessa trajetória. Essas diferentes perspectivas enriquecem a narrativa e oferecem uma visão abrangente sobre a complexidade, os desafios e os resultados da implementação de uma iniciativa dessa dimensão. Mais do que relatar fatos, esses testemunhos revelam o impacto do Programa REM na vida das pessoas e na construção de soluções para os territórios.

Ao documentar experiências, desafios e resultados, esta publicação também preserva uma importante memória institucional. Permite identificar boas práticas, reconhecer limitações, compreender os caminhos percorridos e apontar oportunidades para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à conservação socioambiental, contribuindo para que essa experiência possa inspirar outras iniciativas no Brasil e no mundo.

Nosso agradecimento se estende a todos que contribuíram para a construção desta obra, especialmente à equipe técnica do Programa REM MT, às instituições parceiras e aos beneficiários que compartilharam suas histórias, conhecimentos e vivências. Cada relato aqui registrado representa uma parte essencial dessa construção coletiva.

Mais do que contar a história de um programa, este livro registra como diferentes pessoas e instituições foram capazes de construir confiança, transformar desafios em oportunidades e demonstrar que conservar e desenvolver podem caminhar juntos quando há propósito, diálogo e compromisso com as futuras gerações.

Que estas páginas não sejam apenas o relato de uma experiência bem-sucedida, mas a prova de que as grandes transformações começam quando conhecimento, cooperação e coragem se unem para escrever uma nova história. Que esta leitura inspire novos caminhos, novas parcerias e novas decisões em favor das pessoas, das florestas e do futuro.

Boa leitura!

Mauren Lazzaretti
Secretária de Meio Ambiente
de Mato Grosso

Sumário

PARTE I

1 CAMINHOS PERCORRIDOS PELO PROGRAMA REM MT EM MATO GROSSO 19

1.1 Porque é importante manter a floresta em pé: lições já aprendidas 21
1.2 A História do Programa REM MT no Estado de Mato Grosso 31
1.3 Uma aliança pelo uso sustentável da sociobiodiversidade: Alemanha, Reino Unido e Mato Grosso 43

2 FLORESTA EM PÉ, RENDA E BEM-VIVER: ATUAÇÃO DO PROGRAMA REM MT COM A AGRICULTURA FAMILIAR E OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS 49

3 REM MT: TECENDO A GOVERNANÇA INDÍGENA PARA A CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE 69

4 PROGRAMA REM MT E A PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E RESTAURAÇÃO DOS BIOMAS DE MATO GROSSO 93

5 PROGRAMA REM MT E A REVOLUÇÃO NO COMBATE AO DESMATAMENTO 113

PARTE II

6 A ATUAÇÃO DO PROGRAMA REM MT NA PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS QUE VIVEM NOS BIOMAS AMAZÔNIA, CERRADO E PANTANAL 131

6.1 O impacto do Programa REM MT na vida de famílias agricultoras do Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente 133
6.2 Leite, café e cooperação: a parceria do Programa REM MT com a Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde - COMOV 141
6.3 Rede Sementes Portal da Amazônia – RSPA: germinando para usos sustentáveis da biodiversidade 147
6.4 Floresta viva: o impacto do Programa REM MT naTerra Indígena Kayapó 153
6.5 Na luta pela terra, um novo começo: Programa REM MT e Projeto Gaia

no Assentamento 12 de Outubro..... 163
6.6 A Associação Comunitária Rural Sol Nascente – ACRSN e o Programa REM MT: construindo um futuro sustentável..... 169
6.7 Juntos por um futuro mais verde: o Programa REM MT e a Fazenda Santana..... 177
6.8 O Programa REM MT e a revitalização de áreas degradadas: um caso de sucesso no Bioma Amazônia..... 183
6.9 A parceria entre REM MT e EMPAER MT: impulsionando a sustentabilidade na Pecuária Mato-Grossense..... 191
6.10 Frutos da parceria: o sucesso da Rota Caminhos da Agroecologia e os Impactos do Programa REM MT..... 197
6.11 Sistema Agroflorestal e Sustentabilidade – o Programa REM MT no Assentamento Florestan Fernandes..... 205
6.12 Da luta pela terra à agroecologia: a trajetória do Programa REM MT no Assentamento Roseli Nunes..... 211
6.13 Regando as Margaridas: o Programa REM MT e a geração de renda junto a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP..... 219
6.14 Energia solar, formação técnica e educação ambiental: a atuação do Programa REM MT na Terra Indígena Bakairi..... 229
6.15 Sob a sombra do Cerrado e na borda do Pantanal: o Programa REM MT, o Muxirum e a Resiliência Quilombola..... 241
6.16 REM MT e COOPERNOSSASENHORA: transformando a cadeia produtiva do Cumbaru no Pantanal..... 251

7 PROGRAMA REM MT: TRAJETÓRIAS CONSTRUÍDAS NO CAMINHAR 259

POSFÁCIO..... 263

REFERÊNCIAS..... 265





PARTE I

1. CAMINHOS PERCORRIDOS PELO PROGRAMA REM MT EM MATO GROSSO
2. FLORESTA EM PÉ, RENDA E BEM-VIVER: ATUAÇÃO DO PROGRAMA REM MT COM A AGRICULTURA FAMILIAR E OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
3. REM MT: TECENDO A GOVERNANÇA INDÍGENA PARA A CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE
4. PROGRAMA REM MT E A PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E RESTAURAÇÃO DOS BIOMAS DE MATO GROSSO
5. PROGRAMA REM MT E A REVOLUÇÃO NO COMBATE AO DESMATAMENTO





1.

CAMINHOS PERCORRIDOS PELO PROGRAMA REM MT EM MATO GROSSO





1.1.

Porque é importante manter a floresta em pé: lições já aprendidas.

Os problemas ambientais que a humanidade enfrenta hoje não se limitam a um único país ou região, mas afetam o mundo inteiro. E o mais preocupante é que esses problemas não atingem a todos da mesma forma. Eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e tempestades cada vez mais intensas, estão se tornando comuns. Além disso, a falta de água e as mudanças no clima estão afetando a vida de milhões de pessoas. Essas situações expõem as fragilidades das comunidades mais pobres, que sofrem mais com as consequências dessas mudanças.

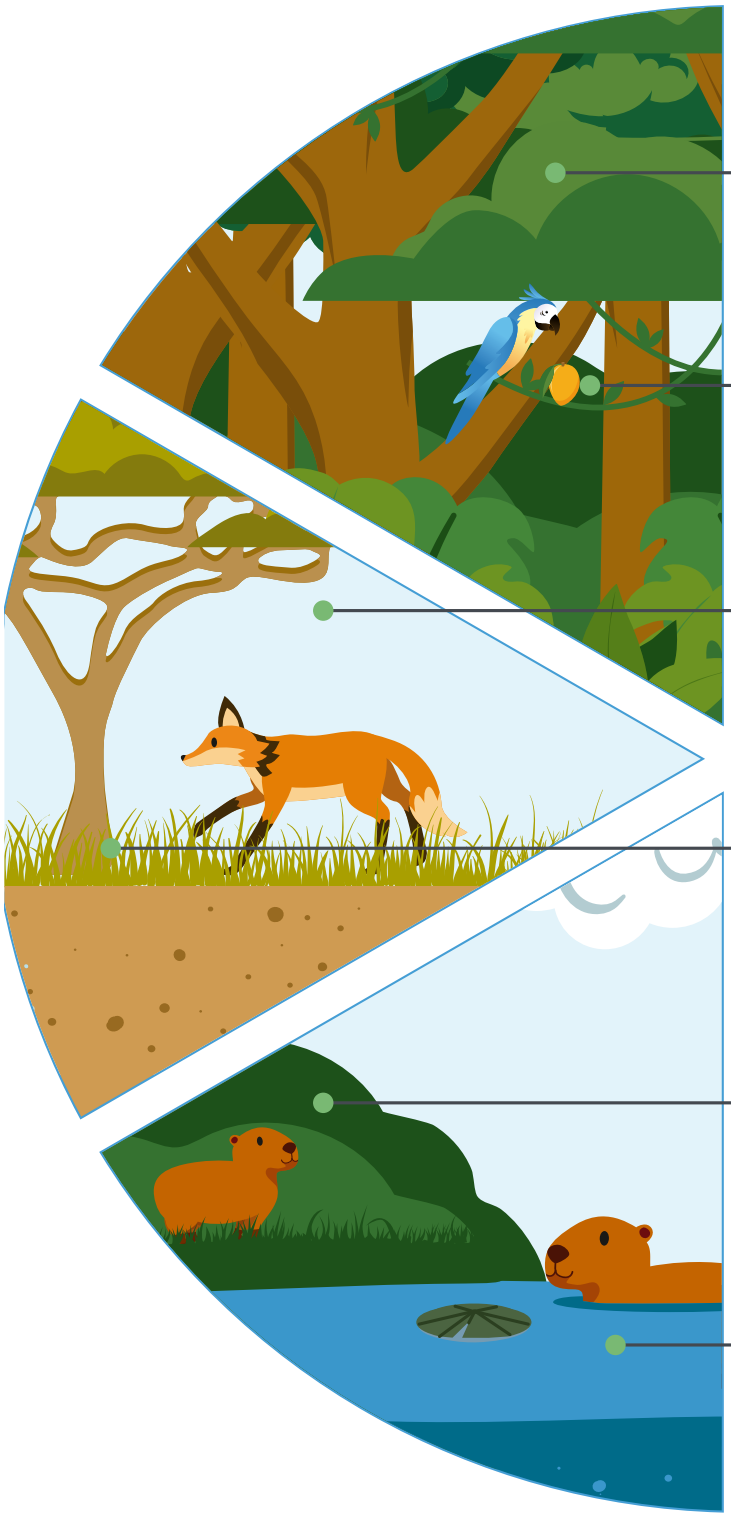
Muitas pessoas vivem em áreas vulneráveis a desastres naturais, como encostas e áreas inundáveis. Suas casas são construídas com materiais de baixa qualidade, oferecendo pouca proteção contra eventos climáticos extremos. A falta de acesso à água potável, saneamento básico, energia elétrica e serviços de saúde torna essas comunidades mais suscetíveis a doenças, desnutrição e outros problemas de saúde relacionados aos impactos climáticos. Ainda, muitas pessoas dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência, como o extrativismo, a pesca, a caça, entre outros. As mudanças climáticas afetam a produtividade desses recursos, gerando insegurança alimentar e aumentando a pobreza.

Para construir um futuro mais justo e sustentável, é necessário reconhecer essa desigualdade e agir para mudá-la. As mudanças do clima representam uma ameaça global que exige uma ação conjunta de governos, empresas e sociedade civil. É preciso que os países que mais contribuíram para o aquecimento global ajudem as nações mais vulneráveis a se adaptarem às mudanças climáticas e a reduzirem suas próprias emissões de gases do efeito estufa.

O desmatamento e o efeito estufa estão profundamente interligados, mantendo uma relação complexa e de mão dupla. O desmatamento intensifica o aquecimento global, que, por sua vez, exacerba os impactos das mudanças climáticas sobre as populações. Por isso, a redução do desmatamento, tanto em nível global quanto no estado de Mato Grosso, é uma medida importante. Essa ação traz benefícios significativos, não apenas para a preservação do meio ambiente, mas também para o bem-estar das sociedades, promovendo maior resiliência frente às crises climáticas e fortalecendo a sustentabilidade de longo prazo.

Sob o olhar dos organismos que vivem nas florestas, o desmatamento diminui a disponibilidade de alimentos, abrigos e proteção. A partir disso, plantas e animais têm as chances de se manterem vivos reduzidas, alterando a capacidade de reprodução. Essa destruição resulta na extinção de inúmeras espécies de plantas e animais, muitas delas endêmicas — ou seja, espécies que existem exclusivamente em uma determinada região.

O **habitat** é o lugar específico na natureza onde uma espécie animal ou vegetal vive e encontra tudo o que precisa para sobreviver.



Vegetação

As plantas oferecem alimento e ajudam a manter o equilíbrio do ambiente.

Alimento

O habitat fornece os recursos que os animais precisam para se alimentar.

Espaço par viver

Os animais precisam de uma área adequada para se deslocar, descansar e realizar suas atividades.

Abrigo

Árvores, tocas e áreas de vegetação servem como proteção contra perigos e mudanças do clima.

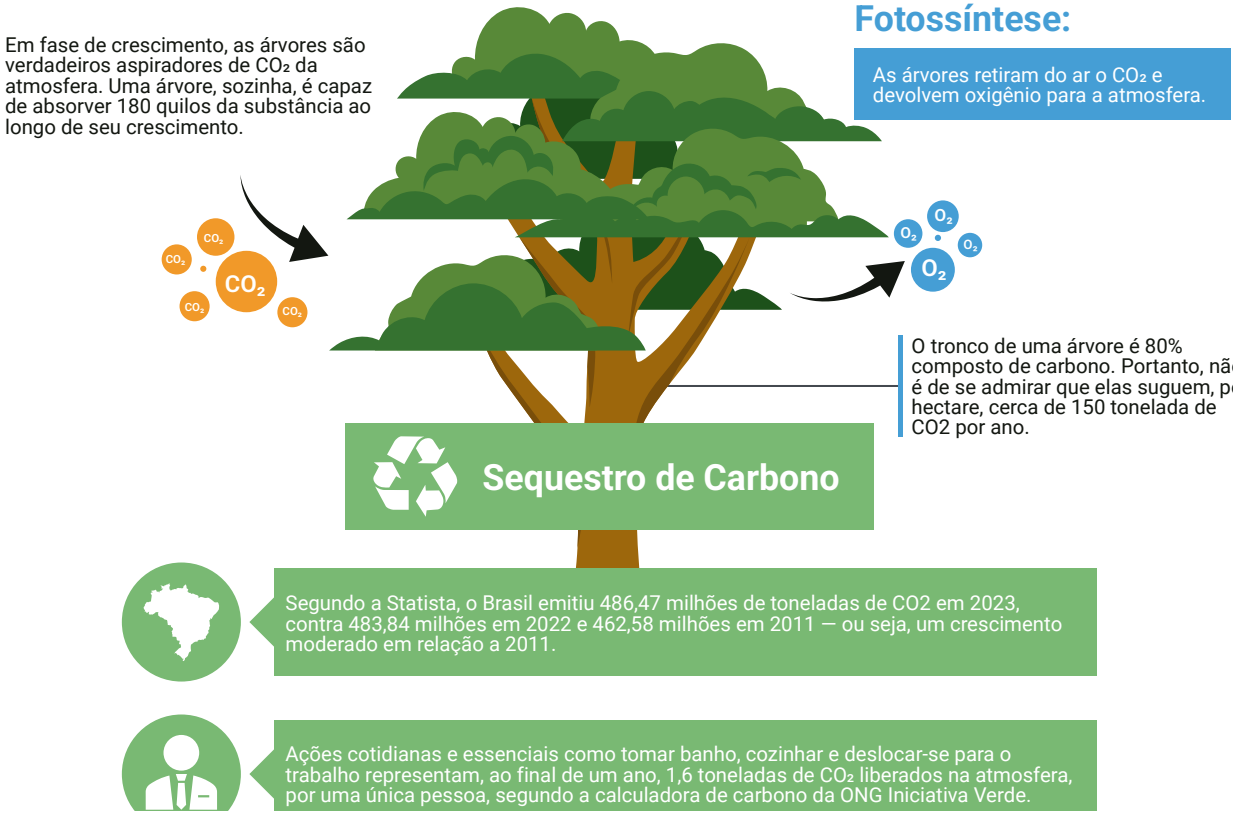
Reprodução e sobrevivencia

Um habitat oferece condições adequadas para que os animais cresçam e tenham filhotes.

Água

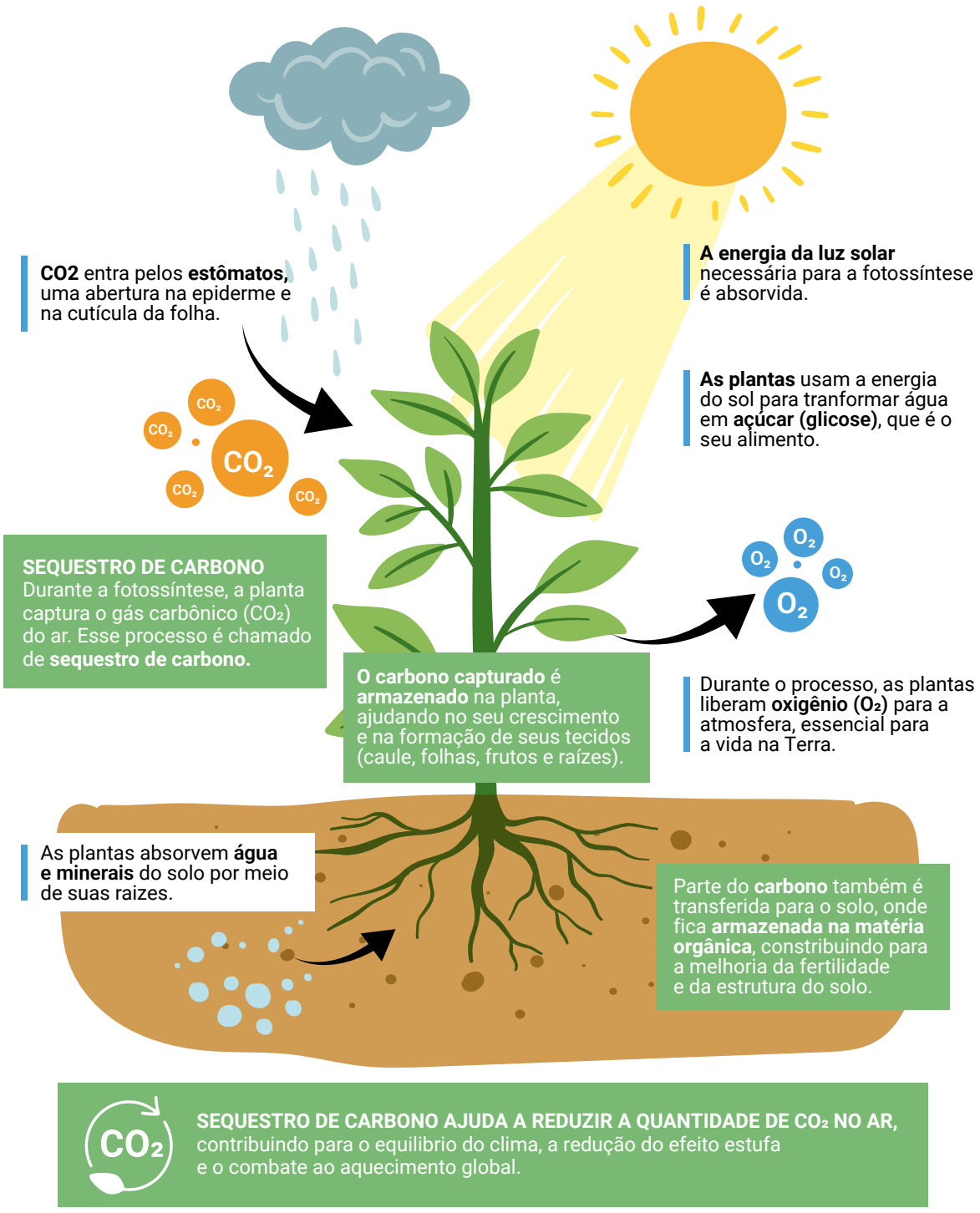
A presença de água é fundamental para a sobrevivência dos seres vivos

A vegetação desempenha um papel essencial na regulação do clima global, absorvendo grandes quantidades de carbono da atmosfera por meio da fotossíntese — um processo complexo realizado por organismos como plantas, algas e algumas bactérias. Durante o dia, com a luz do sol, as plantas utilizam a energia solar, a água extraída do solo e o gás carbônico presente no ar. Dentro da planta, esses elementos são transformados em nutrientes que a ajudam a crescer e se desenvolver. Durante esse processo, as plantas liberam oxigênio, o elemento vital que respiramos e que torna possível a vida na Terra.



A fotossíntese funciona como um "filtro" natural do planeta: as plantas capturam o gás carbônico da atmosfera e, utilizando a luz solar, transformam esse carbono em matéria orgânica. Esse processo retira o excesso de carbono do ar e o armazena na estrutura da vegetação e no solo, ajudando a reduzir o aquecimento global.

> O REM MT é pioneiro porque foi o primeiro Programa que realmente colocou todo mundo sentado numa mesa para discutir política de sustentabilidade para Mato Grosso. Então o estado mostrou que tem capacidade de se desenvolver ao mesmo tempo que conseguiu reduzir o desmatamento da ordem de mais de 80%. Só que a gente também percebe que uma parte do estado se desenvolveu, outra parte ainda é muito pobre, não tem acesso a recurso, visto que o estado estava com a capacidade financeira, inclusive de atendimento à sociedade comprometidos.
>
> Alex Sandro Antônio Marega – Secretário Adjunto Executivo da SEMA.



A redução do número de árvores nas florestas, no Cerrado e no Pantanal contribui para diminuir a produção de oxigênio e libera grande quantidade de carbono de volta para a atmosfera. O excesso de carbono no ar é prejudicial à saúde humana, podendo provocar problemas respiratórios, doenças cardiovasculares e neurológicas.

Quando ocorre a concentração de carbono na atmosfera, o resultado é chamado de efeito estufa, um processo natural e fundamental para a manutenção da vida na Terra, atuando como um regulador térmico do planeta. Ele busca reduzir as diferenças de temperatura entre o dia e a noite, por exemplo.

> O nome REM MT foi uma homenagem ao próprio programa, que é a sigla REDD para pioneiros, é para iniciantes no processo de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal – REDD. Para iniciar os passos, os países e os estados, nacionais ou subnacionais, se uniram para caminhar na direção de uma nova economia baseada na redução de emissões.

Elton Antonio da Silveira – Coordenador do Subprograma FIPPE- Programa REM MT

> A gente tem registros de muita cordialidade, de muito debate e de muita esperança! O REM MT não veio para salvar, veio para mostrar que é possível, sim, a gente construir coletivamente algo duradouro.

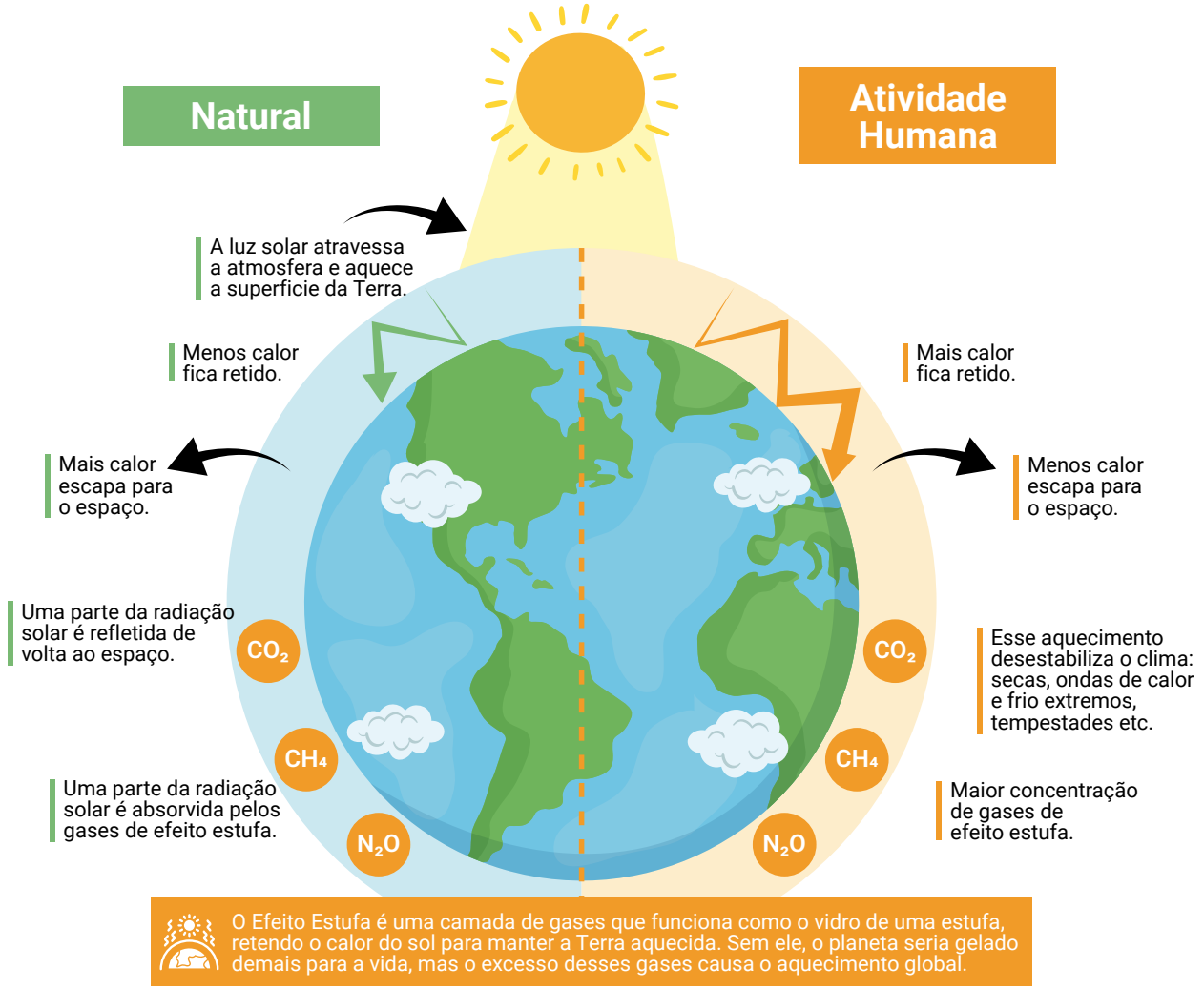
Eliane Xunakalo/Povo indígena Bakairi – Presidente da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado de Mato Grosso – (FEPOIMT)

> Como a maioria das terras do estado de Mato Grosso está na mão de privados, os produtores mais capitalizados iam ganhar grande parte do processo em detrimento dos indígenas e da agricultura familiar e o programa não poderia ficar dentro dessa lógica. Não era justo do ponto de vista social, porque os verdadeiros guardiões da floresta são eles. Então, começamos a trabalhar com indicadores socioeconômicos e de vulnerabilidade climática, mas isso não é uma tarefa simples!

Mauricio Moleiro Philipp – Analista de Meio Ambiente/Coordenador de Mudanças Climáticas e REDD+ - Sema MT

> Do ponto de vista da vulnerabilidade econômica, por exemplo, se tiver uma seca pronunciada em Barão de Melgaço e uma seca pronunciada em Sorriso, é óbvio que as pessoas mais capitalizadas vão conseguir se adaptar melhor. Então, precisa ter um equilíbrio desse processo.

Mauricio Moleiro Philipp – Analista de Meio Ambiente/Coordenador de Mudanças Climáticas e REDD+ - Sema MT





O problema surge quando a concentração desses gases na atmosfera aumenta em decorrência das atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a agricultura industrial. Esse aumento na concentração de gases intensifica o efeito estufa natural, levando a um aumento da temperatura média global e a uma série de consequências ambientais e sociais, desencadeando alterações climáticas, como o aumento da frequência e da intensidade das secas, inundações e ondas de calor, além da elevação do nível do mar.



A vegetação desempenha um papel crucial na regulação dos ciclos hidrológicos, influenciando o regime de chuvas e a disponibilidade de água. A transpiração das plantas aumenta a umidade relativa do ar, favorecendo a formação de nuvens e a ocorrência de chuvas, além de manter a atmosfera mais úmida e fresca, influenciando os padrões de chuva localmente. A vegetação também ajuda a mitigar os eventos extremos, como inundações e secas, atuando como uma esponja que absorve a água das chuvas e a libera gradualmente. Além disso, ela filtra a água ao remover contaminantes, contribuindo para a melhoria da qualidade da água de rios e lagos.

Apesar da vegetação regular os ciclos hidrológicos, o desmatamento pode alterá-los, causando secas, inundações e outros eventos extremos. Ainda, a vegetação protege o solo contra a erosão, evitando o assoreamento de rios e a perda de fertilidade.

O desmatamento não gera apenas impactos negativos na natureza, mas também traz consequências sociais e econômicas que afetam diretamente a vida das pessoas. A preservação e a conservação da vegetação natural são fundamentais para assegurar a qualidade de vida das populações locais, que dependem dos recursos naturais para sua subsistência e bem-estar.

Para os povos indígenas, por exemplo, a vegetação nativa não é apenas um ambiente natural, mas um local de vida, cultura e sustento. Ela fornece uma grande variedade de alimentos, como frutas, raízes e animais de caça. O desmatamento reduz as espécies animais e vegetais consumidas, podendo causar desnutrição, especialmente em crianças, idosos e gestantes. Isso torna os povos indígenas mais vulneráveis a doenças infecciosas. Portanto, a manutenção da vegetação nativa é essencial para a segurança alimentar e nutricional.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

1. Peixes moqueados envoltos em folhas de sororoca extraídas do Bioma Amazônia, demonstrando a dependência da floresta em pé para a segurança alimentar e nutricional. Aldeia Kororoti. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul)– Peixoto de Azevedo/MT.

2. Parede da moradia com madeira extraída do Bioma Cerrado. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento. Projeto: Muxirum Quilombola.

3. Cobertura da casa feita de palha de buriti extraída do Bioma Cerrado. Aldeia Cabeceira do Azul. Na foto: Darlene Yaminalo Taukane; Sidnei Saues Pakuare; Benedito Hipolito Periro ;Jorge Iagunuma Pereira; Mateus Simões Rodrigues; Carmem Htavalo. Projeto Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável. Terra Indígena Bakairi - Paranatinga MT



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

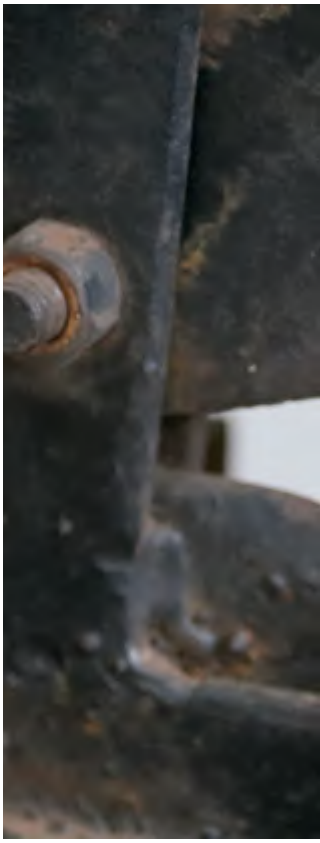


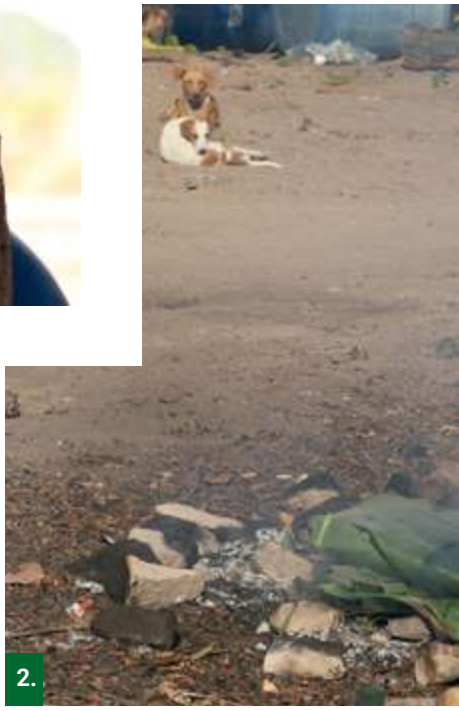


Fotografia Fernanda Cristina Ferreira Fidelis

1.

1. Maria Neuza Martins, do grupo das Margaridas, descascando o babaçu, extraído do Bioma Cerrado. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves- Mirassol D´Oeste/MT.





2.

2. Mulher da etnia Indígena Kaiapó preparando o tracajá, capturado no Bioma Amazônia, que será servido como alimento. Aldeia Kororoti. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul)- Peixoto de Azevedo/MT.

A exploração sustentável dos recursos naturais dos biomas pode gerar renda para as comunidades locais e promover o desenvolvimento econômico de forma mais equilibrada. O desmatamento indiscriminado, por outro lado, pode levar ao esgotamento dos recursos naturais e à instabilidade econômica. Um exemplo é a extração do cumbaru, uma espécie nativa do Cerrado e do Pantanal, com grande importância ecológica e socioeconômica. Seus frutos, ricos em nutrientes, são utilizados pelas comunidades locais para alimentação, produção de óleo e artesanato. A castanha do cumbaru é altamente nutritiva, rica em proteínas, fibras e minerais, sendo considerada um alimento funcional. A venda da castanha e de produtos derivados do cumbaru gera renda para as famílias, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

A preservação da vegetação nativa é importante para assegurar a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, além de desempenhar um papel vital no equilíbrio ambiental e climático. Enquanto a exploração sustentável dos recursos naturais contribui para o progresso econômico e social, o desmatamento desenfreado ameaça a biodiversidade, compromete a segurança hídrica e acelera mudanças climáticas.

Nesse contexto, é urgente priorizar ações que combatam o desmatamento e fomentem a recuperação de áreas degradadas. Iniciativas como o Programa REM MT, aliadas a investimentos em tecnologias limpas e a programas educativos que conscientizem a sociedade, são essenciais para mitigar os impactos ambientais e impulsionar práticas mais sustentáveis.

Mais do que uma questão ambiental, o desmatamento representa um desafio global que demanda esforços integrados entre governos, setor privado e sociedade civil. A conservação das florestas é indispensável não apenas para a manutenção da vida no planeta, mas também para garantir a resiliência das economias e a segurança alimentar em escala global.

Diante desse cenário, torna-se imperativo adotar medidas urgentes para combater o desmatamento ilegal e promover a restauração das áreas degradadas. A implementação de programas como o Programa REM MT, o investimento em tecnologias limpas e a sensibilização da sociedade são fundamentais para reverter esse quadro e construir um futuro mais sustentável.

3. Processo de quebra manual do cumbaru, retirado do Bioma Cerrado. Projeto Cumbarusando Mato Grosso – Coopernossasenhora – Coorimbatá e Jovens do Campo. Jovens no Campo (JNC) – CTA – Várzea Grande.



Fotografia Fernanda Cristina Ferreira Fidelis

3.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira



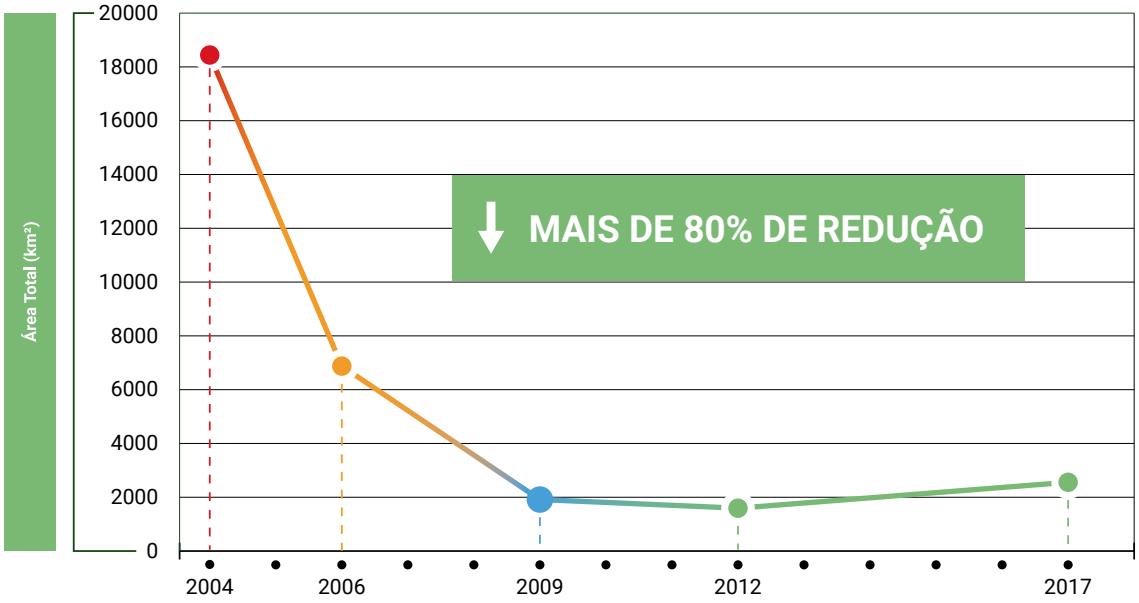
1.2.

A História do Programa REM MT no Estado de Mato Grosso

O estado de Mato Grosso foi um dos primeiros estados brasileiros a mostrar que é possível reduzir o desmatamento. Entre 2004 e 2014, o estado conseguiu diminuir em quase 90% a derrubada da vegetação nativa. Por causa desse resultado positivo, Mato Grosso foi convidado a participar de um programa alemão chamado REDD Early Movers (REM), que significa REDD para Pioneiros, durante o período de 2018 a 2024.

Redução do desmatamento em Mato Grosso

2004 - 2017





A sigla REDD+ significa "Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal", enquanto o símbolo "+" inclui ações como: conservação do estoque de carbono armazenado na vegetação, manejo florestal sustentável e aumento da quantidade de carbono nas florestas.

Para participar de programas de REDD+, os países ou estados precisam comprovar que estão realmente reduzindo o desmatamento e protegendo sua vegetação nativa. Em troca, eles podem receber dinheiro de outros países para continuar com esse trabalho. Isso é denominado como "pagamentos por resultados". Esses resultados são obtidos no combate ao desmatamento e por alterar as formas como são manejadas áreas produtivas, como as propriedades rurais.

Dessa forma, há uma compensação financeira para que esses retenham mais carbono e restaurem os habitats naturais, antes desmatados ou degradados. Além disso, o mecanismo estabelece critérios para a distribuição justa e equitativa dos benefícios financeiros obtidos, com foco na inclusão das populações vulneráveis às mudanças climáticas, como povos indígenas e comunidades tradicionais, e na restauração de habitats naturais.

Mato Grosso, ao participar do programa internacional REM MT, se comprometeu a controlar o desmatamento e não permitir que as áreas desmatadas ultrapassassem 1.788 km²/ano. E, cumprindo esse acordo, o estado recebeu um prêmio em dinheiro dos governos da Alemanha e do Reino Unido, por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), pelos resultados na redução do desmatamento.

Os governos da Alemanha, do Reino Unido e Mato Grosso, em sua primeira fase, assinaram um Acordo de Cooperação Técnica, durante a 23ª Conferência das Partes (COP, na sigla em inglês) em dezembro de 2017, em Bonn – Alemanha. Essa premiação não ficou para uso exclusivo do governo do Estado, pois parte dos recursos foi destinada aos grupos sociais organizados em instituições que apresentaram projetos voltados à conservação e à melhoria da qualidade de vida das populações. Esses grupos são considerados aqueles que contribuem para manter a floresta em pé, como os agricultores familiares, pequenos e médios produtores que praticam a agropecuária sustentável, povos e comunidades tradicionais e os povos indígenas.



Fotografia: Programa REM MT.

Técnicos do Programa REM MT, governador Mauro Mendes, primeira-dama Virgínia Mendes, secretária de Meio Ambiente de Mato Grosso, Mauren Lazzaretti, secretário executivo da SEMA, Alex Marega, coordenadora geral do Programa REM MT, Ligia Nara Vendramin e representantes do Instituto PCI participando da COP27, realizada no Egito em 2022.

O aumento das emissões de gás carbônico, associado ao desmatamento, é uma preocupação mundial de países e estados que, através dos seus representantes e das suas organizações, passam a participar de eventos mundiais para discutir e tentar mitigar ou resolver essas questões.

A COP, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês), é uma reunião anual em que participam os chefes de estado. Esse é o principal fórum global que discute as mudanças climáticas, organizado pelas Nações Unidas congregando países de todo o mundo.

A COP tem como principal objetivo acompanhar o progresso no enfrentamento das mudanças climáticas e fortalecer a cooperação internacional para superar esse desafio global. O evento funciona como um espaço de negociação, onde os países participantes definem metas e acordos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adaptar-se aos impactos climáticos. Além disso, a COP promove o compartilhamento de conhecimentos, a busca por soluções inovadoras e a mobilização de recursos financeiros, especialmente para apoiar países em desenvolvimento na adoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



Fotografia: Programa REM MT

Técnicos do Programa REM MT participando da COP24, realizada na Polônia em 2018. Fotografia: Programa REM MT.

Em 1997, no Japão, ocorreu a COP da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática – COP3. Ali, foi assinado o Protocolo de Kyoto, o primeiro tratado internacional para o controle da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, substituído pelo Acordo de Paris, em 2013. Ambos preveem metas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, assim, diminuir os problemas climáticos agravados por essas emissões. O Brasil e os seus estados assumiram esse compromisso, assinando o protocolo e o acordo.

> O Programa REM MT se mistura com a estratégia Produzir, Conservar e Incluir – PCI do Estado de Mato Grosso, na COP 15, a PCI chama a atenção do programa alemão do KFW, então, eles vêm conhecer o estado, a estratégia e as instituições de governo e, principalmente, o arcabouço legal.

Elton Antonio da Silveira – Coordenador do Subprograma FIPPE/ REM MT

> A implementação do programa envolveu a elaboração de um sistema de gestão de riscos, com o objetivo de identificar e mitigar potenciais impactos negativos. A análise de riscos permite identificar a necessidade de estabelecer salvaguardas específicas para garantir que os benefícios do programa superem os possíveis custos ambientais e sociais. As salvaguardas adotadas foram inspiradas nas diretrizes internacionais, como as acordadas na Conferência do Clima de Cancún, e adaptadas à realidade local. O Estado desenvolveu um arcabouço legal e institucional para definir e monitorar essas salvaguardas.

Elton Antonio da Silveira – Coordenador do Subprograma FIPPE/ REM MT

> O REM trouxe bastante inovação, principalmente no conhecimento sobre o estado de Mato Grosso, conhecimento também de gestão com as organizações de base, essa noção de cadeia de valor. Outro grande feito do REM MT é trazer a sociobiodiversidade para o palco, ela existe e vamos valorizar.

Marcos Paulo Balbino Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMPAER

> O Programa REM MT foi a união de esforços de várias instituições e pessoas. No começo a gente não sabia direito como estruturar um programa tão grande, mas várias instituições foram nos ajudando ao longo do processo e a gente conseguiu manter o desmatamento em baixa.

Alcilene Freitas Bertholdo de Souza –
Analista de Meio Ambiente – SEMA

> O maior desafio é quem está de fora do REM MT. Quem é esse REM MT? Eu acho que ainda temos o desafio de tentar explicar o que é o programa, inclusive para a sociedade civil organizada, que tem um histórico de um passado, quando chegou o REDD, acharam que era igual aos projetos privados espalhados no Brasil todo, com contratos que juridicamente foram muito perniciosos com os povos indígenas.

Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros – Consultora
Nacional do Programa REM MT

> Então esse processo foi caminhando. Na época, criaram-se grupos de trabalho. Onde se discutiu basicamente o gatilho de performance e além do gatilho, as salvaguardas e a repartição de benefícios, quanto cada um desses grupos de atores iriam receber e a regra era a seguinte: 60% dos recursos tem que chegar na ponta, nas comunidades e 40% para fortalecimentos institucionais.

Mauricio Moleiro Philipp – Analista de
Meio Ambiente/ Coordenador de Mudanças Climáticas e REDD+ da SEMA MT

Quando ocorrem ações internacionais como essas, o Brasil se mobiliza para atender os compromissos assumidos e consequentemente os estados brasileiros também. No Brasil, a Política Nacional de Mudança do Clima foi instituída em 2009. Em 2008, o MT já participava, sendo um dos fundadores da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Floresta (FT-GCF).

Desde então, várias iniciativas e legislações foram estabelecidas, entre elas:

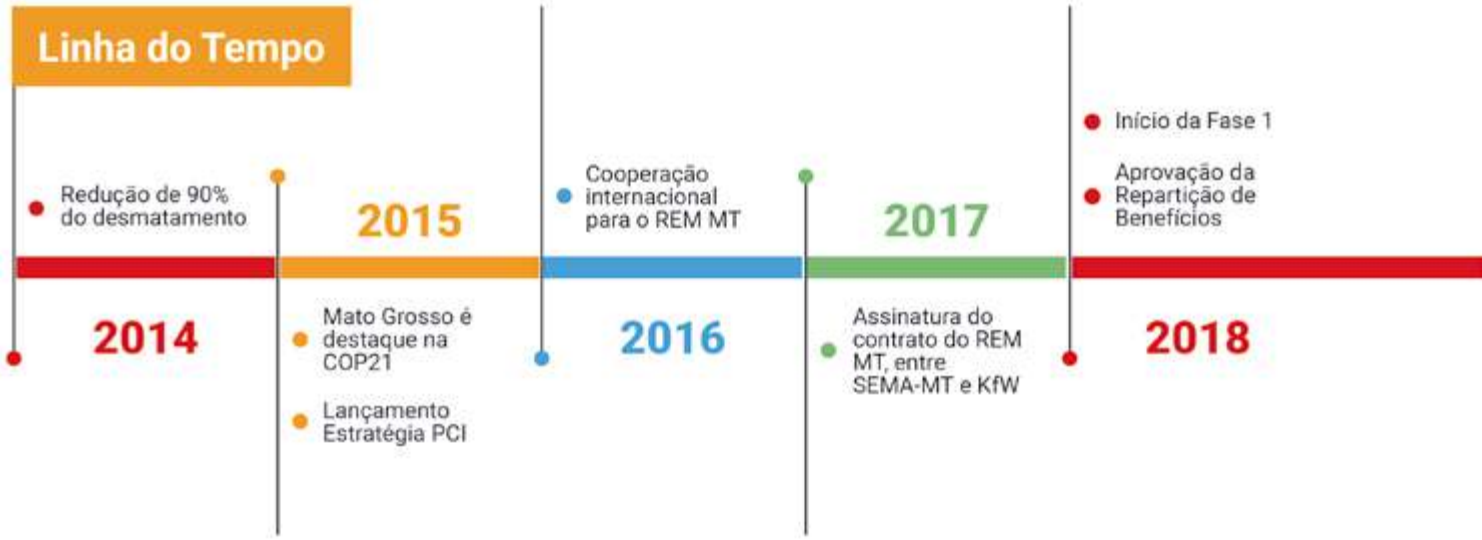
- a criação do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas em 2009;
- a aprovação em 2013 da Lei no 9.878/2013, que institui o Sistema Estadual de REDD+ do estado de Mato Grosso e em 2015;
- a criação de um programa denominado Estratégia Produzir, Conservar e Incluir – PCI, considerado um instrumento de planejamento do Estado de Mato Grosso.

A Estratégia PCI foi lançada pelo estado de Mato Grosso durante a COP da Convenção, no Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática-COP 21, que ocorreu na França. Nesse momento, o estado tinha como objetivo reforçar as ações de redução do aquecimento global e dar maior força política às metas de redução de desmatamento.

Para atingir tais objetivos, buscou-se:

- envolver várias áreas do governo, como agricultura, meio ambiente e desenvolvimento social;
- aumentar a eficiência da produção agropecuária;
- conservar a vegetação nativa e recuperar áreas de terras que foram degradadas;
- oportunizar às pessoas que viviam na área rural, especialmente os agricultores familiares, povos indígenas e populações tradicionais, o acesso a serviços como educação, saúde e crédito para melhorar suas condições socioeconômicas.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO PROGRAMA REM NO ESTADO DE MATO GROSSO ENTRE 2014 E 2023



Para a execução do trabalho, foram criados quatro subprogramas dentro do Programa REM MT: Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCT), Territórios Indígenas (TI), Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis - PIMS e Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes (FIPPE).

Diante disso, foi necessário determinar quanto do valor do prêmio seria distribuído para cada subprograma. Essa decisão foi chamada de Estratégia de Repartição de Benefícios e foi tomada pelo Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas, aprovada pelo Conselho Gestor de REDD+ e seguida pelo Comitê Estadual de Gestão do Programa REM MT.

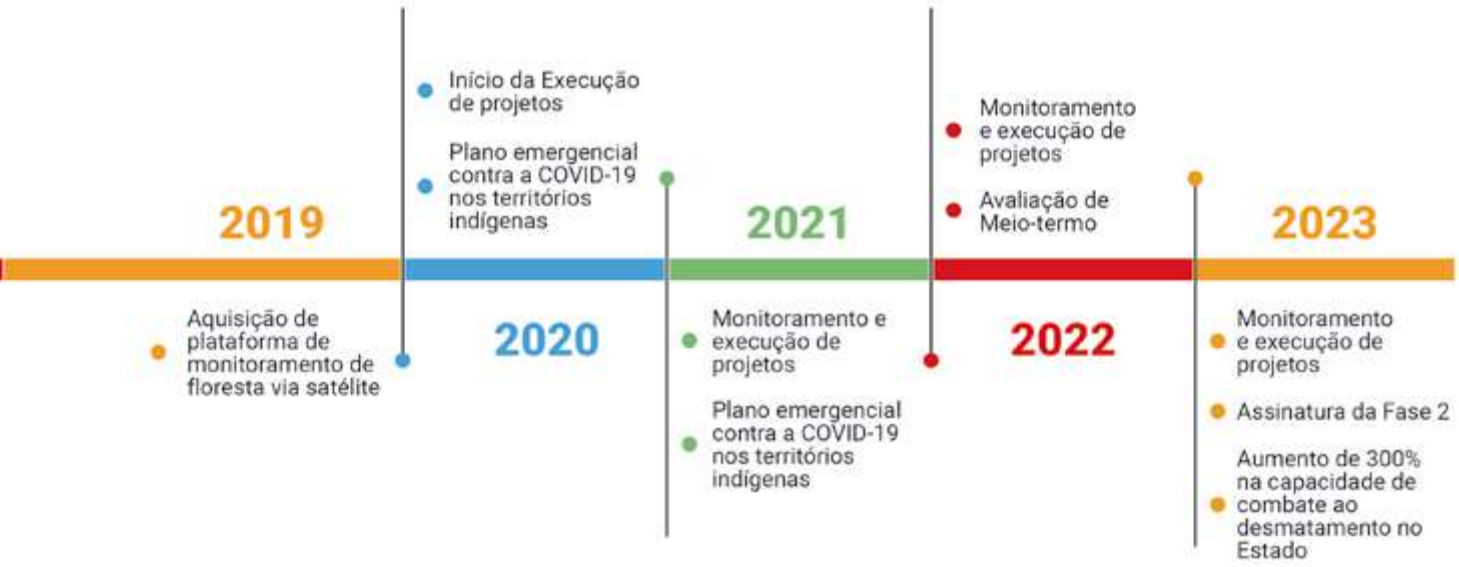
O Programa REM MT envolve a participação de diversas pessoas e grupos da sociedade na tomada de decisões importantes, organizados em uma estrutura chamada Estrutura de Governança, que promove a colaboração entre diferentes instituições.

Dentro dessa estrutura, o Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas reúne representantes de instituições públicas e da sociedade civil para discutir o programa, sugerir melhorias e incentivar o diálogo com os beneficiários e a sociedade. Além disso, o fórum acompanha e avalia os resultados do Programa REM MT e encaminha ao Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ recomendações para o aprimoramento do sistema.



Fotografia: Fernanda Fidelis.

Reunião do Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ realizada em janeiro de 2023.



Fonte: https://www.remmt.com.br/o-rem-mt/



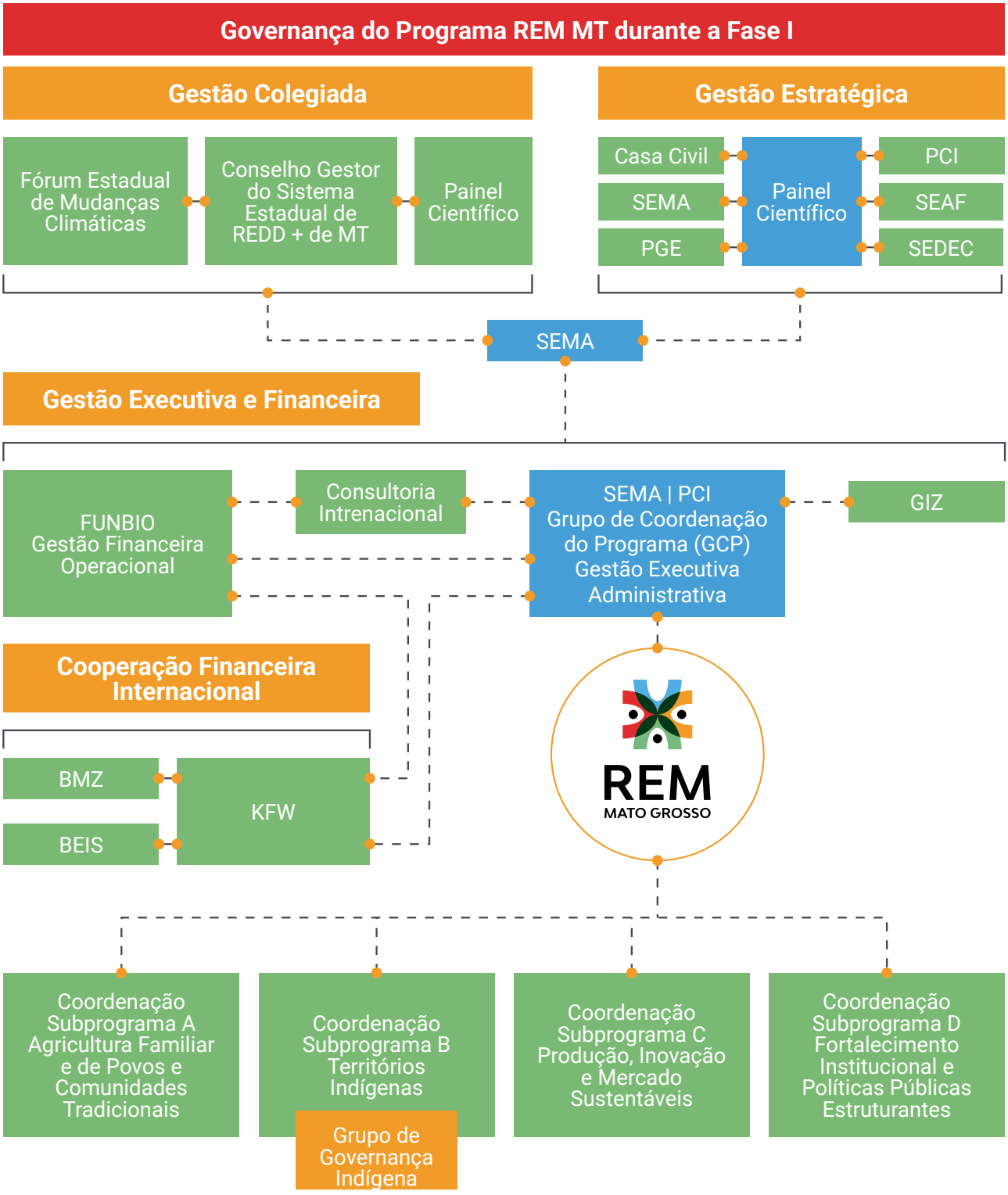
O Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ é responsável pela gestão colegiada do Programa REM MT. Com caráter deliberativo, ele toma decisões importantes, como a aprovação de critérios, normas e metodologias aplicadas ao programa, além de definir as regras para a repartição dos benefícios. Assim, a participação da sociedade é essencial para garantir o sucesso do REM MT e gerar resultados positivos para todos.

Quando foi criado o Programa REM em Mato Grosso, foi definido que as decisões seriam tomadas em diferentes níveis. O nível estratégico foi constituído por um grupo chamado CEGREM (Comitê Estratégico de Gestão do Programa REM MT), instância deliberativa voltada exclusivamente à tomada de decisão ao nível executivo do Governo.

Já o nível operacional, ou seja, a parte prática do programa, foi cuidada por uma equipe específica. No início, essa equipe faria parte da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Em um segundo momento, para acompanhar o programa, foi criada uma coordenação especial para o Programa REM MT, com duas pessoas à frente: uma da SEMA e outra que também era responsável pela Estratégia PCI.

Além disso, o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), foi contratado para administrar o dinheiro da premiação. Para fortalecer a implementação do Programa REM MT no estado de Mato Grosso, diversas secretarias estaduais uniram forças, sendo criado um grupo de trabalho intersetorial.

A Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e a Casa Civil, setor responsável pela coordenação dos assuntos indígenas, passaram a atuar de forma integrada no projeto. Essa parceria permitiu reunir, em um mesmo espaço de trabalho, especialistas de diversas áreas, como agricultura e meio ambiente, otimizando a gestão e o desenvolvimento das ações do programa.



A formalização dessa cooperação ocorreu por meio da assinatura de um Termo de Cooperação entre as secretarias envolvidas. Para fortalecer a gestão do programa, cada órgão designou um coordenador responsável por representar seus interesses e acompanhar as atividades do Programa REM MT, consolidando, assim, a estrutura de gestão no estado de Mato Grosso.

Paralelamente, ao discutirem formas de proteger as florestas e combater as mudanças climáticas, os países perceberam a importância de evitar prejuízos às comunidades que vivem nessas áreas. Para isso, tornou-se essencial estabelecer normas que orientassem as ações de maneira justa. Em 2010, durante a COP da UNFCCC (COP16), realizada em Cancún, no México, essas diretrizes foram definidas e receberam o nome de Salvaguardas Socioambientais.

Salvaguardas Socioambientais



Essas salvaguardas consistem em um conjunto de normas projetadas para assegurar que iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável sejam conduzidas de forma responsável, minimizando os impactos negativos e maximizando os benefícios sociais e ambientais. Em essência, as salvaguardas atuam como um escudo protetor, garantindo que programas como o REM MT sejam implementados de maneira ética e comprometida com as comunidades e o meio ambiente.

No contexto do Programa REM MT, as salvaguardas socioambientais desempenham um importante papel, garantindo que a redução do desmatamento seja acompanhada de benefícios sociais e ambientais.

Ao adotar essas salvaguardas, o programa busca:

- fortalecer a governança socioambiental, promovendo a participação de diversos atores sociais na gestão dos recursos naturais;
- melhorar a qualidade de vida das comunidades incentivando atividades econômicas sustentáveis e promovendo o desenvolvimento local;
- contribuir para a mitigação das mudanças climáticas;
- reduzir as emissões de gases de efeito estufa e o sequestro de carbono nas florestas.

“O REM MT é uma oportunidade muito rara, principalmente pela forma como ele aconteceu na primeira fase. O Estado de Mato Grosso colocou funcionários efetivos para gerenciá-lo e isso é obviamente importante, porque é um programa internacional e tinha diversas coisas que o estado não conhecia que passou a conhecer e o nível de exigência que tem um programa desses é muito elevado então toda essa experiência que a gente adquiriu fica dentro do estado nos funcionários efetivos, eu sou um deles!

Marcos Paulo Balbino – Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMPAER

“Foram muitos desafios, principalmente criar uma rede de compreensão entre as instituições e não de competição! Existia uma competição pelo recurso que parecia ser muito, mas, na realidade, se você for dividir não ficava tanto assim. Teve que existir muito planejamento, discussão e muita mediação. O investimento teve que resultar na queda do desmatamento.

Francieli Nascimento – Analista de Meio Ambiente – SEMA

“O Programa REM MT estimula que a discussão das estratégias seja fomentada dentro do governo porque é uma política pública. Então esse é o maior legado do REM MT, se tornar uma política pública, assim ela vai continuar independentemente de quem assumir o governo. A integração dos órgãos de combate ao desmatamento se tornando uma política pública liderada pelo governo, é o maior benefício do REM MT.

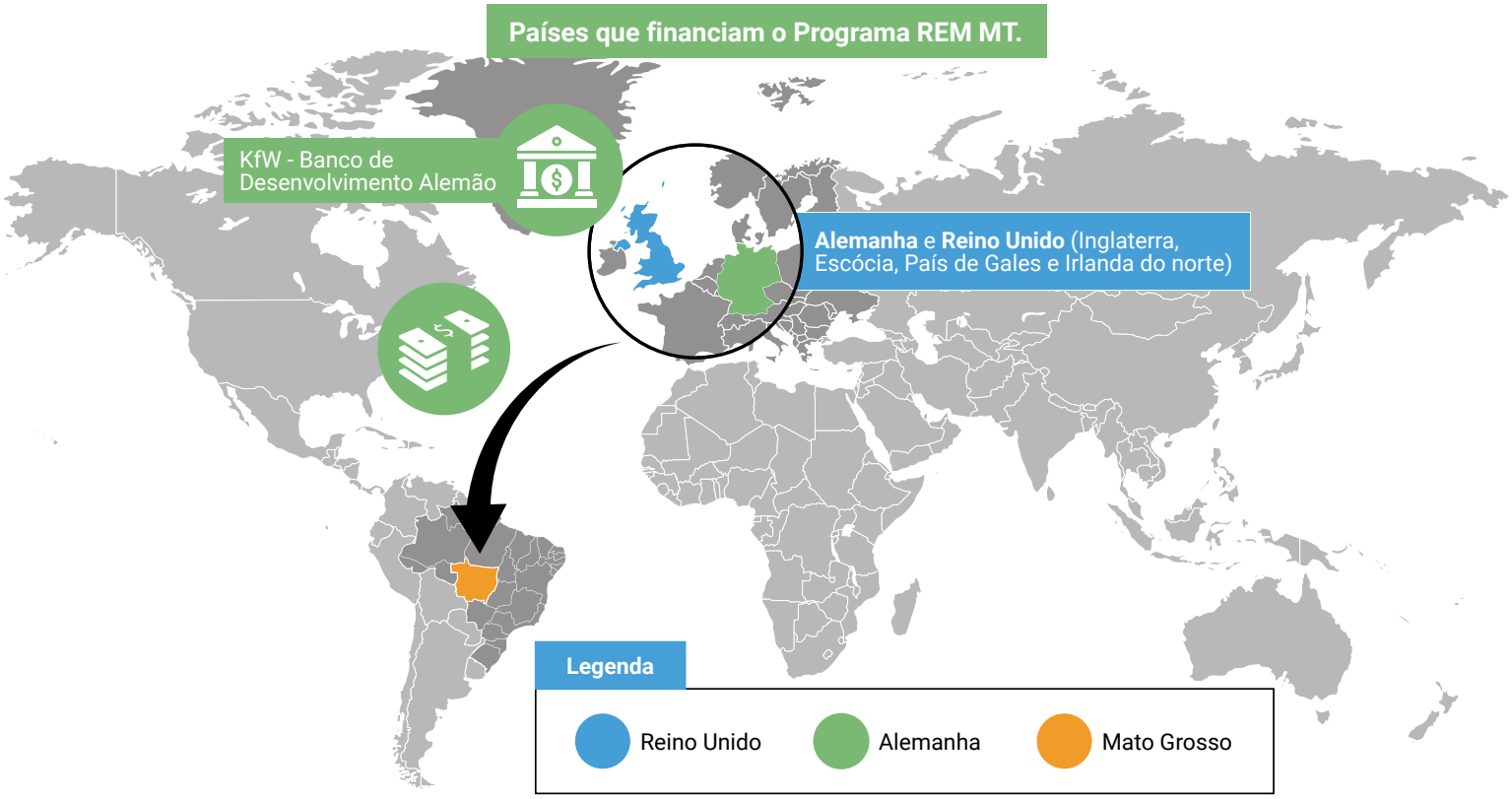
Francieli Nascimento – Analista de Meio Ambiente — SEMA

1.3.



Uma aliança pelo uso sustentável da sociobiodiversidade: Alemanha, Reino Unido e Mato Grosso

O Programa REM MT foi financiado pela Alemanha e pelo Reino Unido, que inclui Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Esses países doaram dinheiro para o KfW, um banco de desenvolvimento alemão que atua em nome do governo federal da Alemanha, especialmente do Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) e pelo Governo do Reino Unido (BEIS), por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Comunidade e do Desenvolvimento (FCDO), ou UK Aid Direct.



O banco KfW financia e apoia programas e projetos em países emergentes e em desenvolvimento, acompanhando desde a concepção até a implementação e o monitoramento. Seus principais investimentos estão em áreas como energia, água, saneamento, educação, saúde e infraestrutura, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio da criação de empregos e do acesso a serviços básicos. Além disso, o KfW também investe em iniciativas voltadas para o combate às mudanças climáticas, a proteção da natureza e o apoio a países em situação de conflito.

Quem assinou o contrato do Programa REM MT, inclusive o contrato de cooperação financeira, não foi o estado de Mato Grosso, foi o próprio FUNBIO. O Estado de Mato Grosso assinou um termo do acordo em separado, onde os três entes assinaram: O KFW, que representou os governos alemão e britânico, o governo de Mato Grosso assinou pelo governo do estado e o FUNBIO assinou como gestor financeiro, então fizeram um acordo entre as partes. O que compete a cada um, quais serão são os objetivos.

Alex Sandro Antônio Marega – Analista de Meio Ambiente/Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente – SEMA

O KFW financia projetos com recursos dos países doadores que são o Reino Unido e a Alemanha. Uma das políticas dos países doadores é contribuir para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e combater o desmatamento, que é uma das principais causas do aquecimento global. Então, essa é uma das razões para financiar projetos aqui em Mato Grosso, porque faz parte da Amazônia.

Klaus Köhnlein – Gerente de Portfólio- KfW Banco de Desenvolvimento – Alemanha – Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento – BMZ

O principal legado do Programa REM MT é que essas inovações ocorridas na primeira fase se tornem políticas públicas e que não fiquem só em nível de projeto, mas que se incorpore na política de Estado. E isso já está acontecendo em alguns casos.

Klaus Köhnlein – Gerente de Portfólio- KfW Banco de Desenvolvimento – Alemanha – Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento – BMZ

Os países e os doadores acham importante ter um diálogo político e parcerias com os governos de nações que ainda têm grandes áreas de floresta tropical e que contribuem para sua preservação. A premiação, por meio do financiamento de projetos, está condicionada a atingir as metas, sendo um pagamento por resultado, o que leva os envolvidos a realizarem esforços para ter um desenvolvimento sustentável.

Antes de começar qualquer projeto, o banco faz estudos para garantir que ele seja viável e traga os resultados esperados. São analisados aspectos como o custo, o impacto social e ambiental, e os riscos envolvidos.

Se o projeto for aprovado, é assinado um acordo com o governo do país parceiro, definindo as regras e as condições do financiamento, que fica responsável por construir e operar o projeto, com acompanhamento do banco para garantir que todas as etapas estejam sendo feitas conforme o planejado.

O governo da Alemanha oferece ajuda técnica especializada ao país parceiro na execução do projeto, e realiza, na última etapa, a inspeção final. Consiste em uma avaliação detalhada para verificar se tudo foi feito corretamente e se os objetivos foram alcançados. Por fim, o banco alemão acompanha os projetos por alguns anos para entender quais foram os resultados a longo prazo e quais lições podem ser aprendidas para futuros projetos.

Por sua vez, o Reino Unido, por meio do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS), atua prestando apoio a pequenas e médias organizações da sociedade civil, tanto no Reino Unido quanto em outros países, com o objetivo de promover a redução duradoura da pobreza.



Fotografia: Priscila Soares.

Svenja Bunte (Reino Unido – Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial -BEIS); Klaus Köhnlein (Gerente de Portfólio- KfW Banco de Desenvolvimento – Alemanha – Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento – BMZ), junto com o Tenente-coronel Fagner Augusto do Nascimento, no Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental do Estado de Mato Grosso, durante Missão de Monitoramento em 2024. Subprograma FIPPE.

As iniciativas abrangem diversas áreas, como: prevenção de conflitos, inclusão de pessoas com deficiência, educação, combate à escravidão moderna, saúde, geração de renda, nutrição e empoderamento feminino e as consequências das mudanças climáticas, que demandam ações urgentes.

A atuação do Reino Unido na redução da pobreza, com ênfase em áreas como mudanças climáticas e empoderamento feminino, converge diretamente com os objetivos do Programa REM MT no estado de Mato Grosso. A preservação ambiental, especialmente da Amazônia, vai além da questão ecológica, estando profundamente conectada à garantia de direitos básicos e ao desenvolvimento sustentável.

Ao reduzir o desmatamento e promover a integração entre diferentes órgãos, as ações do REM MT mostram como as iniciativas locais podem contribuir de maneira eficaz para os objetivos globais de combate à pobreza e às mudanças climáticas, alinhando-se com as políticas do Reino Unido.

Os resultados alcançados pelo Programa REM MT evidenciam a importância de investir em ações de conservação ambiental em países como o Brasil. O programa serve como exemplo para outras iniciativas de cooperação internacional, demonstrando ser possível conciliar desenvolvimento econômico e social com a proteção do meio ambiente.



Visira ao Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental do Estado de Mato Grosso, durante a Missão de Monitoramento em 2024.

A fase II é um resultado da boa implementação da primeira fase do Programa REM MT. Só se conseguiu novo financiamento depois de comprovar que os objetivos foram atingidos. Isso tem impacto também a nível local para as comunidades, pois esse é um dos objetivos do REM MT: que o benefício chegue para as pessoas na ponta, e isso a gente tem visto acontecer.

Klaus Köhnlein- Gerente de Portfólio – KfW Banco de Desenvolvimento – Alemanha – Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento – BMZ

É muito importante compartilhar as histórias de sucesso do REM MT para poder mostrar como os recursos estão realmente ajudando e sendo aplicados; aprender as lições para poderem ser adaptadas para outros países.

Svenja Bunte- Reino Unido – Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial – BEIS

O Programa REM MT conseguiu reunir vários órgãos do estado de Mato Grosso e atingiu muitos municípios ajudando as comunidades que não tem muita capacidade de recursos. O estado de Mato Grosso é muito importante para preservação da região amazônica e dos outros biomas Cerrado e Pantanal que também estão aqui.

Svenja Bunte – Reino Unido – Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial – BEIS



2.

FLORESTA EM PÉ, RENDA E BEM-VIVER: ATUAÇÃO DO PROGRAMA REM MT COM A AGRICULTURA FAMILIAR E OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais – AFPCT tem como objetivo fortalecer as cadeias produtivas da agricultura, pecuária e extrativismo, com foco na valorização da floresta em pé e na adoção de práticas agroecológicas e de baixa emissão de carbono. O principal intuito é promover a transformação socioprodutiva dessas comunidades, aumentando sua renda e assegurando a sustentabilidade ambiental.

Em 2020, os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais receberam um curso sobre a criação de projetos. Essa nova habilidade permitiu que eles falassem sobre suas necessidades e buscassem recursos para melhorar suas vidas.

No ano seguinte, as equipes que cuidavam dos projetos aprenderam a acompanhar de perto como o dinheiro estava sendo usado. Isso foi importante para garantir que tudo fosse feito da maneira certa e que os recursos ajudassem realmente as comunidades.

Em 2021, os projetos começaram a ser financiados e a ganhar vida. Foram selecionadas iniciativas que valorizaram: açaí, babaçu, cumbaru, borracha, castanha-da-Amazônia, pequi, sementes florestais, produção de café e leite. Esses produtos não apenas representam a riqueza da cultura local, mas, com o apoio adequado, têm o potencial de gerar renda e transformar a qualidade de vida das famílias, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Bioma Cerrado com destaque para o babaçu. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol D´Oeste/MT.

PROCESSO ARTESANAL PARA FABRICAÇÃO DA FARINHA DE BABAÇU E DERIVADOS. ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS PRODUTORAS EXTRATIVISTAS DO PANTANAL – ARPEP. PROJETO: MULHERES GERANDO RENDA COM OS BABAÇUAIS. ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES – MIRASSOL D´OESTE/MT.



Babaçu ao natural.



Babaçu ao natural, dentro do pilão de madeira.



Castanha do babaçu sendo socada no pilão de madeira.



Castanha do babaçu socada de maneira artesanal para transformá-la em farinha de babaçu.



Farinha de babaçu.



Biscoito de farinha de babaçu.

Mesmo durante a pandemia da COVID-19, o Programa REM MT não parou de apoiar as comunidades. As ações foram adaptadas para seguir as regras de segurança e atender os grupos de acordo com as suas necessidades, principalmente em relação à saúde e à segurança alimentar e nutricional.



Equipamento Agrícola adquirido com recursos do plano emergencial – Covid-19. Projetos: Escola Oficina Solar e Projeto Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável. Aldeia Aki-Ety Terra Indígena Bakairi – Paranatinga/MT.

“Não é só olhar para a cadeia produtiva, tem que olhar para todo o processo, então a assistência técnica não pode ser focada só na produção. O foco do Programa REM MT é mostrar que a gente precisa transformar isso, olhar para o todo!

Renata de Lima Santos Taques – Analista Sênior do Programa REM MT

“Foi o Programa REM MT que conseguiu manter a EMPAER para dar assistência técnica para a agricultura familiar. E, hoje, a empresa foi fortalecida e grande parte da política que é desenvolvida para agricultura familiar vem da EMPAER e do REM!

Alex Sandro Antônio Marega – Analista de Meio Ambiente/
Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente – SEMA

“A prioridade do Programa REM MT é fazer com que os recursos cheguem aos produtores familiares e o único mecanismo disso acontecer é através das associações e cooperativas, então os produtores precisam se ajustar a esse tipo de modelo para receber recursos internacionais. Precisamos preparar essas associações e cooperativas para trabalhar de uma forma mais concentrada e organizada com essas populações, para que tenham aptidão para acessar esses editais.

Marcos Paulo Balbino – Diretor de Assistência Técnica
e Extensão Rural da EMPAER

“A gente conseguiu um grande feito com as populações tradicionais. Antes, eles tinham um comitê, mas, agora, eles têm um Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais e isso é fruto do REM MT!

Marcos Paulo Balbino – Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMPAER

“O Programa REM MT tem recursos para dar suporte ao desenvolvimento de políticas públicas e nós podemos ser acolhidos na discussão da construção e da melhoria das políticas para os pescadores artesanais.

Valdileno Xavier Da Silva – Pescador Artesanal

“O Programa REM MT está trazendo desenvolvimento para minha comunidade, vai ser construído a agroindústria do cumbaru. A gente está enxergando algo amplo que não vai servir só para nossa comunidade, vai servir para várias comunidades e até para o município.

Maria Valéria de Morais Silva – Morroquiana, Presidente da Cooperativa Coopernossasenhora



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Cultivo da mandioca na Terra Indígena Bakairi – Paranatinga/MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Projeto Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.

Foi possível perceber a importância do envolvimento ativo das comunidades em todas as fases do programa, desde a concepção dos projetos até o acompanhamento das ações. Essa participação assegurou que as iniciativas estivessem alinhadas às necessidades locais, além de garantir que os benefícios gerados fossem efetivamente direcionados à melhoria da qualidade de vida da população.

A agricultura familiar, conforme definida pela Lei nº 11.326/2006, compreende os agricultores que exploram propriedades de até quatro módulos fiscais e obtêm a maior parte de sua renda a partir da atividade agropecuária. Essa modalidade produtiva desempenha um papel fundamental para a segurança alimentar e nutricional do país, contribuindo significativamente para a produção de alimentos.

Além disso, a agricultura familiar promove a geração de emprego e renda no meio rural, a preservação do meio ambiente e a valorização da diversidade cultural brasileira. A inclusão de pequenos proprietários de terras e assentados da reforma agrária no Programa REM MT demonstra seu compromisso com a justiça social, a preservação e a conservação ambiental.

A pecuária leiteira, atividade de grande relevância para a economia familiar no estado de Mato Grosso, recebeu um impulso relevante. Ao identificar a dificuldade dos produtores em acessar crédito devido à irregularidade fundiária e ambiental, o programa direcionou seus investimentos para a melhoria das condições de produção, com foco na reforma de pastagens e no aprimoramento do manejo animal.

Além do cuidado com o manejo das pastagens, o subprograma apoiou a modernização de cooperativas para transformar o leite comprado de produtores rurais familiares em subprodutos como queijos e iogurte. Essas ações, além de contribuírem para o aumento da produtividade e da qualidade do leite, promovem a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos produtores, fortalecendo a cadeia produtiva do leite no estado.

Além dessas atividades, o Subprograma AFPCT vem apoiando a instalação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em assentamentos rurais resultantes do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Pecuária bovina e ao fundo vegetação do Bioma Cerrado com destaque para o babaçu. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol D´Oeste/MT.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira

Antonio Favarin Sobrinho mostrando os equipamentos adquiridos pelo Projeto Mais Leite Saudável apoiado pelo Programa REM MT. Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde – COMOV. Alta Floresta/MT.





Os SAFs configuram uma estratégia de produção agrícola que integra árvores, culturas agrícolas e/ou animais, promovendo a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento da agricultura familiar. Essa abordagem impulsiona a diversificação da produção, permitindo que agricultores familiares cultivem alimentos, madeira, fibras e outros produtos em um mesmo espaço, aumentando a renda familiar e reduzindo a dependência de monoculturas.

Além disso, os SAFs promovem a melhoria da qualidade do solo por meio da ciclagem de nutrientes e do aumento da matéria orgânica, reduzindo a necessidade de fertilizantes químicos e seus impactos ambientais. A presença de árvores nos SAFs também contribui para a conservação dos recursos hídricos, protegendo o solo da erosão e melhorando a infiltração da água, aumentando a resiliência hídrica das propriedades.

1. Sonia de Fatima Silva e Marciel Manoel da Silva no Sistema Agroflorestal-SAF. Assentamento 12 De Outubro COOPERVIA- Cláudia /MT. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade.

2. Mamão produzido no Sistema Agroflorestal – SAF. Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente – Cooperativa dos Produtores hortifrutigranjeiros de Paranaíta – COOPERVILA. Projeto Agroecologia em Rede: Conectando elos para Transição Orgânica da Produção Familiar Amazônica. – Paranaíta/MT

3. Florada do feijão-guandu. Sistema Agroflorestal – SAF. Assentamento 12 De Outubro COOPERVIA- Cláudia / MT. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade.

4. Roseli Alves de Souza Brito, Osvaldo de Brito e Sulivan Fernando da Silva. Ao fundo, vista parcial do Sistema Agroflorestal-SAF. Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente- Cooperativa dos Produtores hortifrutigranjeiros de Paranaíta – COOPERVILA. Projeto Agroecologia em Rede: Conectando Elos para Transição Orgânica da Produção Familiar Amazônica. – Paranaíta/MT.


1.

Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.


2.

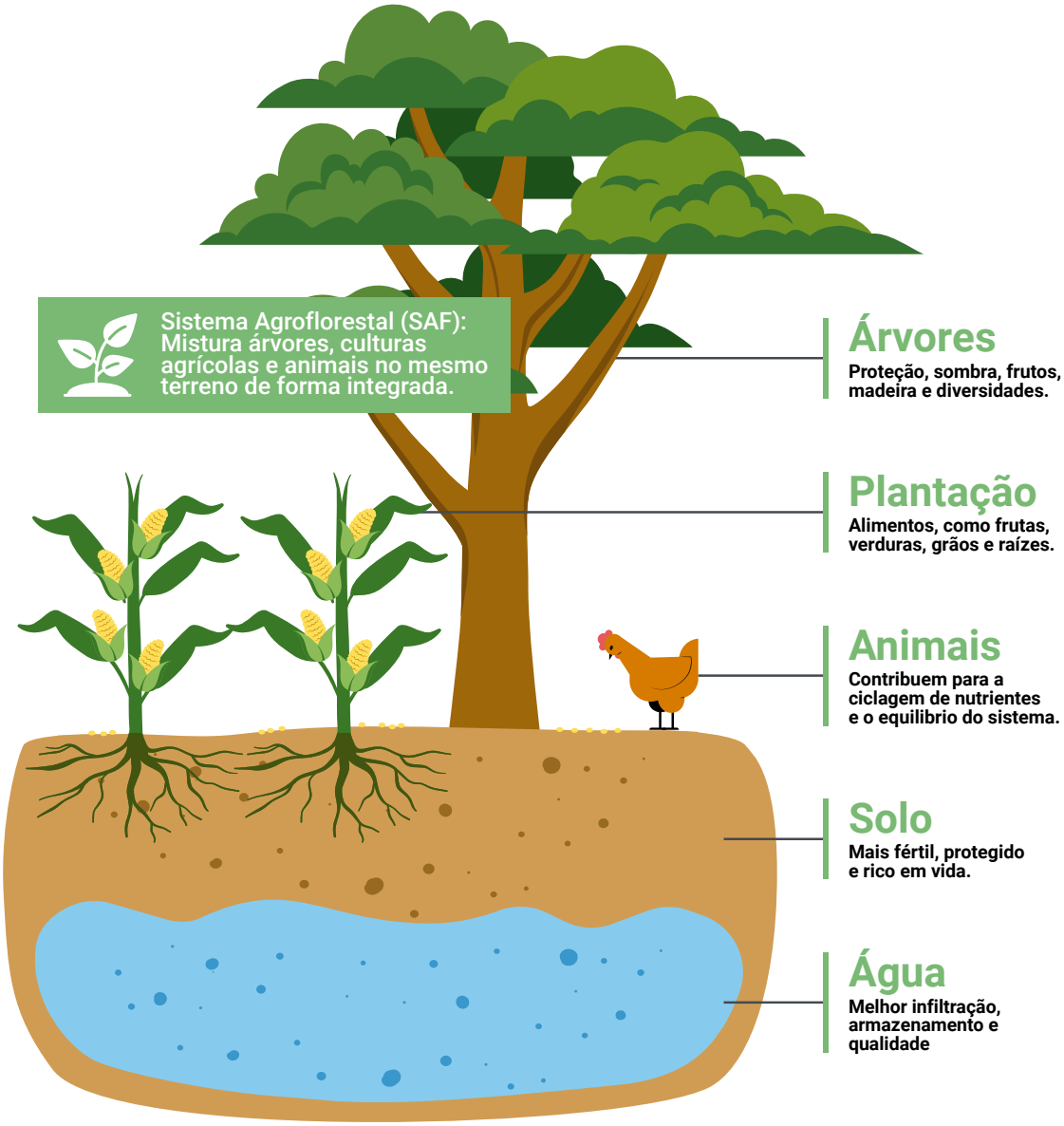
Fotografia: Elton Antonio da Silveira


3.

Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.


4.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira



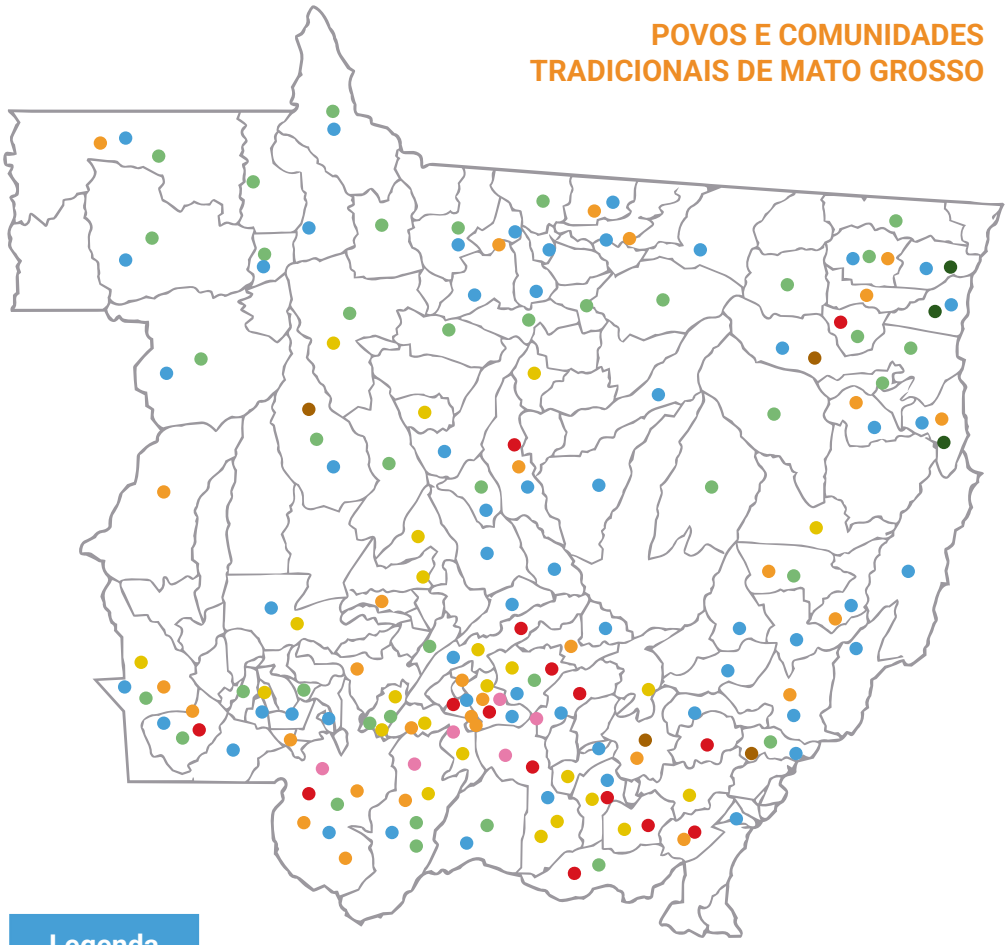
Do ponto de vista ambiental, os SAFs favorecem a conservação da biodiversidade ao oferecer habitat para diferentes espécies de plantas e animais, criando um ecossistema mais equilibrado. A capacidade de sequestrar carbono da atmosfera também coloca os SAFs como importantes aliados na mitigação das mudanças climáticas, representando uma excelente alternativa para a agricultura familiar e a conservação ambiental, impulsionando a produção de alimentos de forma sustentável, conservando recursos naturais e promovendo a resiliência socioambiental.



Um dos passos do subprograma, entre 2019 e 2021, foi a elaboração do diagnóstico dos povos e comunidades tradicionais do estado de Mato Grosso, devido à escassez de dados sobre esses grupos sociais, fato que dificultava suas ações.

A pesquisa revelou a grande diversidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais mato-grossenses, evidenciando a necessidade de atividades específicas e adaptadas às particularidades de cada grupo. Ao mesmo tempo, o diagnóstico destacou o importante papel desses grupos na conservação da biodiversidade e na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATO GROSSO



Legenda

- Extrativistas e Seringueiros
- Marroquianos
- Retireiros
- Pescadores e Ribeirinhos
- Pantaneiros
- Ciganos
- Povos do Terreiro
- Quilombolas

Fonete: MITRAUD, S.; RAMOS, J. F.; GOMES, J.; GUYOT, C. S. D.; CASTRO, I. Diagnóstico de povos e comunidades tradicionais em Mato Grosso: subsídio para processo de inclusão participativa no Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais do REM MT.

Vista parcial do Sistema Agroflorestal-SAF com espécies como o café (à frente) e banana (ao fundo). Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente – Cooperativa dos Produtores hortifrutigranjeiros de Paranaíta – COOPERVILA. Projeto Agroecologia em Rede: Conectando elos para Transição Orgânica da Produção Familiar Amazônica. – Paranaíta/MT.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira

Portanto, além dos agricultores familiares, o Subprograma AFPCT do Programa REM MT foi direcionado aos grupos sociais que possuem características culturais, sociais e econômicas próprias, transmitidas de geração em geração. Eles ocupam territórios específicos e mantêm uma relação estreita com o meio ambiente, utilizando seus recursos naturais de forma sustentável e são denominados povos e comunidades tradicionais.

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais no âmbito internacional encontra seu principal fundamento na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 5.051/2004. Essa norma internacional estabelece um vínculo entre os direitos desses grupos e a proteção ambiental, reconhecendo a importância de suas práticas tradicionais para a conservação da natureza.

Os quilombolas são guardiões de um rico patrimônio cultural e histórico, com conhecimentos tradicionais sobre a natureza e a agricultura que podem contribuir para a construção de um futuro mais sustentável. Desse modo, a preservação da sua cultura é fundamental para a diversidade cultural do Brasil e para a valorização da ancestralidade africana.

Por meio do incentivo à agricultura familiar e à segurança alimentar, o Programa REM MT, através do Subprograma AFPCT, contribuiu para a melhoria da qualidade de vida, gerando renda e promovendo a autonomia das populações tradicionais quilombolas. Além disso, ele impulsionou o fortalecimento da organização comunitária e seu empoderamento, incentivando a participação e a organização social, aumentando sua visibilidade e seu poder de decisão. Isso permite que elas sejam protagonistas na gestão de seus territórios e na busca por seus direitos.

Os povos que praticam as religiões de matriz africana, também incluídos no Subprograma AFPCT, estabelecem uma profunda conexão com a natureza, concebendo-a como um templo sagrado para a realização de seus rituais. Eles reverenciam os elementos naturais em todas as suas manifestações, cultivando uma relação de respeito e harmonia com o meio ambiente. A cosmologia, inspirada nos conhecimentos ancestrais, encontra na natureza a fonte de toda vida e a base para a compreensão do universo. Essa íntima ligação com o mundo natural permeia todos os aspectos da religião, desde as práticas ritualísticas até a cosmovisão que orienta a vida dos adeptos.

Equipamentos para a agroindústria adquiridos com apoio financeiro do Programa REM MT. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento. Projeto: Muxirum Quilombola.





Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Iolanda Ferreira da Silva, João Pedro da Silva, Germano Ferreira de Jesus, Oildo Ferreira da Silva, Wilson Ferreira da Silva, Justina Ferreira da Silva. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.





Fotografia: Fernanda Fidelis.

Mãe Joyce Lombardi, representante do segmento matriz africana durante o 1º Seminário de Consulta aos PCTs – 2025;



Nesse sentido, o Programa REM MT desempenhou um papel importante na organização e no empoderamento de comunidades de matriz africana, promovendo sua participação ativa em espaços de decisão e fomentando a construção de redes de colaboração.

Com cursos de capacitação, oficinas e a criação de comitês, o programa possibilitou que essas comunidades levassem suas demandas e reivindicações, contribuindo para a inclusão de seus territórios e saberes. A participação no Programa REM MT foi fundamental para superar a fragmentação e fortalecer a identidade coletiva, tornando essas comunidades mais resilientes e capazes de defender seus direitos.

A diversidade cultural dos povos e comunidades tradicionais do estado de Mato Grosso inclui também o grupo denominado Morroquianos, agricultores familiares que habitam a Morraria, região do município de Cáceres, caracterizada por um mosaico de paisagens do Bioma Cerrado. Eles constituem um segmento social com uma identidade fortemente vinculada ao território que desenvolveu um modo de vida singular, pautado por práticas agrícolas diversificadas e por uma relação profunda com o território.

O Programa REM MT ajudou a unir os Morroquianos e a criar uma rede de apoio entre as comunidades. Com encontros e atividades em conjunto, eles puderam compartilhar suas experiências e aprender uns com os outros. Essa união fortaleceu sua identidade e, ao participarem do programa, eles se sentiram mais valorizados e reconhecidos como parte importante na luta pela conservação da natureza.

No contexto do Subprograma AFPCT, participam também os Retireiros e Retireiras do Araguaia, pessoas organizadas em comunidades que habitam as margens do rio Araguaia, um dos mais importantes do estado de Mato Grosso.

Esse rio desempenha um papel fundamental na vida dessas comunidades tradicionais. As cheias e as secas, que acontecem todos os anos, moldam a forma como essas pessoas vivem e trabalham e influencia tudo, desde a pesca até a agricultura e a pecuária.

A relação entre os retireiros e o rio Araguaia é marcada por uma profunda interdependência. O rio fornece água para o consumo humano e animal, além de servir como via de transporte e fonte de alimento. As comunidades retireiras possuem um conhecimento profundo do rio e desenvolvem práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, garantindo a sua reprodução e a preservação da biodiversidade.

As oficinas promovidas pelo Programa REM MT para os retireiros e retireiras do Araguaia representaram um marco na sua trajetória, impulsionando um processo de fortalecimento institucional e empoderamento comunitário.



Horta no Assentamento 12 de Outubro.

Ao proporcionar o acesso a conhecimentos técnicos e ferramentas de gestão, o Programa REM MT contribuiu para a valorização do modo de vida tradicional e para a construção de um futuro mais justo e sustentável para a comunidade.

A organização socioprodutiva dos ribeirinhos, populações tradicionais que habitam as margens dos rios e vivenciam de forma intensa os ciclos de cheia e seca, é marcada pela diversidade de grupos, como pantaneiros, retireiros e pescadores artesanais. A atividade pesqueira, complementada pela agricultura de várzea e de terra firme, constitui o sustentáculo da vida dos povos ribeirinhos. Essa relação íntima com as águas molda suas identidades e culturas, manifestando-se de forma singular no Araguaia, no Pantanal e no Cerrado mato-grossense.

Ainda, esses grupos desenvolvem uma economia de subsistência baseada no cultivo de hortaliças, frutas, raízes e grãos. Em alguns casos, complementam sua renda com o extrativismo vegetal.

No âmbito do Subprograma AFPCT, estão incluídas também as populações tradicionais que vivem do extrativismo vegetal, entre elas, a população da Reserva Extrativista Estadual Guariba-Roosevelt, única unidade de conservação desse tipo no estado que pratica a extração de castanha-da-Amazônia. No entanto, Mato Grosso oferece um leque de produtos extrativistas, como babaçu, cumbaru, pequi, copaíba, sementes, mangaba e bocaiúva, coletados por diversos atores sociais, incluindo indígenas, extrativistas, agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Essa multiplicidade de pessoas e produtos extrativistas revela a importância da vegetação nativa dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal para a subsistência e geração de renda das comunidades. Tais grupos desempenham um papel fundamental na conservação da natureza e na promoção do desenvolvimento sustentável.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



Armazenamento de sementes coletadas por agricultores familiares extrativistas e comercializadas pelo Instituto Ouro Verde – IOV. Projeto: Agricultura Camponesa: articulando crédito e comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar no portal da Amazônia. Alta Floresta – MT.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Cumaru da Amazônia. Aldeia Kadjatnhõrõ. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul)-Peixoto de Azevedo/MT.

O Programa REM MT, através do Subprograma de AFPCT, demonstrou seu compromisso com as comunidades extrativistas elaborando e disponibilizando cartilhas informativas sobre produtos extrativistas com foco nas cadeias de valor do Babaçu, Castanha-da-Amazônia, Cumbaru e Pequi. O objetivo foi fornecer orientações práticas à população sobre o manejo adequado desses recursos naturais, alicerçando atividades extrativistas que conciliam a geração de renda com a conservação ambiental.

A escolha dessas espécies reside no fato de elas já representarem um modelo de ecologia extrativa com potencial para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de comunidades locais, povos tradicionais e agricultores familiares, sem comprometer a integridade dos biomas. Seus frutos e demais produtos florestais não madeireiros permitem o estabelecimento de práticas ecológicas que mantêm as tradições e o sustento de diversas comunidades, assegurando a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

As cartilhas elaboradas pelo Programa REM MT se configuram como ferramentas para produtores, extrativistas, cooperativas e associações, contribuindo para o fortalecimento da cadeia de valor desses produtos e para a promoção de um desenvolvimento socioambiental justo. Ressalta-se, ainda, o papel do programa na valorização do trabalho das mulheres, historicamente ligadas ao extrativismo, reconhecendo sua importância na conservação da sociobiodiversidade e no desenvolvimento local.

Produtos derivados do cumbaru. Projeto Cumbarusando Mato Grosso – Coopernossasenhora – Coorimbatá e Jovens do Campo. (JNC) – CTA – Várzea Grande/MT.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Marcio Camilo.

2ª Oficina de Mapeamento das Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade realizada em 2022.



Cartilha "Sociobiodiversidade – Conheça as cadeias de valor do babaçu, castanha do brasil, cumbaru e pequi"

O Programa REM MT, ao promover a conservação da floresta e incentivar práticas sustentáveis, reconhece a importância da equidade de gênero como pilar fundamental para o sucesso de suas ações. Por meio de um trabalho minucioso de mapeamento e diálogo com as comunidades, foi possível identificar tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pelas mulheres nesses contextos.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Sementes de mirindiba extraídas das florestas do Bioma Amazônia. Instituto Ouro Verde – IOV. Projeto: Agricultura Camponesa: articulando crédito e comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar no portal da Amazônia. Alta Floresta – MT.

Nas atividades com as mulheres, foram utilizadas várias metodologias, como:

- oficinas participativas, que proporcionaram um espaço para que elas compartilhassem suas experiências e conhecimentos, identificando as principais dificuldades e as oportunidades para o seu desenvolvimento;
- entrevistas, que permitiram aprofundar a compreensão sobre a divisão de trabalho, o acesso a recursos e as decisões tomadas nas famílias e comunidades;
- rodas de conversa, que criaram um ambiente seguro para que as mulheres pudessem expressar suas opiniões e construir coletivamente soluções para os desafios enfrentados.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Castanha de cumbaru já quebrada. Projeto Cumbarusando Mato Grosso – Coopernossasenhora – Coorimbatá e Jovens do Campo. (JNC)- CTA – Várzea Grande.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

As Margaridas, da esquerda para direita: Rosangela Moraes da Silva , Ivanilde Lima da Silva, Marli Sonia Rezende da Silva Santos, Sueli Moreira dos Santos, Maria Neuza Martins, Vilma Barbosa Paixão, Maria de Fátima M. de P. da Silva, Rita Júlia de Souza Zocal, Aparecida Gomes Mussato, Lusia Ramos de Lacerda, Eni Batista da Silva. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol D´Oeste/MT.

A melhor intervenção do Programa REM MT foi no sentido da organização das pessoas de matriz africana. Antes, era cada um no seu terreiro, não existia um coletivo. O REM MT possibilitou a capacitação e a formação de lideranças, porque quando você vence as dificuldades, acaba se tornando referência; trouxe conhecimento! Mesmo que os processos sejam difíceis, é possível a gente acessá-los, encontrar caminhos. Aqui é um resgate da esperança dos povos e comunidades tradicionais.

Joyce Lilian Lombardi – Representante dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – povos de matriz africana

As ações devem chegar nas comunidades porque isso é importante para a gente fortalecer e a juventude acreditar e continuar a luta!

Rubem Taverny Sales – Associação dos Retireiros e Retireiras do Araguaia

A falta de apoio faz com que os extrativistas procurem outras formas de trabalho e terminam degradando o seu próprio território, porque uma vez que eles não têm acesso a uma fonte de renda, vão trabalhar com uma produção pecuária de grande impacto, extração de madeira, enfim. O REM MT quando apoia essa produção mais sustentável, ajuda a preservar as florestas.

Everaldo Dutra Dos Santos – Reserva Extrativista Guariba Rooselvelt

Para construir políticas públicas, é preciso um espaço de interlocução junto com o governo do estado, e esse espaço com certeza é o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Mato Grosso – CEPCT. E, hoje criado por decreto, dá mais segurança de que um comitê! Realmente tem um espaço de visibilidade de construção de políticas públicas. O REM MT contribuiu para a construção desse espaço, eu acho que se a gente for analisar esse é o principal legado do REM MT para os povos e comunidades tradicionais.

Claudia Sala De Pinho – MMA/DPCT

Os resultados desse trabalho foram registrados em uma cartilha construída coletivamente, a partir das contribuições de agricultoras e agricultores familiares, bem como de representantes de povos e comunidades tradicionais do estado de Mato Grosso.

O Subprograma AFPCT também inclui a comunidade cigana do estado de Mato Grosso, composta por diversas etnias e subgrupos, que apresenta rica diversidade cultural e histórica. Embora tenham sofrido com a perda de seus territórios tradicionais e com a pressão para se sedentarizar, os ciganos têm buscado preservar suas tradições e construir novas formas de organização social.



Cartilha "Promovendo a Equidade"



Fotografia: Fernanda Fidelis.

Nilva Rodrigues Cunha. Representante dos Povos Ciganos durante o 1º Seminário de Consulta aos PCTs. Cuiabá – MT. 2024.



Fotografia: Fernanda Fidelis.

Marcos Túlio Costa Gattas – Representante dos Povos Ciganos durante o 1º Seminário de Consulta aos PCTs. Cuiabá – MT. 2024.

A criação da Associação Estadual das Etnias Ciganas (AEEC) representou um importante passo nesse sentido, ao oferecer um espaço de articulação e defesa dos direitos da comunidade. No entanto, os ciganos ainda enfrentam desafios significativos, como o acesso à educação de qualidade, à saúde e à terra, exigindo a implementação de políticas públicas específicas e o fortalecimento de suas organizações.

A diversidade de grupos sociais beneficiados pelo Programa REM MT, por meio do Subprograma AFPCT, evidencia a importância de políticas públicas que reconheçam e valorizem as especificidades de cada grupo. O programa contribuiu para o empoderamento dessas comunidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos de decisão.

Apesar dos avanços alcançados, ainda há desafios a serem superados. A persistência da desigualdade social, a pressão sobre os recursos naturais e as mudanças climáticas são alguns dos obstáculos que precisam ser enfrentados. Logo, é fundamental continuar investindo em políticas públicas que garantam a proteção dos territórios tradicionais, o acesso à terra e aos recursos naturais, e a valorização da cultura e dos saberes desses grupos.

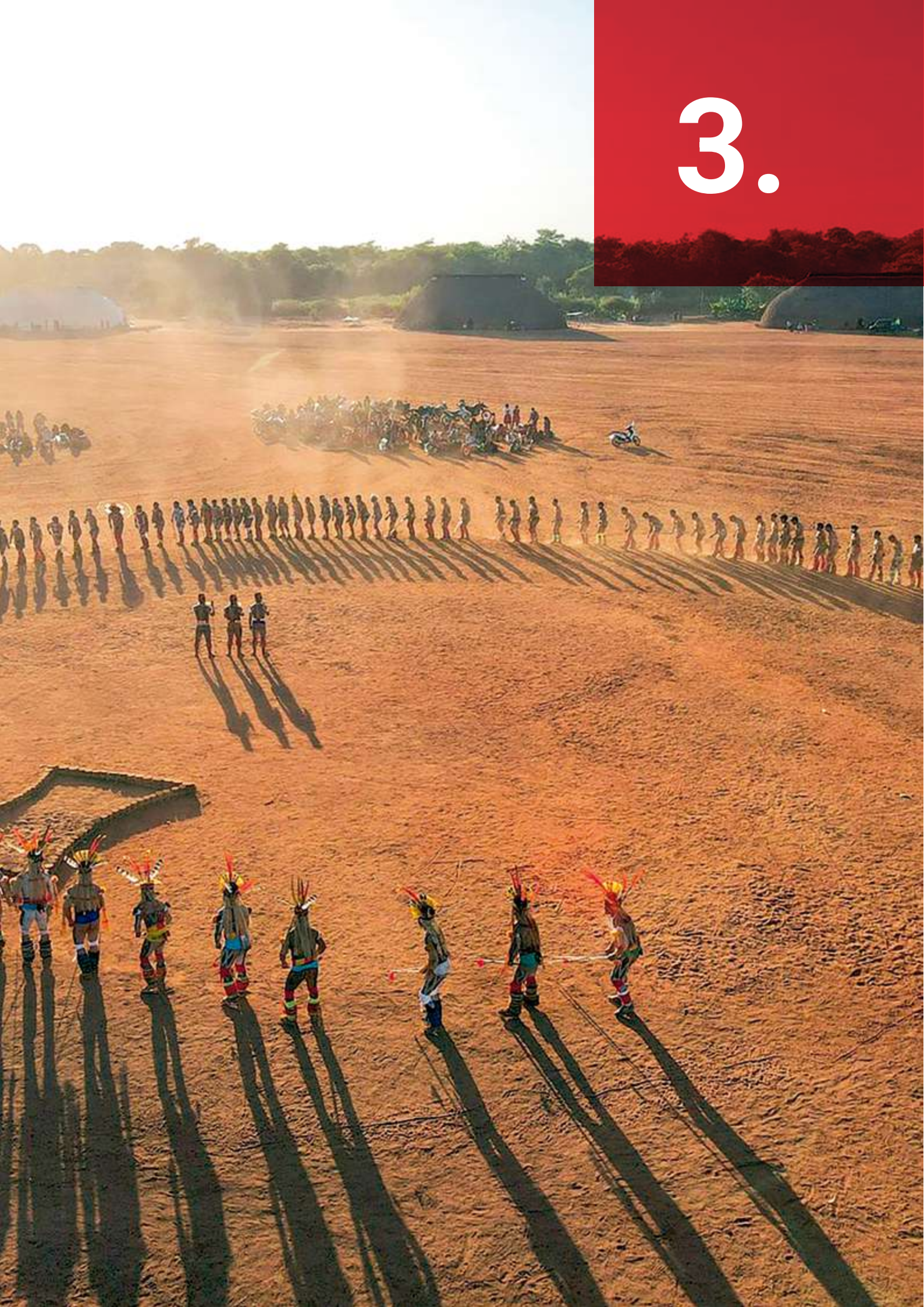
O legado do Programa REM MT transcende a mera transferência de recursos financeiros. Ao promover a participação social, a valorização da diversidade cultural e a construção de redes de colaboração, ele contribuiu para fortalecer a identidade e a autonomia das comunidades beneficiadas.



Fotografia: Elton Antonio Silveira

Cumaru da Amazônia. Aldeia Kadjatnhõrõ. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo MT.

3.



REM MT: TECENDO A GOVERNANÇA INDÍGENA PARA A CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Os povos indígenas do estado de Mato Grosso, são guardiões da sociobiodiversidade do estado. Ao longo de séculos, eles desenvolveram uma profunda conexão com a Floresta Amazônica, o Cerrado e o Pantanal, aprendendo a viver em harmonia com a natureza. Seus conhecimentos sobre as plantas, os animais e os ciclos naturais são um tesouro inestimável. Por meio de práticas tradicionais, os indígenas contribuem para a conservação desses biomas e garantem a sobrevivência de diversas espécies e a manutenção da cultura.

Na Amazônia Mato-grossense, os povos indígenas atuam na linha de frente da conservação da floresta, combatendo o desmatamento e protegendo a biodiversidade local. Seus sistemas agroflorestais, o uso rotativo da terra e o conhecimento profundo sobre as espécies da flora e da fauna garantem a sustentabilidade do bioma.

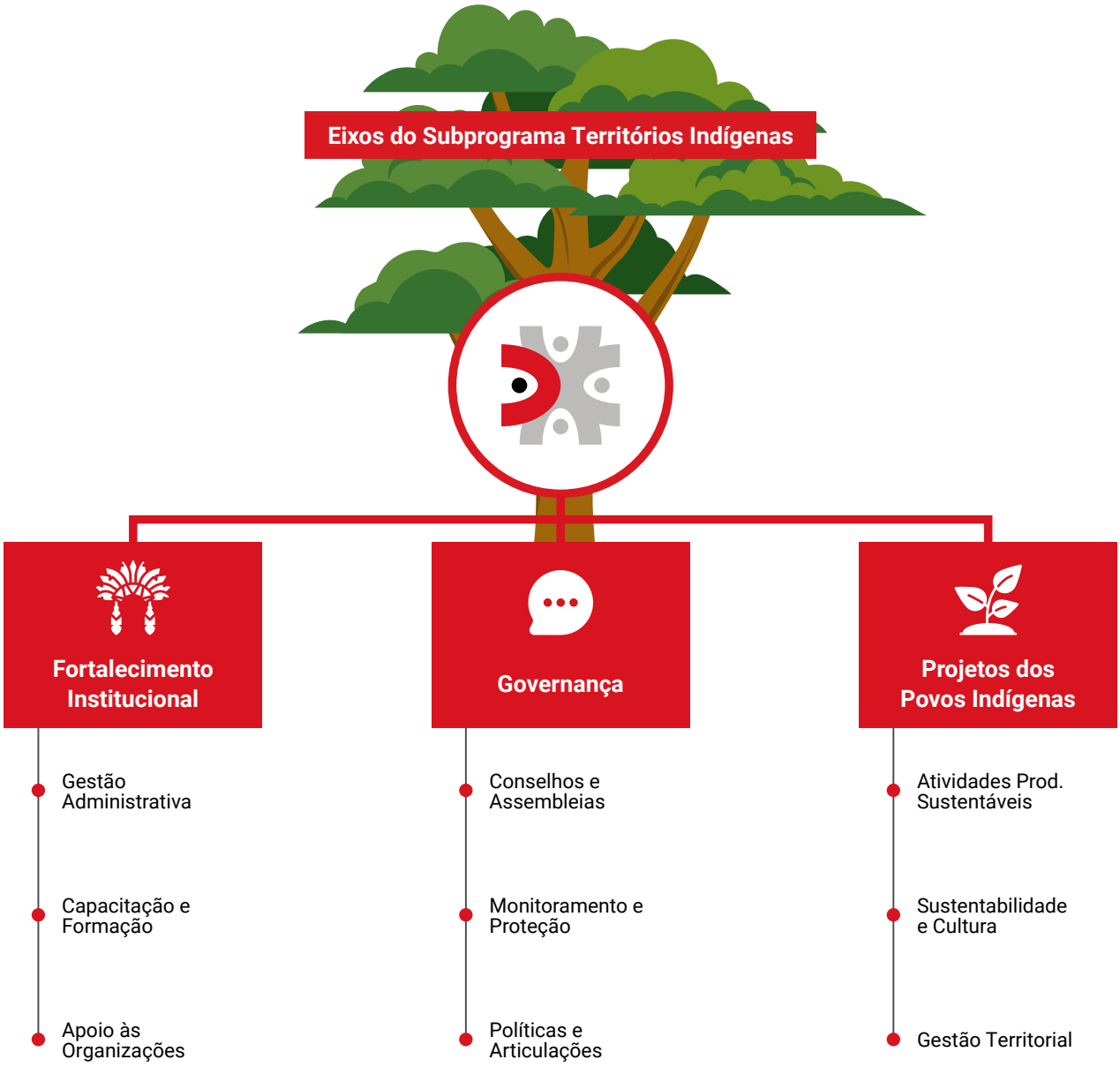
No Cerrado, o manejo tradicional do fogo, realizado com sabedoria e precisão, contribui para a renovação da vegetação, a manutenção da biodiversidade e a prevenção de grandes incêndios.

Já no Pantanal, os povos indígenas demonstram uma relação harmoniosa com as águas, respeitando os ciclos de cheia e vazante, utilizando os recursos pesqueiros de forma sustentável. Seus conhecimentos sobre a fauna e a flora pantaneira são essenciais para a conservação desse ecossistema único.

A interconexão entre esses três biomas é fundamental para a manutenção da sociobiodiversidade de Mato Grosso. Os povos indígenas, com sua presença ancestral e seus conhecimentos tradicionais, garantem o equilíbrio ecológico e a preservação da vida para as presentes e futuras gerações.

Reconhecendo essa importância, o Programa REM MT, por meio do Subprograma Territórios Indígenas (TI), buscou fortalecer as organizações indígenas e apoiar projetos que promovessem o protagonismo indígena na gestão territorial e ambiental, a segurança alimentar, a geração de renda e a saúde nas terras indígenas. Assim, teve como objetivo central fortalecer as organizações indígenas do estado. Entre elas, a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), buscando apoiar o empoderamento das mulheres indígenas.

O Subprograma Territórios Indígenas foi dividido em três eixos: Fortalecimento Institucional; Governança e Projetos dos Povos Indígenas. Durante a primeira fase do Programa REM MT, foram desenvolvidas ações importantes no contexto do Subprograma Territórios Indígenas. Entre elas, destaca-se o fortalecimento de uma entidade que representasse essas comunidades. A Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) já havia sido criada, mas enfrentava dificuldades para se manter. Nesse momento, a iniciativa governamental, por meio do eixo de fortalecimento institucional, começou a apoiar a organização para que ela se tornasse parceira na efetivação de suas metas. Essa consolidação proporcionou aos povos originários do estado uma maior articulação e participação. Tal união foi fundamental para a construção e gestão do referido subprograma, no qual os povos indígenas exerceram papel central nas decisões por meio de um modelo inovador de governança compartilhada.



Em 2017 e 2018, os povos indígenas de Mato Grosso embarcaram em uma jornada de construção coletiva, com o apoio do Programa REM MT, a FEPOIMT e o Instituto Centro de Vida (ICV) promoveram uma série de encontros em diferentes regiões do estado, onde os 43 povos indígenas puderam discutir e decidir juntos sobre as prioridades para o desenvolvimento de seus territórios.

Consulta aos povos indígenas realizada no Posto Leonardo Vilas Boas, no Parque Indígena do Xingu. Novembro/2018.



Fotografia: Joanna Ramos.



Fotografia: Joanna Ramos.

Consulta aos povos indígenas realizada no Posto Leonardo Vilas Boas, no Parque Indígena do Xingu. Novembro/2018.

As vozes dos povos indígenas da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal foram ouvidas de múltiplas maneiras durante a primeira fase do Programa REM MT.

A primeira foi durante a elaboração das diretrizes do Subprograma Territórios Indígenas por meio da realização de Oficinas Regionais de Informação e Construção, que representaram um marco fundamental para o diálogo entre os povos indígenas e os gestores do Programa REM MT. Nesses encontros, estabeleceu-se um espaço de troca de conhecimentos e experiências, com o objetivo de construir, de forma participativa e democrática, uma proposta para o Subprograma Territórios Indígenas.

Temas Prioritários
Subprograma Territórios Indígenas

Fortalecimento Institucional

Qualificar a participação de lideranças e organizações indígenas na governança socioambiental, por meio do fortalecimento de suas estruturas gerenciais e sociopolíticas e sua capacidade de diálogo e negociação.

Linhas de Ação

- Formação de liderança políticas.
- Fortalecimento das organizações indígenas para planejar, executar e gerenciar projetos.
- Criação e estruturação de novas organizações de base.
- Estruturação e fortalecimento da FEPOIMT.

Fortalecimento Sociocultural

Promover o resgate e preservação das culturas indígenas, fortalecendo os conhecimentos tradicionais associados.

Linhas de Ação

- Preservação da cultura e língua materna.
- Promoção da medicina tradicional e saúde indígena.
- Conservação dos sítios arqueológicos.
- Proteção dos guardiões e perpetuação dos saberes tradicionais.

Produção e Coleta para Soberania Alimentar

Promover cadeias produtivas de prioridade dos povos indígenas, a produtividade e o acesso a mercados, atividades para geração de trabalho e renda sustentável e o aumento de oferta de alimentos saudáveis em regiões de vulnerabilidade nutricional.

Linhas de Ação

- Boas práticas e ATER.
- Apoio a cadeias produtivas sustentáveis.
- Sementes.
- Geração de trabalho e renda.
- Comercialização.

Mulheres, Equidade e Gênero

Promover o empoderamento das mulheres indígenas para sua participação efetiva em processos coletivos tomadas de decisão e desenho e implementação de projetos de seu interesse.

Linhas de Ação

- Participação equitativa nos diálogos e tomadas de decisão.
- Trabalho e renda.
- Formação e intercâmbio.

Subprograma Territórios Indígenas

Temas Prioritários

Gestão Territorial

Aumentar o número de territórios indígenas com planos de gestão ambiental e territorial, para ampliar o potencial de uso, controle e conhecimento sobre o território e seus recursos pelos habitantes.

Linhas de Ação

- Demarcação de terras.
- Planos de gestão ambiental e territorial indígenas.

Infraestrutura nas Aldeias

Melhorar as condições de conectividade, acesso e bem-estar nas aldeias e entre territórios.

Linhas de Ação

- Saúde e educação.
- Inovação em comunicação/energia.
- Acesso e mobilidade.

Vigilância e Monitoramento

Reduzir os riscos decorrentes de invasões e atividades ambientalmente impactantes dentro dos territórios indígenas.

Linhas de Ação

- Prevenção e combate às queimadas.
- Monitoramento ambiental.
- Fiscalização do meio ambiente e território.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

Apoiar atividades que contribuam para a qualidade ambiental nos territórios indígenas.

Linhas de Ação

- Conservação ambiental.
- Manejo de resíduos sólidos.
- Educação ambiental.
- Reflorestamento.
- Gestão de recursos hídricos.

Governança

Garantir a participação nos processos de tomada de decisão e a promoção do protagonismo, autodeterminação e participação dos povos indígenas na implementação de políticas públicas.

Linhas de Ação

- Diálogos e intercâmbios.
- Protocolos de consulta.
- Articulação política.

O cerne das discussões nas oficinas girou em torno de três eixos principais:

- a identificação das atividades tradicionalmente realizadas pelos povos indígenas que se alinhavam aos objetivos do Programa REM MT;
- os desafios e necessidades enfrentadas pelas comunidades;
- a formulação de propostas para o aprimoramento dessas atividades.

Essa iniciativa pioneira buscou garantir que a voz dos povos indígenas fosse ouvida e respeitada. Ao participarem desse processo, eles asseguraram que as ações do Subprograma Territórios Indígenas atendessem às suas necessidades e realidades específicas.

Por meio de um processo de diálogo, os participantes das oficinas foram convidados a compartilhar suas experiências, conhecimentos e expectativas em relação ao programa. Essa abordagem permitiu que as comunidades indígenas expressassem suas demandas de forma autônoma, contribuindo para a construção de um plano de trabalho que atendesse às suas necessidades específicas.



Fotografia: Joanna Ramos.

Oficina na Regional Cerrado e Pantanal, de 22 a 24 de maio 2018, na aldeia Meruri – Município de General Carneiro/MT, com 150 participantes dos povos Boe-Bororo, Bakairi, Guató, Nambikwara, Pareci e Umutina.

Ao final de cada oficina, as delegações elaboravam seus próprios Planos de Trabalho, nos quais eram definidas as ações a serem implementadas, os indicadores de acompanhamento e os responsáveis por cada atividade. Além disso, as comunidades sintetizaram suas propostas para o Subprograma Territórios Indígenas, apresentando sugestões concretas para o aprimoramento das políticas públicas destinadas a esses povos em Mato Grosso. Os referidos encontros regionais de informação e construção proporcionaram um espaço de diálogo, no qual os participantes puderam exercer seu protagonismo e estabelecer as demandas mais importantes à sua realidade. Dessa forma, surgiram nove eixos temáticos, dentre os quais foram priorizados o fortalecimento institucional, a sustentabilidade, o meio ambiente e a governança. Como um marco histórico para os povos originários, esse conjunto de diretrizes foi elaborado por meio de um processo de debate e formulação conjunta que envolveu os povos originários, a sociedade civil e o governo.

Priorização de Temas por Povos Indígenas em Mato Grosso

1 Governança | 2 Sustentabilidade e meio ambiente | 3 Vigilância e monitoramento | 4 Mulheres, equidade e gênero | 5 Gestão territorial

6 Fortalecimento institucional | 7 Fortalecimento sociocultural | 8 Prod. e coleta para soberania alimentar | 9 Infraestutura na aldeias

Região Noroeste

Kayabi Kawaiwetee Munduruku — 2 6

Enawenê-Nawê — 7 6

Surui Paiter e Cinta Larga
Ti Aripuanã — 1 8

Zoró
Pangyjêj — 6 1

Cinta Larga
TI Parque do Aripuanã; TI Serra Morena e Rikbaktsa: TI Escondido; TI Japuira — 8 1

Arara
Yugapkatã
TI Arara do Rio Branco, Arara do Guariba — 8 3

Irantxe
Manoki — 7 6

Região Xingu

Waurá e Mehinako — 3 6

Txicão
Ikpeng — 2 6

Kuikuro, Kalapalo, Nahkuá, Matipu — 2 6

Yawalapiti — 3 8

Trumai — 7 6

Aweti — 7 1

Kaiabi
Kawaiwete — 7 1

Kamaiurá — 3 6

Região Cerrado/Pantanal

Guató — 3 1

Paresí
Halíti — 2 6

Bakairi
Kurã — 3 8

Bororo
Boe — 5 7

Nambiquara — 8 2

Umutina
Balotiponé — 6 2

Região Kayapó/Norte

Panará — 6 7

Juruna
Yudja Ti Xingu — 3 2

Terena — 8 6

Kayapó
TI Menkragnoti — 9 6

Tapayuna — 1 6

Kaiabi Kawaiwete
Ti Kayabi Apiaká — 6 2

Kayapó e Trumai
Ti Capoto Jarina Juruna Yudja To Kapôt Nhinore — 2 7

Região Vale do Guaporé

Nambikwaras do Cerrado
Holotésu, Sawentésu, Wakalitesu, Alakatesu — 6 7

Nambikwaras Setentrional
Mamaindê, Negarotê — 7 3

Nambikwaras do Vale
Alantesu, Hahãintesu, Wasusu, Katitauriu/Kithãulhu — 1 8

Chiquitanos — 2 5

Região Araguia

Krenak/Maxacali e Kanela — 2 6

Tapirapé
Apyãwa; TI Urubu Branco — 1 5

Tapirapé e Karajá
Apyãwa e Iny — 7 2

Karajá Iny
TI São Domingos — 5 3

Região Xavante

GT 1 — 5 6

GT 2 — 2 6

GT 3 — 2 1

GT 4 — 5 6



Jaime Zehamy Rikbaktatsa, representante da regional Noroeste e Eliel Jorge Rondon, representante da regional Norte, membros da Comissão de Governança Indígena do Subprograma Territórios Indígenas do REM MT

Essa iniciativa pioneira representou um avanço significativo no reconhecimento e na valorização dos direitos indígenas, estabelecendo um novo patamar de participação e protagonismo desses povos na gestão de seus territórios.

Alicerçadas nos princípios da autodeterminação e do respeito à diversidade cultural, as normativas foram concebidas para garantir que os povos indígenas de Mato Grosso pudessem exercer seus direitos de forma plena e autônoma. Através de um processo de consulta livre, prévia e informada, as comunidades indígenas tiveram a oportunidade de expressar suas necessidades, prioridades e visões de futuro, contribuindo ativamente para a construção de um documento que refletisse suas aspirações.



A FEPOIMT, em parceria com o Programa REM MT, implementou um processo de consulta ampla e democrática aos povos indígenas do estado, com o objetivo de coletar suas demandas e expectativas em relação ao programa. Essa iniciativa se fundamentou no princípio da Consulta Prévia, Livre e Informada (CLPI), consagrado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A CLPI garante o direito dos povos indígenas de serem ouvidos e de participarem ativamente das decisões que afetam seus territórios e modos de vida. Por meio desses protocolos, os povos indígenas podem expressar suas opiniões, preocupações e propostas, contribuindo para a construção de relações mais justas e equitativas entre eles, o Estado e a sociedade.

Essa iniciativa demonstrou o compromisso do Programa REM MT em construir um processo de participação mais inclusivo e transparente. A ampla participação dos povos indígenas nas decisões do subprograma, embora fundamental para garantir a legitimidade das ações, demandou processos decisórios mais longos. A necessidade de consultar todas as comunidades e garantir que suas vozes fossem ouvidas resultou em um tempo de resposta maior.

Apesar desse desafio, a participação indígena tem sido um diferencial estratégico para o subprograma. O processo de consulta aos povos indígenas para a adesão ao Programa REM MT em Mato Grosso foi iniciado na região do Cerrado e Pantanal, com a realização de oficinas participativas. Essas oficinas contaram com a presença de tradutores e especialistas, que apresentaram as propostas do programa de forma clara e objetiva, sem, no entanto, condicionar a participação dos povos indígenas. A fim de garantir a representatividade das mulheres nas decisões, foi estabelecida uma meta de participação feminina de 30% nas oficinas.

Na região do Xingu, a consulta aos povos indígenas assumiu proporções ainda maiores, com a realização de uma assembleia geral que reuniu mais de 800 lideranças. Apesar dos desafios logísticos e das condições adversas, a assembleia foi um sucesso, resultando na aprovação da participação dos povos da região no Programa REM MT.

Oficina Regional Noroeste, de 17 a 19 de julho de 2018, na Aldeia Cravari, Terra Indígena Irantxe – município de Brasnorte/MT, com 150 participantes dos povos Manoki, Rikbaktsa, Arara, Cinta Larga, Kayabi, Mundurunku, Enawenê-Nawê, Surui Paetér e Zoró.



Fotografia: Joanna Ramos

No entanto, os povos indígenas do Xingu apresentaram algumas ressalvas, solicitando a realização de um processo de consulta interno para alinhar a adesão ao programa com seus protocolos tradicionais. Após um período de diálogo e negociação, eles decidiram aderir ao Programa REM MT, reconhecendo a importância da iniciativa para a conservação de seus territórios e a promoção do desenvolvimento sustentável.



Marcos Antonio Ferreira, Ligia Vendramin e Paula Vanucci, representantes do Programa REM MT junto à presidente da FEPOIMT, Eliane Xunakalo e da coordenadora do Departamento de Mulheres da Fepoimt, Maria Anarrory, na 9ª reunião da Comissão de Governança Indígena do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM MT, em 2023.

Como resultado da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), foi constituída a Comissão de Governança Indígena do Subprograma Territórios Indígenas, visando garantir que as próprias comunidades fossem as principais protagonistas na definição de prioridades, na alocação de recursos e no direcionamento das ações, bem como para auxiliar na comunicação com as bases. A participação ativa desses povos em todas as etapas do processo decisório — com orientações que iam desde a elaboração dos editais até a avaliação dos resultados dos projetos aprovados — constituiu um diferencial fundamental desse modelo de gestão.

A construção desse modelo de gestão foi um processo desafiador, que exigiu um intenso diálogo entre os diferentes atores envolvidos. A diversidade cultural dos povos indígenas, com suas línguas e costumes próprios, demandou a criação de mecanismos de comunicação e participação inclusivos. Além disso, foi necessário superar resistências e preconceitos por parte de alguns setores do governo, que não estavam acostumados a lidar com processos de decisão tão descentralizados e participativos.



Apesar dos desafios, a experiência da governança compartilhada no Programa REM MT em Mato Grosso demonstra a importância de fortalecer a autonomia dos povos indígenas e de reconhecer seus conhecimentos tradicionais como elementos fundamentais para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

Entre julho de 2020 e junho de 2021, as ações do programa para os povos indígenas foram focadas em lidar com a pandemia de COVID-19. Por isso, foi criado um Plano Emergencial, aprovado em setembro de 2020, com a finalidade de realizar ações para minimizar os impactos da pandemia na saúde, alimentação, prevenção de incêndios e comunicação.



Esse plano abrangeu as sete regiões indígenas do estado de Mato Grosso: Xingu, Médio Araguaia, Vale do Guaporé, Xavante, Noroeste, Norte e Kayapó e Cerrado e Pantanal.

As ações emergenciais do Programa REM MT durante a pandemia atenderam a saúde indigena e segurança alimentar, com a distribuição de kits de alimentos, remédios e o incentivo à produção local, como a criação de galinhas e peixes para subsistência.

Priorizou-se a interlocução entre a FEPOIMT e outras organizações, com o intuito de elaborar e executar projetos que atendessem às necessidades das comunidades locais. Essas entidades eram denominadas aglutinadoras — eram de caráter indígena, indigenista ou de apoio aos povos originários —, e apresentavam estrutura administrativa e gerencial, além de terem aceitado respaldar instituições menores ou em processo de criação.









> Durante o Plano Emergencial do Programa REM MT, o Instituto Raoni recebeu verba e foi atendendo cada etnia, cada um queria uma atividade, por exemplo: os terena queriam casa de farinha moderna, Juruna e Tapauina queriam criação de galinha, Apiaká queria remédio, outros queriam internet para comunicar sobre doença. Meu avô Raoni queria casa de Pajé, para pajelança, porque no tempo da pandemia de COVID-19 os pajés contribuíram muito com remédio tradicional .
>
> Beptuk Metuktire – Instituto Raoni

Esse apoio se deu por meio do uso de sua estrutura administrativa, para recepção, gestão, execução e por vezes transferência de recursos, mas, principalmente, para a capacidade de prestar contas e comprovar o efetivo emprego destes recursos.

Inicialmente, o plano emergencial contemplava três áreas: segurança alimentar, saúde e comunicação. No entanto, devido ao grande número de incêndios em terras indígenas, decidiu-se incluir o combate aos incêndios florestais como uma quarta área prioritária. Decidiu-se, também, pela compra urgente de cestas básicas e medicamentos para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e as áreas mais necessitadas, definidas pela Governança do subprograma.

Sob a gestão da Federação, o Plano de Comunicação teve como propósito difundir as informações relevantes para as comunidades indígenas, especialmente sobre a pandemia de COVID-19.

Contratou-se uma agência de comunicação especializada na produção e disseminação de materiais informativos audiovisuais em português e nas línguas indígenas, garantindo a acessibilidade e a visibilidade do Programa REM MT e de suas ações.

É importante destacar o papel fundamental das aglutinadoras nesse processo. Escolhidas por cada regional, essas instituições foram responsáveis por articular as ações do Plano Emergencial em suas respectivas comunidades, garantindo que as necessidades específicas de cada povo fossem atendidas.

Até junho de 2022, os projetos em andamento ainda eram aqueles do Plano Emergencial de Enfrentamento à COVID-19. Cinco organizações aglutinadoras gerenciavam 71 projetos locais nas áreas de saúde, segurança e soberania alimentar, combate a incêndios e comunicação. Apesar de o plano ter sido criado para lidar com a emergência da pandemia, algumas ações tiveram resultados duradouros, como o aumento da produção de alimentos pelas famílias indígenas, melhorias na infraestrutura para guardar e transportar essa produção, incentivo ao uso de novas tecnologias na produção de alimentos e melhorias nos postos de saúde.

As ações implementadas deixaram um legado duradouro, com o fortalecimento das organizações indígenas, a capacitação de lideranças e o desenvolvimento de projetos de geração de renda e proteção ambiental.





Formação de brigadas indígenas apoiadas pelo Programa REM MT













Durante a primeira fase do Programa REM MT – Subprograma Territórios Indígenas, além da FEPOIMT, outras instituições indígenas foram fortalecidas. Inclusive as pequenas associações que nunca haviam recebido financiamentos públicos conseguiram visibilidade.

Os incêndios florestais nos anos de pandemia foram desastres que levaram à governança do subprograma deliberar por ações de apoio aos povos mais afetados e menos assistidos pelas ações e instituições já existentes, como Prevfogo do IBAMA, Bombeiros e outras iniciativas.

Grandes incêndios florestais ocorreram nos Biomas Cerrado e Pantanal e Amazônia. No combate a eles, três brigadas indígenas foram implantadas, treinadas e equipadas, na região do povo Xavante (Terras Indígenas: Parabubure, Merure e Pimentel Barbosa) para atuar durante o período de maior risco de incêndios de 2022.

Assim, brigadistas indígenas treinados por diversas iniciativas atuaram no combate aos incêndios como forma de proteção dos seus territórios, integrantes e suas moradias. Esse controle contribui para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, uma vez que a vegetação nativa desempenha um papel fundamental na captura e imobilização de carbono atmosférico.

Além disso, a proteção dos biomas é essencial para a manutenção da biodiversidade, para garantir a produção de água potável, regular o clima e proteger o solo. As ações de combate aos incêndios florestais, com a formação de brigadas indígenas e a aquisição de equipamentos de proteção, demonstraram o compromisso do Programa REM MT com a proteção do meio ambiente e com a sustentabilidade dos territórios indígenas.

O incentivo à agricultura familiar e o apoio à regularização das associações indígenas também contribuíram para a geração de renda e para o fortalecimento das comunidades.

Assim, o Programa REM MT se mostrou essencial para fortalecer a autonomia dos povos indígenas de Mato Grosso, proporcionando ferramentas e conhecimentos para a gestão de seus territórios e a promoção de práticas sustentáveis. A criação de brigadas voluntárias capacitadas para atuar na prevenção e combate a incêndios florestais foi uma medida estratégica para proteger os territórios indígenas e garantir a segurança das comunidades.



Diálogos de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas de Mato Grosso, organizado pelo Programa REM MT.

> O REM MT vem colocar luz na temática indígena, que costumava ser invisibilizada. O Programa REM MT traz os indígenas e os governantes para as mesas e para discutir problemas, propor projetos e alternativas de soluções.

Marcos Antônio Camargo Ferreira – Analista de Meio Ambiente/Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas

> O Programa REM MT trata as diferenças de modo de vida dos indígenas compreendendo as especificidades de cada povo. É um programa que tem uma lógica ocidental, mas nós tentamos garantir espaços para que essas pessoas com suas múltiplas lógicas sejam ouvidas. Garantir espaços é o desafio. o Programa REM MT faz um esforço para garantir diálogos interculturais.

Maria Paula Vanucci – Subprograma Territórios Indígenas

> Para a construção do subprograma houve uma consulta aos povos indígenas, onde foi proposta a criação da governança indígena. Apenas os indígenas têm direito a voto, embora instituições como a FUNAI, IBAMA, SESAI e as secretarias de estado integrem a governança. o Programa REM MT é um programa público, então o princípio da legalidade na administração pública tem que imperar, mas há um permanente exercício para alinhar os tempos e as caracteristicas diferentes de cada um dos povos indígenas de Mato Grosso.

Marcos Antônio Camargo Ferreira – Analista de Meio Ambiente/Coordenador Subprograma Territórios Indígenas

> O legado do Programa REM MT é a visibilização das organizações indígenas de base, as pequenas associações que acessaram recursos pela primeira vez por meio do Programa REM.

Maria Paula Vanucci – Assessora Técnica do Subprograma Territórios Indígenas

> Quando a gente se deparou com essa oportunidade do Programa REM MT, foi possível fazer uma avaliação de como as organizações indígenas estavam preparadas para lidar com projetos. É necessário fazer a formação para lidar com o projeto. Nós temos problemas, mas nosso potencial é muito maior para vencer os problemas.

Anukula kaiabi Suia – Povo indígena kawaiweté e Kisedje

“O grande legado para os povos indígenas de Mato Grosso foi o fortalecimento da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT. Sabíamos que estávamos em um estado com uma história de conservadorismo e que, por isso, precisávamos ser proativos. Desenvolvemos, então, uma proposta de governança que garantisse a participação efetiva dos povos indígenas em todas as etapas do programa. Somos o único subprograma do REM MT que tem uma governança”.

Eliane Xunakalo/Povo indígena Bakairi – Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT

“Meu papel era articular para poder ter essa participação e conseguir chegar a informação para maior parte dos povos indígenas. Então, foi um desafio conseguir fazer essas informações chegarem, conseguir fazer essa mediação com os indígenas. E a Funai também apoiou muito na parte dos indígenas da aldeia deles, onde eram feitas as reuniões de consulta. Eu vejo que fortaleceu a relação entre os povos indígenas, e o Governo do Estado, que acabou dialogando mais com eles. Alguns povos conseguiram acessar mais políticas públicas estaduais.

Carolina Delgado de Carvalho – FUNAI

“Foi uma mudança! O Programa REM MT teve essa sensibilidade de fazer essa consulta livre, prévia, informada, qualificada, com facilitação gráfica, para que os próprios indígenas pudessem decidir sobre o programa. E a gente criou uma governança própria indígena no âmbito do conselho. Então, é um produto importante do REM, essa nossa aproximação com os indígenas. A gente sempre tentou trazer os indígenas para o fórum, mas não conseguíamoster uma participação assídua deles. Mesmo porque nós não tínhamos recurso para trazer essas pessoas.

Mauricio Moleiro Philipp – SEMA/SUBIO/CMCR Analista de Meio Ambiente/Coordenador Mudanças Climáticas Redd+

“Eu diria que a gente sempre se interessou no REM pelo impacto que esse programa pode ter. Eu acho que ao longo dos anos do ICV, a gente foi entendendo também a dificuldade de ter impacto como uma organização do terceiro setor. O REM é um programa que realmente consegue mobilizar o setor público e o setor privado. Assim, são duas formas de impactar, muito mais que caminhando sozinho! Então, por isso que a gente se desdobrou, para dar viabilidade ao Programa REM MT.

Alice Thuault – Diretora Executiva do Instituto Centro de Vida

Em maio de 2023 aconteceu o 1º Seminário Diálogos de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas de Mato Grosso, promovido pelo Programa REM MT. Ele reuniu lideranças indígenas, especialistas e representantes de diversas etnias para debater os desafios e as soluções para a gestão sustentável de seus territórios.

O evento proporcionou um espaço de troca de experiências, visando fortalecer a autonomia indígena e promover a conservação da biodiversidade. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) foi um dos temas centrais, com discussões sobre sua implementação e importância para garantir a segurança alimentar, geração de renda e saúde das comunidades indígenas.



Equipe do Programa REM MT no 1º Seminário: Diálogos de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas de Mato Grosso, organizado pelo Programa REM MT.

Por meio de debates sobre etnomapeamento, etnozoneamento, mercado de carbono, REDD+ jurisdicional e outras temáticas relevantes, os participantes puderam compartilhar conhecimentos e práticas exitosas. A importância da demarcação de terras indígenas e a necessidade de políticas públicas que garantam a segurança territorial também foram destacadas.

O evento evidenciou a necessidade de fortalecer a união entre os povos indígenas e de ampliar o diálogo com o Estado para que a PNGATI saia do papel e seja efetivamente aplicada. A troca de experiências entre diferentes regiões do país e a participação de especialistas contribuíram para enriquecer o debate e inspirar novas ações em prol da proteção dos territórios indígenas e da promoção do bem-viver de suas comunidades.

Entre julho de 2022 e junho de 2023, foi realizado um diagnóstico para entender a situação legal e financeira das associações indígenas. O diagnóstico identificou 135 associações indígenas, sendo que 41 delas estavam em dia com suas obrigações, 49 estavam com problemas e 11 haviam encerrado suas atividades. Além disso, foram encontradas 34 associações que não estavam formalizadas.

Com base nesse estudo, foram oferecidas orientações e capacitação para auxiliar essas associações a se regularizarem. Em agosto de 2023, foi organizado um curso para líderes de 30 associações, visando capacitá-los em boas práticas de gestão. O material elaborado para esta capacitação foi posteriormente sistematizado e publicado como uma cartilha orientativa para as instituições indígenas.

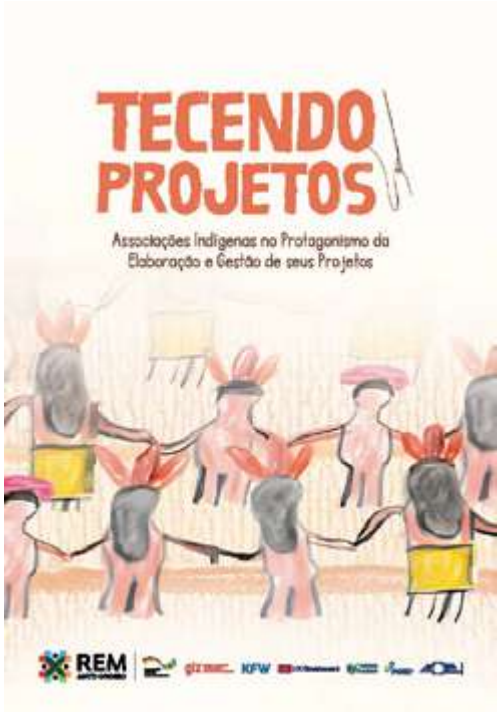


Cartilha "Plantando e Colhendo Juntos"

Essas ações de capacitação demonstraram ser um eixo primordial para o sucesso do subprograma, contribuindo para o empoderamento dos povos indígenas e para o fortalecimento de suas organizações. O apoio à elaboração de projetos de cadeia de valor, desenvolvidos pelos próprios indígenas em parceria com as suas associações, permitiu o fortalecimento da economia local e a geração de renda para as comunidades.

A cartilha "Tecendo Projetos" representa um marco importante na trajetória do Programa REM MT, materializando o compromisso com a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios. Fruto de uma oficina realizada em Cuiabá, entre abril e agosto de 2023, a cartilha é resultado de um processo colaborativo que envolveu diretamente as comunidades indígenas, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e experiências. Dividida em três módulos, a oficina abordou de forma prática e acessível os principais aspectos da elaboração e gestão de projetos, capacitando os participantes a desenvolver iniciativas que atendam às suas necessidades e prioridades.

Cartilhas lançadas pelo REM MT. voltadas para a comunicação e elaboração de projetos.







Em um mundo cada vez mais conectado, a comunicação digital emerge como uma poderosa ferramenta para que os povos indígenas ampliem suas vozes e defendam seus direitos. As redes sociais, em particular, têm se mostrado um espaço fundamental para que essas comunidades expressem suas diversas culturas, denunciem violações e mobilizem a sociedade em torno de suas causas.

O Programa REM MT, por meio do Subprograma Territórios Indígenas, elaborou a cartilha "Comunicação e Mídias Sociais para Mulheres Indígenas", considerando que as mídias sociais representam um espaço fundamental para o empoderamento das mulheres indígenas.

Por meio dessas plataformas, elas podem amplificar suas vozes, visibilizando suas culturas, denunciando violações de direitos e fortalecendo suas organizações. Já ao compartilhar conhecimentos tradicionais, costumes e valores, as mulheres indígenas contribuem para a valorização da diversidade cultural.

1. Oficina Organização de Base e Gestão de Projetos realizada em 2023.

2 Pequi – Projeto Sistemas Agroflorestais – SAFs como Incremento e Fortalecimento de Práticas de Roças Tradicionais Indígenas, desenvolvido nas aldeias Piyulaga, Pyulewene, Moygu, Kurere, Moitará e Capivara, dos povos: Waurá, Ikepeng e Kawaiwete, no Parque Indígena do Xingu.

3. Sistema Agroflorestal em Terra Indígena. Projeto Sistemas Agroflorestais -SAFs como Incremento e Fortalecimento de Práticas de Roças Tradicionais Indígenas, desenvolvido nas aldeias Piyulaga, Pyulewene, Moygu, Kurere, Moitará e Capivara, dos povos: Waurá, Ikepeng e Kawaiwete, no Parque Indígena do Xingu.


1.

Fotografia: Joanna Ramos


2.

Fotografia: Programa REM MT.


3.

Fotografia: Programa REM MT.

Além disso, as redes sociais permitem que elas criem redes de apoio, troquem experiências e inspirem outras mulheres a se organizarem e a lutarem por seus direitos, fortalecendo seus movimentos sociais. Para as mulheres indígenas, a comunicação representa um caminho para a visibilização de suas experiências, a valorização de suas culturas e a promoção de seus direitos.

O apoio à produção de alimentos nas roças indígenas, beneficiando as comunidades, contribuiu para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias, além de fortalecer a autonomia dos povos indígenas. As mulheres indígenas foram beneficiadas por ações específicas, que contaram com a parceria de diversos órgãos para superar desafios como a falta de transporte.

O Programa REM MT beneficiou os povos indígenas, demonstrando o seu compromisso com a diversidade cultural e a valorização dos conhecimentos tradicionais. As ações implementadas pelo programa contribuíram para o fortalecimento da identidade indígena, a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a conservação da biodiversidade.

Ao aliar os saberes tradicionais aos conhecimentos científicos, os jovens adquirem uma visão mais ampla e complexa da realidade, o que lhes permite atuar de forma mais eficaz em defesa de seus territórios e de seus direitos.

A experiência dos membros do Instituto Raoni demonstra a relevância da transmissão oral de conhecimentos como base para a formação de novos agentes transformadores. Por meio da convivência com lideranças mais experientes, os jovens indígenas são imersos em um universo de saberes ancestrais, aprendendo a valorizar sua cultura, história e identidade.

Com o apoio do Programa REM MT, o Instituto Raoni vem produzindo camisetas inspiradas na cultura indígena como uma forma de valorizar a identidade cultural e gerar renda para as comunidades. A criação de um Departamento de Mulheres, responsável pela produção e comercialização dessas camisetas, demonstra o empoderamento feminino e a importância da participação das mulheres nos processos produtivos.

Nesse sentido, o Programa REM MT tem desempenhado um papel crucial no empoderamento das mulheres indígenas na Terra Indígena Kaiapo. Por meio de capacitações e iniciativas que incentivam a gestão sustentável dos recursos naturais, o programa tem proporcionado ao gênero feminino voz para participar dos processos decisórios.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Beptuk Metuktire, gestor do Instituto Raoni e neto do Cacique Raoni, grande liderança indígena em defesa da Amazônia. Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul). Peixoto de Azevedo/MT.

Historicamente, as decisões nas aldeias indígenas eram predominantemente tomadas pelos homens. No entanto, com o apoio do Programa REM MT e de instituições como o Instituto Raoni, as mulheres têm conquistado cada vez mais espaço e voz. A realização de palestras, oficinas e mobilizações específicas para mulheres tem contribuído para o desenvolvimento de lideranças femininas e para a construção de uma visão de futuro mais equitativa e inclusiva.

A crescente participação das mulheres nas atividades comunitárias é evidente, especialmente nas áreas relacionadas à saúde e ao meio ambiente. As indígenas, por serem as principais cuidadoras de suas famílias, possuem um conhecimento profundo sobre as questões relacionadas à saúde e à alimentação. Essa expertise tem sido valorizada e incentivada pelo Programa REM MT, que também tem promovido a participação das mulheres em ações de promoção da saúde e de cuidado com a natureza.

A demanda por espaços exclusivos para mulheres, como ônibus para transporte em eventos e reuniões, demonstra a necessidade de criar ambientes seguros e acolhedores para que elas possam participar ativamente das discussões e decisões comunitárias. As comunidades indígenas, com o apoio do Programa REM MT, têm realizado assembleias específicas para as mulheres, nas quais são discutidas e definidas ações e projetos que visam atender às necessidades e demandas do gênero feminino. Essas assembleias são um espaço importante para que elas possam se organizar, trocar experiências, fortalecer suas lideranças.

O Programa REM MT tem oferecido diversas oportunidades para o empoderamento das mulheres indígenas, como:

- a realização de feiras de troca de sementes, que promovem a segurança alimentar;
- o resgate de conhecimentos tradicionais e a valorização da diversidade cultural.

Essas iniciativas têm contribuído para fortalecer a identidade cultural das mulheres e para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis.

A experiência do Instituto Raoni, que produz e comercializa artesanato, evidencia que a fabricação e comercialização apresentam particularidades que refletem a adaptação das comunidades às novas demandas do mercado e a escassez de recursos naturais.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Colares feitos de miçangas de plástico adquiridas em São Paulo, elemento que substituiu a coleta de sementes nas florestas. Instituto Raoni – Peixoto de Azevedo/MT.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Colares feitos de miçangas de plástico adquiridas em São Paulo, elemento que substituiu a coleta de sementes nas florestas. Instituto Raoni – Peixoto de Azevedo/MT.

Tradicionalmente, a aquisição de matéria-prima para o artesanato ocorria no próprio território indígena. Contudo, a substituição de materiais naturais, como sementes e palha, por materiais sintéticos, como miçangas, é um reflexo da escassez dos itens e das dificuldades de acesso a matérias-primas tradicionais. A produção de cerâmica, por exemplo, tem sido afetada pela dificuldade de encontrar argila de boa qualidade em algumas regiões.

A comercialização de produtos alimentícios, como mel e farinha, está sujeita a rigorosos controles de qualidade, exigindo análises laboratoriais antes da sua comercialização. A criação de uma loja de artesanato, com o apoio de instituições como o Instituto Raoni, tem proporcionado às comunidades indígenas um canal de comercialização mais eficiente.

A aquisição de insumos e a gestão financeira da loja são realizadas com recursos próprios, oferecendo maior autonomia às comunidades. Apesar disso, a mudança do Instituto Raoni de Colíder para Peixoto de Azevedo trouxe consigo novos desafios logísticos para a organização.

Por exemplo, a obtenção de notas fiscais e cotações de preços em Peixoto de Azevedo tem se mostrado mais complexa, especialmente considerando a natureza das atividades do instituto e a relação histórica dos indígenas com a comunidade local.

A resistência dos povos indígenas à atividade garimpeira, presente em grande parte das terras indígenas, pode ter influenciado na decisão de mudar a sede. Afinal, a presença de garimpos em regiões próximas pode gerar conflitos e dificultar a convivência pacífica.

> “Meu avô Raoni me indicou como liderança jovem. Aí comecei a viajar com ele e entrar mais na política interna do povo. Na verdade, estava pretendendo estudar fora, em uma universidade federal, aí eu não consegui, por questões de compromisso com o meu povo, e, ainda mais, com o meu avô. Porque naquele momento era um período de aprendizado com ele. Poder viajar com ele, conhecer pessoas que ele conhece. Continuando nessa luta que ele vai deixar para nós quando ele se for. Eu tenho 29 anos agora, eu comecei a andar com ele com 17 anos, e, na verdade, era muito tímido, não falava com as pessoas, minha comunicação na língua portuguesa era ruim, acho que, por causa da timidez. Graças a ele e às lideranças que me apoiaram eu aprendi muita coisa nessa luta como indígena, nessa luta de poder defender o meu território, defender a minha cultura e, o principal, defender a floresta, que é muito importante para o ser humano nessa Terra.
>
> Beptuk Metuktire – Instituto Raoni

“O nome de governança vem inspirado nas governanças das aldeias porque cada aldeia tem uma governança que é compartilhada. E, pensando nisso, a gente colocou o nome, porque a gente chama os nossos membros de governadores, então eles são articuladores que levam e trazem as demandas, que articulam, que representam, então eles governam de certa forma e isso é um processo muito bonito.

Eliane Xunakalo – Povo indígena Bakairi – Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT

“Foi um processo de explicação, mas também de construção da confiança, entre uma federação – a FEPOIMT – que estava ainda nos primeiros momentos, e um governo que estava aprendendo, começando a iniciar uma jornada desse porte

Então, o Programa REM MT é um grande ganho, porque é uma estrutura mais moderna de trabalho. É voltado para a questão: como vamos reduzir o desmatamento em Mato Grosso? Então, como vamos fazer? Porque não podemos atingir o gatilho! E como vamos apoiar as populações para fazer isso?

Alice Thuault – Diretora Executiva do Instituto Centro de Vida

“O Programa REM MT trouxe muitas possibilidades, consciência! Muitas pessoas entraram no processo, foram acompanhar as oficinas que incentivaram a não desmatar, como o cumaru, que é só pegar as sementes. Foi maravilhoso o Instituto Raoni ser aglutinador e poder distribuir para as organizações pequenas. Elas estão aprendendo a gerir os projetos, prestar conta, a fazer cotação de preços, nota fiscal. Foi muito aprendizado e ficou um legado!

Beptuk Metuktire – Instituto Raoni



4.

PROGRAMA REM MT E A PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E RESTAURAÇÃO DOS BIOMAS DE MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso é um dos principais polos agrícolas e pecuários do país. Sua vasta extensão territorial e condições climáticas favoráveis impulsionam a produção de grãos, especialmente soja e milho, e a criação de gado. No entanto, essa dinâmica produtiva pode gerar uma série de impactos socioambientais.

O desmatamento e a conversão de áreas naturais em áreas agrícolas podem levar à destruição de vastas extensões de florestas, cerradões e outros tipos de vegetação nativa, resultando na perda de habitat para diversas espécies da fauna e flora.

O uso intensivo do solo, associado à aplicação de agrotóxicos e à erosão, compromete a fertilidade dos solos e a qualidade dos recursos hídricos. Além disso, o uso inadequado de agrotóxicos e fertilizantes, juntamente com o assoreamento causado pelo desmatamento, contamina rios e aquíferos, afetando a qualidade da água e a saúde da população.

As atividades agropecuárias são responsáveis por uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento, contribuindo para o agravamento das mudanças climáticas. A expansão da agropecuária também intensifica a concentração fundiária, gerando conflitos por terra e marginalizando pequenos produtores e comunidades tradicionais.

Diante desses desafios, é fundamental buscar soluções que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação, a conservação ambiental e a justiça social.

O incentivo ao uso de tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto e a rotação de culturas, é essencial para reduzir a degradação ambiental. O fortalecimento da fiscalização ambiental e a aplicação de penalidades para as empresas e produtores que descumprem a legislação ambiental são medidas indispensáveis para coibir práticas ilegais.

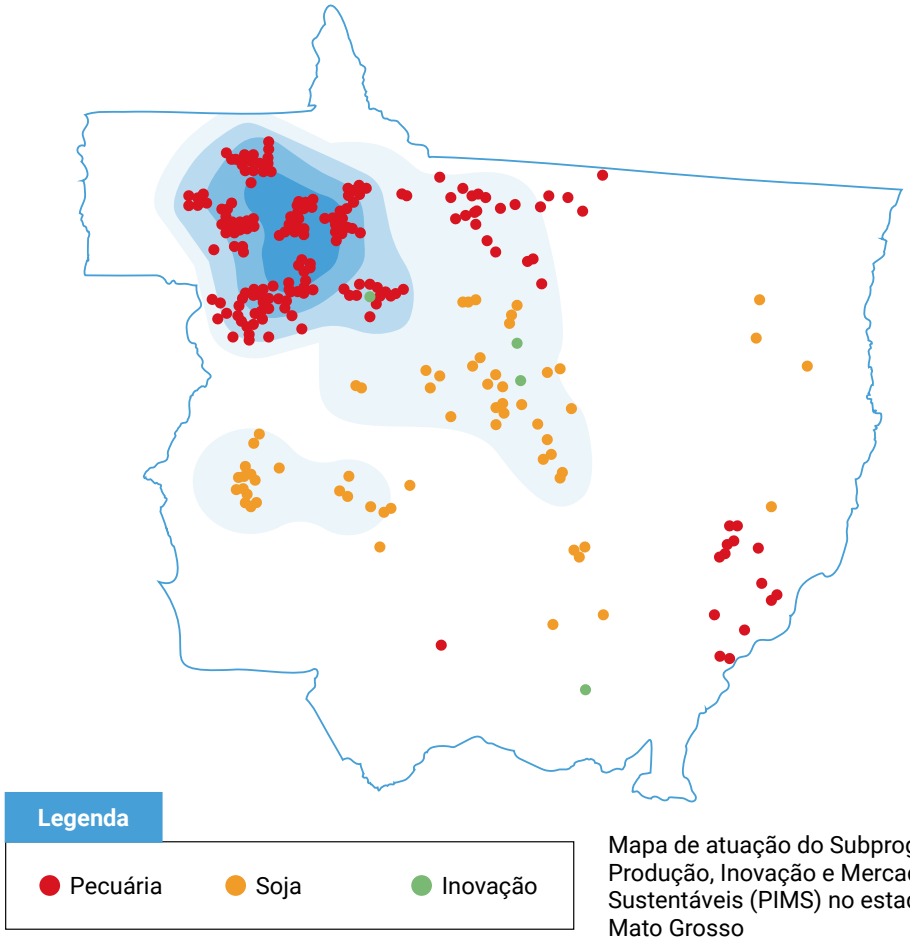
O apoio à agricultura familiar, através de políticas públicas que garantam acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica, contribui para a diversificação da produção e a redução da concentração fundiária. A criação e gestão de unidades de conservação e a restauração de áreas degradadas são fundamentais para a proteção da biodiversidade e para a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Diante desse cenário, o Programa REM MT, por meio do Subprograma PIMS[1], implementou uma série de ações estratégicas com o objetivo de promover a transição para um modelo de produção mais sustentável em Mato Grosso.

1 Durante a Fase I, este subprograma foi denominado "Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis (PIMS)". A partir da Fase II (em 2025), sua nomenclatura foi alterada para "Subprograma Produção Sustentável (PS)". Por se tratar do registro histórico da Fase I, este livro adotará o termo original (PIMS) ao longo do texto.

Ao longo de sua execução, o subprograma atuou em diversas frentes, como a promoção de práticas de baixo carbono na agricultura, a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da cadeia de produção da madeira.





Mapa de atuação do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis (PIMS) no estado de Mato Grosso

Uma das principais frentes de atuação do Subprograma PIMS durante a primeira fase do Programa REM MT foi a sensibilização dos produtores rurais para a importância do manejo de baixo carbono na agricultura e pecuária, uma abordagem inovadora e essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e para promover a sustentabilidade dos sistemas agropecuários.

Essa prática consiste na adoção de técnicas e tecnologias que visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa, provenientes principalmente do desmatamento, da queima de combustíveis fósseis e das atividades agrícolas. Nessa perspectiva, a terra é tratada como um organismo vivo, capaz de se regenerar e fornecer alimentos nutritivos de forma sustentável.

Em vez de arar a terra profundamente e utilizar grandes quantidades de fertilizantes químicos, o produtor que adota o manejo de baixo carbono opta por técnicas que preservam o solo e reduzem as emissões de gases do efeito estufa.

Uma dessas técnicas é o plantio direto, em que as sementes são plantadas diretamente sobre os restos das culturas anteriores, criando uma camada protetora que evita a erosão e mantém o solo mais úmido e rico em nutrientes.



Fonte: Projetos Compilados das URTS do Subprograma PIMS na EMPAER – MT. Outubro/2021.

Área de Preservação Permanente a ser recuperada através do isolamento da área e do método de semeadura direta (muvuca) .Fazenda Vale do Arinos, Juara, MT, agosto de 2021.

As pastagens também ganham um novo olhar com o manejo de baixo carbono. Ao utilizar espécies de gramíneas mais nutritivas e resistentes, é possível reduzir a área de pastagem necessária para alimentar o gado, diminuindo a pressão sobre o meio ambiente. A adubação verde, por sua vez, consiste na utilização de leguminosas para enriquecer o solo com nitrogênio, reduzindo a necessidade de fertilizantes químicos e melhorando a qualidade do solo.

A rotação de culturas também é uma prática fundamental. Ao variar as plantas cultivadas em uma mesma área ao longo do tempo, o produtor diversifica a vida no solo, melhora a fertilidade e reduz a incidência de pragas e doenças.

Além disso, a integração de atividades como a criação de animais e o cultivo de árvores em uma mesma área, conhecida como integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), otimiza o uso da terra e promove a biodiversidade.]

Os benefícios do manejo de baixo carbono vão além da sustentabilidade ambiental. Ao reduzir as emissões de gases do efeito estufa, essa prática contribui para a mitigação das mudanças climáticas. Além disso, a melhoria da qualidade do solo e da água, o aumento da biodiversidade e a maior resiliência dos sistemas produtivos são alguns dos outros benefícios dessa abordagem.

O que é plantio direto?

O plantio direto é uma prática agrícola com muitos benefícios para o meio ambiente, porque preserva o solo, economiza água e minimiza os efeitos das mudanças climáticas. Antes de iniciar o plantio, é preciso cultivar na área escolhida plantas de cobertura com parte aérea e sistema radicular vigorosos para que, quando triturados, formem a palhada sobre o solo e a decomposição das raízes promova a "aração biológica".

Conservação do solo

No plantio direto, o solo não passa pelo processo de revolvimento e fica menos exposto ao transporte de camadas de terra, conhecido como erosão. Esse aspecto é ainda mais importante quando a produção ocorre em regiões serranas, de relevo acidentado. o que é comum para hortaliças pelo clima ameno. Essas áreas estão masi sujeitas aos deslizamentos de terra, principalmente na época de chuva.

Economia de água

Em cultivos de hortaliças há grande necessidade de irrigação para o desenvolvimento saudável das plantas. A palhada funciona como uma barreira física à evaporação e reduz a temperatura da superfície do solo em até 10ºC e, com isso, ocorre menos evaporação da água para a atmosfera. Portanto, a palhada deixa o solo úmido por mais tempo e, assim, as irrigações ficam menos frequentes ao longo do ciclo de produção.



Fonte: Projetos Compilados das URTS do Subprograma PIMS na EMPAER – MT. Outubro/2021

Área de pastagens degradadas que necessita ser recuperada através da implantação da lavoura de milho em consórcio com forrageira, Fazenda Vale do Arinos, Juara, MT, agosto de 2021.



Fonte: Relatório Executivo. Programa REM MT: Subprograma Produção Sustentável (PIMS) 2023. Município de Nova Bandeirantes/MT.

Recuperação da mata ciliar em Área de Preservação Permanente- APP; propriedade vinculada ao eixo Pecuária Sustentável.



Fonte: Relatório Executivo. Programa REM MT: Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis - PIMS

Plantio de milho visando, integração milho e pasto braquiária. Município de Castanheira -MT; propriedade vinculada ao eixo Pecuária Sustentável.

Nesse cenário, o manejo de baixo carbono representa uma mudança de paradigma na agricultura, promovendo a produção de alimentos de forma mais sustentável e garantindo a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações. Durante a primeira fase, o Subprograma PIMS, beneficiou 1.668 propriedades de até médio porte (até 15 módulos fiscais), abrangendo uma área de mais de 90 mil hectares de manejo de baixo carbono. Ademais, por meio de campanhas educativas e ações de assistência técnica, ele buscou disseminar conhecimentos e práticas que contribuíssem para a gestão sustentável dos recursos naturais.

Ainda, o PIMS investiu na capacitação de produtores, técnicos e gestores, oferecendo cursos e treinamentos sobre temas como gestão ambiental, legislação florestal e produção sustentável. Essa iniciativa visou fortalecer o conhecimento técnico dos atores envolvidos e estimular a adoção de práticas mais eficientes e responsáveis.

O estado de Mato Grosso é um dos maiores produtores de soja do mundo, impulsionando a economia do estado e do país. No entanto, essa atividade agrícola de grande escala impõe cuidados com o meio ambiente. A expansão das áreas de cultivo, muitas vezes associada ao desmatamento, coloca em risco a biodiversidade e tudo que a natureza pode oferecer para a vida na Terra.

Na cadeia produtiva da soja, o Subprograma PIMS buscou apoiar técnica e financeiramente pequenos e médios produtores de soja de Mato Grosso a adequarem suas propriedades nos quesitos socioambientais, e, assim, ajudá-los entrar em mercados mais exigentes que valorizam a produção sustentável.



Ele concentrou seus esforços na região do Médio-Norte Mato-Grossense, um território de alta produtividade agrícola, abrangendo áreas do bioma Cerrado e da transição Cerrado-Amazônia. Considerando o potencial produtivo da região e a crescente demanda por grãos, o programa teve como um dos seus objetivos estimular a produção de soja de forma responsável e sustentável.

Com o intuito de promover a certificação da produção de soja, o PIMS contribuiu para a mudança de paradigmas dos agricultores, disseminando novas formas de manejo, como a adoção de práticas agrícolas que minimizem os impactos ambientais, a exemplo da gestão adequada de resíduos sólidos e o monitoramento rigoroso do uso de agroquímicos.

Ele também destacou a importância da regularização fundiária e ambiental com cuidado especial para a vegetação nativa, cursos d'água e a qualidade do solo.

Elementos da produção da soj Elementos da produção da soja responsável.

1 Sustentabilidade Agrícola

Produção em condições ambientalmente corretas, com poluição minimizada e destinação adequado de resíduos.

2 Terras Regularizadas

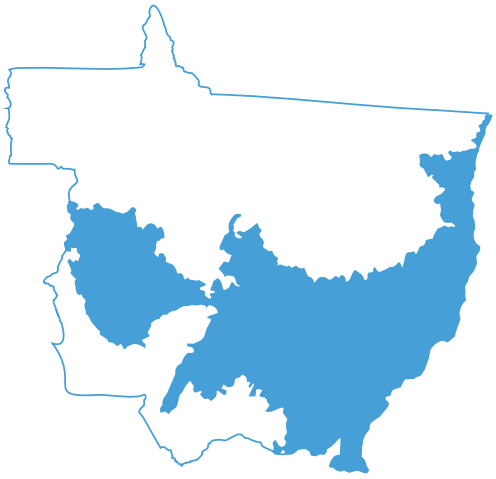
Terras com limites e direitos de uso definidos (regularização fundiária)

3 Trabalho Digno

Livre de trabalho escravo ou análogo à escravidão, infantil, forçado, discriminação e assédio; funcionários devidamente treinados para suas funções.

4 Conservação Ambiental

Responsabilidade quanto à manutenção da biodiversidade pela preservação da vegetação nativa, inclusive em volta de nascentes e cursos naturais de água; qualidade do solo mantida e melhorada evitando erosões.



Para a soja o PIMS atua no CERRADO/TRANSIÇÃO na adequação das prioridades.

Ao promover a produção de soja responsável, o PIMS contribuiu para a valorização da produção agrícola regional, fortalecendo a imagem do estado como um produtor de *commodities*, ou seja, produtos agrícolas sem ou com pouco valor agregado, cultivados com responsabilidade socioambiental. Igualmente, o programa incentivou a adoção de práticas sustentáveis que beneficiaram tanto os produtores quanto o meio ambiente, como a certificação da soja.



Fonte: Plano de Gestão de Resíduos Sólidos. Fazenda Siriema Sorriso/MT 2022.

Baias para destinação adequada de resíduos sólidos. Fazenda Siriema – Sorriso/MT, inserida no eixo Soja Sustentável – PIMS.

Essa certificação visa garantir que a produção ocorra em conformidade com rigorosos padrões ambientais, sociais e econômicos, assegurando a produção em condições ambientalmente corretas, com minimização da poluição e destinação adequada de resíduos, além do monitoramento rigoroso do uso de agroquímicos e agentes de controle biológico.

A regularização fundiária era outro aspecto fundamental, garantindo que as terras utilizadas na produção de soja tivessem seus limites e direitos de uso definidos. Ao mesmo tempo, a certificação exigia o cumprimento de padrões sociais, como a erradicação do trabalho escravo, infantil e forçado, a não discriminação e assédio, bem como a garantia de condições de trabalho adequadas para os funcionários.

A preservação da biodiversidade era um dos pilares da certificação, exigindo a manutenção da vegetação nativa, especialmente em áreas de preservação permanente, como nascentes e cursos d'água. Aqui, a qualidade do solo era um aspecto crucial, devendo ser mantida e melhorada por meio de práticas que evitassem a erosão.

Paralelamente, a transparência e a rastreabilidade são características marcantes da soja certificada, permitindo que a origem do grão seja acompanhada desde a propriedade rural até o produto final. Isso garante aos consumidores e empresas a aquisição de um produto seguro e produzido de forma ética e ambientalmente correta.

A soja certificada possui maior demanda em mercados internacionais, que exigem produtos com atributos de sustentabilidade, e proporciona às empresas que a utilizam uma melhor imagem perante consumidores e investidores. A certificação da soja é uma ferramenta essencial para promover a produção agrícola sustentável, garantindo a preservação dos recursos naturais e o bem estar das comunidades envolvidas.

O projeto "Implantação dos critérios exigidos pela Certificação FEFAC em imóveis rurais, como metodologia inovadora de Fomento à produção de Soja Responsável – Produzindo Valor", desenvolvido pelo Clube Amigos da Terra – CAT no município de Sorriso, foi diretamente apoiado e financiado pelo Programa REM MT por meio do Subprograma PIMS

Seu principal objetivo foi auxiliar 30 propriedades na adoção de boas práticas agrícolas, sociais e ambientais. As fazendas selecionadas para participar do projeto receberam apoio na implementação de protocolo de produção de soja responsável seguindo o padrão da FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS FABRICANTES DE ALIMENTOS ANIMAL - FEFAC, com base em 6 pilares que são as diretrizes requeridas pelo mercado europeu, sendo eles: conformidade legal, condições de trabalho dignas, responsabilidade ambiental, boas práticas agrícolas, respeito pelo uso legal da terra e relações com a comunidade.



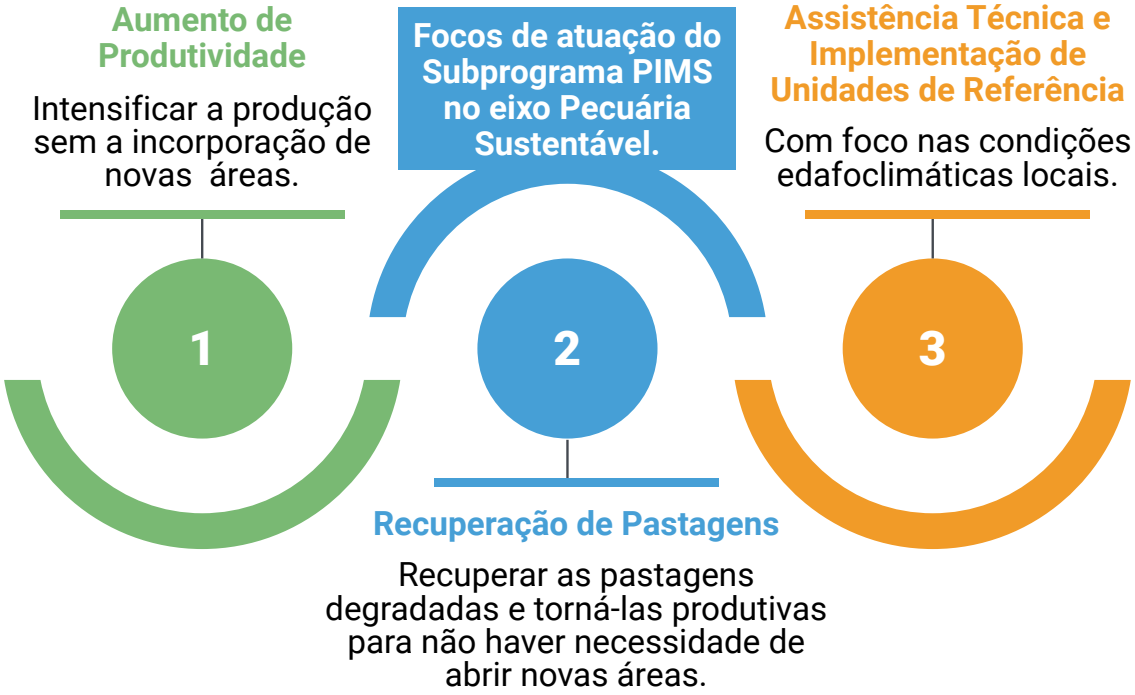
Fotografia: Programa REM MT, 2023.

Dia de campo para compartilhar as lições aprendidas. Fazenda Santana – Sorriso/MT. Projeto Implantação dos Critérios Exigidos pela Certificação FEFAC em imóveis rurais, como metodologia inovadora de Fomento à produção de Soja Responsável.

As fazendas tiveram acesso ao suporte técnico em todo processo de adequação e capacitação para implantação das ações estratégicas com foco na sustentabilidade e na rentabilidade, além de assistência para a venda dos produtos voltados, principalmente, ao mercado externo.

No eixo Pecuária Sustentável, o PIMS atuou com mais intensidade na região noroeste do estado, situada no Bioma Amazônico. Ele também atuou, ainda que em menor proporção, na região sudeste, mais precisamente no Vale do Araguaia, dentro do Bioma Cerrado.

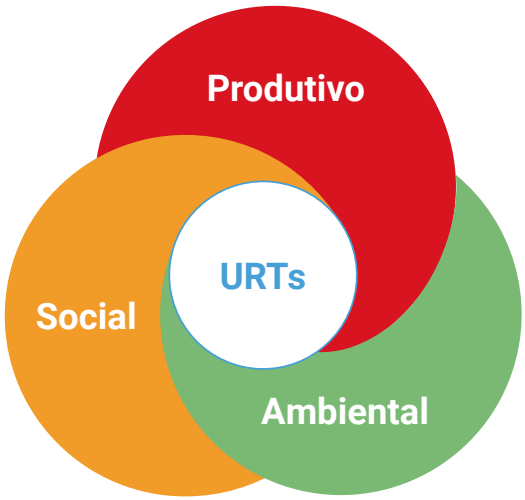
Uma das principais ações do PIMS foi a sensibilização dos pecuaristas, essencialmente dos pequenos produtores de bezerros, para a importância da produção sustentável. Essa iniciativa foi fundamental, pois muitos produtores mato-grossenses não dispunham de conhecimento técnico para implementar práticas sustentáveis em suas propriedades.



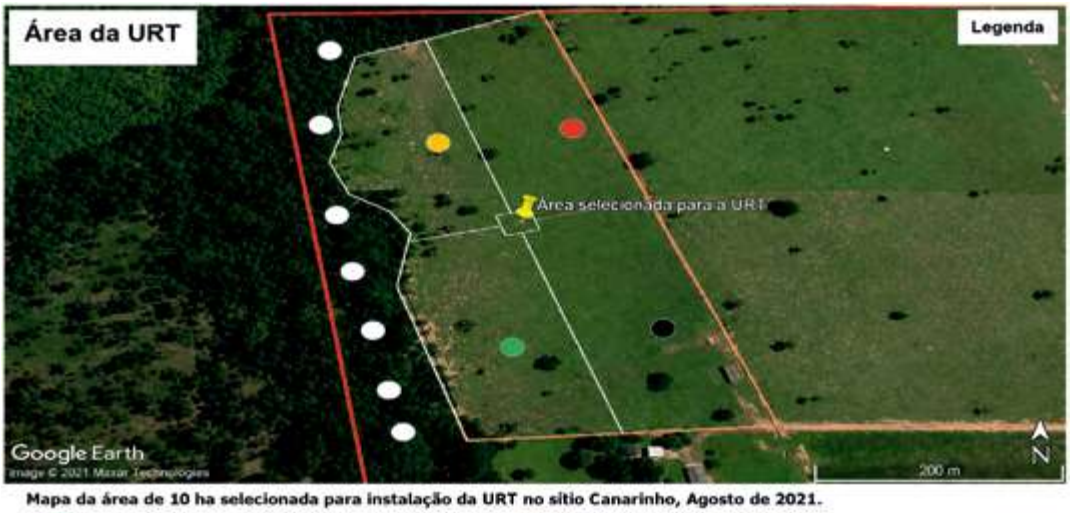
Com o objetivo de disseminar tecnologias e práticas inovadoras, o Subprograma PIMS, com o apoio da Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMPAER-MT, entidade executora, incentivou a implementação de Unidades de Referência Tecnológica – URTs nas propriedades rurais. Essas unidades integraram o eixo Pecuária Sustentável com o objetivo de complementar as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), prestadas pela EMPAER, e aprimorar a difusão de práticas de produção e restauração sustentáveis.

Unidades de referências tecnológicas (URT)

A URT é um modelo físico de sistema de produção, visando à validação, demonstração e transferência de tecnologias considerando as peculiaridades de cada região.



As URTs implementadas como espaços demonstrativos desenvolveram projetos experimentais de sistemas produtivos sustentáveis e passíveis de serem replicados e transferidos para outros produtores. Funcionando como instrumentos para a formação de agentes multiplicadores, elas capacitaram os produtores rurais a adotarem práticas mais eficientes e ambientalmente corretas.



Mapa da área de 10 ha selecionada para instalação da URT no sítio Canarinho, Agosto de 2021.

- **Piquete 04** Área de recuperação de pastagem
- **Piquete 03** Área de recuperação de pastagens
- **Piquete 02** Área de recuperação de pastagens
- **Piquete 01** Área de recuperação de pastagens
- Área destinada a recuperação de APP pelo método de isolamento

Croqui do Sítio Canarinho - Aripuanã-MT demonstra a divisão do espaço para implantação da URT e das ações de recuperação de pastagens e de APP. Fonte: Projetos Compilados das URTS do Subprograma PIMS na EMPAER – MT. Outubro/2021.

As unidades serviram como referência, adotando um sistema produtivo que incorporava tecnologias inovadoras que, por sua vez, visavam aumentar a produtividade, otimizar a eficiência econômica e conservar os recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas pela EMPAER-MT.

A fim de disseminar o conhecimento e as tecnologias empregadas, foram realizados eventos chamados "Dias de Campo" nas unidades experimentais, visando demonstrar as práticas agrícolas mais eficientes. Essas unidades foram estrategicamente localizadas em propriedades de fácil acesso para outros produtores, com a finalidade de facilitar a disseminação das novas tecnologias na região.


1.


2.


3.


4.


5.

Fonte: Projetos Compilados das URTS do Subprograma PIMS na EMPAER – MT. Outubro/2021.

1. Dia de campo para compartilhar as lições aprendidas. Fazenda Santana – Sorriso/MT. Projeto Produzindo Valor. Subprograma PIMS

2. URT Aripuanã – Dia de Campo – 03/12/2023 Fonte: Relatório Executivo. Programa REM MT: Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis - PIMS. 2023.

3. Área de Pastagem com manejo inadequado, desmatada em 2001, semeado capim Brachiaria brizantha; nunca foi reformada, calcareada nem adubada. P.A. Vale do Seringal – 2º Assentamento – Comunidade Santa Elisa Castanheira MT.

4. Área de pastagens degradadas que será recuperada através da correção de solo e adubação, com consequente mudança de espécie de capim para uma variedade mais produtiva: o capim mombaça. P.A. Colniza 1. Colniza – MT.



Fotografia: Programa REM MT, 2023



Fonte: Projetos Compilados das URTS do Subprograma PIMS na EMPAER – MT. Outubro/2021.



Fonte: Projetos Compilados das URTS do Subprograma PIMS na EMPAER – MT. Outubro/2021.

5. Área com arborização já formada onde será instalado bebedouros, cochos e área de lazer para o bem-estar animal.

A recuperação de pastagens degradadas foi outra frente de atuação do PIMS. Ao investir na recuperação dessas áreas, o programa contribuiu para aumentar a produtividade das propriedades e, consequentemente, reduzir a pressão sobre novas áreas de floresta. Além disso, o PIMS incentivou a adoção de práticas de manejo de pastagem, como o pastejo rotacionado, e a implementação de sistemas integrados de produção, que combinam a criação de animais com o cultivo de outras culturas.

Para garantir a qualidade das atividades desenvolvidas nas URTs, a coordenação do subprograma elaborou um termo de referência para a capacitação dos técnicos da EMPAER em restauração ecológica. A parte prática desses cursos foi realizada nas próprias unidades, proporcionando aos técnicos uma experiência prática e aprofundando seus conhecimentos sobre as estratégias de restauração.

Outra importante frente de atuação do programa foi a recuperação de áreas degradadas e a promoção da restauração ecológica. Por meio de projetos de reflorestamento e recuperação de áreas de preservação permanente, o PIMS contribuiu para a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade ambiental.

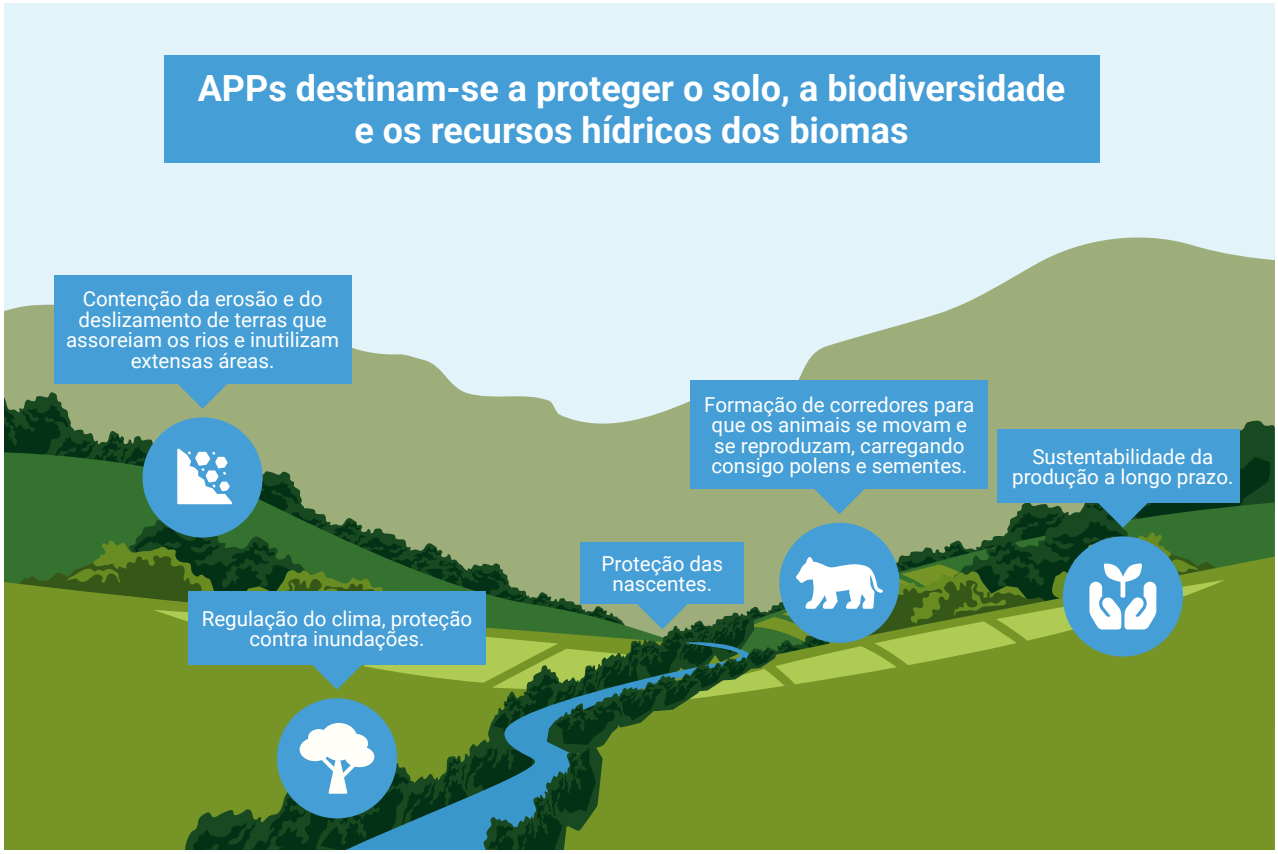
A cobertura vegetal das Áreas de Preservação Permanente (APPs) atua como uma barreira natural contra a erosão do solo, evitando assoreamentos e deslizamentos de terra que entopem o leito do rio. Além disso, as APPs, são habitats de inúmeras espécies de flora e fauna, desempenhando um papel relevante na regulação do clima, mitigando os efeitos das mudanças climáticas.

O Subprograma PIMS identificou uma importante oportunidade de contribuir para a restauração ecológica, alinhada aos objetivos de repartição de benefícios ambientais.

A técnica escolhida para essa empreitada foi a semeadura direta, utilizando a metodologia conhecida como "muvuca". Essa técnica consiste na dispersão de uma mistura de sementes de diversas espécies florestais nativas, selecionadas de forma a mimetizar a composição da vegetação original da área.

A semeadura direta, em comparação ao plantio de mudas, apresentou-se como uma alternativa mais econômica e, em muitos casos, mais eficiente para a restauração ecológica. Essa metodologia permitiu a recuperação de 161 hectares de áreas degradadas, utilizando cerca de 5,2 toneladas de sementes de 38 espécies florestais diferentes.

Além dos resultados quantitativos, o PIMS desempenhou um papel crucial na disseminação do conhecimento sobre a restauração ecológica por meio da semeadura direta. Foram realizados 6 eventos de campo, nos quais técnicos, produtores e demais interessados puderam acompanhar de perto as atividades de restauração, trocar experiências e aprender sobre as melhores práticas.





Os resultados obtidos com a implementação da semeadura direta demonstram a viabilidade e a eficácia dessa técnica para a restauração de áreas degradadas. A experiência do PIMS contribuiu para fortalecer as redes de sementes e disseminar o conhecimento sobre essa metodologia, incentivando a adoção de práticas mais sustentáveis na produção agropecuária.

O estado de Mato Grosso possui extensas formações florestais que abrigam uma diversidade de espécies arbóreas de alto valor econômico e ecológico. A exploração madeireira, historicamente, tem sido uma atividade econômica relevante para o estado, contribuindo para a geração de empregos e renda. No entanto, a intensificação dessa atividade tem impactos significativos sobre os biomas e as comunidades que dependem desses recursos naturais.

O desmatamento destrói o habitat de animais e plantas, causa a erosão do solo e altera o clima local. Além disso, a exploração ilegal da madeira gera conflitos entre madeireiros, agricultores e comunidades tradicionais, muitas vezes envolvendo invasões de terras indígenas. A perda da biodiversidade é outro grave problema. Os biomas de Mato Grosso abrigam uma rica variedade de espécies, muitas delas endêmicas, ou seja, que só existem em determinados locais. O desmatamento ameaça a sobrevivência dessas espécies.

Para evitar ou minimizar os impactos do desmatamento no meio ambiente, o Subprograma PIMS, com apoio da Superintendência de Gestão Florestal Superintendência de Gestão Florestal da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, realizou a modernização do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA. O SISFLORA, um programa de computador que tem como objetivo acompanhar e controlar a comercialização e o transporte de produtos florestais em Mato Grosso, principalmente a madeira.

Área de Preservação Permanente – APP para recuperação através do isolamento. Sítio Canarinho, Aripuanã-MT. Agosto de 2021.



Fonte: Projetos Compilados das URTS do Subprograma PIMS na EMPAER – MT. Outubro/2021.

Área de Preservação Permanente – APP cercada e em recuperação. Município de Juína-MT.



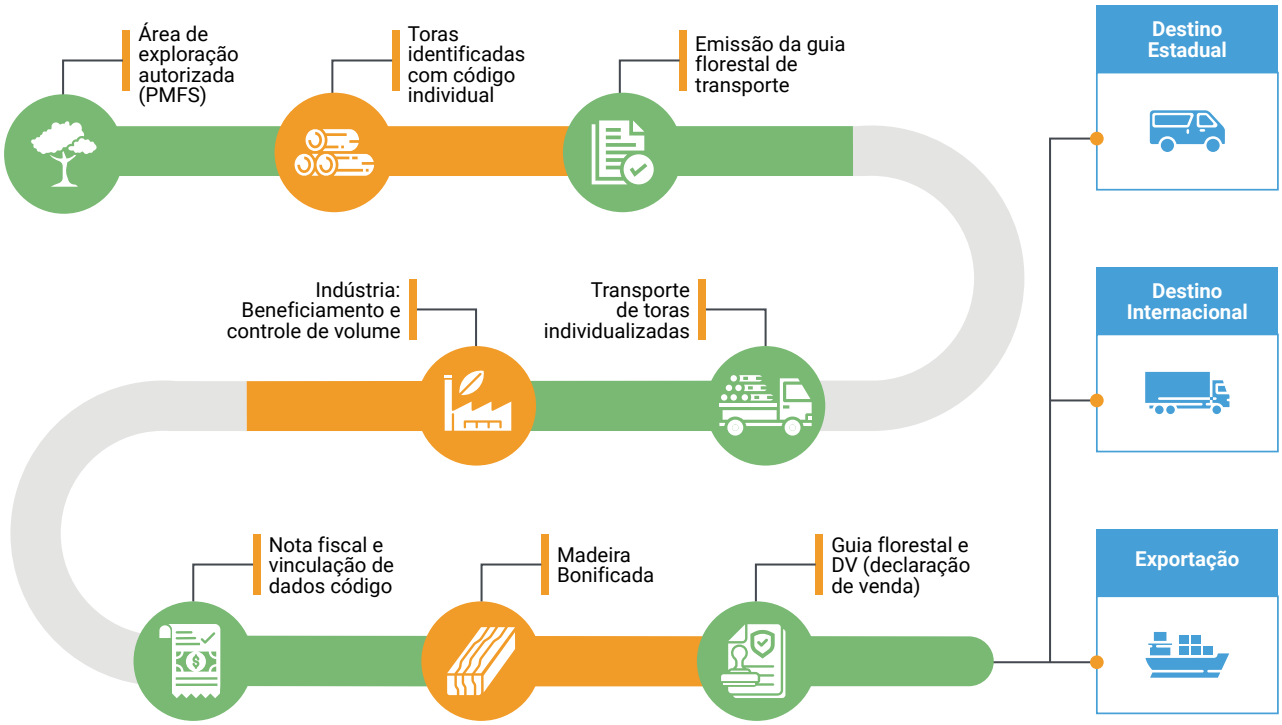
Fonte: Relatório Executivo. Programa REM MT. Subprograma Produção Sustentável (PIMS), 2023.



O sistema possibilitou a implementação efetiva da cadeia de custódia da madeira em Mato Grosso, permitindo o rastreamento do produto florestal desde a extração até a destinação final. O processo começa com o abate das árvores no Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS. Então, a cadeia de custódia é iniciada com a identificação das secções das toras, que recebem um código único contendo informações sobre a espécie, as dimensões (volume), a identificação do plano de manejo e a coordenada geográfica do indivíduo arbóreo.

Para o transporte, é gerada a Guia Florestal no SISFLORA 2.0, no cadastro do detentor do PMFS, que permite o rastreamento de todas as árvores extraídas da floresta por meio de um código individual.

Cadeia de custódia da madeira no estado de Mato Grosso



Com o SISFLORA, foi possível identificar e punir as atividades ilegais, como o desmatamento e a exploração de madeira em áreas protegidas, a exemplo de parques, estações ecológicas, áreas indígenas, entre outras. Ao mesmo tempo, o sistema permite um monitoramento mais preciso do volume de madeira extraído, evitando a superexploração das florestas e garantindo a sustentabilidade da atividade, protegendo habitats de diversas espécies animais e vegetais.

A lista das espécies florestais de Mato Grosso foi atualizada e corrigida para que as pessoas que trabalham com os planos de manejo das áreas protegidas, por exemplo, pudessem verificar e melhorar seu trabalho, protegendo os biomas. Essa ação recebeu um prêmio, porque contribuiu para melhorar a identificação das árvores dos biomas de Mato Grosso e como protegê-los do desmatamento ilegal.

O apoio do Programa REM MT à pesquisa científica em ecologia e botânica resultou em avanços significativos no conhecimento sobre a biodiversidade do estado de Mato Grosso. A criação de laboratórios equipados com tecnologia de ponta e a participação em fóruns de discussão sobre políticas públicas para o setor florestal demonstraram o compromisso do programa com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Também foi criado um fórum interinstitucional para que as pessoas que trabalham com o setor madeireiro pudessem conversar e debater soluções coletivas para os desafios enfrentados.

Todas nós precisamos ter uma história para contar.

Dudi Paiva, in memoriam – CAT Sorriso

Eu acho que esse foi o ponto mais desafiador do programa, porque já existe uma resistência histórica de que meio ambiente e agropecuária são inimigos. E fazê- los ver que um tem muito a aprender com o outro, foi também um ganho que o programa trouxe. Arestas começaram a se quebrar.

Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros – Consultora Nacional do Programa REM MT

O nosso foco mesmo foi no pequeno produtor, então com ele a gente conseguiu avanços também em restauração ecológica de área de preservação permanente. Nessa parte de restauração, a gente também fez com os médios produtores. No fim, o nosso resultado foi de 169 hectares em processo de restauração de área de preservação permanente. Esse resultado faz uma boa conexão com a conservação, com a questão da floresta em pé, manutenção e recuperação da biodiversidade. Acredito que esse é um grande destaque! A restauração dentro do REM MT foi realizada efetivamente pelo Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis - PIMS, então, a gente fez uma conexão desse programa com a agricultura familiar, que foi o apoio a rede de sementes florestais Portal da Amazônia. As sementes foram adquiridas pelos nossos projetos de restauração e a gente adquiriu mais de 5.000 toneladas do Portal da Amazônia destinadas à recuperação das APPs.

Daniela Correia de Melo Coordenadora dos subprogramas Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais – PCTS e Produção Sustentável – PIMS

> Temos alguns exemplos de produtores que resolveram encarar o novo, porque o novo a gente sempre tem uma resistência! E eles passaram a ser exemplos. A gente começou a trabalhar com unidades de referências tecnológicas, apoiando uma propriedade que aceitou esse incentivo, sendo que nem tudo era doação. Eles também tinham que entrar com uma contrapartida. E essas contrapartidas não são pequenas. Então, tinham que assumir um compromisso. Eu vejo que essa estratégia teve um resultado muito promissor.

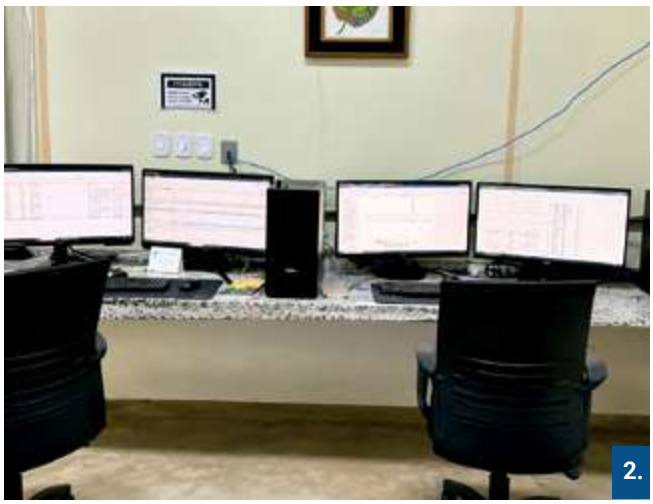
Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros – Consultora Nacional do Programa REM MT

> O Programa REM MT, por meio do Subprograma PIMS, promoveu avanços expressivos no manejo florestal madeireiro, com destaque para a modernização do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA 2.0), financiada pelo subprograma. Paralelamente, uma das ações mais relevantes foi a revisão e atualização da lista de espécies florestais no sistema, realizada em parceria com a UNEMAT. A lista original apresentava diversas inconsistências, e a produção de uma nota técnica para sua atualização representa um marco importante. Essa iniciativa terá um impacto direto e positivo para o estado, garantindo maior precisão na classificação das espécies e, consequentemente, o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas. Esse trabalho não apenas fortalecerá a gestão florestal em Mato Grosso, mas também consolidará um legado duradouro do Programa REM MT, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade e a preservação do patrimônio ambiental.

Daniela Correia de Melo – Coordenadora dos Subprogramas AFPCT e PIMS



Fotografia: Fernanda Fidelis.



Fotografia: Arquivo Programa REM MT

1. Profa. Dra. Célia Regina Araújo (UNEMAT-Alta Floresta), recebendo premiação pelo 2º lugar, na 21° Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Projeto Elaboração da Lista de Espécies Arbóreas com Uso Madeireiro para Mato Grosso, apoiado pelo Programa REM MT, por meio do Subprograma PIMS.

2. Equipamentos do Laboratório para estudos avançados em ecologia e botânica.

Para capacitar esses profissionais no uso do SISFLORA e promover o manejo sustentável do meio ambiente, foi desenvolvido um plano educacional com diversos cursos e atividades. As ações de treinamento cobriram áreas como técnicas de exploração florestal, operação de máquinas pesadas e planejamento de infraestruturas. O objetivo principal era aprimorar as habilidades desses profissionais, assegurando a adoção de práticas de manejo florestal mais eficientes e com menor impacto ambiental.

Com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento sobre o manejo florestal sustentável, foi produzida uma série de vídeos que abordam de forma didática todas as etapas do processo, desde o planejamento até o monitoramento pós-extração.

As produções audiovisuais apresentam, de maneira clara e objetiva, as melhores práticas para a extração madeireira, demonstrando como é possível conciliar a atividade econômica com a conservação ambiental. Além disso, os vídeos aprofundam conceitos essenciais para o planejamento e licenciamento das atividades florestais.

Paralelamente à atualização do SISFLORA, o Subprograma PIMS tem apoiado o Subprograma AFPCT, participando da elaboração do Plano de Agricultura de Baixo Carbono do estado, além de prestar apoio técnico à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SEAF na formulação de projetos junto ao Banco Mundial. Essas iniciativas demonstram o compromisso do programa em promover práticas agrícolas mais eficientes e com menor impacto ambiental.

Uma iniciativa importante do Subprograma PIMS em relação à pesquisa científica e à formação de recursos humanos foi o apoio ao Projeto denominado Sistemas Integrados de Pastagens e Culturas Agrícolas – PISA, desenvolvido pelo Instituto Mato-grossense do Algodão – IMA, com o objetivo de avaliar a viabilidade e os benefícios da implementação dos Sistemas Integrados de Pastagens e Culturas Agrícolas em áreas com solos frágeis do cerrado mato-grossense.

A pesquisa, realizada na Fazenda Guarita, em Rondonópolis, Mato Grosso, resultou em um conjunto de dados e publicações científicas, abrangendo duas dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e três projetos de iniciação científica.

Capacitação em Manejo Florestal Sustentável – Subprograma PIMS. Julho/2023.



Fotografia: Arquivo Programa REM MT.

Capacitação em Manejo Florestal Sustentável – Subprograma PIMS. Julho/2023.



Por meio de uma abordagem multidisciplinar, o projeto investigou a influência dos sistemas integrados de pastagens e culturas agrícolas sobre diversos indicadores de sustentabilidade, como a qualidade do solo, a produtividade agrícola, a biodiversidade e a rentabilidade econômica.

Os resultados obtidos demonstram o potencial dos sistemas integrados de pastagens e culturas como uma alternativa promissora para a produção agrícola em regiões com solos de baixa fertilidade, contribuindo para a diversificação de sistemas produtivos, a redução de riscos e a mitigação de impactos ambientais.

Ainda em relação à inovação científica e à formação de recursos humanos, ressalta-se o projeto "Conectando conhecimentos e praticando Boas Práticas Agropecuárias — CONECT@AGRO", desenvolvido pelo Instituto Centro de Vida – ICV, em parceria com o Subprograma PIMS no âmbito do Programa REM MT.

As ações do projeto buscavam disseminar e ampliar a adoção de boas práticas em fazendas de pecuária de corte (pequeno e médio porte) em cinco municípios-polo da área de abrangência da BR 163 (Portal da Amazônia). Com um conjunto de ações estratégicas, o projeto buscou fortalecer a capacidade de gestão dos produtores rurais, promovendo a adoção de práticas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais.

Uma das principais características do projeto foi o investimento na formação de recursos humanos. Com cursos e acompanhamento técnico, os produtores foram capacitados a implementar diversas práticas inovadoras, como a recuperação de áreas degradadas, a adoção de sistemas de produção mais eficientes e a utilização de ferramentas de gestão. Adicionalmente, o projeto contemplou a formação de 45 estagiários, que tiveram a oportunidade de vivenciar a realidade das propriedades rurais e contribuir para a disseminação das boas práticas.

A implementação de ferramentas de gestão inovadoras, como a Plataforma @fazenda e o Quadro de Gestão Visual, permitiu aos produtores otimizar a gestão de suas propriedades, aumentando a eficiência e a rentabilidade. Além disso, o projeto contribuiu para a restauração de 25 hectares de Áreas de Preservação Permanentes - APPs, demonstrando o compromisso com a conservação ambiental e a mitigação dos impactos da atividade pecuária.

Os resultados obtidos com o projeto Conect@agro evidenciam a importância de investir na capacitação dos produtores rurais e na adoção de tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento da pecuária na Amazônia. Ao promover a intensificação sustentável, o projeto contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos produtores, a conservação dos recursos naturais e o fortalecimento da cadeia produtiva da carne bovina.

O empenho do Programa REM MT, especificamente do Subprograma PIMS, na formação de recursos humanos e na produção de conhecimentos científicos inovadores é relevante para o aprimoramento da ciência na perspectiva do desenvolvimento socioambiental sustentável.





5.

PROGRAMA REM MT E A REVOLUÇÃO NO COMBATE AO DESMATAMENTO

A importância das instituições ambientais para o combate às mudanças climáticas no estado de Mato Grosso reside em diversos fatores. Primeiramente, a proteção da biodiversidade é essencial, uma vez que o estado abriga uma das maiores biodiversidades do país. Ao fortalecer as instituições ambientais, garante-se a conservação de espécies ameaçadas de extinção e a preservação dos biomas, os quais desempenham um papel fundamental na regulação do clima.

Em segundo lugar, o combate ao desmatamento, uma das principais causas do aquecimento global, depende diretamente da atuação dessas instituições. Ao fortalecer a fiscalização e o monitoramento ambiental, contribui-se para a redução das emissões de gases do efeito estufa e para a preservação das florestas, que atuam como importantes sumidouros de carbono.

Além disso, a gestão dos recursos hídricos é outro aspecto importante. As instituições ambientais são responsáveis por garantir a qualidade e a disponibilidade da água, tanto para o consumo humano quanto para as atividades econômicas. A escassez hídrica, agravada pelas mudanças climáticas, torna a gestão eficiente dos recursos hídricos ainda mais urgente.

A promoção de práticas sustentáveis em diversos setores da economia, como a agricultura, a indústria e a geração de energia, também é uma atribuição das instituições ambientais. Ao incentivar a adoção de tecnologias limpas e eficientes, contribui-se para a redução da emissão de poluentes e para a promoção de um desenvolvimento econômico mais sustentável.

Nesse contexto, o fortalecimento das instituições públicas de comando e controle emerge como um pilar fundamental para a garantia da sustentabilidade ambiental. O modelo de comando e controle baseia-se na imposição de padrões e limites para as atividades que podem gerar danos ambientais. Através de leis, normas e regulamentos, o poder público estabelece os padrões de qualidade ambiental e as condições para o licenciamento e operação de atividades.

As instituições de comando e controle são responsáveis por fiscalizar o cumprimento dessas normas, aplicando sanções administrativas ou judiciais em caso de descumprimento. Em Mato Grosso, por exemplo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA é uma dessas instituições, pois desempenha diversas funções, como a elaboração de normas e regulamentos, a fiscalização e controle ambiental, o licenciamento ambiental, a aplicação de sanções, o monitoramento e a educação ambiental.

O Programa REM MT, por meio do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes - FIPPE, teve como objetivo fortalecer as instituições voltadas à redução do desmatamento, à inclusão social e à promoção da sustentabilidade em Mato Grosso. Nesse sentido, os recursos foram direcionados para apoiar ações integradas e complementares para diferentes órgãos estaduais e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão federal, visando fortalecer e otimizar os resultados e ampliar a cobertura das políticas públicas de proteção ambiental.

Ademais, o subprograma destinou recursos para fortalecer as ações da Superintendência de Assuntos Indígenas - SAI, da Secretaria de Estado de Agricultura Familair -SEAF MTe da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER MT. Essa medida visou ampliar o apoio aos povos indígenas e agricultores familiares, especialmente no que diz respeito ao extrativismo sustentável, fortalecendo o monitoramento das salvaguardas socioambientais associadas aos projetos e programas implementados no âmbito do subprograma.

LINHA DO TEMPO DO SUBPROGRAMA FIPPE – 2018-2024

2018

- Contratação da plataforma Planet para monitoramento com imagens de satélite e alertas de desmatamento.
- Primeiro desembolso do Programa REM MT.

2019

- Construção do site do Programa REM MT.
- Contratação de empresa para construção do Plano de Comunicação do programa.

2020

- Apoio a Ação Emergencial de Combate aos Incêndios Florestais no Pantanal.
- Desenvolvimento de sistema administrativo eletrônico de resposabilização ambiental.
- Apreensão e remoção de maquinários utilizados no desmatamento.
- Mapa de Vegetação do Estado de Mato Grosso - Atualização de 74 cartas de vegetação na escala 1:250 000 - 44.411, com registros de espécies botânicas.

2021

- Sistema de Gestão de Alertas - SIGALERTA.
- Apoio à Reforma do Batalhão de Emergências Ambientais.

Julho/2020 | Julho/2021

- Capacitação em Diálogos Climáticos. Integração entre estados e Governo Federal no Seminário Comando e Controle das Mudanças Climáticas.

A fim de fortalecer a fiscalização ambiental e o combate ao desmatamento ilegal, o Programa REM MT investiu, em sua primeira fase, na aquisição de equipamentos modernos e na capacitação das equipes de fiscalização. Além disso, foram disponibilizados recursos para a locação de veículos e aquisição de combustível, otimizando a logística das operações em campo. Essa combinação de investimentos em tecnologia, infraestrutura e capacitação profissional permitiu um significativo avanço na eficiência e na efetividade das ações de fiscalização ambiental no estado.

O monitoramento ambiental, especialmente da cobertura vegetal, representa um desafio para a gestão de recursos naturais em grandes extensões territoriais como o estado de Mato Grosso. Nesse contexto, a adoção de tecnologias inovadoras tem se mostrado fundamental para garantir a eficiência e a precisão das ações de fiscalização e controle. A implementação do sistema de monitoramento Planet, com o apoio do Programa REM MT, por meio do Subprograma Fortalecimento Institucional e Politicas Públicas Estruturantes -FIPPE, representou um avanço significativo no combate ao desmatamento em Mato Grosso.

2022

- Regularização fundiária - Projeto Terra a Limpo que emitiu 3.778 títulos em 98 assentamentos.

2023

- Manual Operacional da Implementação de Salvaguardas e 1º Sumário de Salvaguardas de Cancun para o Programa REM MT.
- Seminário: Políticas Púclicas Inovadores, Comando e Controle e Mudanças Climáticas.

2024

- Reforma do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental.
- Elaboração e Impressão do Sumário de Salvaguardas Socioambientais do Programa REM MT.
- Publicação de Diagnósticos de Sub-bacias hidrográficas.
- Apoio à Reforma do Laboratório de Tecnologia de Madeira LTM do INDEA MT.
- Reunião Técnica entre SEPLAG, SEMA e IBGE para a homologação das cartas do Mapa de Vegetação Primária de Mato Grosso.
- Elaboração do Estudo Contrafactual.
- Elaboração do Livro da fase I do Programa REM MT.
- Instalação da Usina Fotovoltaica na SEMA.

O Sistema de Monitoramento Planet, é um programa de monitoramento composto por vários satélites, como um exército de olhos espalhados pelo espaço, com a missão de observar a superfície da Terra e do estado de Mato Grosso. Cada um deles é capaz de tirar fotos de qualquer lugar do nosso planeta todos os dias. É como ter uma câmera gigante que tira fotos do mundo inteiro a cada 24 horas.



Combate a crimes na Amazônia Legal



O Ministério da Defesa está finalizando um projeto que vai significar uma nova realidade no com bate ao desmatamento ilegal e outros crimes ocorridos contra a Amazônia Legal. Será a primeir vez que a Amazônia será monitorada sistematicamente com radar orbital que permite observação mesmo em consições climáticas adversas.

O radar de abertura sintética emite ondas eletromagnéticas que ultrapassam barreiras físicas como as nuvens.

A antena terá entre 11 a 15 metros de diâmetro e será instalada no entorno de Brasília - DF.

As imagens serão analisadas pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e encaminhadas aos órgãos competentes para fiscalização.

O sistema possibilita a identificação dos ilícitos como:

- Desmatamento Ilegal
- Garimpo Ilegal
- Pista de pouso clandestina

> Em 2020-2021 ocorreu a pandemia e foi difícil enfrentar esse momento! Tivemos dificuldades no sentido de fazer com que o REM MTrealmente continuasse no período! Foi difícil a articulação do Subprograma FIPPE com os parceiros, pois são instituições públicas ligadas à tarefa de combater o desmatamento, incêndios florestais e articular políticas públicas. O desafio foi mapear quem eram e principalmente criar uma rede que interligasse o trabalho. A princípio, foi por reuniões online e, depois, quando a pandemia foi ficando mais branda, presencialmente. Então, esse foi o desafio maior, dar continuidade.
>
> Foram esses desafios, principalmente criar uma rede de compreensão entre as instituições e não de competição! Existia uma competição pelo recurso que parecia ser muito, mas, na realidade, se você for dividir não fica tanto assim. Teve que existir muito planejamento e discussão e teve que ter muita mediação. O investimento resultou na queda do desmatamento.
>
> Francieli Nascimento – Analista de Meio Ambiente – SEMA

“Com o aprimoramento das tecnologias de monitoramento por satélite e a implementação de sistemas de alerta, tornou-se possível identificar áreas de desmatamento em tempo quase real. Embora exista um pequeno intervalo entre a ocorrência do desmatamento e a detecção por satélite, essa nova abordagem permite uma resposta mais rápida por parte dos órgãos de fiscalização, reduzindo a janela de oportunidade para os infratores.

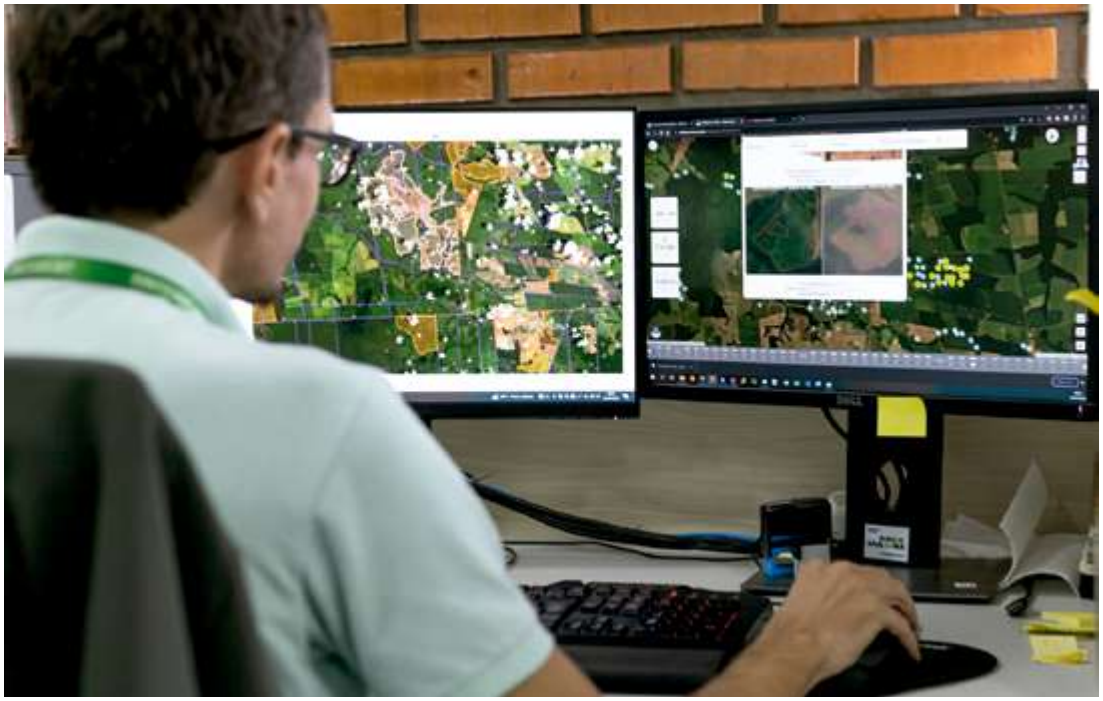
A transição para um sistema de monitoramento em tempo quase real representou um avanço significativo para a política pública de controle do desmatamento. Essa evolução permitiu intensificar as ações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal

Elton Antonio da Silveira – Coordenador do Subprograma FIPPE

“A criação da Gerência de Planejamento de Fiscalização e Combate ao Desmatamento, juntamente com a forma como a SEMA trata os dados dos alertas Planet, se mostrou um sucesso e tem sido referência em todo o país, tanto que já recebemos inúmeras visitas técnicas de outros estados para compreender melhor como trabalha o estado de Mato Grosso. As ações de combate ao desmatamento e a outras infrações contra a flora passaram a ser mais eficientes e assertivas. Houve um salto de produtividade que ultrapassa 600% quando comparado ao ano de 2019, que foi quando se iniciou todo o investimento realizado com os recursos do Programa REM. Se trata de um legado extremamente positivo! A área total desmatada anualmente em Mato Grosso é inclusive gatilho para liberação de recursos no Programa REM MT.

A existência do REM MT foi fundamental para estruturar o órgão ambiental através de mobiliário, equipamentos de informática, computadores de mesa, equipamentos de trabalho de campo como drones, notebooks, veículos, contrato para remoção de maquinários e acessórios apreendidos, diárias para realização de viagem, capacitações, contrato de fornecimento de imagens e alertas Planet, e contratação de empresas desenvolvedoras de softwares! Então, podemos afirmar com toda certeza que houve, sim, um fortalecimento institucional e toda esta melhoria estrutural nos estimulou e possibilitou também a melhoria dos processos de negócio, das rotinas de trabalho, com inovação e adoção de tecnologia.

Laurienne Evelyn de Castro Borges – Analista de Meio Ambiente – SEMA



Karla Silva/ Sema-MT

Analista de Meio Ambiente da SEMA MT, Ricardo Passos, usando a Plataforma Planet.

Uma das principais características do sistema é a utilização de imagens de alta resolução, ou seja, aquelas extremamente detalhadas. É como se estivéssemos observando a superfície terrestre com uma lupa gigante, permitindo identificar detalhes minúsculos, como a presença de uma única árvore ou uma pequena estrada.

Essa capacidade de detalhamento é fundamental para o monitoramento ambiental, pois permite detectar a retirada da vegetação em estágios iniciais, identificando pequenas áreas de desmatamento, mesmo em locais de difícil acesso, possibilitando uma resposta rápida e eficaz por parte dos órgãos ambientais. Além disso, possibilita o monitoramento da evolução do desmatamento ao longo do tempo, pois, ao comparar imagens capturadas em diferentes momentos, é possível identificar padrões e tendências. Também é possível monitorar os impactos de eventos como incêndios florestais e secas, avaliando a extensão dos danos e a capacidade de recuperação dos biomas.

Ao fornecer imagens de alta resolução e dados atualizados em tempo quase real, essa tecnologia permitiu que a SEMA-MT agisse de forma proativa, interceptando atividades de desmatamento ilegal em seus estágios iniciais. A rapidez na detecção e na resposta das equipes de fiscalização tem sido fundamental para reduzir a escala do desmatamento e aumentar a efetividade das ações de combate a esse crime ambiental. Os resultados obtidos com o monitoramento do Satélite Planet revolucionaram a fiscalização ambiental em Mato Grosso. A detecção precoce de áreas desmatadas, a partir de apenas 1 hectare, permitiu uma resposta mais rápida e eficaz por parte dos órgãos ambientais, invertendo a lógica tradicional de responsabilização de infratores em estágios avançados de degradação.

As imagens de alta resolução utilizadas pelo Sistema de Monitoramento Planet da SEMA-MT são como os "olhos no céu" que permitem acompanhar em tempo real as mudanças que ocorrem na cobertura vegetal de Mato Grosso. Essa tecnologia, combinada com ferramentas de análise de dados, fornece informações precisas e atualizadas para a tomada de decisões e a implementação de políticas públicas mais eficazes para a proteção do meio ambiente.

Remoção de maquinários utilizados para desmatamento ilegal.. Fiscalização Pantanal.



Acervo Fotográfico da SEMA-MT.

Remoção de maquinários utilizados para desmatamento ilegal.



Acervo Fotográfico da SEMA-MT.

O sistema Planet tem sido um aliado estratégico da Superintendência de Regularização Ambiental no monitoramento de áreas degradadas e na fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta - TACs, acordos formalizados entre um órgão público ambiental como a SEMA-MT e uma pessoa física ou jurídica que causou ou está prestes a causar um dano ambiental. A finalidade do TAC é ajustar a conduta do infrator, levando-o a adotar medidas para reparar o dano ambiental causado, prevenir novos danos e mitigar os impactos negativos de suas atividades.



2.

Com o conhecimento adquirido e a experiência acumulada, o Estado de Mato Grosso está desenvolvendo uma plataforma própria de monitoramento, visando integrar os dados da plataforma Planet com outras fontes de informação e otimizar os processos de análise e tomada de decisão.

Além do sistema de monitoramento por meio das imagens de satélite, o Programa REM MT, por meio do Subprograma, contribuiu para a solução de um problema sério em relação ao desmatamento. Quando ocorria uma apreensão de máquinas e equipamentos utilizados para o desmatamento de forma ilegal, o próprio proprietário deles deveria retirá-los das áreas, o que nem sempre ocorria. Com a ação do Subprograma, foi contratada uma empresa especializada na remoção de maquinários.

Esses equipamentos são disponibilizados para as prefeituras, que podem utilizá-los em diversas atividades, como a construção e manutenção de estradas e o apoio à agricultura familiar. Dessa forma, o Programa REM MT promoveu a reutilização de equipamentos que antes contribuíam para a destruição da floresta, transformando-os em ferramentas para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

A remoção de maquinários apreendidos em áreas de desmatamento ilegal é uma medida que combina a repressão ao crime ambiental com a prevenção de novos atos criminosos. Ao retirar os maquinários do local, as autoridades prejudicam financeiramente os infratores, inviabilizando economicamente a continuidade de suas atividades ilegais. Essa medida, além de punir os responsáveis pelo desmatamento, desencoraja outros a cometerem crimes ambientais semelhantes.

1. Coordenador do Subprograma FIPPE, Elton Antonio da Silveira e Francieli Nascimento, realizando um diagnóstico da situação do Batalhão de Polícia Militar Ambiental para realização de reforma do batalhão.

2. Reforma do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental.

3. Gerente do Portfólio do Departamento de América Latina e Caribe do KfW, Klaus Köhnlein, na placa de reforma do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, durante Missão de Monitoramento em 2024.

4. Equipe do Programa REM MT, financiadores internacionais e policiais no Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, durante Missão de Monitoramento em 2024.



1.

Fotografia: Fernanda Fidelis.



Fotografia: Marcio Camilo.



3.

Fotografia: Priscila Soares.



4.

Fotografia: Priscila Soares.



Fotografia: Priscila Soares.

Sala de Situação do Batalhão de Emergências Ambientais – BEA após a reforma.

O Programa REM MT, por meio do Subprograma FIPPE, desempenhou um papel crucial no fortalecimento da fiscalização ambiental em Mato Grosso. Entre julho de 2019 e junho de 2020, o programa forneceu praticamente todos os recursos necessários para as equipes de fiscalização, incluindo equipamentos, veículos e financiamento. Graças a esse investimento, o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental - BPMPA e o Batalhão de Emergências Ambientais - BEA puderam intensificar suas ações de proteção ao meio ambiente no estado. O BPMPA, com suas bases estrategicamente localizadas, atuou em diversas frentes, como fiscalização ambiental e operações em áreas de conflito, enquanto o BEA se dedicou à prevenção e ao combate a incêndios florestais.

O Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental - BPMPA tem sido a linha de frente na defesa do meio ambiente em Mato Grosso. Com equipes treinadas, a unidade realiza diversas operações para combater crimes como caça ilegal, desmatamento e tráfico de animais. Atuando em áreas remotas e de difícil acesso, os policiais ambientais protegem a biodiversidade dos biomas mato-grossenses, contribuindo para a preservação do equilíbrio ambiental. O fortalecimento institucional do BPMPA, com apoio financeiro do Programa REM MT, permitiu melhorias nas instalações, otimizando as operações e garantindo melhores condições de trabalho para os policiais.

Para fortalecer as ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, em 2021 o Programa REM MT investiu na reforma do espaço físico e na estruturação da Sala de Situação do Batalhão de Emergências Ambientais - BEA. Desde o início do período proibitivo de queimadas em julho, a sala conta com novos equipamentos, como computadores e painéis, que permitem o monitoramento em tempo real dos focos de calor em todo o território mato-grossense, agilizando a resposta das equipes de combate a incêndios.

1. Sala de Situação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA antes de ser reformada

2. Sala de Situação do IBAMA, após a reforma

3. Coordenador do Subprograma FIPPE, Elton Antonio da Silveira junto ao Chefe de Fiscalização do IBAMA, Edilson Paz Fagundes, na entrega da Sala de Situação do IBAMA.



1.

Fotografia: Fernanda Fidelis.



2.

Fotografia: Priscila Soares



3.

Fotografia: Priscila Soares

Uma sala de situação equipada com tecnologia é fundamental para o sucesso das operações do Batalhão de Emergências Ambientais (BEA) no combate a incêndios florestais. Essa ferramenta moderna permite que os profissionais tenham acesso a informações precisas e atualizadas em tempo real, otimizando as ações de prevenção e combate às queimadas. Por meio de imagens de satélite, radares e sensores, é possível identificar rapidamente os focos de calor e acompanhar a propagação das chamas. Essa agilidade na detecção permite direcionar as equipes para as áreas mais críticas, garantindo uma resposta rápida e eficaz.

A análise de grandes volumes de dados, como informações meteorológicas, históricos de incêndios e características da vegetação, auxilia na previsão do comportamento do fogo e na identificação de áreas de risco. Com essas informações, é possível tomar decisões estratégicas mais

assertivas, como a alocação de recursos e a definição de prioridades. A sala de situação também facilita a coordenação das equipes envolvidas no combate aos incêndios, como bombeiros, brigadistas e voluntários. A comunicação eficiente entre as equipes é essencial para garantir a sincronia das ações e otimizar os resultados.

Além disso, a integração com outros órgãos, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e os órgãos de proteção civil, permite o compartilhamento de informações e a atuação conjunta em casos de grandes incêndios. Essa ferramenta contribui para aumentar a eficiência no combate aos incêndios, reduzindo os danos causados às áreas naturais e garantindo a segurança dos brigadistas.

1. Elton Antonio da Silveira, Coordenador do Subprograma FIPPE, junto a Gabriela Cristina Silva Moreira e Juraci de Ozeda Ala Filho. Etapa de campo. Expedições para atualização do Mapa da Vegetação Primária de Mato Grosso. 2021.



O Programa REM MT, por meio do FIPPE, tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento das ações de combate ao desmatamento ilegal em Mato Grosso, ampliando a colaboração com instituições federais como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, com aquisição de equipamentos tecnológicos que permitem aos servidores realizar suas atividades com mais eficiência e agilidade.

Ao investir em infraestrutura, capacitação de pessoal e modernização de equipamentos, as instituições ambientais se tornam mais eficientes na fiscalização, no monitoramento e na aplicação da legislação ambiental. Isso permite uma atuação mais eficaz no combate a crimes como o desmatamento, a caça ilegal, entre outros, garantindo a proteção dos biomas e a conservação da biodiversidade.



Além disso, o fortalecimento institucional facilita a construção de parcerias e a criação de redes de cooperação, ampliando o alcance das ações de conservação. Ao trabalhar em conjunto, diferentes atores sociais podem somar esforços e recursos para enfrentar desafios complexos como as mudanças climáticas e a degradação ambiental. Ao fortalecer as instituições ambientais, promove-se um ambiente mais propício para o engajamento da população em ações de proteção ao meio ambiente.



O estado de Mato Grosso está passando por um processo importante de atualização do Mapa de Vegetação Primária, com o apoio do Programa REM MT, por meio do Subprograma FIPPE. Essa iniciativa é fundamental, pois o mapa atualmente utilizado é bastante antigo, datando do Projeto RadamBrasil, realizado na década de 1970. Com o passar dos anos, a cobertura vegetal de Mato Grosso sofreu diversas alterações, como desmatamento e regeneração natural. Um mapa atualizado é essencial para acompanhar essas mudanças, subsidiar políticas públicas de conservação ambiental, monitorar o desmatamento ilegal e embasar o planejamento territorial de forma mais precisa.

A atualização do Mapa de Vegetação Primária do Estado de Mato Grosso já alcançou 100% do território e é fundamental para a definição precisa da reserva legal das propriedades rurais e para o planejamento ambiental em geral.

2. Elton Antonio da Silveira, Coordenador do Subprograma FIPPE, junto a Gabriela Cristina Silva Moreira e Juraci de Ozeda Ala Filho. Etapa de campo. Expedições para atualização do Mapa da Vegetação Primária de Mato Grosso. 2021

3. Fabiano Santo Bernini, Ana Beatriz Marques, Sebastião Silva e Juracia de Ozeda Ala Filho. Etapa de campo. Expedições para atualização do Mapa da Vegetação Primária de Mato Grosso. 2021.

4. Trabalho durante as expedições para atualização do Mapa da Vegetação Primária de Mato Grosso.



Fotografia: Acervo da SEMA-MT.



2.

Fotografia: Acervo da SEMA-MT.



3.

Fotografia: Acervo da SEMA-MT.





A iniciativa, que conta com o apoio financeiro e logístico do Programa REM MT, envolve a atualização do Sistema de Classificação da Vegetação Brasileira e consiste em etapas de campo, digitalização das cartas e elaboração de relatórios. O mapa final se encontra em fase de auditoria e homologação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica – IBGE.

O novo mapa fornecerá informações mais precisas e atualizadas sobre a distribuição da vegetação nativa em Mato Grosso, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e contribuindo para a conservação da biodiversidade. Além disso, o mapa será uma ferramenta fundamental para o planejamento territorial, como subsídio para a criação de unidades de conservação e a implementação de políticas públicas de proteção ambiental.

O Programa REM MT tem sido um parceiro fundamental nesse processo, fornecendo os recursos necessários para a execução do projeto. Apesar dos avanços alcançados, ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de manter o mapa atualizado e a integração dos dados com outros sistemas de informação.

O Fórum Estadual de Mudanças Climáticas demonstrou um papel ativo na temática das mudanças climáticas, participando de diversos projetos e iniciativas. Com o apoio do Projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso, a instituição capacitou seus membros e contribuiu significativamente para o projeto Trajetórias de Descarbonização, liderando ações como a priorização de medidas de descarbonização e a realização de *workshops* sobre práticas sustentáveis. Além disso, o Fórum abordou a interface entre patrimônio cultural e mudanças climáticas, engajou-se em iniciativas internacionais e contribuiu para a construção de um plano de participação social em programas estaduais.

É notório o crescimento da produtividade e da organização das Diretorias de Unidades Descon-centradas – DUD's da SEMA, coordenadas pela Superintendência de Gestão da Desconcentração e Descentralização - SGDD. Esse avanço foi significa-tivamente impulsionado pelo Subprograma FIPPE, que forneceu recursos como equipamentos, veícu-los e diárias, otimizando as ações de fiscalização. As nove DUD's distribuídas pelo estado, com um quadro de 56 analistas ambientais, apresentaram um aumento de 282% no valor de multas aplicadas em 2019, em comparação a 2018, demonstrando a eficácia das ações realizadas com o apoio do REM MT. É importante destacar que esse resultado foi obtido sem o acréscimo de novos fiscais, mas sim através de uma melhor gestão dos recursos e do aumento do número de viagens de fiscalização.

O Subprograma FIPPE contribuiu para a conso-lidação do Sistema Estadual de REDD+ de Mato Grosso. Por meio de um processo participativo, foram elaborados importantes instrumentos para o monitoramento e o relato do cumprimento das salvaguardas socioambientais do Programa REM MT. O Manual Operacional e o Sumário de Salvaguar-das de Cancún, aprovados pelo Conselho Gestor, oferecem diretrizes claras para a implementação das salvaguardas e demonstram o compromisso do Estado com os princípios da transparência e da participação social. A realização do primeiro ciclo de monitoramento dos indicadores de salva-guardas representou um marco importante para o programa, pois permitiu avaliar a efetividade das ações implementadas e identificar oportunidades de melhoria.

Os investimentos e ações implementados pelo Programa REM MT, por meio do Subprograma FIPPE, resultaram em um avanço significativo na gestão ambiental de Mato Grosso. A combinação de tecnologia, capacitação de equipes e fortalece-mento institucional permitiu uma resposta mais eficiente e eficaz aos desafios ambientais, como o desmatamento ilegal. A modernização da fisca-lização, a implementação de sistemas de monito-ramento e a promoção de práticas sustentáveis consolidaram o Estado como referência em gestão ambiental. No entanto, é fundamental manter os esforços para garantir a sustentabilidade dos resultados alcançados, ampliando a cobertura das ações e fortalecendo as parcerias institucionais.



Por meio do REM MT, o Batalhão Ambiental aprimorou a parte tecnológica com computadores, equipamentos de proteção individual dos policiais que trabalham no campo e outras tecnologias, como GPS, drone. Então, aí começou a ter uma parceria nesse sentido de aquisições. Paralelamente a essa estruturação, houve também algumas parcerias de qualificação. E isso também foi muito importante para o crescimento da nossa unidade. Tivemos alguns cursos e o REM MT sempre subsidiou esse processo de qualificação.

Eu vejo assim: o principal benefício do Programa REM MT talvez não é nem tanto o subsídio de recursos, é colocar todo mundo na mesma mesa, fazer todo mundo olhar olho no olho e enxergar uma estratégia comum de todas as instituições. É óbvio que os ganhos com relação à parte estrutural são importantes, mas também é muito importante fomentar uma estratégia comum.

Após a criação, por exemplo, de uma sala de situação, onde se compartilham dados e espaço, a gente costuma falar que responsabilidade tem nome, tem olho. Então, nada melhor que você, olho no olho, traçar uma estratégia, diminuindo, obviamente, as distâncias das instituições, colocando o objetivo em primeiro lugar. Isso possibilitou o crescimento do batalhão ambiental.

Fagner Augusto do Nascimento – Comandante do Batalhão Ambiental





PARTE II

6. A ATUAÇÃO DO PROGRAMA REM MT NA PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS QUE VIVEM NOS BIOMAS AMAZÔNIA, CERRADO E PANTANAL

7. PROGRAMA REM MT: TRAJETÓRIAS CONSTRUIDAS NO CAMINHAR





6.

A ATUAÇÃO DO PROGRAMA REM MT NA PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS QUE VIVEM NOS BIOMAS AMAZÔNIA, CERRADO E PANTANAL





6.1.

O impacto do Programa REM MT na vida de famílias agricultoras do Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente

No coração da Amazônia, os agricultores do Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente – Município de Paranaíta, embarcaram em uma jornada para transformar suas vidas e suas terras. O ano era 2011, e as sementes da transformação foram semeadas com a formação da REPOAMA, a Rede de Produção Orgânica da Amazônia Mato-Grossense, por meio de uma parceria com o Instituto Centro de Vida - ICV e de uma crença compartilhada na agricultura sustentável.

O Programa REM MT desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da produção agrícola local, impulsionando a expansão e a diversificação das atividades produtivas. Pela oferta de assistência técnica especializada e da promoção de oficinas de capacitação, o programa proporcionou aos agricultores os conhecimentos e as ferramentas necessárias para otimizar seus processos produtivos.

Além do aporte financeiro, o Programa REM MT contribuiu significativamente para o aprimoramento da infraestrutura rural, viabilizando a execução de projetos de melhoria da captação de água. Essa medida permitiu aos agricultores expandir suas áreas de cultivo e aumentar a produtividade.

O Programa REM MT financiou cursos de formação e consultorias, possibilitando que a REPOAMA atuasse na organização e coordenação das atividades, promovendo a certificação coletiva dos produtos. Essa sinergia entre as duas instituições permitiu que os agricultores obtivessem os benefícios de uma assistência técnica especializada e de um processo de certificação mais eficiente.

Em suma, o Programa REM MT foi um divisor de águas para a agricultura local, proporcionando aos assentados os recursos e o conhecimento necessários para aumentar a produção, melhorar a qualidade dos produtos e acessar novos mercados. A iniciativa pode ser comparada à semeadura: a partir de uma pequena ação, foram colhidos frutos abundantes, transformando a realidade dos agricultores.

Um dos aspectos que facilitou a atuação do Programa REM MT foi a organização dos assentados em uma cooperativa, a Cooperativa de Hortifrutigranjeiros de Paranaíta - COOPERVILA, que tem um trabalho de organização bastante peculiar. Anualmente, em assembleia geral com os cooperados, é estabelecido os preços de referência para cada produto, garantindo aos agricultores uma previsibilidade de renda ao longo do ano. Além disso, a cooperativa elabora um planejamento de produção detalhado para cada associado, indicando quais culturas devem ser plantadas, em quais quantidades e em quais épocas do ano. Esse planejamento coletivo visa otimizar a produção e garantir o abastecimento do mercado.

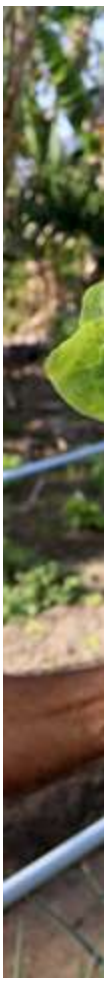
Assim, um dos pontos fortes da cooperativa é a participação dos associados na definição das culturas a serem produzidas. Essa prática democrática permite que os produtores tenham autonomia para escolher o que cultivar, considerando suas preferências e as demandas do mercado. A cooperativa oferece ainda suporte técnico aos produtores, auxiliando-os na adoção de práticas agrícolas sustentáveis e na melhoria da qualidade de seus produtos.

Os cooperados entregam sua produção diretamente à cooperativa, que assume a responsabilidade pela logística de venda e distribuição. Essa estrutura garante aos produtores uma renda mais estável, uma vez que a cooperativa negocia os preços com os compradores e garante o pagamento aos associados, independentemente das flutuações do mercado.

Com o apoio do Programa REM MT, foi estabelecido um fundo rotativo solidário, uma espécie de poupança comunitária que pode ser acessada por meio de microcrédito pelas agricultoras e agricultores que participam da Rede de Produção Orgânica da Amazônia Mato-grossense - REPOAMA para apoiar a transição e/ou a produção orgânica.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



Mamão produzido em Sistema Agroflorestal – SAF. Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente – Cooperativa dos Produtores hortifrutigranjeiros de Paranaíta- COOPERVILA. Projeto Agroecologia em Rede: Conectando elos para Transição Orgânica da Produção Familiar Amazônica. – Paranaíta/MT

A ideia é que o fundo nunca acabe e possa ajudar quem precisar de apoio para realizar benfeitorias nas suas terras, desde que cumpra os acordos da rede, permitindo que os agricultores acessem pequenos empréstimos para ferramentas e suprimentos essenciais. Esse impulso financeiro, combinado com o conhecimento e as habilidades adquiridas por meio de vários programas de capacitação, possibilitou aos agricultores assumir o controle de seus meios de subsistência e melhorar sua qualidade de vida.

A REPOAMA, com apoio do Programa REM MT, tornou-se uma rede vibrante. Ela conectou agricultores de diferentes regiões, fomentando a colaboração e compartilhando as melhores práticas. O foco da rede na certificação orgânica, alcançada por meio do Sistema de Garantia Participativa, garantiu que os produtos da comunidade fossem produzidos em harmonia com a natureza.

A jornada não foi isenta de desafios. Os agricultores enfrentaram a ameaça de pesticidas de fazendas vizinhas, que contaminaram suas plantações e representaram um risco significativo para sua saúde. Apesar desses contratempos, o assentamento da reforma agrária perseverou e a produção agroecológica também.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Alface produzida de forma agroecológica. Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente- Cooperativa dos Produtores hortifrutigranjeiros de Paranaíta- COOPERVILA. Projeto Agroecologia em Rede: Conectando elos para Transição Orgânica da Produção Familiar Amazônica. – Paranaíta/MT

O casal Roseli e Osvaldo de Brito mostrando com orgulho o tamanho de um pé de couve produzido de forma agroecológica. Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente- Cooperativa dos Produtores hortifrutigranjeiros de Paranaíta- COOPERVILA. Projeto Agroecologia em Rede: Conectando elos para Transição Orgânica da Produção Familiar Amazônica. – Paranaíta/MT



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Um dos resultados mais significativos do Programa REM MT foi o apoio ao Fundo Rotativo Solidário. Este fundo, administrado pela comunidade, forneceu aos agricultores acesso ao microcrédito, permitindo que eles investissem em seus lotes e melhorassem sua qualidade de vida. Há muitas histórias de agricultores que usaram o fundo para construir novas casas, expandir suas atividades agropecuárias e garantir o futuro de suas famílias.

No final de 2019, durante um encontro de parceiros do projeto Redes, emergiu uma ideia promissora: a criação de um arranjo comercial que viabilizasse a comercialização da produção das famílias agricultoras em escala local. Essa semente, cultivada em um ambiente de colaboração e troca de experiências, floresceu no início de 2020: a Rota Local, que nasceu com o objetivo de conectar produtores familiares a consumidores locais, facilitando o escoamento da produção e garantindo uma renda mais justa para os agricultores.

Atualmente, a rota conta com a participação de aproximadamente 400 famílias agricultoras, distribuídas em 6 organizações comunitárias. Desde sua criação, em fevereiro de 2020, a Rota Local já comercializou mais de R$ 1,5 milhão em produtos *in natura*, demonstrando a viabilidade e o potencial desse modelo de negócio.

Para otimizar a logística e garantir a qualidade dos produtos, a Rota Local adquiriu um caminhão e containers refrigerados, permitindo o armazenamento e o transporte adequados dos alimentos. A iniciativa também desempenha um papel fundamental na divulgação da produção local e na centralização da demanda, facilitando o contato entre produtores e consumidores.

Com a Rota Local, os compradores podem realizar seus pedidos de forma centralizada, tendo acesso a uma variedade de produtos frescos e de qualidade, como frutas, verduras, legumes e produtos processados. Por sua vez, as famílias agricultoras podem comercializar grandes volumes de seus produtos, garantindo uma renda mais estável e previsível.

O próximo passo da Rota Local é ampliar a diversidade de produtos ofertados, aperfeiçoar os processos de produção e comercialização e fortalecer a relação com os consumidores. A iniciativa representa um modelo inovador de comercialização de alimentos, que contribui para o desenvolvimento local, a segurança alimentar e a valorização da agricultura familiar.

Embora os assentados tivessem feito um progresso notável, ainda havia desafios a serem superados. A natureza perecível de seus produtos dificultava o armazenamento e o transporte, e a falta de infraestrutura dificultava sua capacidade de atingir mercados maiores

A comunidade, fortalecida pela parceria com o Programa REM MT e outras organizações, continua a evoluir e a superar desafios. O Fundo Rotativo Solidário, uma inovação local, se consolidou como um pilar fundamental para o desenvolvimento da comunidade, proporcionando acesso ao crédito e incentivando a produção sustentável.

Outro avanço foi a inserção da cooperativa dos assentados na Rota Local, que nasceu com o objetivo de conectar as famílias agricultoras aos mercados de forma mais eficiente. A iniciativa, que conta com o apoio de diversas organizações comunitárias, criou uma rede de abastecimento, onde os agricultores podem comercializar seus produtos em maior escala e os consumidores têm acesso a alimentos frescos e de qualidade.

No início, a Rota Local era apenas um sonho. Mas, com a união de esforços e o apoio de projetos que investiram na ideia, ela se tornou realidade. Hoje, são mais de 400 famílias agricultoras envolvidas, comercializando uma grande variedade de produtos, desde frutas e verduras até produtos processados. Um caminhão refrigerado e containers especiais garantem que os alimentos cheguem aos seus destinos em perfeitas condições.

Assim, a Rota Local funciona como um ponto de encontro entre a oferta e a demanda. Os compradores podem fazer seus pedidos com antecedência, sabendo exatamente o que estará disponível. Por sua vez, os agricultores têm a garantia de vender seus produtos e receber um retorno justo por seu trabalho. Com o sucesso da Rota Local, a comunidade expandiu seus mercados e fortaleceu suas relações com os consumidores. A demanda por produtos orgânicos e frescos cresceu significativamente, impulsionando a produção e gerando mais renda para os agricultores. A cooperativa, por sua vez, desempenhou um papel crucial na organização da produção e na garantia de preços justos para os agricultores.

“O Fundo rotativo é importante para a gente acessar um recurso, porque em bancos normais a gente não tinha essa oportunidade. Então, o REM MT ajudou muita gente, eu principalmente, porque o nosso sonho era construir uma casa e o empréstimo ajudou. Agora, nós vamos realizar o sonho de construir nossa primeira casa lá perto da horta!

Osvaldo de Brito

“O mais difícil no meu ponto de vista foi fazer cada um acreditar no potencial que tem! Infelizmente fazer com que a pessoa consiga entender o potencial que ela tem de produzir mais e de fazer melhor, de dar um passo maior assim na própria construção da sua propriedade!

Sulivan Fernando da Silva

“Ocorreu o primeiro encontro das mulheres. A gente discutiu Justiça de Gênero; na cooperativa, tem três mulheres que trabalham. A gente está sempre aqui, né, ajudando também na ponta e lá na horta. Os homens têm outra função dentro da propriedade: consertar uma cerca, cuidar do gado.

Roseli Alves de Souza Brito



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Melancia produzida pelos Agricultores Familiares residentes no Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente – Cooperativa dos Produtores hortifrutigranjeiros de Paranaíta- COOPERVILA. Projeto Agroecologia em Rede: Conectando elos para transição orgânica da produção familiar amazônica. – Paranaíta/MT



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Horta agroecológica – Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente- Cooperativa dos Produtores hortifrutigranjeiros de Paranaíta – COOPERVILA. Projeto Agroecologia em Rede: Conectando elos para Transição Orgânica da Produção Familiar Amazônica. – Paranaíta/MT.

Apesar dos avanços, a comunidade ainda enfrenta desafios, como a volatilidade dos preços dos produtos agrícolas, a necessidade de investir em infraestrutura e a crescente pressão sobre os recursos naturais. No entanto, os agricultores estão confiantes no futuro. Eles veem a agricultura orgânica como uma oportunidade para construir um futuro mais sustentável e equitativo para suas famílias e suas comunidades.

O Programa REM MT teve relevante contribuição na consolidação do Assentamento Vila Boa Esperança Nossa Terra Nossa Gente, da Rede de Produção Orgânica da Amazônia Mato-grossense - REPOAMA, fornecendo recursos financeiros, assistência técnica e capacitação aos agricultores familiares. O programa impulsionou a adoção de práticas de produção orgânica, promovendo a agroecologia e a sustentabilidade ambiental.

Ademais, o Programa REM MT apoiou a certificação dos produtos orgânicos, facilitando o acesso ao mercado e garantindo a qualidade dos produtos. Ele também apoiou a criação do Fundo Rotativo Solidário, possibilitando o acesso ao crédito para os agricultores, incentivando o investimento e a expansão da produção e contribuiu para o fortalecimento da cooperativa, que se tornou um importante canal de comercialização dos produtos agrícolas.

Para o Bioma Amazônia, o Programa REM MT, por meio da REPOAMA, contribuiu para a conservação ambiental ao promover a agricultura orgânica, reduzindo o uso de agrotóxicos e a degradação do solo.





6.2.

Leite, café e cooperação: a parceria do Programa REM MT com a Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde - COMOV

A história da Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde - COMOV se desenrola como um testemunho de resiliência, empreendedorismo e transformação. Nascida em 1995 das mãos de agricultores que buscavam uma alternativa ao cultivo do café, a Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde - COMOV trilhou um caminho árduo, repleto de desafios e conquistas.

Os primeiros anos foram marcados pela experimentação. A produção de palmito, o processamento de frutas e a tentativa de montar um laticínio foram projetos que, embora promissores, não obtiveram o sucesso esperado. No entanto, com muita persistência encontraram um novo rumo: a produção de leite.

Inicialmente, com equipamentos doados pelo Clube de Mães de Alta Floresta e muita garra, a Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde - COMOV iniciou sua jornada na produção de leite, enfrentando os desafios de um mercado competitivo e as incertezas da natureza. Atualmente, realiza o processamento de leite, produzindo derivados como manteiga, requeijão, queijo e iogurte. Além disso, para os cooperados, faz a limpeza de café em grão e comercializa insumos para a produção de leite, como produtos de higiene para ordenha e materiais para inseminação artificial.

1. Placa informativa da localização da Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde - COMOV. Projeto: Mais Leite Saudável – Alta Floresta/MT.

2. Sede da Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde. Projeto: Mais Leite Saudável – Alta Floresta/MT



1.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



2.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Para os agricultores se tornarem membros da cooperativa, os interessados devem formalizar uma solicitação de adesão, acompanhada da assinatura de um termo de compromisso. A aprovação do novo cooperado é decidida em reuniões mensais do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, após análise de critérios como experiência na atividade agrícola e reputação no mercado. O valor da taxa para para entrar na cooperativa é de R$ 700,00, que será restituído ao cooperado, corrigido monetariamente, caso ele decida se desligar da entidade.

Os resultados financeiros são compartilhados anualmente com os cooperados, por meio da distribuição de sobras. Uma parcela desses recursos é destinada a investimentos na própria cooperativa, como a aquisição de equipamentos e veículos. A cooperativa atua como uma prestadora de serviços completa para seus associados, realiza a coleta da produção nas propriedades dos cooperados, o processamento, a embalagem e a comercialização dos produtos para diversos canais de distribuição, como supermercados, restaurantes, escolas e indústrias alimentícias.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Um dos diferenciais da cooperativa é a oferta de insumos agrícolas a preços mais acessíveis para seus cooperados. A instituição negocia a compra de insumos em grandes volumes, obtendo melhores condições de pagamento e preços mais competitivos. Além disso, oferece serviços de assistência técnica e capacitação, visando melhorar a qualidade da produção.

A chegada do Programa REM MT trouxe um novo fôlego para a cooperativa, proporcionando recursos e conhecimento, com destaque para a possibilidade de assistência técnica contínua, pois foi contratado um profissional que percorre as propriedades com veículo adquirido por meio do programa e oferece informações sobre manejo adequado dos animais, nutrição, reprodução, sanidade animal, bem como sobre as melhores práticas de ordenha e higiene.

Além disso, a assistência técnica auxilia os produtores na implementação de tecnologias inovadoras, como a ordenha mecânica e os sistemas de refrigeração do leite, que contribuem para a melhoria da qualidade do produto. Ao investir em assistência técnica, os produtores de leite podem aumentar a eficiência de suas propriedades, reduzir custos de produção e garantir a qualidade do leite.

A instalação de capineiras nas propriedades dos cooperados foi um marco importante. A seca, antes um pesadelo para os produtores, deixou de ser uma ameaça, garantindo a alimentação do gado durante todo o ano. A assistência técnica oferecida pelo programa capacitou os produtores, que passaram a adotar práticas mais eficientes e sustentáveis.

1. Reforma das instalações do laticínio com apoio do Programa REM MT. Projeto Mais Leite Saudável apoiado pelo programa. Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde – COMOV – Alta Floresta/MT.

2. Equipamento usado para o resfriamento de leite e uma câmara fria, adquiridos pelo Programa REM MT. Projeto: Mais Leite Saudável – Alta Floresta/MT.

“O REM MT favoreceu o aumento do vínculo entre a cooperativa e o produtor, criando uma liga. Ficou muito interessante esse vínculo: o produtor conseguiu entender que, ao participar da cooperativa, ele se torna associado e está tendo benefícios com isso.

Para os produtores de leite, o principal legado do Programa REM MT foram as formações técnicas e capacitações. Foi contratado um técnico pelo programa, que dá assessoria aos produtores. Uma grande diferença foi a informação técnica que chegou, porque antes eles não tinham acesso a isso! E aí, é óbvio que o resultado foi excelente!

Foi muito importante a oficina sobre a elaboração de projetos oferecida pelo Programa REM MT. Eu nunca fiz um projeto, então a gente entende como funciona e o que precisa, mas escrever de um jeito que os outros entendam é outra coisa! Por isso, a capacitação foi primordial.

Antonio Favarin Sobrinho – Cooperativa Agropecuária Mista Ouro Verde (COMOV)



Mas o legado do Programa REM MT vai além das ações já descritas. Com o apoio do programa, a cooperativa investiu em um viveiro de mudas, promovendo a recuperação de áreas degradadas e a diversificação da produção. A aquisição de equipamentos modernos, como máquinas de resfriamento de leite e drones, otimizou os processos e aumentou a qualidade dos produtos. O programa também fortaleceu o vínculo entre os cooperados e a cooperativa, criando um senso de comunidade e pertencimento. A troca de experiências e o aprendizado mútuo transformaram a COMOV em um espaço de empoderamento e desenvolvimento pessoal.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

Veículo e freezer adquiridos pelo Programa REM MT. Projeto: Mais Leite Saudável – Alta Floresta/MT.

Analisando o caso da COMOV e os impactos mais amplos do Programa REM MT, destaca-se o fornecimento tanto de recursos financeiros quanto de conhecimentos técnicos, essenciais para adotar práticas de produção mais sustentáveis, como a implementação de capineiras e a otimização da gestão da água. Essas ações não apenas tornaram a produção de leite mais eficiente, mas também impulsionaram o desenvolvimento socioambiental sustentável na região.

A cooperativa teve acesso a novas tecnologias e equipamentos que otimizaram seus processos, elevando a qualidade dos produtos. O programa também contribuiu para a melhoria da gestão da cooperativa, implementando sistemas de monitoramento e controle, além de promover a capacitação dos colaboradores. Além disso, ele fortaleceu o sentimento de pertencimento dos cooperados e estimulou sua participação nas decisões coletivas.





6.3.

Rede Sementes Portal da Amazônia – RSPA: germinando para usos sustentáveis da biodiversidade

No município de Alta Floresta, um grupo de mulheres e homens encontrou na coleta de sementes uma forma de transformar suas vidas e proteger o meio ambiente. Eles percorrem trilhas, identificando as árvores frutíferas e coletando cuidadosamente suas sementes. Cada semente é um investimento na conservação da biodiversidade e na geração de renda para suas famílias. Por meio da Rede Sementes Portal da Amazônia, essas pessoas simples, mas resilientes, estão escrevendo uma nova história para o Bioma Amazônia, demonstrando que é possível conciliar desenvolvimento econômico com a conservação ambiental.

A trajetória da Rede de Sementes Portal da Amazônia - RSPA teve início em 2010, com a implementação do Projeto Sementes do Portal, coordenado pelo Instituto Ouro Verde - IOV. Essa iniciativa pioneira foi essencial para a formação de grupos de coletores na região, incentivando a prática da coleta de sementes nativas da floresta amazônica. A garantia de compra da produção, estabelecida pelo projeto, atuou como um estímulo fundamental para a participação dos agricultores familiares.

A adesão dos agricultores à iniciativa, com a formação de grupos de coleta em todos os municípios atendidos, evidenciou a importância e o potencial da atividade. Diante desse cenário, surgiu a necessidade de fortalecer a articulação entre os diversos grupos e promover a qualificação das pessoas envolvidas. Assim, foi constituída a Rede de Sementes Portal da Amazônia, com o objetivo de potencializar as ações, estabelecer conexões e oferecer capacitações aos seus membros.

A consolidação da RSPA culminou na criação da Cooperativa Solidária da Agricultura Familiar - COOPERSAF em 2016. Essa cooperativa, que representa legalmente a rede, tem como objetivo principal fortalecer a produção e a comercialização de sementes nativas, garantindo melhores condições de trabalho e renda para os agricultores familiares.

A inserção do Instituto Ouro Verde - IOV no Programa REM MT ocorreu em um momento marcado por desafios, especialmente devido à pandemia de COVID-19. A construção da proposta do projeto, realizada em um contexto de distanciamento social, exigiu uma adaptação das metodologias de trabalho e uma intensificação do uso de ferramentas digitais. A aprovação do projeto no final de 2020 foi recebida com entusiasmo, porém, a implementação das atividades enfrentou obstáculos significativos.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



1. Da esquerda para direita: Mequiel Zacarias Ferreira, Renato Anderson Felito, Debora Maria Liometti, Valquiria Aparecida Seze Felito, Anderson Rogério Lopes, Ana Carolina França Bogo, Aline Oliveira Paglioco Nava. Equipe do Instituto Ouro Verde – IOV. Projeto: Agricultura Camponesa: articulando crédito e comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar no portal da Amazônia. Alta Floresta – MT.

2. Recipientes cheios de sementes de espécies nativas, sendo preparadas ou armazenadas na Rede de Sementes do Xingu.

As restrições impostas pela pandemia, como o isolamento social e o medo de contágio, dificultaram a realização de reuniões presenciais com os agricultores e a manutenção do ritmo de trabalho anterior. A interrupção das atividades presenciais e a redução da frequência de visitas às comunidades impactaram significativamente a dinâmica de interação entre o IOV e os agricultores. A mudança no comportamento das pessoas, com menor disposição para participar de atividades em grupo, exigiu a busca por novas estratégias de comunicação e mobilização.

É nesse cenário que a Rede Sementes Portal da Amazônia se consolida como uma alternativa promissora para a conservação do Bioma Amazônia e, com o apoio do Programa REM MT, ocupa um papel estratégico na conservação da biodiversidade da região. Abrangendo 16 municípios do extremo norte de Mato Grosso, a rede atua em áreas de grande relevância ambiental, localizadas nas bacias dos rios Tapajós e Xingu. Composta por mais de 90 coletores para a restauração de áreas degradadas e a geração de renda para as famílias rurais.

A coleta de sementes é realizada em áreas de floresta nativa, com o devido registro no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM, garantindo a rastreabilidade e a origem das sementes. Essa atividade, além de gerar renda para os coletores, contribui para a conservação da biodiversidade, uma vez que as sementes coletadas são utilizadas em projetos de restauração florestal e produção de mudas nativas.


2.


2.

A rede possui uma estrutura com 16 Casas de Sementes distribuídas nos municípios atendidos. Nesses locais, são realizadas diversas atividades, como armazenamento, encontros de planejamento e capacitação. A Casa Regional de Sementes, localizada em Alta Floresta, funciona como um centro de referência para a rede, concentrando as atividades de tratamento, embalagem e distribuição.

A comercialização das sementes produzidas pela rede abrange diversos estados brasileiros, demonstrando a importância e a qualidade do trabalho desenvolvido pelos coletores. A renda obtida garante uma fonte monetária complementar para as famílias rurais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Além da coleta de sementes, a rede desenvolve diversas outras atividades, como a produção de mudas nativas, a realização de cursos e oficinas de capacitação e a promoção da organização comunitária.

No cerne do sucesso da rede está o apoio do Programa REM MT e o entendimento de que a coleta de sementes não é meramente um meio de gerar renda. Ela é uma maneira de proteger a floresta amazônica. Ao coletar cuidadosamente sementes de árvores nativas, a rede ajuda a preservar a biodiversidade e a restaurar áreas degradadas. E como o processo é realizado de forma sustentável e ecologicamente correta, a rede consegue atender à crescente demanda por plantas nativas, minimizando seu impacto na floresta.

O alcance da rede se estende muito além das fronteiras de Mato Grosso. Sementes coletadas na Amazônia agora estão encontrando seu caminho para viveiros e projetos de restauração em todo o Brasil. Cada semente coletada representa uma pequena vitória na luta pela conservação da floresta e pela valorização do conhecimento tradicional.

> “O REM MT aprimorou o aprendizado social do banco comunitário, o transporte do SISCOS, levando o produto até outros municípios, porque o IOV adquiriu um caminhão. Na realidade, o REM chegou para estimular, direta e indiretamente, todos os projetos em andamento no IOV.
>
> Ana Carolina França Bogo

A contribuição do Programa REM MT consiste em iniciativa fundamental para o fortalecimento da Rede por meio de recursos financeiros, possibilitando o apoio técnico aos coletores, a implementação de práticas sustentáveis e a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

> O REM MT veio apoiando o assessor de crédito e disponibilizando um valor para o fundo. Aportamos nosso crédito em mais de R$ 300.000 e conseguimos apoiar vários projetos. Foi um ensaio muito legal de aprender nesse processo. A iniciativa do crédito envolveu a criação de cartilhas, além de muitas atividades, reuniões e formações com os grupos.
>
> Mequiel Zacarias Ferreira

Dessa forma, o Programa REM MT tem contribuído com o fortalecimento da organização institucional junto aos grupos de sementes e acompanhamento técnico das atividades produtivas. Ele contribui também para a visibilidade externa da RSPA, especialmente quanto à atuação das mulheres dentro da cadeia de sementes florestais, buscando novos mercados e fortalecendo áreas de coletas envolvendo jovens.

O Instituto Ouro Verde, com o apoio do Programa REM MT, fortaleceu o Banco Raiz, que democratizou o acesso ao crédito, permitindo que os agricultores investissem em seus projetos e ampliassem seus negócios. A inserção do IOV no Programa REM MT proporcionou um impulso significativo para o desenvolvimento da iniciativa de crédito comunitário dentro da RSPA. A sinergia entre as duas instituições permitiu a expansão e o aprimoramento de diversas ações, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento financeiro dos agricultores familiares.

Inicialmente, o IOV já desenvolvia um fundo rotativo de crédito de pequeno porte, com recursos limitados e destinado a projetos de menor escala. A partir da parceria com o Programa REM MT, foi possível ampliar o montante dos recursos disponíveis para crédito, diversificar as linhas de financiamento e fortalecer a gestão do fundo.

Uma das principais conquistas dessa parceria foi a criação de novas linhas de crédito com valores mais elevados, permitindo o financiamento de projetos de maior porte, como a aquisição de equipamentos agrícolas e a construção de infraestrutura produtiva. Além disso, o Programa REM MT proporcionou suporte técnico para a gestão do fundo de crédito, incluindo a capacitação de agentes locais para a análise e aprovação de projetos.



A integração do IOV ao Programa REM MT também contribuiu para a expansão geográfica da iniciativa de crédito, com a criação de novos pontos de atendimento em diferentes municípios da região. Essa expansão foi acompanhada pela implementação de uma plataforma digital para gestão do crédito, facilitando o acesso dos agricultores aos serviços financeiros e agilizando os processos de análise e aprovação de projetos.

A parceria entre o IOV e o Programa REM MT demonstrou a importância da articulação entre diferentes instituições para o desenvolvimento de iniciativas de impacto social e ambiental. Ao fortalecer a capacidade financeira dos agricultores familiares, essa parceria contribuiu para a consolidação da Rede de Sementes Portal da Amazônia e para a promoção da agricultura sustentável na região.

Outra iniciativa relevante apoiada pelo REM é o Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS), que conecta os produtores aos consumidores, garantindo a venda direta e fortalecendo a economia local. O SISCOS é uma plataforma que impulsiona a economia, valorizando

a produção agroecológica e fortalecendo as comunidades. Ao permitir pré-vendas, o sistema garante que os produtos sejam cultivados sob demanda, reduzindo o desperdício e otimizando a produção. Essa prática fortalece a relação entre produtor e consumidor, criando uma rede de confiança e garantindo a entrega de alimentos frescos e saudáveis.

Além disso, o SISCOS desempenha um papel fundamental no empoderamento das mulheres, que muitas vezes são as principais responsáveis pela produção e comercialização dos alimentos. Ao oferecer um canal de venda direto, a entidade possibilita que as mulheres tenham maior autonomia financeira e participem ativamente das decisões relacionadas à produção e comercialização dos produtos.

O Programa REM MT também apoiou a SUMAUMA alimentos, uma associação de mulheres que produz e comercializa o pequi gigante da Amazônia. A associação obteve apoio em infraestrutura, equipamentos e serviços especializados. Também auxiliou o grupo a elaborar um plano de gestão para a cadeia de valor do pequi.

Dessa forma, o Programa REM MT contribuiu para transformar um fruto emblemático da Amazônia em um produto de alta qualidade e valor agregado. Por meio de um processo cuidadoso, que envolve a seleção das melhores frutas, a limpeza, o congelamento e a embalagem, a SUMAUMA garante que o pequi chegue à mesa do consumidor com todo o seu sabor e nutrientes.

Ao valorizar o conhecimento tradicional e as práticas sustentáveis, as mulheres da SUMAUMA contribuem para a preservação da biodiversidade e para o desenvolvimento econômico da região. Além de abastecer o mercado local, a associação também conquista novos mercados, como restaurantes e lojas especializadas em produtos orgânicos. Essa expansão contribui para a divulgação do pequi e para a valorização da gastronomia regional.

O SISCOS e a SUMAUMA são exemplos inspiradores de como a organização e o trabalho coletivo podem transformar a vida das comunidades rurais e promover o desenvolvimento sustentável. Ao valorizar a produção local, fortalecer a economia solidária e promover a conservação da biodiversidade, essas iniciativas contribuem para a construção de um futuro mais justo para todos.

A Rede Sementes Portal da Amazônia é um movimento que transforma, que conecta pessoas e comunidades. Ao fortalecer a agricultura familiar e valorizar a biodiversidade, o Programa REM MT contribuiu para a construção de uma Amazônia sustentável e resiliente.



6.4.



Floresta viva: o impacto do Programa REM MT naTerra Indígena Kayapó

Imersos na vasta e exuberante floresta amazônica, os Mebêngôkre, mais conhecidos como Kayapó, tecem uma rica história marcada por resiliência e profunda conexão com a terra. Autodenominados "homens do buraco/lugar d'água", os Kayapó habitam essa região desde tempos imemoriais, construindo uma relação intrínseca com os rios, florestas e demais elementos da natureza que compõem seu território ancestral.

A organização espacial do lugar de moradia Kayapó é singular, com aldeias dispostas em círculos, onde as casas se voltam para uma praça central. Este espaço aberto é o coração da vida comunitária, palco de rituais e festas. As comemorações duram alguns dias e reúnem várias aldeias. Os homens, que se autodenominam guerreiros, passam a noite na floresta caçando e, ao amanhecer, em meio a gritos, avisam da sua chegada e são recebidos pelas mulheres e crianças em clima festivo. Elas trazem alimentos previamente preparados para alimentar os guerreiros e recebem o produto da caça.

Os guerreiros trazem amarrados nas costas, em cestos, o resultado da caça: porcos do mato e tracajás. Dentre as matérias-primas que costumam ser usadas para confeccionar os cestos, destacam-se as palmeiras, sendo usadas as folhas de babaçu e da bacaba, assim como diferentes espécies de cipós e enviras (fibra longa e resistente, extraída da casca de algumas árvores). Elas são utilizadas para fazer cordas, barbantes, amarrações e alças. Os cestos também são utilizados pelos homens para transportar os animais que foram caçados, frutas, sementes, cipós etc.

A biodiversidade da Amazônia é o sustento de diversas comunidades indígenas, como os Kayapó. Para eles, a floresta não é apenas um habitat, mas um vasto celeiro que fornece uma variedade de alimentos e matérias-primas essenciais para a sobrevivência. A fauna, em particular, desempenha um papel fundamental na segurança alimentar desses povos, estabelecendo uma intrínseca relação com a conservação da floresta amazônica.

A caça, uma prática milenar entre os Kayapó, não é apenas uma atividade de subsistência, mas também um conhecimento ancestral transmitido de geração em geração. A carne de animais silvestres como queixadas, pacas, quelônios, como jabutis, tracajás e peixes, como pacu, piau, traírão, pintado, pirarara, matrinchã, tucunaré, piranha, bicuda e outros, suprem as necessidades proteicas da dieta. Enquanto isso, frutos, raízes e mel fornecem vitaminas, minerais e energia. Essa dieta diversificada, rica em nutrientes, contribui para a saúde e o bem-estar da comunidade.



1.



2.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



3.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

1. Praça central da Aldeia Kororoti – TI Kaiapó. Projeto: a força dos protetores da floresta: ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.

2. Chegada dos homens com os produtos da caça e pesca nos cestos carregados nas costas. Aldeia Kororoti. TI Kaiapó. Projeto: a força dos protetores da floresta: ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

3. Chegada dos guerreiros com os porcos queixada – produtos da caça. Aldeia Kororoti. TI Kaiapó. Projeto: a força dos protetores da floresta: ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.

4. Sacos contendo tracajás caçados a noite para servirem como alimento durante a festa. A corda que amarra os sacos é feita de cipós e enviras. Aldeia Kororoti. TI Kaiapó Projeto: a força dos protetores da floresta: ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos Territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.



A relação entre a fauna e a segurança alimentar dos Kayapó vai além da simples provisão de alimento. A fauna desempenha um papel importante na manutenção do equilíbrio ecológico da floresta. Animais como aves e mamíferos dispersam sementes, contribuindo para a regeneração da vegetação. Insetos polinizam flores, garantindo a reprodução de diversas espécies de plantas. Essa interdependência entre fauna e flora é fundamental para a saúde da floresta e, consequentemente, para a segurança alimentar das comunidades que dela dependem.

O desmatamento, a caça ilegal e a degradação ambiental representam sérias ameaças à segurança alimentar dos Kayapó. A redução da área de floresta leva à diminuição da biodiversidade, afetando a disponibilidade de alimentos e recursos naturais. A caça excessiva de algumas espécies pode levar ao seu esgotamento, comprometendo a dieta tradicional e a cultura dos Kayapó.

Ao apoiar projetos na Terra Indígena Menkragnoti (sul), o Programa REM MT contribuiu para a conservação da floresta amazônica e sua biodiversidade, elemento essencial para garantir a segurança alimentar dos povos indígenas, como os Kayapó, e a preservação da sua cultura e modo de vida.

Em parceria com o Instituto Raoni, guardião das tradições Kayapó, que recebeu o apoio do Programa REM MT, foram realizadas diversas iniciativas, entre elas, a criação da aldeia Poreby, fornecendo os recursos necessários para que as famílias pudessem construir suas casas, plantar roças e fortalecer suas comunidades.

Mulher Kaiapó preparando o biju nas folhas de sororoca, com a mandioca cultivada na roça – Aldeia Poreby.TI Kaiapó. Projeto: a força dos protetores da floresta: ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.



Roça de mandioca, ao fundo, a floresta em pé – Aldeia Poreby.TI Kaiapó. Projeto: a força dos protetores da floresta: ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.



A construção da aldeia Poreby carrega consigo uma história de resiliência e busca por um futuro mais promissor. Originária da Terra Indígena Terena, a comunidade decidiu retornar às suas raízes e reconstruir sua vida em um local que consideram seu por direito. O Programa REM MT desempenhou um papel fundamental nesse processo, proporcionando os recursos e o apoio necessário para a realização desse sonho.

A decisão de retornar à terra ancestral foi motivada pela preocupação com o futuro das próximas gerações. A comunidade temia que, permanecendo na terra Terena, os jovens estivessem sujeitos à pressão de invasões e à perda de suas tradições. A busca por um lugar onde pudessem viver em harmonia com a natureza e preservar sua cultura foi o principal motor dessa jornada.

Os primeiros desafios foram superados com trabalho árduo, pelo qual a comunidade construiu suas próprias moradias roças e infraestrutura básica. Com o apoio do Programa REM MT, ela recebeu recursos para a construção das habitações e a aquisição de equipamentos, como as placas solares.

Nas capacitações e oficinas, os indígenas adquiriram novas habilidades e conhecimentos, fortalecendo sua autonomia e capacidade de gestão. A luta pela proteção do território também foi intensificada. Com o apoio do Programa REM MT, as aldeias fortaleceram seus sistemas de vigilância e monitoramento, combatendo a invasão de madeireiros, garimpeiros e outros agentes que ameaçam a floresta. A criação de bases de vigilância foi fundamental para garantir a segurança e a proteção do meio ambiente.



1.



2.

O Instituto Raoni tem sido um importante aliado das comunidades indígenas, oferecendo suporte técnico para desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável e promover a defesa dos direitos indígenas, entre eles o Programa REM MT, que vem contribuindo para fortalecer a autonomia das comunidades indígenas, proporcionando recursos para a implementação de atividades produtivas e a conservação da floresta. Através do Programa REM MT, as comunidades têm desenvolvido projetos de agricultura familiar, criação de animais e coleta de produtos da floresta de forma sustentável.



Além dos recursos financeiros, o Programa REM MT também ofereceu capacitação aos membros da comunidade, com foco em temas como agricultura sustentável, gestão de recursos naturais e saúde. Essas capacitações contribuíram para o fortalecimento da autonomia da comunidade e para a implementação de práticas mais sustentáveis, entre elas, sistemas agroflorestais.

O sistema agroflorestal (SAF) tem sido implementado na Aldeia Kadjatnhõrõ distante cerca de 40 minutos da aldeia Kororoti. Para chegar até a aldeia, o único caminho é pelo rio Iriri. Apesar de representar uma alternativa sustentável para a produção de alimentos e a conservação da floresta, a implantação e o manejo desse sistema enfrentam desafios significativos, relacionados tanto a questões técnicas quanto à necessidade de adaptação cultural. Alguns indígenas Kayapó ainda não possuem o conhecimento técnico necessário para o manejo adequado dos SAFs.



A capacitação inicial para implantar os SAFs, embora importante, muitas vezes não é suficiente para garantir a continuidade das práticas após a saída dos técnicos. A falta de infraestrutura adequada, como sistemas de irrigação, armazenamento de água e ferramentas, dificulta a implementação e o manejo dos SAFs. Ademais, a adaptação das práticas agrícolas tradicionais aos sistemas agroflorestais exige tempo e mudança de hábitos. A dificuldade em manter técnicos especializados nas comunidades dificulta a continuidade das ações de acompanhamento e assistência técnica.





Fotografia: Elton Antonio da Silveira.





1. Beptuk Metuktire; Bekwynhky Kaypó; Moikara Metuktire, Kupato Metyktire, em frente a moradia coberta de palha de ianajá, construída com apoio do Programa REM MT na nova Aldeia denominada Poreby. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.

2. Placa solar adquirida com apoio do Programa REM MT – Aldeia Poreby. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.

3. Moikara Metuktire e Bakako Patkiet, Aldeia Kadjatnhõrõ. A casa é coberta de palha de inajá; TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) - Peixoto de Azevedo/MT.

4. Floresta em pé – entrada para a Aldeia Kadjatnhõrõ. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.

5. Rio Iriri, caminho para chegar à Aldeia Kadjatnhõrõ. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.



Bananeiras – Sistema Agroflorestal – SAF. Aldeia Kadjatnhõrõ. TI Kaiapó Projeto: A força dos protetores da Floresta: Ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.



Sistema Agroflorestal – SAF. Aldeia Kadjatnhõrõ. TI Kaiapó Projeto: a força dos protetores da floresta: ações socioambientais e econômicas para o protagonismo, autonomia e o bem viver nos territórios Menkragnoti (sul) – Peixoto de Azevedo/MT.

Na aldeia, as pessoas também colhem os frutos do cumaru quando eles caem maduros no chão. O cumaru é uma árvore bem grande, nativa do norte do país, que pode chegar a até 30 metros de altura. Depois da colheita, os frutos são quebrados com bastante cuidado para que a semente seja retirada.

Como essa semente tem um cheiro doce e muito agradável, devido a presença da cumarina, o cumaru ficou conhecido como a “baunilha da Amazônia”.

O Programa REM MT proporcionou aos Kayapó maior autonomia na gestão de seus territórios, incentivando a participação ativa nas decisões sobre o uso dos recursos naturais e o desenvolvimento de projetos sustentáveis. Ele contribuiu para a redução do desmatamento e da degradação florestal, fortalecendo a proteção do bioma e da biodiversidade apoiou o fortalecimento das instituições indígenas, contribuindo para a organização e a representação dos interesses dos seus.

As terras indígenas no norte do estado de Mato Grosso são a última fronteira para a conservação da floresta amazônica. Essas áreas protegidas desempenham um papel fundamental na regulação do clima, na proteção da biodiversidade e na manutenção dos ciclos hidrológicos. No entanto, a pressão do agronegócio e a ausência de políticas públicas eficazes colocam em risco a integridade desses territórios. A defesa dos direitos indígenas e a valorização de seus conhecimentos tradicionais são essenciais para garantir a proteção da floresta e a promoção da sustentabilidade.

“O REM MT trouxe muitas possibilidades, trazendo, posso falar, consciência. Muitas pessoas que entraram no processo, foram acompanhar as oficinas e foram incentivadas a não desmatar, por exemplo, o cumaru, só pegar as sementes. Foi muito maravilhoso o Instituto Raoni ser aglutinador e poder distribuir para as organizações pequenas, que aprenderam a gerir os projetos, prestar conta, apoiando que outros aprendessem a fazer cotação de preços, nota fiscal. Foi muito aprendizado, ficando um legado.

O REM MT no projeto estruturante dos povos indígenas de Mato Grosso, realizou uma reunião na aldeia para avaliar projetos, decidir a proposta estruturante. Dentro da proposta, elas decidiram que queriam uma assembleia só das mulheres, para elas se organizarem. Quiseram mulheres que entendem sobre política. O REM MT trouxe muita coisa para elas, empoderamento, alimentação tradicional. O REM MT trouxe feira de trocas de sementes, com várias etnias, para trocar sementes, trouxe empoderamento delas e alimentação tradicional e trouxe resgate da alimentação, resgatar as sementes que não tem na região.

Beptuk Metuktire



6.5.

Na luta pela terra, um novo começo: Programa REM MT e Projeto Gaia no Assentamento 12 de Outubro

A história do Projeto GAIA em Sinop, Mato Grosso, é um exemplo de como a união de professores, estudantes e agricultores pode transformar a realidade local. Tudo começou com a preocupação de um grupo de professores da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Sinop, com o futuro da agricultura familiar na região.

Diante da crescente dependência de alimentos produzidos em outras regiões e da necessidade de promover práticas agrícolas mais sustentáveis, os professores buscaram inspiração em iniciativas como a Feira do Sistema Canteiros de Comercialização Solidária – CANTASOL. A ideia era criar um projeto que capacitasse agricultores familiares para a produção agroecológica, fortalecendo a economia local e preservando o meio ambiente.

O Sistema Canteiros de Comercialização Solidária – CANTASOL é um projeto realizado em assentamentos da reforma agrária na região de Cláudia – MT. Seu principal objetivo é promover o escoamento dos produtos oriundos da agricultura familiar, além de introduzir conceitos de economia solidária e produção agroecológica.

Com o edital do Programa REM MT, a equipe do GAIA viu a chance de implementar suas ideias e o projeto GAIA ganhou vida com o objetivo de capacitar agricultores familiares em técnicas de produção agroecológica e Sistemas Agroflorestais (SAFs). Ao integrar árvores, arbustos e culturas agrícolas em um mesmo sistema, eles proporcionam diversos benefícios, como a melhoria da fertilidade do solo, a regulação do microclima, a diversificação da produção e a geração de renda.

Na Amazônia, os referidos sistemas são particularmente importantes, pois contribuem para a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que garantem a segurança alimentar e a geração de renda para as famílias rurais.

Com o apoio do Programa REM MT, o GAIA desenvolveu diversas atividades para alcançar seus objetivos. Foram realizadas oficinas e cursos para capacitar agricultores, técnicos e estudantes em temas como produção de adubo orgânico, controle biológico de pragas e doenças, e planejamento de sistemas agroflorestais; foram implantadas unidades demonstrativas em propriedades de agricultores familiares, servindo como modelo para outros produtores. Ademais, foram realizadas pesquisas para avaliar o desempenho dos SAFs e identificar as melhores práticas para a região, além de estabelecer parcerias com outras iniciativas, como a Feira do Sistema Canteiros de Comercialização Solidária – CANTASOL, fortalecendo a rede de apoio à agricultura familiar.





Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



1. Horta e Sistema Agroflorestal -SAF. Assentamento 12 De Outubro Coopervia- Cláudia /MT. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade.

2. Berçário de mudas. Assentamento 12 De Outubro – COOPERVIA – Cláudia /MT. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

As ações do projeto GAIA tiveram relevante papel na formação de jovens acadêmicos de vários cursos de graduação das universidades da região. Por meio de atividades educativas e práticas, eles adquiriram conhecimentos agroecológicos, habilidades técnicas e sociais, como liderança, trabalho em equipe e resolução de problemas.

Um dos locais onde o Projeto Gaia, com apoio do Programa REM MT, deixou um legado interessante durante sua primeira fase, foi no Assentamento 12 de Outubro, município de Cláudia. Os assentados que ali residem têm sua história marcada por uma intensa luta pela terra. Originado da união de 140 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST e 70 famílias da Comissão Pastoral da Terra – CPT, o assentamento foi fruto de anos de mobilização e resistência.

A ocupação da área ocorreu em 2010, após um longo processo de luta. Logo no início, a comunidade enfrentou o desafio de organizar o espaço e garantir a segurança jurídica da terra. A contratação de um agrimensor e o cumprimento das legislações existentes foram fundamentais para a regularização do assentamento.

A implantação da Usina Hidrelétrica de Sinop - UHE Sinop, impulsionou a especulação imobiliária na região. Diante disso, a comunidade local enfrentou várias investidas de grilagem contra a sua reserva ambiental coletiva, um espaço conservado há anos pelos moradores. O enfrentamento dessa ameaça só foi possível com a mobilização dos agricultores, somada ao apoio de instituições de ensino superior e movimentos sociais.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

4.

3. Alface produzida de maneira agroecológica. Assentamento 12 De Outubro COOPERVIA- Cláudia /MT. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade.

4. Pimentão produzido de maneira agroecológica. Assentamento 12 De Outubro COOPERVIA – Cláudia /MT. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade.

O Programa REM MT desempenhou um importante papel no desenvolvimento do Assentamento 12 de Outubro por meio do apoio para a implementação de projetos produtivos como os SAFs, posto que possuíam contato e interesse prévio com esse sistema de produção e a meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão nativas e regionais), onde algumas famílias receberam as caixas de abelha para iniciar sua produção de mel.

A educação sempre foi um pilar fundamental no Assentamento 12 de Outubro. Desde sua formação, a escola tornou-se um espaço central para a formação dos jovens e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Parcerias com professores e instituições de ensino superior têm desempenhado um papel decisivo na qualificação dos moradores, fortalecendo a comunidade e ampliando suas perspectivas.

Apesar dos avanços alcançados, o assentamento ainda enfrenta desafios significativos, como a necessidade de ampliar o acesso à terra, fortalecer a produção agrícola e garantir a sustentabilidade ambiental. Nesse cenário, o Programa REM MT e iniciativas similares têm se destacado ao oferecer recursos e capacitações essenciais para o desenvolvimento das atividades dos agricultores familiares, promovendo impacto positivo e duradouro na região.


1.


2.

1. Interior da Colmeia – Assentamento 12 De Outubro – COOPERVIA – Cláudia / MT. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade.

2. Calixto Crispim dos Reis, mostrando a estrutura da meliponicultura apoiada pelo Programa REM MT. Assentamento 12 De Outubro – COOPERVIA – Cláudia/ MT. Projeto Gaia – Rede de Cooperação para a Sustentabilidade.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

> A professora falou bem assim: cara, eu acho que esse programa do REM MT vai alavancar a experiência de vocês para um outro patamar. E foi assim que eu entrei em contato com o Programa REM MT.
>
> É preciso entender que o futuro do nosso estado e do nosso bioma depende dessas pessoas. São elas que vão reflorestar, produzir alimentos de melhor qualidade e preservar nossas águas. Por isso, eu digo: o REM MT foi uma virada de chave, a partir do momento em que passou a olhar para a agricultura familiar! Aqui, a gente costuma dizer: existe o antes do REM e o depois do REM. O REM foi um verdadeiro divisor de águas.
>
> Calixto Crispim dos Reis



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

> Um grande ponto positivo foi a formação acadêmica, que realmente tornou o nosso campus de Sinop uma referência regional em agricultura orgânica. Hoje, todas as famílias possuem a declaração de produtor orgânico cadastrada no MAPA. Essa foi uma conquista adicional que inicialmente nem fazia parte dos nossos objetivos. Com a prorrogação do projeto, conseguimos incluir e desenvolver também essa atividade.
>
> Rafaella Telles Arantes Felipe


6.6.

A Associação Comunitária Rural Sol Nascente – ACRSN e o Programa REM MT: construindo um futuro sustentável

O Mato Grosso, com suas vastas extensões de terra fértil e a promessa de uma vida melhor, tornou-se um ímã para muitos agricultores familiares. A saga dessas famílias, que trocaram a segurança do conhecido pelo desafio do desconhecido, é um mosaico de sucessos e insucessos, de esperança e resiliência.

Nas décadas de 1960 e 1970, a promessa de terras baratas e a necessidade de expandir a produção agrícola atraíram centenas de famílias para o norte do estado de Mato Grosso. Equipados com poucas ferramentas e muita esperança, esses pioneiros adentraram a mata, enfrentando dificuldades como a falta de infraestrutura, o clima adverso e a distância dos centros urbanos.

Os primeiros anos foram marcados por lutas árduas. A adaptação a um novo ambiente, a construção de casas e a abertura de roças exigiam um esforço sobre-humano. Muitos desistiram e retornaram às suas origens, mas outros persistiram. As terras em Mato Grosso, especialmente nos Biomas Cerrado e Amazônia, costumavam ter preços mais acessíveis do que em outras regiões do país, atraindo produtores rurais em busca de propriedades para expandir suas atividades. Políticas de incentivo à colonização e à produção agrícola, como a distribuição de terras e a oferta de crédito, atraíram muitos migrantes para o estado. Os agricultores familiares que vieram para Mato Grosso precisaram se adaptar a um novo clima, solo e sistema de produção, o que exigiu conhecimento técnico e investimentos.

A expansão da fronteira agrícola em Mato Grosso, embora tenha trazido significativas transformações socioeconômicas para o estado, também trouxe desafios para a agricultura familiar, entre eles, a falta de infraestrutura adequada, como estradas, energia elétrica, acesso à água e dificuldades de comercialização dos produtos.

A expansão da fronteira agrícola também trouxe conflitos envolvendo a grilagem de terras, que consistia na adulteração de documentos como escrituras e certidões de propriedade para dar aparência de legalidade à posse de áreas que, na verdade, não lhes pertenciam e eram comercializadas. Os grileiros costumavam utilizar "laranjas" para adquirir terras de forma fraudulenta.

Os agricultores familiares, muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, eram enganados e perdiam seus capitais, restando-lhes a alternativa de permanecer com a esperança de que a migração trouxesse melhorias para a vida da família, ou retornar para as áreas de origem com os sonhos desfeitos e sem condições de recomeçar.

Mas o retorno nem sempre era fácil. Em seus estados natais, o mercado de trabalho era cada vez mais competitivo e as oportunidades no campo, escassas. Sem terras e com poucas perspectivas, muitos desses migrantes acabaram retornando ao Mato Grosso, mesmo que as condições não fossem as ideais.

A história desses agricultores que vão e voltam é um reflexo da complexidade do processo de ocupação da fronteira agrícola. A terra, que inicialmente se apresentava como uma promessa de futuro, revelou-se um desafio constante, exigindo adaptação, resiliência e muita luta.

A Associação Comunitária Rural Sol Nascente – ACRSN localizada no município de Alta Floresta, teve seus alicerces fincados em 1987, quando um grupo de agricultores, quase todos migrantes unidos pela necessidade de superar desafios comuns, decidiu se organizar. Naquela época, a logística da produção era extremamente complexa, especialmente para o arroz, principal cultivo da região. A distância até os centros urbanos, somada às precárias condições das estradas de terra, tornava o transporte da produção uma jornada árdua e incerta, especialmente durante o período chuvoso.





1.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



2.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



3.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.


Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

4.


Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

5.

1. Henrique Rodrigues Filho e Osvaldo Rossi demonstrando a diferença entre grãos de café. Associação Comunitária Rural Sol Nascente (ACRSN). Projeto Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia – Alta Floresta/MT.

2. Sede da Associação Comunitária Rural Sol Nascente (ACRSN). Projeto: Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia – Alta Floresta/MT.

3. Membros da Associação Comunitária Rural Sol Nascente (ACRSN). Projeto: Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia – Alta Floresta/MT.

4. Flor do Café – Projeto: Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia – Alta Floresta/MT.

5. Café produzido pela Associação Comunitária Rural Sol Nascente-ACRSN Projeto Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia – Alta Floresta/MT. Na mão direita, grãos mais escuros que não produz café de qualidade por ter sido colhido verde. O grão mais claro foi colhido maduro e não escurece, produzindo café de melhor qualidade.

A dificuldade em escoar a produção e a necessidade de processar o arroz impulsionaram os agricultores a buscarem uma solução em conjunto. A associação, então, surgiu como uma iniciativa pioneira, visando melhorar a qualidade de vida dos produtores e garantir a valorização de seus produtos. A aquisição de uma máquina de beneficiamento de arroz representou um marco significativo, facilitando o processamento e a comercialização do grão.

Com o passar dos anos, a ACRSN diversificou suas atividades, incluindo o beneficiamento do café. A cultura do café, que demandava um investimento de tempo considerável até a primeira colheita, exigia uma organização eficiente para garantir a comercialização do produto e evitar a exploração por intermediários. A associação, mais uma vez, se mostrou fundamental para garantir preços justos aos produtores e fortalecer a cadeia produtiva.

Com o tempo, o café se tornou a principal cultura da região, exigindo novas soluções. A associação, sempre atenta às necessidades dos produtores, investiu na construção de uma unidade para beneficiar e torrar o café, garantindo um preço justo e uma maior valorização do produto.

O Programa REM MT proporcionou à ACRSN um salto qualitativo em sua gestão e comunicação. Por meio de oficinas e consultorias especializadas, os agricultores fortaleceram suas capacidades de organização e gestão, tornando-se mais eficientes e autônomos. A nova identidade visual e o manual de comunicação, desenvolvidos com o apoio do programa, permitiram uma maior visibilidade da produção local e a abertura de novos mercados. A reformulação da embalagem do Café Congens, por exemplo, resultou em um produto mais atrativo e valorizado, contribuindo para a consolidação da marca no mercado.

1. Plantação de café – Propriedade Osvaldo Saragosa Rossi. Projeto: Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia – Alta Floresta/MT.

2. Transformações das embalagens de café – aprimoradas após a Oficina de Cadeia de Valor apoiada pelo Programa REM MT. Associação Comunitária Rural Sol Nascente (ACRSN). Projeto Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia –- Alta Floresta/MT

3. Vera Lucia Rodrigues, com as mãos repletas de café. Ao fundo, café ensacado para beneficiamento. Associação Comunitária Rural Sol Nascente (ACRSN). Projeto Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia –- Alta Floresta/MT.

4.Vera Lucia C.F. Rodrigues, Vanilda Braga Fernandes, Douglas Signor, Verônica Inácio Moreno Signor, Patrícia dos Santos Vieira, Ana Rossi,Osvaldo Saragosa Rossi. Membros da Associação Comunitária Rural Sol Nascente (ACRSN). Projeto Plano de Gestão da cadeia de valor do café do Território Portal da Amazônia –- Alta Floresta/MT.


1.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.



2.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.


3.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.


4.

Fotografia: Elton Antonio da Silveira.

“Antes era assim, só os homens, os maridos eram associados, a gente nem vinha aqui! Quando nós começamos a chamar as mulheres e perguntar se elas eram sócias, a resposta era assim: meu marido é sócio, eu não! Agora não é assim, a mulherada se organizou e, agora, temos uma feira de mulheres uma vez por mês, a gente participa da diretoria.

Vera Lucia Rodrigues

“Um dos principais benefícios do Programa REM MT foi o carro e após a pandemia a gente pôde revisitar as famílias que moram muito longe para poder conversar e falar sobre a cooperativa e a retomada do plantio do café! A gente não tinha condições, é muito longe!

Osvaldo Saragosa Rossi

“Tem jovem que fala assim: não vou na associação, porque eu não tenho história com o café, mas a gente tem que fazer a nossa história.

Verônica Inácio Moreno Signor

“Manter a associação e a esperança dos produtores de café não é fácil! O Programa REM MT tem ajudado muito, principalmente com as oficinas, que fazem as pessoas se reunirem para aprender e discutir os nossos problemas. É muito bom porque fortalece a associação e as mulheres da associação.

Ana Rossi

O Programa REM desempenhou um papel importante na transformação da associação, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Com ações de fortalecimento institucional e capacitação, os agricultores adquiriram novas habilidades em gestão, marketing e produção, o que resultou em um aumento significativo da renda familiar. A melhoria da qualidade dos produtos, especialmente do Café Congens, tem permitido a conquista de novos mercados e a valorização da marca local.

Um dos aspectos mais relevantes do programa foi a promoção da inclusão de mulheres e jovens na gestão da associação. Com o apoio do REM MT, mulheres assumiram cargos de liderança e participaram ativamente das decisões, contribuindo para uma gestão mais democrática e representativa. A criação de espaços de diálogo e a oferta de capacitações específicas para mulheres e jovens fortaleceram a participação desses grupos e promoveram a igualdade de gênero.

Os resultados alcançados com o Programa REM MT demonstram o potencial transformador de iniciativas que investem na capacitação e no desenvolvimento de comunidades rurais. A associação, fortalecida e mais organizada, está preparada para enfrentar os desafios do futuro e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.





6.7.



Juntos por um futuro mais verde: o Programa REM MT e a Fazenda Santana

Em meio à vasta extensão das lavouras de Sorriso, em Mato Grosso, floresceu uma iniciativa que transcende a simples produção agrícola. O Clube Amigos da Terra – CAT, fundado por produtores rurais com a visão de um agronegócio mais sustentável, tem semeado as bases de um futuro mais verde.

Nascido do desejo de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação e preservação ambiental, o Clube Amigos da Terra – CAT se dedica à adaptação e difusão de práticas agrícolas inovadoras, como o Plantio Direto e a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – ILPF. Essas técnicas, que minimizam os processos naturais, permitem aumentar a produtividade, melhorar a qualidade do solo e reduzir os impactos ambientis.

Com a participação no Programa REM MT, o Clube Amigos da Terra deu um salto ainda maior em direção à sua missão. Os projetos aprovados, voltados para a otimização do Plantio Direto e a implantação dos critérios da certificação da soja responsável, representaram um marco importante para a região.

Durante o projeto sobre tecnologias inovadoras do Sistema de Plantio Direto – SPD e da Integração Lavoura-Pecuária – ILP, o Programa REM MT desempenhou um importante papel porque possibilitou que a Fazenda Santana se transformasse em um laboratório a céu aberto para testar e validar novas tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis. O plantio direto consiste em um sistema de cultivo que dispensa o preparo convencional do solo, ou seja, a aração e a gradagem. As sementes são plantadas diretamente no solo, que é mantido coberto por restos culturais. Essa técnica apresenta diversas vantagens em relação aos métodos tradicionais de cultivo, pois a cobertura do solo com restos culturais diminui o impacto das gotas de chuva, reduzindo a erosão e a perda de nutrientes.

Dessa forma, a fazenda forneceu uma área para a realização de experimentos em larga escala, permitindo a comparação de diferentes sistemas de produção e a avaliação de seus impactos ambientais e econômicos. A colaboração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e outras instituições de pesquisa foi fundamental para o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias.

Assim, com o apoio do Programa REM MT, a Fazenda Santana se tornou uma referência na região, recebendo visitas de outros produtores e técnicos interessados em conhecer as práticas adotadas e seus resultados. As tecnologias desenvolvidas no âmbito do programa foram adaptadas às condições locais, garantindo sua aplicabilidade em outras propriedades.



1.



A incorporação de práticas sustentáveis, como a rotação de culturas e o plantio direto, elevou a produtividade da fazenda, enquanto as ações conservacionistas aplicadas no local aprimoraram a qualidade do solo. Essa técnica de semeadura permitiu que a matéria orgânica dos resíduos vegetais formasse agregados, o que estruturou melhor a terra e ampliou sua capacidade de retenção hídrica. Esse cenário favoreceu o desenvolvimento de microrganismos benéficos, o que incrementou a biodiversidade e a fertilidade natural da área, além de ter impulsionado o sequestro de carbono e colaborado para a mitigação das alterações climáticas.

O Programa REM MT, com a participação da Fazenda Santana, deixou um legado importante para a agricultura sustentável no Bioma Amazônia. As tecnologias desenvolvidas no projeto foram disseminadas para outros produtores, contribuindo para a melhoria da agricultura. Foram fortalecidas parcerias entre produtores, instituições de pesquisa e empresas, sensibilizando a todos sobre a importância da sustentabilidade e da conservação dos recursos naturais.

O segundo projeto apoiado pelo Programa REM MT foi direcionado à implantação dos critérios exigidos pela certificação FEFAC em imóveis rurais e mostrou-se um investimento promissor, cultivando a responsabilidade ambiental e social nas propriedades. O Programa REM MT, ao apoiar essa empreitada, demonstrou seu compromisso com um futuro mais sustentável para a agricultura praticada na Amazônia mato-grossense. O padrão da European Compound Feed Manufacturers Federation (FEFAC), em português, Federação Europeia de Fabricantes de Alimentos Manufaturados, para a produção sustentável de soja, reconhecido globalmente, serve como referência para a elaboração de outras normas de certificação. As Diretrizes de Fornecimento de Soja FEFAC 2021, com seus 73 critérios abrangentes, estabelecem um marco rigoroso para a produção e o comércio desse grão na Europa.



1. Dia de campo para compartilhar as lições aprendidas, 2023. Fazenda Santana – Sorriso/MT.

2. Dia de campo para compartilhar as lições aprendidas, 2023. Fazenda Santana – Sorriso/MT.

.

Após a aprovação do projeto pelo Programa REM MT, uma sinergia de ideias e esforços se estabeleceu entre as partes envolvidas. A necessidade de um nome que não apenas identificasse o projeto, mas também inspirasse e conectasse os produtores, tornou-se evidente. Um estúdio de *design* foi então contratado e assim nasceu "Produzindo Valor". O slogan "Aprenda boas práticas e aplique inovação na sua produção de soja" complementou a identidade, sintetizando a essência do projeto: valorizar a produção agrícola por meio da adoção de práticas sustentáveis.

A identidade visual, cuidadosamente elaborada, refletiu a essência do projeto. Uma paleta de cores harmoniosa e elementos gráficos familiares aos produtores criaram uma ponte de identificação, aproximando o projeto de seu público-alvo. A equipe técnica, com dedicação e expertise, desenvolveu um plano de ação, adaptando-se aos desafios impostos pela pandemia.

Por meio de reuniões individualizadas nas propriedades, os benefícios e as responsabilidades da participação no projeto foram apresentados aos produtores de 30 fazendas que aderiram à proposta. As visitas às propriedades revelaram um cenário diverso, com desafios e oportunidades únicas em cada uma delas. Uma das principais fragilidades encontradas nas propriedades analisadas dizia respeito ao manejo inadequado de agroquímicos. Observou-se a falta de locais específicos para o armazenamento de produtos e embalagens vazias, o que aumentava o risco de contaminação do solo e das águas. Além disso, a ausência de áreas delimitadas para a manipulação de agroquímicos expunha os trabalhadores a riscos de intoxicação.

A segurança do trabalho também se mostrou um ponto crítico. Em algumas fazendas, os trabalhadores não possuíam treinamento adequado em temas relacionados à saúde e segurança, o que aumentava a probabilidade de acidentes e doenças ocupacionais.

No que se refere à gestão ambiental, as propriedades apresentaram diversas fragilidades. O reaproveitamento inadequado de embalagens vazias de agroquímicos e lubrificantes, a ausência de sistemas eficientes de tratamento de efluentes e a falta de um plano de gestão de resíduos sólidos demonstravam a necessidade de melhorias significativas nesse aspecto.

Com o apoio de técnicos especializados, os produtores aprenderam novas técnicas de cultivo, participaram de treinamentos em segurança do trabalho e receberam projetos personalizados para suas propriedades. As antigas estruturas deram lugar a novas, mais eficientes e seguras. A consciência ambiental cresceu, e com ela, a preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e da comunidade.



Finalização de uma atividade do Projeto do CAT Sorriso
Fonte: Acervo CAT, 2021.

Ao analisar os seis pilares do padrão FEFAC (conformidade legal, condições de trabalho responsáveis, responsabilidade ambiental, boas práticas agrícolas, respeito pelo uso legal da terra e proteção das relações com a comunidade em conjunto com as atividades desenvolvidas pelo projeto), observou-se uma evolução significativa nas propriedades participantes, especialmente nos aspectos socioambientais.

A implementação de planos de gestão de resíduos, a instalação de lixeiras adequadas e de sinalização são exemplos concretos dessa evolução. Tais medidas, além de atenderem aos requisitos do padrão FEFAC, contribuiram para a preservação do meio ambiente e a melhoria das condições de trabalho nas propriedades.

Ao respaldar o Projeto Produzindo Valor, o Programa REM MT colaborou com as metas do selo FEFAC. Essa chancela visava assegurar o cultivo de soja de maneira sustentável e responsável, além de salvaguardar a floresta amazônica, ecossistema essencial na captura de carbono da atmosfera. Evitando o desmatamento e fomentando a recuperação de áreas degradadas, as propriedades credenciadas auxiliaram na mitigação das alterações climáticas.

“Quando começamos a cultivar esta terra em 1997, era uma aposta. O solo era pobre, e muitos agricultores locais eram céticos em relação aos nossos métodos. Mas com a orientação de especialistas agrícolas da EMPAER, começamos a experimentar o cultivo de arroz. Foi um movimento arriscado, mas acreditávamos no potencial desta terra. A ideia de deixar resíduos de colheita nos campos, uma prática conhecida como agricultura de plantio direto, era considerada radical na época. Nossos vizinhos achavam que éramos loucos, mas estávamos convencidos de que este era o futuro da agricultura.

Luiz Fernando Ribeiro Paiva

“Um dos benefícios que o Programa REM MT proporcionou, foi apontar as melhorias possíveis dentro de cada propriedade, com isso o produtor conseguiu visualizar estas oportunidades de melhorias e está implementando e está disposto a continuar para tornar sua fazenda cada dia mais sustentável, seguindo as normativas e leis aplicáveis. Como consequência, minimizando o risco de possíveis acidentes de trabalho.

Juliano Ribeiro Graça Paiva


6.8.

O Programa REM MT e a revitalização de áreas degradadas: um caso de sucesso no Bioma Amazônia

O Programa REM MT, em parceria com a empresa Restauragro, trabalhou para recuperar 40 hectares de Áreas de Preservação Permanentes – APPs, na margem dos rios, nos municípios de Alta Floresta e Carlinda (MT), Bioma Amazônia. Os objetivos foram: realizar a recuperação e a manutenção da vegetação nativa, proteger os rios e fortalecer as redes de sementes locais, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem do extrativismo. Para isso, a empresa responsável pela restauração utilizou sementes das Redes de Sementes do Xingu ou da Rede de Sementes do Portal da Amazônia.

A primeira fase ocorreu com a realização do diagnóstico ambiental, etapa fundamental para o planejamento das ações de restauração ecológica. Por meio dele, foram identificados os problemas específicos de cada área e planejadas as intervenções necessárias. Foram utilizadas diversas ferramentas, como drones e análises de solo.

Imagem de drone da área de APP, com destaque para área periodicamente alagada. Fazenda Lagoa Santa Alta Floresta –MT



Com o suporte de imagens de satélite da plataforma Planet, viabilizou-se uma visão abrangente dos territórios a serem restaurados. A seleção dos locais para recuperação priorizou áreas com nascentes degradadas. Posteriormente, iniciou-se o contato e a mobilização dos proprietários das terras para apresentar o projeto e seus benefícios, ocasião em que se detalharam as atividades de recomposição, destacando a importância de reabilitar os mananciais para o abastecimento hídrico.

Mapa da localização das áreas em processos de restauração na Estância Paulista com destaque para a APP.



Foram realizadas as atividades práticas de construção de cercas, estabilização de terrenos, dessecação de gramíneas invasoras, manejo do solo — incluindo gradagem, roçadas manuais ou semimecanizadas, aplicação de fertilizantes, abertura de linhas de plantio, isolamento da área para impedir o acesso de gado e plantio de sementes.

Após a conclusão das atividades de restauração, a empresa responsável monitorou as áreas até o final do contrato. Durante esse período, foram observados o desenvolvimento das plantas, a ação de animais que se alimentam delas, a quantidade de plantas que se estabeleceram na área, a presença de plantas invasoras e a necessidade de realizar novas ações, como o plantio de mais sementes em áreas com poucas plantas.

Para a realização dessas atividades, preferiu-se adquirir os materiais necessários na cidade, visando beneficiar os fornecedores locais e reduzir os custos com transporte. Além disso, o Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis - PIMS acompanhou o desenvolvimento dos locais onde foram realizadas ações e efetivou atividades de manutenção, como a reparação de cercas e a instalação de áreas para monitoramento.

Foram selecionadas duas técnicas de recuperação das Áreas de Preservação Permanentes – APPs. A primeira chamada de regeneração natural assistida e a segunda de semeadura direta.

A regeneração natural assistida é uma técnica onde a natureza é a principal agente de restauração, mas conta com a intervenção humana para acelerar o processo e superar obstáculos. Em vez de plantar novas árvores em larga escala, a regeneração natural assistida busca aproveitar a capacidade das espécies nativas de se regenerarem espontaneamente. Por meio da identificação das espécies mais adequadas para o local, da remoção de obstáculos ao crescimento das plantas e da proteção das mudas existentes, essa técnica permite que a vegetação nativa se restabeleça de forma mais rápida e completa.

Essa abordagem apresenta diversas vantagens em relação a outras técnicas de restauração. Ela é geralmente mais econômica, pois exige menor investimento em mudas e mão de obra. Além disso, a regeneração natural assistida promove a diversidade de espécies, contribuindo para a recuperação da biodiversidade local. Ao aproveitar a capacidade adaptativa das espécies nativas, essa técnica também aumenta a sustentabilidade da restauração.









1. Imagem de drone da APP, ao centro, com destaque para área úmida a esquerda e fragmentos florestais. Estância Paulista.

2. APP com potencial para regeneração natural assistida. Estância Paulista.

3. Isolamento da área de APP, com destaque para a cerca com arames (cincos fios) e lasca. Estância Paulista.

4 Imagem de drone da APP ao centro, com destaque para declividade do terreno, o predomínio de indivíduos regenerantes arbóreos florestais. Fazenda Serrinha. Alta Floresta – MT

Já a técnica de semeadura direta acontece da seguinte forma: em vez de plantar mudas já crescidas, as sementes de árvores nativas são espalhadas diretamente no solo. Essa técnica imita o que acontece na natureza, quando os frutos caem das árvores e as sementes germinam, dando origem a novas plantas. Ao utilizar a semeadura direta, busca-se acelerar o processo de recuperação natural da área, promovendo a diversidade de espécies.

Na Estância Paulista e na Fazenda Redenção foram utilizadas as duas técnicas de recuperação. Já nas Fazendas Vitória, Beluno, Lagoa Santa, Anacã, Beluno II, Serrinha, foi utilizada a técnica de recuperação das APPs, denominada semeadura direta.

Na Fazenda Serrinha, local selecionado pelo Programa REM MT, algumas áreas que precisavam ser recuperadas estavam bastante degradadas. Apesar disso, ainda havia algumas árvores nativas como morcegueira, ipê, lacre e ingá. O solo era uma mistura de areia e argila, e o terreno era inclinado, com alguns buracos causados pela erosão, principalmente perto dos bebedouros do gado. Mas, por outro lado, a natureza já estava começando a se recuperar sozinha. Por isso, a decisão foi de ajudar esse processo natural, sem precisar plantar muitas mudas, utilizando a técnica de regeneração natural assistida.

Dias após o plantio, foram realizados monitoramentos nas áreas de semeadura direta. Os dados coletados durante essas avaliações indicaram a ausência de formigas cortadeiras, o que foi possível graças ao controle prévio realizado. A cobertura do solo com adubação verde se mostrou satisfatória, e foi observada a germinação de diversas espécies nativas, como lobeira, lacre, ipê, marimã, morcegueira e pinho cuiabano. Os resultados obtidos demonstraram uma boa germinação tanto das espécies de adubação verde quanto das espécies arbóreas.

As áreas que estão sendo recuperadas pelo Projeto Restauragro apoiado pelo Programa REM MT, estão apresentando bons resultados. As plantas nativas estão crescendo bem, os locais estão ficando cada vez mais verdes. Isso aconteceu porque foram tomadas medidas para controlar o capim, impedir a entrada de animais e combater as formigas. Além disso, foram plantadas novas mudas para ajudar a natureza a se recuperar mais rápido. É importante continuar acompanhando essas áreas para garantir que a recuperação continue avançando.

A combinação de técnicas de restauração, aliada ao controle de fatores limitantes como a presença de invasoras e o acesso de animais, mostrou-se eficaz para promover a regeneração natural das áreas. A utilização de sementes nativas e a adaptação das práticas de restauração às características específicas de cada área foram fundamentais para o sucesso do projeto.

Os resultados alcançados demonstraram a importância da restauração ecológica para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade e a proteção dos recursos hídricos. A recuperação das APPs contribui para o sequestro de carbono, a melhoria da qualidade da água e a proteção do solo, beneficiando tanto o meio ambiente local quanto global.

A experiência do Programa REM MT pode servir como modelo para a implementação de projetos de restauração em outras regiões, demonstrando a viabilidade e a importância dessas ações para a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável.

Uma das nossas principais preocupações ao longo do programa foi garantir que os beneficiários não estivessem relacionados a práticas de desmatamento. Em um estado conhecido pela produção de *commodities* como soja e pecuária, frequentemente associadas ao desmatamento, essa era uma questão crucial. Adotamos um rigoroso sistema de controle dessas propriedades. Por meio da equipe técnica capacitada do PIMS e do uso de geoprocessamento, monitoramos o desmatamento nas propriedades participantes, que estavam registradas no CAR. Os resultados foram impressionantes: constatamos, por exemplo, que as propriedades acompanhadas apresentaram uma redução no desmatamento durante a execução do projeto. Esse é um diferencial marcante do programa, evidenciando que é possível produzir de forma sustentável e responsável, mesmo em um cenário tão desafiador.

Daniela Correia de Melo Coordenadora dos Subprogramas AFPCT e PIMS



1.





3.



4.



6.





2.





5.



7.

1. Instalação da parcela de monitoramento após aos 127 dias da semeadura direta localizada na Fazenda Redenção.

2. Imagem da vista superior da muvuca de espécies (mijoleiro, marima e paineira) após aos 19 dias da semeadura. Fazenda Anacã. Alta Floresta-MT.

3. Imagem da vista frontal da área de semeadura após aos 88 dias, com destaque para adubação verde (feijão de porco). Fazenda Beluno. Carlinda-MT.

4. Imagem da vista frontal da área de plantio após 127 dias da semeadura direta, com destaque para a adubação verde (feijão guandu e gergilim). Fazenda Redenção. Alta Floresta-MT.

5. Área de plantio após aos 50 dias da semeadura direta, com destaque para a adubação verde (feijão de porco e feijão guandu). Fazenda Vitória. Alta Floresta-MT.

6. Imagem da vista frontal da área de plantio após aos 106 dias localizada na Fazenda Anacã. Alta Floresta-MT.

7. Vista frontal da área de APP, com presença processos erosivos na área de plantio. Fazenda Lagoa Santa. Alta Floresta – MT.

6.9.



A parceria entre REM MT e EMPAER MT: impulsionando a sustentabilidade na Pecuária Mato-Grossense

A Empresa Mato-grossense de Pesquisa, AssistênciaTécnica e Extensão Rural -EMPAER-MT, integrou o Subprograma Produção Sustentável, dentro do Eixo Pecuária Sustentável do Programa REM MT, com o intuito de oferecer serviços de assistência técnica e extensão rural -ATER na bovinocultura de corte. A iniciativa também buscava conscientizar sobre a relevância de salvaguardar os recursos naturais renováveis, mediante ações voltadas à redução do desmatamento nos municípios de Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína, Juruena e Nova Bandeirantes, localizados no Bioma Amazônia.

No âmbito do projeto, foram avaliadas 1.404 propriedades rurais. Esse diagnóstico possibilitou a elaboração de planos de ação para os estabelecimentos focados na pecuária de corte. Os questionamentos abrangeram a reprodução animal, renda da atividade, manejo e conservação do solo, além do aprimoramento das forragens e da suplementação volumosa, concentrada e mineral. A análise contemplou ainda o controle sanitário do rebanho, gestão de negócios e financeira, regularização ambiental, recursos hídricos, destinação de lixo e resíduos, bem-estar climático e familiar, infraestrutura produtiva, políticas públicas, participação em organizações sociais e diversificação de renda.

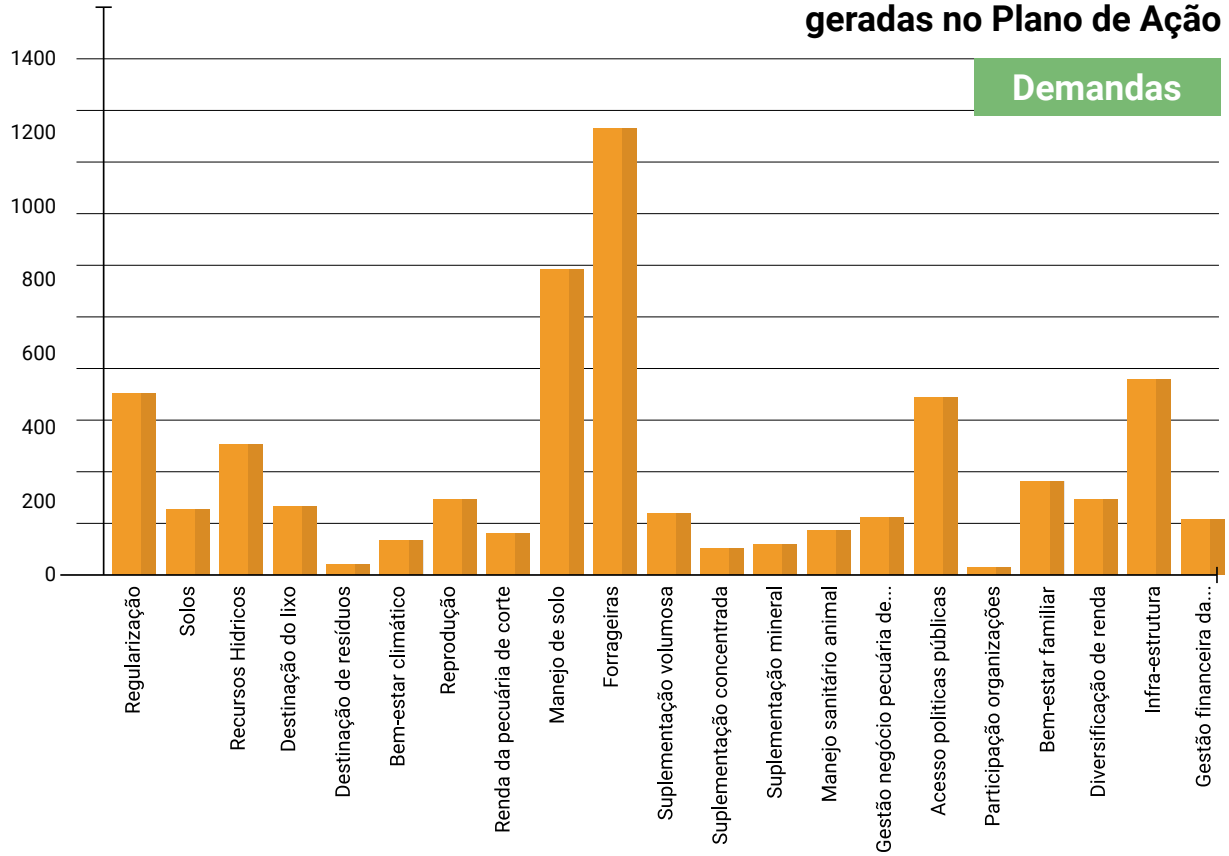


Diagnóstico de propriedades no município de Juruena.

As respostas às perguntas foram inseridas no Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento das Atividades – SAGAE, que facilitou a interpretação da realidade das propriedades, identificando os principais gargalos das atividades produtivas desenvolvidas pelos beneficiários. A análise desses dados forneceu subsídios para a elaboração de planos de ação personalizados para cada propriedade, em conjunto com os proprietários.

A análise dos referidos planos indicou que os produtores rurais necessitavam de melhorias em diversas áreas. A principal demanda era por práticas mais eficientes de manejo do solo e das pastagens. Além disso, foram identificados desafios relacionados à regularização ambiental da terra, o acesso à água para os animais e o manejo correto dos resíduos. No aspecto social e econômico, a falta de infraestrutura nas propriedades e o acesso limitado a políticas públicas foram apontados como obstáculos a serem superados.

Representação gráfica das demandas geradas no Plano de Ação



A análise do levantamento indicou que as maiores exigências das propriedades rurais avaliadas se concentraram na área de forrageiras, seguida de perto pelas ações de manejo de solo. Em uma posição intermediária, destacaram-se demandas estruturais e burocráticas associadas a infraestrutura, regularização e acesso a políticas públicas, além de questões voltadas a recursos hídricos, bem-estar familiar e reprodução. Em contrapartida, os aspectos que registraram a menor procura por parte dos produtores envolveram a participação em organizações e a destinação de resíduos, que apresentaram os índices mais baixos de solicitação no diagnóstico.

Outra forma de atuação da EMPAER-MT, no âmbito do Subprograma Produção Sustentável, no Eixo Pecuária Sustentável do Programa REM MT, foi a instalação de Unidades de Referência Tecnológica – URTs em propriedades de pequeno e médio porte.

O PIMS contou com 23 URTs dedicadas à pecuária, distribuídas em pequenas (até 4 módulos fiscais) e médias propriedades (4 a 15 módulos fiscais). Essas unidades demonstraram com sucesso tecnologias de produção voltadas para a criação de gado de corte, por meio de atividades como reuniões, dias de campo e cursos. As URTs funcionaram como vitrines tecnológicas, possibilitando aos técnicos e produtores a observação prática das inovações implementadas. Como resultado, houve uma ampla difusão de tecnologias e capacitação de profissionais nos municípios participantes do Programa REM MT/PIMS.





URT Juara – Dia de Campo – 13/08/2023

Diante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, o subprograma precisou adaptar suas estratégias. As URTs se tornaram um recurso fundamental para a disseminação de práticas sustentáveis e a formação de multiplicadores. Por meio de visitas técnicas programadas e com grupos reduzidos, as URTs garantiram a continuidade da transferência de conhecimento para os produtores, mesmo em um contexto de restrições.

Para fortalecer ainda mais a assistência técnica, foi elaborado um termo de referência para a capacitação dos técnicos da EMPAER em restauração ecológica, preparando-os para auxiliar os produtores na recuperação de áreas degradadas e na adoção de práticas conservacionistas.

Na Fazenda Canarinho em Aripuanã, onde foi instalada uma URT, as ações desenvolvidas foram a reforma e a recuperação de pastagem, a instalação de sistema de pastejo rotacionado, bem como a recuperação de APP´s e de áreas degradadas.

O Programa REM MT, em parceria com a empresa Agroicone e com o acompanhamento técnico da EMPAER, realizou o isolamento das áreas e replantou a vegetação nativa por meio da muvuca de sementes, visando acelerar a recuperação da vegetação e proteger os cursos d'água. Essa iniciativa contribuiu para a conservação ambiental e a proteção dos recursos hídricos.

O Subprograma Produção Sustentável, no Eixo Pecuária Sustentável do Programa REM MT, proporcionou aos pecuaristas uma perspectiva inovadora sobre a atividade, alinhando-a aos princípios da sustentabilidade e às demandas do mercado. Ao participarem das atividades, os produtores demonstraram uma crescente conscientização sobre a importância de adotar práticas que minimizem os impactos ambientais e garantam a competitividade do setor.

A instalação das Unidades de Referência Tecnológica (URTs) e a realização de eventos técnicos contribuíram para estimular a adoção de tecnologias mais eficientes e sustentáveis nas propriedades rurais. Os relatos dos participantes indicam que o projeto contribuiu para a mudança de paradigmas, incentivando a otimização do uso da terra e a recuperação de áreas degradadas.

As parcerias estabelecidas entre as instituições envolvidas mostraram-se fundamentais para o sucesso do subprograma, demonstrando a importância da cooperação entre os setores público e privado na promoção do desenvolvimento sustentável da pecuária. A troca de conhecimento e experiências entre os participantes colaborou para a construção de uma rede de produtores comprometidos com a atividade ecologicamente correta.







> Muitas vezes o pecuarista tem vontade de fazer, mas ele vai fazer a soma e ele fala 'não, o custo está muito alto'. Mas aí, ele copiando do outro, ele vê que dá resultado. Acho que muita gente vai copiar e ver que dá certo.

Ilmo Gauer – pecuarista

> O REM possibilita alçar voos maiores, porque colocou os servidores efetivos para gerenciar, e isso é obviamente superimportante, porque é um programa internacional, tem diversas coisas que o estado não conhecia que passou a conhecer. O nível de exigência que tem um programa desses é muito elevado, então toda essa expertise fica dentro do estado por meio dos funcionários efetivos.
>
> O REM era como se fosse uma argamassa, que vem ali e bota os tijolinhos para formar algo grande e possibilita a gente ligar as pontas... a equipe composta por pessoas de várias instituições que tinham muito mais do que só vontade de trabalhar, tinham um propósito e esse talvez tenha sido o grande diferencial do REM MT.

Marcos Paulo Balbino – EMPAER

> O eixo de Pecuária Sustentável recebeu o maior volume de investimentos do programa, abrangendo mais de 1.420 produtores. Esse número é expressivo quando consideramos o montante de recursos disponíveis no PIMS e o impacto gerado ao alcançar um número tão significativo de beneficiários. Um destaque especial vai para o projeto executado pela EMPAER em oito municípios da região Noroeste do estado. Esse projeto priorizou produtores de bezerros com propriedades de até quatro módulos fiscais, um público muitas vezes invisibilizado, mas essencial para a sustentabilidade da cadeia produtiva da pecuária. O fato mais marcante é que a maioria desses pequenos produtores relatou ser a primeira vez que tiveram acesso à assistência técnica!

Daniela Correia de Melo – Coordenadora dos Subprogramas AFPCT e PIMS


6.10.

Frutos da parceria: o sucesso da Rota Caminhos da Agroecologia e os Impactos do Programa REM MT

A trajetória do Centro de Tecnologia Alternativa – CTA, fundado em 1992, é marcada pela busca por alternativas sustentáveis à agricultura convencional. Nascido do movimento de agricultores familiares do Vale do Guaporé, o CTA se consolidou como um dos principais atores na promoção da agroecologia em Mato Grosso.

O projeto Semeando Nossos Biomas, apoiado pelo Programa REM MT, traça um percurso abrangente, conectando duas regiões de grande relevância: a Baixada Cuiabana e a Grande Cáceres. Essa jornada nos leva por uma verdadeira sinfonia de ecossistemas, com a Amazônia como protagonista, seguida de extensas áreas de Pantanal e Cerrado.

Com base na cidade de Pontes e Lacerda, o projeto se desdobra em duas rotas principais: o Vale do Guaporé e o Vale do Jauru. Nesses vales, onde a Amazônia e o Pantanal se encontram, a diversidade biológica é exuberante. A rica fauna e flora dessas regiões, com suas nuances de transição para o Cerrado e o Pantanal, criam um cenário único para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.



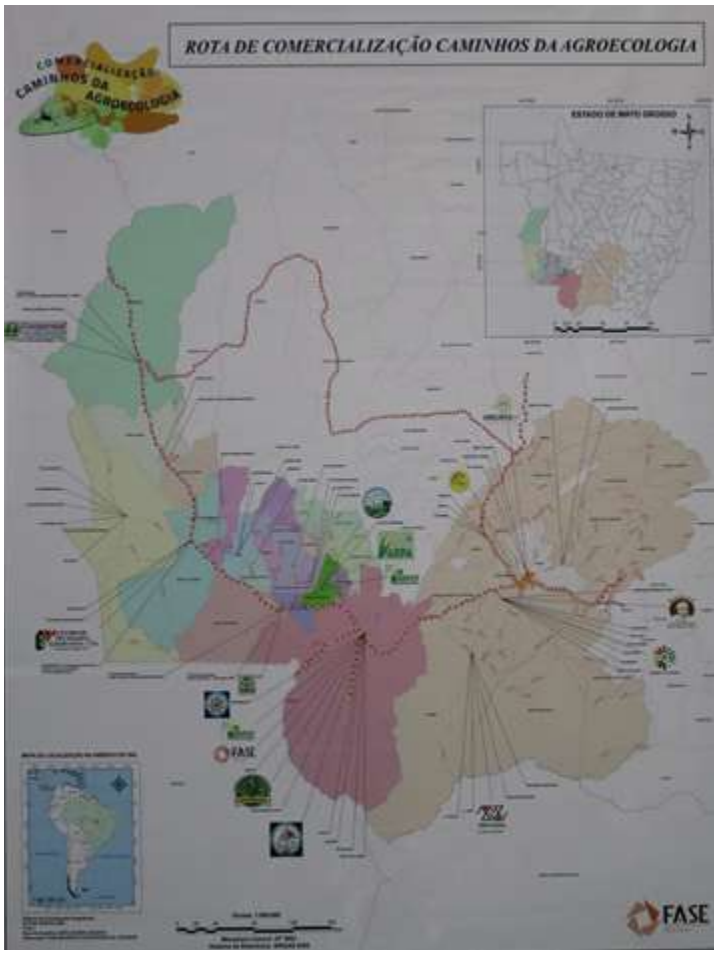
Da esquerda para direita: Danielle Dias Pimenta, Alessandro Souza Amaro, Alessandro, Mateus de Arruda Costa. Técnicos do Centro de Tecnologia Alternativa. Projeto Semeando nossos Biomas Pontes e Lacerda-MT.

Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Ao adentrar o Pantanal, o projeto concentra suas ações nos municípios de Cáceres e Poconé, imersos nesse vasto e singular bioma. Em seguida, direciona-se para a Baixada Cuiabana, onde os municípios de Poconé, Livramento, Várzea Grande e Cuiabá oferecem um contraste de paisagens entre o Cerrado e o Pantanal. Em paralelo a essa rica geografia, o projeto Semeando Nossos Biomas se conecta à Rota Caminhos da Agroecologia, uma rede de comercialização da agricultura familiar que abrange a mesma região. Essa rota, com seus grupos produtivos distribuídos por pontos geográficos específicos, forma um verdadeiro mosaico de sabores e saberes, onde a produção agroecológica ganha vida.

A Rota Caminhos da Agroecologia, iniciada em 2019, traçou um percurso de transformação socioeconômica e ambiental em uma extensa região do estado de Mato Grosso. Essa iniciativa conecta produtores da agricultura familiar localizados ao longo das rodovias BR-070 e BR-174, que ligam Cuiabá a Vilhena, com ramificações que se estendem por municípios como Comodoro, Pontes e Lacerda, Jauru, Figueirópolis, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Mirassol d'Oeste, Indiavaí, Cáceres, Salto do Céu, Lambari d'Oeste e Rio Branco. O distrito de Caramujo, pertencente ao município de Cáceres, serve como ponto de partida para outra micro rota que se estende até Salto do Céu, passando por Lambari d'Oeste e Rio Branco.

Essas rotas são compostas por diversos grupos organizados, muitos dos quais foram estruturados diretamente pelo Centro de Tecnologia Alternativa – CTA ou por outras instituições parceiras. A formação dessa rede de agricultores familiares demonstra a força do movimento da agroecologia na região, consolidando uma estratégia de desenvolvimento local sustentável.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Mapa da Rota Caminhos da Agroecologia. Centro de Tecnologia Alternativa-CTA. Projeto Semeando nossos Biomas Pontes e Lacerda-MT.

Saguio Moreira Santos Explicando a Rota de Comercialização Caminhos da Agroecologia. Centro de Tecnologia Alternativa-CTA. Projeto Semeando nossos Biomas Pontes e Lacerda-MT.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Produtos comercializados na Rota Caminhos da Agroecologia

Uma das características marcantes da Rota Caminhos da Agroecologia é a diversidade de atividades desenvolvidas pelos agricultores. Enquanto alguns se dedicam à produção primária de alimentos, outros investem em processos de agregação de valor, transformando os cultivos agrícolas em produtos mais elaborados, como mel, polpas de frutas e biscoitos de farinha de babaçu. Essa diversificação da produção fortalece a cadeia produtiva e garante a geração de renda para os agricultores.

A estratégia da Rota se baseia em três eixos principais: produção, agregação de valor e comercialização. Ao longo dos anos, essa iniciativa tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da alimentação saudável nas escolas e a conservação dos recursos naturais.

Um dos pilares da Rota Caminhos da Agroecologia é a valorização da cultura e a construção de identidades territoriais. Cada região inserida na rota possui suas particularidades, seus saberes tradicionais e seus produtos diferenciados. As entregas de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) são fundamentais para garantir o acesso da população a alimentos saudáveis e nutritivos, além de fortalecer a economia local.

Atualmente, esses programas representam uma importante fonte de renda para os pequenos produtores da rota. Os alimentos fornecidos incluem uma variedade de hortaliças, como mandioca e batata, assim como frutas como banana e limão taiti. Além dos produtos destinados aos programas governamentais, os agricultores também comercializam excedentes em mercados locais, oferecendo uma variedade ainda maior de frutas, como poncã, laranja e banana.

Vale ressaltar que a colheita de frutas como acerola, cajá, manga e seriguela, cultivadas em quintais, era estocada em congeladores até o momento do recolhimento, o que evidenciou a estruturação e o planejamento dos produtores. Ao interligar esses territórios, a Rota colaborou para o revigoramento da economia regional e para a salvaguarda da biodiversidade.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

A criação de cooperativas e associações de produtores foi fundamental para a organização da Rota. Essas organizações desempenham um papel importante na gestão da produção, na comercialização dos produtos e na representação dos interesses dos agricultores.

O Programa REM MT desempenhou um papel determinante nesse processo, fornecendo os recursos e o suporte técnico necessários para a construção de um sistema de produção de base ética e ecológica. Graças ao apoio da iniciativa, viabilizou-se a aquisição de veículos, a implementação de sistemas de cultivo e beneficiamento, bem como o fortalecimento da organização dos produtores.

A pandemia da COVID-19 representou um grande desafio para a Rota Caminhos da Agroecologia. No entanto, a iniciativa mostrou sua resiliência ao se adaptar à nova realidade e encontrar soluções criativas para garantir a comercialização dos produtos e o atendimento às necessidades da comunidade. Sob o amparo do Programa REM MT, realizou-se a distribuição de cestas básicas compostas por alimentos orgânicos cultivados pelos agricultores da rota, o que exemplificou a adaptação da iniciativa ao cenário da pandemia.

Além de fortalecer a produção e a comercialização, o Programa REM MT investiu na capacitação dos agricultores. A oferta de cursos de agroecologia, com o apoio da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), permitiu que os produtores adquirissem conhecimentos técnicos e habilidades para melhorar a qualidade de seus produtos e aumentar sua produtividade.

1. Equipamento para agroindústria de polpa de frutas adquirido com apoio financeiro do Programa REM MT. Projeto Semeando nossos Biomas Pontes e Lacerda-MT.

2. Equipamento para agroindústria de polpa de frutas adquirido com apoio financeiro do Programa REM MT. Projeto Semeando nossos Biomas Pontes e Lacerda-MT.

3. Polpas congeladas de frutas produzidas pelos agricultores participantes da Rota Caminhos da Agroecologia e comercializadas pela agroindústria do Centro de Tecnologia Alternativa – CTA. Projeto Semeando nossos Biomas Pontes e Lacerda-MT.

4. Mateus de Arruda Costa. Mostrando as polpas de frutas congeladas. Projeto Semeando nossos Biomas. Centro de Tecnologia Alternativa – CTA Pontes e Lacerda-MT.

A criação de agroindústrias e a instalação de equipamentos de beneficiamento, entre eles o beneficiamento de frutas, foram outros avanços importantes proporcionados pelo Programa REM MT. Essas iniciativas permitiram agregar valor aos produtos, ampliando as possibilidades de comercialização e gerando mais renda para os agricultores que produzem maracujá, cupuaçu, caju, limão, manga e demais frutas, de acordo com a época da safra.

A agroindústria desenvolve um processo de fabricação de polpas de frutas que prioriza a qualidade e a origem local dos produtos. A matéria-prima, constituída por diversas frutas cultivadas por agricultores da região, é coletada periodicamente por um veículo adquirido pelo Programa REM MT, que percorre as propriedades rurais e possibilita a mobilidade dentro da rota.

Após a chegada à unidade de produção, as frutas passam por um rigoroso processo de higienização e seleção, visando garantir a qualidade do produto. Em seguida, são encaminhadas para a etapa de trituração, realizada em equipamentos específicos para cada tipo de fruta. Posteriormente, a polpa é submetida à centrifugação, processo que separa a polpa do bagaço. Essa etapa é fundamental para a obtenção de um produto com alta concentração de polpa e baixa quantidade de fibras.

A agroindústria de frutas, especialmente quando integrada à agricultura familiar, tem uma grande contribuição na promoção da sustentabilidade socioambiental e no fortalecimento das comunidades rurais. Ao transformar a matéria-prima em itens processados, agrega valor à produção, gerando mais renda e incentivando a diversificação das atividades.

Ademais, esse setor colabora com a segurança alimentar ao disponibilizar alimentos locais e frescos para a população, o que reduz a dependência de produtos ultraprocessados e fomenta hábitos saudáveis. Ao prestigiar o cultivo regional e consolidar as cadeias produtivas, o segmento estimula a dinamização da economia rural, além de auxiliar na preservação do meio ambiente e na manutenção da biodiversidade.

No contexto da Rota, o Programa REM MT exerceu uma **influência determinante** na estruturação e organização dos grupos de trabalho. Outrossim, o aporte financeiro da iniciativa revelou-se essencial para apoiar a infraestrutura dos empreendimentos, viabilizando a aquisição de equipamentos, como despolpadoras e outros aparelhos fabris, além da instalação de câmaras frias em Cuiabá. A criação de um espaço exclusivo para o armazenamento das polpas, também custeada pelo programa, representou um avanço expressivo na valorização do produto final.

Com o objetivo de fortalecer essa estratégia, foram definidos espaços, sendo um em Cáceres e outro em Cuiabá. A escolha desses locais foi baseada na necessidade de estruturar pontos de apoio para a comercialização de produtos com valor agregado. Em Cáceres, a parceria com a Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável (COOPERSSOL), mostrou-se estratégica, uma vez que a organização já possuía experiência em comercialização e dispunha de um espaço próprio.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Veículo adquirido com apoio financeiro do Programa REM MT, utilizado para transportar os produtos da Rota Caminhos da Agroecologia. Projeto Semeando nossos Biomas. Pontes e Lacerda-MT

Para a disseminação das práticas agroecológicas, um marco foi a realização da Feira de Produtos Agroecológicos no final de 2023, cuja parte do financiamento foi oriunda do Programa REM MT. Essa iniciativa, além de promover a comercialização de produtos agroecológicos, teve como objetivo principal a sensibilização da comunidade para a importância da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. A feira contou com a participação de agricultores familiares envolvidos em projetos como o 'Semeando Nossos Biomas', além de outros produtores que estavam iniciando suas atividades na agricultura familiar.

O Centro de Tecnologia Alternativa -CTA em cooperação com o Programa REM MT, subsidiou o fortalecimento da agricultura familiar na região. Ambas as instituições atuaram como parceiras da Associação Regional de Produção Agroecológica -ARPA, do Assentamento Roseli Nunes e da Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal -ARPEP — entidade que reunia quatro coletivos femininos: As Margaridas do Assentamento Margarida Alves, Amigas do Cerrado, Amigas da Fronteira e Frutos da Terra.

A iniciativa ofertou um conjunto de serviços, a exemplo de assistência técnica e extensão rural às organizações, capacitando-as na elaboração e execução de projetos, bem como na prestação de contas, o que consolidou a capacidade de gestão delas.

Essa colaboração tem permitido que a ARPA e a ARPEP assumam um papel de liderança na região do Vale do Jauru, na Bacia do Paraguai, ampliando sua atuação e fortalecendo a cadeia de valor de produtos da agricultura familiar.

> O REM congrega os princípios do CTA do ponto de vista de trabalhar a temática da agroecologia. E isso é um instrumento muito importante, ter esses recursos públicos voltados para esse modelo alternativo de produção, para trabalhar com reflorestamento, recompor um ecossistema, equilibrar esse bioma e essa comunidade, esse grupo de produção agroecológica.

Vilmon Alves Ferreira

> A gente não só vende! A rota dos caminhos da agroecologia não é uma estratégia só de vender, mas é uma estratégia de agregar socialmente os grupos, de organizar o grupo produtivo para ele se conscientizar da importância de produzir de forma agroecológica.

Saguio Moreira Santos

> O REM apoia a gente nesse desafio muito grande de agregar valor à produção agroecológica, apoiar a questão da comercialização para fazer com que esses grupos beneficiários consigam acessar mercado, que é o grande desafio, é colocar uma produção agroecológica de qualidade para os consumidores.

Vilmon Alves Ferreira

> O que é o nosso foco aqui? Trabalhar com plantas que visam a restauração, que sequestram carbono e que dão um retorno financeiro para as famílias. Como por exemplo a macaúba, o próprio buriti, que é uma demanda grande e espontânea, e o pequi. Então, tem uma série de plantas aqui que a gente trabalha com elas, mas, no fim, por exemplo, o pequi, a ideia, além do consumo dele, é pegar a semente e transformar em óleo da polpa. A macaúba, extração de óleo para poder fazer sabão, cosméticos, essas coisas, e também fazer a ração para os animais, né? Então, tem uma série de coisas que vão interligando o meio ambiente.

Ronaldo Adriano Faria


6.11.

Sistema Agroflorestal e Sustentabilidade – o Programa REM MT no Assentamento Florestan Fernandes

Um dos locais beneficiados pela Rota da Agroecologia e pelo Programa REM MT é o Projeto de Assentamento – PA Florestan Fernandes, nos municípios de Araputanga e São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso. A ocupação das terras que deram origem ao Assentamento foi marcada por um intenso processo de luta e resistência. Famílias sem-terra, organizadas em movimentos sociais, ocuparam a área no ano de 2002.

Nessa localidade, a produção agrícola e pecuária diversificada desempenha um papel central na economia. A comercialização de leite e carne bovina é direcionada para laticínios e frigoríficos da região, enquanto produtos agrícolas como quiabo, mamão, banana e milho abastecem o mercado consumidor local e as cidades vizinhas de Mirassol d'Oeste e Araputanga. As feiras livres também constituem canais de comercialização desses produtos.

Edson Alves de Oliveira explicando sobre o Sistema Agroflorestal – SAF. Assentamento Florestan Fernandes – Projeto Semeando Nossos Biomas. Centro de Tecnologia Alternativa CTA –São José dos Quatro Marcos.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.





Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



O controle da comercialização dos produtos agrícolas é realizado de forma organizada. Através de planilhas detalhadas, é registrado o volume exato de cada item entregue, garantindo a transparência e o cumprimento das metas estabelecidas em projetos como o PNAE e o PAA. Por exemplo, para cada entrega, é elaborada uma ficha técnica que especifica a quantidade de cada produto, como couve, rúcula, cheiro-verde e outros. Essas informações são consolidadas em planilhas, permitindo um acompanhamento preciso da produção e da comercialização.

Ao final de cada período, gera-se um relatório detalhado com a quantidade total de cada item entregue, o que garante a rastreabilidade dos alimentos e o cumprimento dos contratos estabelecidos. Vale ressaltar que esse volume de entrega é definido previamente, alinhando as demandas à capacidade produtiva dos agricultores. Tal planejamento otimiza a produção e assegura o padrão de qualidade das mercadorias fornecidas.

A diversidade de produtos comercializados é significativa, com mais de 40 itens diferentes, incluindo mandioca, milho verde e outros. Essa variedade demonstra a riqueza da produção agrícola local e a capacidade dos agricultores em atender às diferentes demandas do mercado.

1. Hortelã gordo, alecrim, Assentamento Florestan Fernandes – Projeto Semeando Nossos Biomas. Centro de Tecnologia Alternativa CTA – São José dos Quatro Marcos.

2. Criação de abelhas. Assentamento Florestan Fernandes – Projeto Semeando Nossos Biomas. Centro de Tecnologia Alternativa CTA – São José dos Quatro Marcos.

3. Quintais produtivos – produção de limão. Assentamento Florestan Fernandes – Projeto Semeando Nossos Biomas. Centro de Tecnologia Alternativa CTA – São José dos Quatro Marcos.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

4. Produção agrícola – couve e cebolinha. Sistema Agroflorestal (SAF). Assentamento Florestan Fernandes – Projeto Semeando Nossos Biomas. Centro de Tecnologia Alternativa CTA – São José dos Quatro Marcos.

5. Produção agrícola – jiló. Sistema Agroflorestal -SAF. Assentamento Florestan Fernandes – Projeto Semeando Nossos Biomas-. Centro de Tecnologia Alternativa CTA – São José dos Quatro Marcos.

6. Produção agrícola – Couve. Sistema Agroflorestal -SAF. Assentamento Florestan Fernandes – Projeto Semeando Nossos Biomas.Centro de Tecnologia Alternativa CTA – São José dos Quatro Marcos.

A produção que agrícola no assentamento é caracterizada pela adoção de práticas agroecológicas, implementadas por 25 propriedades. A mão de obra familiar é predominante, evidenciando a importância do trabalho coletivo.

No Sistema Agroflorestal – SAF do Assentamento Florestan Fernandes, os agricultores assentados implementaram um sistema de irrigação por aspersão, no qual canos interligados distribuem a água uniformemente pela área cultivada. Contudo, a escassez hídrica impacta significativamente a produção agrícola, comprometendo tanto a qualidade quanto a quantidade dos alimentos produzidos.

Diante dos desafios impostos pelas pragas, os produtores recorrem a práticas agroecológicas, utilizando bioinseticidas naturais à base de plantas como pimenta, nim e tabaco. Além disso, empregam caldas fungicidas de receitas caseiras, adquiridas em outros centros de produção agroecológica.

No que tange à adubação e ao controle de pragas e doenças, utilizam recursos disponíveis na propriedade. O esterco e a urina bovina, ricos em nitrogênio, são compostados e aplicados como fertilizantes. A cinza proveniente da queima de madeira, rica em cálcio, potássio, fósforo, magnésio e nitrogênio, é utilizada como fungicida natural e corretivo de acidez do solo.

Os assentados demonstram preocupação com o patrimônio genético, preservando sementes crioulas de diversas variedades, como berinjela, mostarda e almeirão. Essas sementes, cultivadas e selecionadas, conferem aos produtos características únicas e adaptadas às condições locais.

A troca de sementes crioulas entre os agricultores fomenta a diversidade genética e a adaptação das culturas às diferentes regiões. Essa prática milenar permite a manutenção de variedades tradicionais, muitas vezes mais resistentes a pragas e doenças do que as variedades comerciais. Um exemplo marcante é a mandioca, cultivada em uma das propriedades, que se destaca por suas características e produtividade. Da mesma forma, o tomate crioulo apresenta um sabor e uma coloração diferenciados, resultado de anos de seleção e adaptação.

Os legumes e as frutas crioulas, comumente mais verdes, possuem propriedades nutricionais e sabor distintos dos produtos convencionais. Essa diversidade de sabores e cores é um dos diferenciais dos produtos agroecológicos, que valorizam a tradição e a identidade local.

A produção de sementes crioulas é um processo cuidadoso, que envolve a seleção de plantas com as características desejadas e a coleta de sementes para posterior plantio. Essa prática garante a preservação da diversidade genética e a autonomia dos agricultores na produção de seus alimentos. O Assentamento Florestan Fernandes está inserido em uma área caracterizada pela predominância do agronegócio em seu entorno, cujas práticas de manejo foram prejudiciais aos SAFs.

Os agricultores relatam ter enfrentado dificuldades significativas na produção de maracujá devido à contaminação por agrotóxicos provenientes de propriedades do entorno. A pulverização aérea de pesticidas nas lavouras vizinhas causou a morte gradual das plantas de maracujá, que se mostraram altamente sensíveis a esses produtos químicos.

Diante desse cenário, os agricultores optaram por substituir o maracujá por culturas mais resistentes, como a banana que por ser uma cultura mais robusta, apresenta maior tolerância aos agrotóxicos e é menos suscetível aos danos causados pela contaminação. O Projeto de Assentamento Florestan Fernandes, integrado à Rota dos Caminhos da Agroecologia e apoiado pelo Programa REM MT, é um exemplo de modelo de produção agrícola familiar resiliente. A comunidade, por meio de um intenso processo de luta e organização, tem construído um sistema produtivo diversificado e agroecológico, promovendo a segurança alimentar local e contribuindo para a conservação ambiental.

A adoção de práticas agroecológicas, como rotação de culturas, uso de adubos orgânicos e produção de sementes crioulas, reflete o compromisso dos agricultores com a produção de alimentos saudáveis e a preservação dos recursos naturais. A troca de experiências e a assistência técnica têm sido fundamentais para fortalecer esse modelo sustentável.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Rosalino Dias Francisco, narrando o momento em que os aviões que pulverizavam agrotóxicos nas propriedades vizinhas, atingiram o SAF. Assentamento Florestan Fernandes – Projeto Semeando Nossos Biomas. Centro de Tecnologia Alternativa CTA – São José dos Quatro Marcos.

No entanto, os agricultores enfrentam desafios significativos, como a escassez hídrica e a contaminação por agrotóxicos provenientes de propriedades vizinhas. A vulnerabilidade das culturas às mudanças climáticas e a pressão do agronegócio exigem o desenvolvimento de estratégias de adaptação e mitigação, além de políticas públicas que promovam a agricultura familiar e a agroecologia. A experiência dos agricultores assentados demonstra que é possível produzir alimentos saudáveis e de qualidade, preservando o meio ambiente e garantindo a qualidade de vida das comunidades rurais.

> “Não tem comida para os passarinhos, então nós plantamos também para os passarinhos, para a anta e a capivara, porque senão elas não têm o que comer. O curso de formação ajudou muito a entender isso, porque, na cabeça do produtor, tem que matar aquele bicho que está comendo a roça dele. Mas alguém cortou tudo o que ele comia!
>
> Aqui no assentamento Florestan Fernandes, as mulheres mandam! Embora não tenhamos um projeto específico para mulheres, elas estão à frente de tudo. A associação, por exemplo, é comandada por mulheres. A gente acredita muito nos programas como o PAA e o PNAE, porque eles dão um apoio financeiro constante para as famílias e, principalmente, para as mulheres, que são as que mais se dedicam à produção nos quintais.
>
> Sonia Tolomeu Rosa



6.12.

Da luta pela terra à agroecologia: a trajetória do Programa REM MT no Assentamento Roseli Nunes

O assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Mirassol d'Oeste, Mato Grosso, é um exemplo de como um programa de desenvolvimento sustentável pode transformar a vida de comunidades rurais. Nascido da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2000, o assentamento, com seus 331 lotes de 25 hectares, abriga famílias que produzem uma variedade de alimentos, desde leite e grãos até frutas e hortaliças.

A criação da Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA foi um marco para o assentamento e o fortalecimento da agroecologia no sudoeste do estado de Mato Grosso, fruto de um processo coletivo e de adaptação às demandas locais. Fundada em 1997 como ASPROAC, a associação inicialmente focava na organização da produção e comercialização de alimentos dos assentamentos de Cáceres. Em 2003, com a expansão da reforma agrária, a ASPROAC se transformou em Associação Regional de Produção Agroecológica - ARPA, ampliando sua atuação e consolidando sua identidade.

A Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA tem como missão promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis em assentamentos de reforma agrária, contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento local. A organização tem se destacado pela comercialização de seus produtos por meio de programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, fortalecendo a agricultura familiar e a economia local.

Com o apoio do Programa REM MT, a associação implementou diversas iniciativas que fortaleceram a produção e a comercialização de produtos orgânicos. Por meio de cursos de formação, assistência técnica e a criação de feiras locais, os agricultores do assentamento adquiriram conhecimentos e habilidades para produzir alimentos de alta qualidade, respeitando o meio ambiente e a saúde dos consumidores.

O Programa REM MT desempenhou um papel fundamental nesse processo, fornecendo recursos financeiros e técnicos para a implementação de projetos. Graças ao programa, os agricultores do assentamento puderam investir em tecnologias mais limpas, como sistemas de irrigação eficientes e compostagem, além de fortalecer suas organizações e ampliar seus mercados.

A adoção da agroecologia como princípio norteador da produção foi uma decisão estratégica da Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA, com o apoio do Programa REM MT. Essa escolha permitiu que os agricultores diversificassem suas culturas, reduzissem o uso de agrotóxicos e melhorassem a qualidade do solo e da água. Além disso, a produção de alimentos orgânicos abriu novas oportunidades de mercado, com a comercialização dos produtos em feiras locais e em grandes centros urbanos.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Mística de acolhida aos visitantes, representando fartura de alimentos. Associação Regional de Produção Agroecológica – PA Roseli Nunes. Projeto Agroecologia Grupo a Grupo. Mirassol d´Oeste-MT.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Membros da Associação Regional de Produção Agroecológica – PA Roseli Nunes. Projeto Agroecologia Grupo a Grupo. Mirassol d´Oeste-MT.

O sucesso do assentamento Roseli Nunes é resultado de um conjunto de fatores, como a organização dos agricultores, o apoio de instituições como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST e a Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA e o investimento em tecnologias sustentáveis.

A criação do projeto "Agroecologia Grupo a Grupo" foi um marco para o assentamento. A iniciativa, idealizada pela Associação Regional de Produção Agroecológica-ARPA e apoiada pelo Programa REM MT, visava fortalecer a produção agroecológica, promovendo a troca de conhecimentos e a organização dos agricultores em grupos. No entanto, a pandemia da Covid-19, aliada à instabilidade dos preços dos insumos, exigiu dos agricultores e da associação uma grande capacidade de adaptação e resiliência.

Apesar das dificuldades, o projeto alcançou resultados significativos. A distribuição de mudas, sementes e insumos agrícolas de qualidade possibilitou a diversificação da produção e a melhoria dos alimentos. A construção de infraestrutura, como estufas e sistemas de irrigação, otimizou a produção e garantiu alimentos durante todo o ano. Além disso, a formação de grupos produtivos fortaleceu os laços comunitários e promoveu um ambiente de aprendizado contínuo. O projeto Agroecologia Grupo a Grupo, em parceria com a ARPA e financiado pelo Programa REM MT, teve como objetivo fortalecer os grupos produtivos e promover a agroecologia na comunidade, incluindo a construção de uma agroindústria, uma estufa para produção e a distribuição de mudas para implementar Sistemas Agroflorestais – SAFs.

A iniciativa incluiu a construção de uma agroindústria, uma estufa para produção e a distribuição de mudas. Os agricultores do assentamento Roseli Nunes passaram a produzir uma variedade de alimentos orgânicos, como frutas, legumes, hortaliças e grãos, comercializados em feiras locais e em outros municípios. A produção agroecológica garante a segurança alimentar das famílias e contribui para a preservação ambiental e a promoção da saúde. No entanto, o assentamento ainda enfrenta desafios, como a volatilidade dos preços dos produtos agrícolas, a falta de acesso a crédito e a necessidade de expandir os mercados para os produtos orgânicos.

Para garantir a sustentabilidade da produção e atender às demandas do mercado, a Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA, em parceria com a Rota Caminhos da Agroecologia, realizou uma pesquisa de mercado abrangente na região. Os resultados revelaram uma demanda crescente por produtos orgânicos, especialmente frutas, legumes e hortaliças. Essa informação foi fundamental para orientar a produção dos agricultores e identificar as oportunidades de comercialização.

A produção agroecológica no assentamento Roseli Nunes não está isenta de desafios. As mudanças climáticas, com períodos de seca e chuvas intensas, têm impactado a produção agrícola. Além disso, a falta de infraestrutura, como sistemas de irrigação eficientes e estradas adequadas, dificulta o escoamento da produção e o acesso aos mercados.

A Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA tem desempenhado um papel fundamental no apoio aos agricultores do assentamento. O Programa REM MT, por sua vez, tem fornecido recursos financeiros e técnicos para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, como a construção de infraestrutura e a aquisição de equipamentos.

> No REM a gente percebe que tem muita coisa boa! Tem muitas dificuldades, mas tem muito aprendizado também!
>
> Sirlei da Costa

> Essa é uma história que nós fizemos, não é uma história inventada, por isso eu fico muito feliz em contar.
>
> Nério Gomes de Souza

> Essas bandeiras que estão expostas aqui, são as bandeiras que a gente ajuda a carregar, né, para defender a nossa natureza e nossos alimentos saudáveis.
>
> Miraci Pereira Silva

Graças ao apoio do Programa REM MT, os agricultores do assentamento Roseli Nunes têm alcançado resultados significativos. A produção de alimentos orgânicos tem aumentado, garantindo a segurança alimentar das famílias e gerando renda para a comunidade. Além disso, a produção agroecológica contribui para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida da população.

O sonho das mulheres agricultoras do Assentamento Roseli Nunes, as Abelhas Rainhas, como carinhosamente se autodenominavam, trilharam um caminho de empoderamento e saber. A semente da ideia germinou em um encontro casual, quando um grupo de mulheres, movidas por um desejo comum de transformar suas vidas e a comunidade, uniu forças.

Inicialmente, eram apenas algumas amigas que se reuniam para trocar receitas e dividir experiências. Mas, com o passar do tempo, o grupo foi crescendo, e o sonho de produzir alimentos saudáveis e orgânicos tomou forma.

O Programa REM MT apoiou financeiramente a construção da cozinha, e cada tijolo colocado, cada equipamento adquirido, representava um passo em direção à autonomia e à realização pessoal. A agroindústria está em fase final de preparação para iniciar suas atividades de panificação e processamento de frutas. Já foram adquiridos equipamentos essenciais como câmara fria, despolpadora, freezers e escovadeira, e a estrutura física, incluindo banheiros e cozinha, está quase finalizada. No entanto, alguns desafios ainda precisam ser superados, como a instalação elétrica e a obtenção de registros junto aos órgãos competentes.


1.


2.


3.

Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

1. Viveiro de Mudas de cupuaçu. Associação Regional de Produção Agroecológica – PA Roseli Nunes. Projeto Agroecologia Grupo a Grupo. Mirassol d´Oeste-MT.

2. Instalação da Agroindústria de polpas de frutas construída com apoio financeiro do Programa REM MT. Associação Regional de Produção Agroecológica – PA Roseli Nunes. Projeto Agroecologia Grupo a Grupo. Mirassol d´Oeste-MT.

3. Equipamentos adquiridos com apoio financeiro do Programa REM MT, para a agroindústria de polpas de frutas. Associação Regional de Produção Agroecológica – PA Roseli Nunes. Projeto Agroecologia Grupo a Grupo. Mirassol d´Oeste-MT.

4. Viveiro de plantas nativas e frutíferas. Associação Regional de Produção Agroecológica – PA Roseli Nunes. Projeto Agroecologia Grupo a Grupo. Mirassol d´Oeste-MT.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

4.

A troca de sementes, uma tradição ancestral, ganhou nova vida graças ao empenho de um grupo de agricultores do Assentamento Roseli Nunes. A iniciativa, apoiada por projetos como o Programa REM MT, possibilitou a realização de encontros em diversas regiões, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento de redes de agricultores. Graças a esses encontros, muitas sementes que estavam perdidas encontraram um novo lar, e a biodiversidade agrícola da região foi enriquecida.

Além da troca de sementes, os participantes também discutiram práticas agroecológicas, como a rotação de culturas e o uso de adubos orgânicos. A ideia era compartilhar conhecimento e experiências para promover uma agricultura mais sustentável e em harmonia com a natureza.

A construção de uma rede de comercialização entre os assentamentos representa um passo fundamental para fortalecer a economia solidária e garantir a sustentabilidade dos projetos produtivos. Os agricultores do Assentamento Roseli Nunes adquirem farinha de mandioca de comunidades quilombolas do Bioma Pantanal, como a de Mutuca, no município de Nossa Senhora do Livramento, e de grupos de mulheres, como o do Assentamento Margarida Alves e o das Amigas da Fronteira, em Corixinha. Esse processo demonstra o potencial para fortalecer os laços entre os grupos e criar uma cadeia produtiva mais justa e equitativa.

Ao adquirir os produtos dessas comunidades, os assentados estão contribuindo para o desenvolvimento econômico local e para a valorização da agricultura familiar. É fundamental fortalecer o diálogo entre os grupos envolvidos nessa rede de comercialização. Por meio da troca de experiências e conhecimentos, pode-se desenvolver produtos mais elaborados e agregar valor à produção. A proposta é criar uma marca comum que identifique os produtos da rede, fortalecendo sua identidade e facilitando a comercialização de seus produtos.

Ao colaborar para a formação dessa rede, o Programa REM MT apoia a criação de um sistema alimentar mais equitativo e sustentável, no qual os pequenos agricultores comercializam seus alimentos diretamente ao consumidor. Essa dinâmica elimina intermediários, assegura uma remuneração mais digna e fomenta tanto a valorização da diversidade cultural quanto a conservação socioambiental.

“Quando não tinha agroindústria as pessoas desanimaram para produzir. Agora tem a máquina de beneficiar arroz e já tem pessoas trazendo arroz. As pessoas estão animadas para plantar o caju, porque nós vamos ter umas despolpadeiras. Vamos fazer polpa de fruta! Antes, nós mandávamos a fruta lá para o CTA, muito longe, mas, agora, bem aqui, na Arpa, vamos produzir polpa de caju e acerola. Então, anima as pessoas a plantar!

Sanzio Batista Sardinha

“O Grupo de mulheres Abelha Rainha nasceu também para que os jovens tivessem interesse. Tivemos a oficina e tivemos algum apoio como as caixas de abelhas, equipamento como macacões. Então, estamos nesse desafio!

A gente vem incentivando os jovens a ficarem por aqui, trabalhar aqui e não irem embora para a cidade, porque a vida da gente passa; se hoje a gente está vivo, amanhã não sabe. E aí, quem vai continuar todo esse trabalho que está iniciando, que está caminhando? Então, nosso sonho é que esses jovens vão ficando, vão tendo firmeza aqui, para que eles continuem a história, continuem a luta e o trabalho, e que possam viver aqui.

Miraci Pereira Silva


6.13.

Regando as Margaridas: o Programa REM MT e a geração de renda junto a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP

O assentamento Margarida Alves, localizado nos municípios de Mirassol d'Oeste e Cáceres, sudoeste do estado de Mato Grosso, foi fundado em 1996 e é um exemplo de resistência e empoderamento feminino. Inspiradas na luta de Margarida Alves, liderança camponesa, sindicalista e defensora dos direitos humanos, que inspirou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, as mulheres do assentamento uniram-se para formar um grupo que leva seu nome, com o objetivo de valorizar a produção local e garantir a segurança alimentar de suas famílias.

A trajetória das Margaridas se entrelaça com a criação da Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP, criada em 2003, e registrada em 2009, que tem como objetivo fortalecer a produção, a comercialização e a defesa dos direitos das mulheres do campo.

Sede da Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol d´Oeste/MT.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

A ARPEP reúne mulheres agricultoras familiares dos assentamentos rurais da região, com foco em três agroindústrias de processamento de frutos nativos. A primeira está localizada no assentamento Facão/Furna São José, no vale da Serra do Facão, na Província Serrana, no município de Cáceres, e tem o cumbaru como principal produto. A segunda agroindústria, no assentamento Corixo, também em Cáceres, na fronteira Brasil–Bolívia, tem o pequi como principal fruto para comercialização. A terceira agroindústria está situada no assentamento Margarida Alves, cuja área territorial abrange os municípios de Mirassol d'Oeste e Cáceres, e se especializa no processamento do coco babaçu.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Pecuária bovina e ao fundo vegetação do Bioma Cerrado com destaque para os pés de babaçu compondo a paisagem. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol D´Oeste/MT.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Bioma Cerrado com destaque para o babaçu. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol D´Oeste/MT.

A ARPEP emergiu como um movimento de empoderamento e organização de mulheres rurais na região sudoeste do estado de Mato Grosso. Impulsionadas pela necessidade de diversificar a produção e garantir a segurança alimentar, essas mulheres iniciaram um processo de aprendizagem e organização, buscando alternativas ao agronegócio predominante na região. Através de projetos demonstrativos, aprenderam a manejar e beneficiar frutos do Cerrado como pequi, cumbaru e babaçu, transformando esses recursos naturais em fontes de renda e empoderamento.

A criação da ARPEP representou um marco importante nesse processo, unindo mulheres de diferentes comunidades em torno de objetivos comuns. A associação proporcionou um espaço de troca de experiências, fortalecimento da identidade e construção de uma economia solidária, baseada na valorização dos produtos locais e na sustentabilidade ambiental.

Ao transformar os frutos do Cerrado em produtos alimentícios, as mulheres não apenas geraram renda para suas famílias, como também contribuíram para a valorização da cultura local e a conservação do bioma Pantanal. Na associação, as mulheres contribuem para aumentar a renda da família através da produção de artigos derivados dos frutos nativos do Cerrado (pequi, cumbaru e babaçu), tais como biscoitos, pães, óleo, farinha (mesocarpo), licor, castanha torrada, bombom etc.

O Programa REM MT desempenhou um papel fundamental junto à ARPEP e ao Grupo das Margaridas, oferecendo apoio e recursos para que as mulheres pudessem construir suas próprias trajetórias. Assim, esse grupo de mulheres encontrou no babaçu, palmeira abundante na região, uma oportunidade de transformar suas vidas e fortalecer suas comunidades. Impulsionadas por oficinas de capacitação e inspiradas por outras mulheres produtoras, iniciaram uma jornada de empoderamento e desenvolvimento sustentável.



Etapas para abrir o babaçu de forma artesanal, utilizando um machado preso a um suporte, a extração do mesocarpo para fazer farinha e o coco interno para extrair seu óleo. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal - ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves - Mirassol D´Oeste/MT.

Oficinas sobre plantas medicinais e beneficiamento do coco do babaçu, realizadas em 2004, despertaram nas mulheres do assentamento um olhar mais atento para o potencial do babaçu. A troca de experiências e a visita com apoio financeiro do REM MT em comunidades do estado do Maranhão que trabalham com o babaçu foram fundamentais para que elas compreendessem a importância da organização e da produção em grupo. A partir daí, as mulheres passaram a explorar as diversas possibilidades de utilização do coco do babaçu, como a produção de farinha, óleo e outros derivados.



A coleta é realizada manualmente, nos babaçuais dentro do Assentamento, onde são selecionados os cocos maduros e de melhor qualidade. Em seguida, realizam todo o processo de beneficiamento manualmente. Os frutos são quebrados, a polpa é separada e transformada em farinha, óleo e outros produtos. Esse processo artesanal garante a qualidade e a autenticidade dos produtos, além de fortalecer os laços entre as mulheres e preservar o conhecimento tradicional.



A farinha de babaçu, rica em nutrientes, é um ingrediente fundamental na produção de diversos alimentos, como pães, bolos e bolachas. Além de ser uma fonte de renda para as famílias, a produção de alimentos saudáveis contribui para a segurança alimentar da comunidade e fortalece os laços entre as mulheres. Cada etapa do processo, desde a coleta dos frutos até a finalização dos produtos, é marcada pela tradição e pelo conhecimento transmitido de geração em geração.

A extração do babaçu, quando realizada de forma sustentável, pode contribuir para a conservação do meio ambiente. No entanto, é importante destacar que a exploração descontrolada pode levar à degradação dos babaçuais e à perda da biodiversidade. A expansão da monocultura e o uso indiscriminado de agrotóxicos representam uma grave ameaça à sobrevivência do babaçu na região.



O desmatamento e a substituição do babaçu por culturas como a cana-de-açúcar têm levado à perda de habitat e à diminuição da biodiversidade. A extinção do babaçu traz consequências significativas para a comunidade, como a redução da renda das famílias que dependem da coleta e do beneficiamento dos frutos. Além disso, a degradação do solo e a contaminação dos recursos hídricos comprometem a qualidade de vida da população.

As mulheres do grupo das Margaridas desenvolvem suas atividades de forma a garantir a sustentabilidade do recurso natural, realizando a coleta de forma seletiva e evitando a exploração de áreas de regeneração. Além disso, o Programa REM MT incentiva a adoção de práticas sustentáveis, como a rotação de culturas e a utilização de técnicas de manejo adequadas.

A crescente manufatura de produtos à base de babaçu exigia um espaço adequado para o beneficiamento. Com o apoio do Programa REM MT, as mulheres do grupo das Margaridas conseguiram reformar a unidade de processamento do babaçu e adquirir equipamentos modernos para a fabricação da farinha de babaçu e derivados como pães e bolachas. Essa conquista representou um marco importante na trajetória do grupo, pois permitiu aumentar a produção, melhorar a qualidade dos produtos e gerar mais renda para as famílias.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Equipamentos adquiridos com apoio financeiro do Programa REM MT para a agroindústria de pães e biscoitos de farinha de babaçu. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol d´Oeste/MT.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

3.

1. Rita Júlia de Souza Zocal, mostrando equipamento adquirido com apoio financeiro do Programa REM MT para a agroindústria de pães e biscoitos de farinha de babaçu. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol d´Oeste/MT.

2. Rosangela Moraes da Silva e Sueli Moreira dos Santos. Na cozinha utilizada para fabricar produtos a base de babaçu. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol d´Oeste/MT.

3. Rita Júlia de Souza Zocal, Maria de Fátima M. de P. da Silva, Maria de Fátima, Vilma Barbosa Paixão e Lusia Ramos de Lacerda. Mostrando equipamentos adquiridos com apoio financeiro do Programa REM MT para a agroindústria de pães e biscoitos de farinha de babaçu. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol D´Oeste/MT.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Castanha do babaçu, mesocarpo, óleo e farinha de babaçu. Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP. Projeto: Mulheres Gerando Renda com os Babaçuais. Assentamento Margarida Alves – Mirassol d´Oeste/MT.

Pelo Programa REM MT, o grupo das Margaridas transformou sua sede e a agroindústria em um espaço de encontro e trabalho que fortaleceu os laços entre as mulheres. Além disso, o programa ofereceu capacitação e apoio técnico, o que foi essencial para o desenvolvimento das atividades.

Ao transformar o babaçu em fonte de renda e em símbolo de empoderamento, às mulheres do assentamento Margarida Alves demonstraram que é possível conciliar a produção de alimentos saudáveis com a conservação do meio ambiente e a promoção da justiça social. A história do grupo das Margaridas é um convite à reflexão sobre a importância de fortalecer as iniciativas de agricultura familiar e de valorizar o trabalho das mulheres do campo.

A participação no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi fundamental para garantir um mercado para os produtos das mulheres do Grupo Margaridas. Por meio dele, os produtos à base de babaçu passaram a integrar a merenda escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade nutricional das crianças e para a geração de renda para as famílias dos agricultores.

A produção de alimentos à base de babaçu se tornou a principal atividade do grupo. A construção da unidade de processamento permitiu aumentar a produção e a qualidade dos produtos, que passaram a ser comercializados em larga escala.

O Programa REM MT ainda contribuiu para a divulgação dos produtos do grupo e para a comercialização. Essa parceria tem sido fundamental para garantir a geração de renda para as famílias, fortalecer a economia local e promover a valorização da produção familiar.

> Aqui a gente faz assim: se eu tenho ovos em casa, eu trago; se a outra Margarida tem leite, ela traz; e assim juntamos tudo. Isso não é cobrado no preço, porque nós produzimos. A gente só cobra o que vem da cidade, tipo sal, amoníaco e açúcar, que a gente não produz aqui. Então, o preço do pão e da bolacha de babaçu fica assim: o que é comprado e o nosso trabalho.

Rita Júlia de Souza Zocal

> O povo derrubou muito o babaçu, botou máquina, essa máquina de desmatar, arrancar os babaçu. Então, não é todos os sítios que têm um pouco de babaçu, tem que cuidar muito, se não acaba.

Sueli Moreira dos Santos

> O que ficou de bom do Programa REM MT foram as máquinas. Hoje, com menos tempo, produzimos bastante e temos metade do trabalho! Agora, as máquinas fazem quase tudo; a gente só assa as bolachas. Antes, tínhamos que acordar de madrugada, às 5 horas da manhã, e trabalhar até 5 horas da tarde, o que era muito cansativo. Mas agora, terminamos mais cedo, menos cansadas, e ainda conseguimos fazer outras coisas.

Maria de Fátima da Silva

Com o apoio do Programa REM MT, as Margaridas receberam capacitação sobre cadeia de valor. Assim, a cadeia produtiva foi analisada, desde a aquisição da matéria-prima até a entrega final. Foi realizada uma estimativa detalhada dos custos envolvidos em cada etapa do processo. Dessa forma, a associação aprimorou sua estrutura de custos de produção, distribuição e comercialização, o que auxilia na estabilidade financeira.

Todavia, um dos principais desafios do Grupo das Margaridas é a dificuldade de acesso aos mercados. A concorrência com produtos industrializados, muitas vezes mais baratos e com maior poder de marketing, é um obstáculo significativo para a comercialização dos produtos artesanais. Além disso, a distância dos centros consumidores dificulta a distribuição dos produtos.

As mudanças climáticas também representam uma ameaça para a produção do babaçu. A alteração dos padrões climáticos, com períodos de seca mais prolongados e chuvas mais intensas, afeta a produção dos frutos e a qualidade da matéria-prima. A diminuição da disponibilidade de água e a ocorrência de pragas e doenças também comprometem a produção.

Para superar os desafios e garantir a sustentabilidade da atividade, algumas ações fazem parte da pauta de discussões do grupo das Margaridas, como: inserir mulheres jovens no grupo para promover a formação de lideranças; explorar novas formas de utilização do babaçu, como a produção de cosméticos e outros produtos de maior valor agregado; desenvolver uma marca forte para os produtos do grupo, associando-a à qualidade, tradição e sustentabilidade; aprimorar os sistemas de comercialização por meio de parcerias com feiras de produtos orgânicos, lojas de produtos naturais e restaurantes, além de explorar as vendas online; e implementar práticas de manejo sustentável dos babaçuais.

Além da produção de alimentos, o grupo das Margaridas também investe na produção de mudas de árvores frutíferas e nativas, contribuindo para a recuperação de áreas degradadas e a promoção da biodiversidade. O viveiro construído com o apoio do REM MT permite a produção de mudas de alta qualidade, que são distribuídas para os agricultores da comunidade.





6.14.



Energia solar, formação técnica e educação ambiental: a atuação do Programa REM MT na Terra Indígena Bakairi

Integra a cultura Bakairi o ato de plantar o algodão, em novembro e dezembro; junho e julho já florescem e já está na hora de fiar e tecer redes. Para a mulher Bakairi, seu valor corresponde à sua habilidade de tecer sozinha uma rede, faz parte da educação, do ser mulher Bakairi, da sua identidade. Para elas, trabalhar no cultivo do algodão é um processo simples: plantar, capinar, esperar florescer e, depois que os cachos brancos surgem, colher, secar e tecer. A confecção de uma rede exige habilidade, paciência e tempo, sendo transmitida de geração em geração pelas mulheres Bakairi.

O algodão deve ser limpo, retirados os carocinhos. Depois, pega-se a pluma, e, com as mãos, com batidinhas, faz-se uma espécie de fio e se coloca no fuso, que pode ser de tucum e sua rodilha de casca de tracajá ou madeira, e inicia o processo até ficar uma bola com os fios de um tamanho considerável para iniciar a tecer.

Durante a colheita do algodão, antes de começar a catar os caroços, algumas mulheres se benzem e fazem uma oração à camucho, uma aranha mitológica considerada como dona do algodão, pedindo suas bênçãos para obter êxito na colheita. Para elas, tudo que existe na natureza tem dono e o dono do algodão é camucho, é ela que tem a tarefa de tecer na natureza, assim quando se vai trabalhar com algodão, pedem à camucho ajuda para a habilidade de colher e rapidez na hora de fiar.

A rede de dormir Bakairi, além de um objeto de utilidade, representa um rico patrimônio cultural e um símbolo de identidade para o povo Bakairi. Sua confecção, restrita ao universo feminino, transcende a mera tecelagem, constituindo um processo educativo que perpetua tradições e saberes ancestrais. Dessa forma, desempenha um papel central nos ritos de passagem, especialmente no casamento, unindo os noivos em um laço simbólico. Historicamente, a rede também era utilizada em rituais funerários, evidenciando sua profunda conexão com o ciclo da vida e da morte.

A participação masculina no processo produtivo do algodão, matéria-prima das redes, é fundamental. Os homens preparam a terra para o cultivo, garantindo a sustentabilidade da produção. No entanto, é nas mãos das mulheres que o algodão se transforma em fios e, posteriormente, em redes, perpetuando o conhecimento tradicional e fortalecendo a identidade feminina Bakairi.

FASES DO PROCESSO DE TECELAGEM DE UMA REDE BAKAIRI





1.

Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Nesse universo mítico, a T.I. Bakairi, localizada nos municípios de Paranatinga e Planalto da Serra, vive aproximadamente 700 pessoas, divididas em 11 aldeias, denominadas: Akiêty, Alto Ramalho, Aturua, Cabeceira do Azul, Iahodo, Kaiahoalo, Kuiakware, Paikum, Pakuera, Sawôpa e Ximbua.

A expansão da fronteira agrícola, especialmente a partir da década de 1960, gerou conflitos por terra entre os povos indígenas e os não indígenas. A pressão sobre as terras indígenas levou à fragmentação dos territórios e à perda de áreas importantes para a subsistência das comunidades. A presença de não indígenas nas áreas vizinhas e a influência de seus modos de produção levaram à introdução de novas culturas e práticas agrícolas, muitas vezes em detrimento das práticas tradicionais. Assim, o cultivo do algodão deixou de ser prioridade e as terras passaram a ser utilizadas para pecuária.

A criação de gado entre os Bakairi, iniciada no período colonial, transformou-se em uma atividade fundamental para a subsistência da comunidade. Inicialmente, a necessidade de fornecer carne para as comitivas de pacificação impulsionou a adoção dessa prática, que se adaptou às condições do Bioma Cerrado. No entanto, a transição da caça para a criação extensiva trouxe consigo novos desafios. A falta de infraestrutura, a escassez de água e a competição das pastagens com outras atividades produtivas, como a agricultura, comprometem a sustentabilidade do sistema.

Com o passar do tempo, a dieta dos Bakairi sofreu profundas transformações. A carne bovina, antes desconhecida, tornou-se um alimento essencial, substituindo a caça, que se tornou cada vez mais escassa devido à expansão das lavouras monocultoras e do desmatamento nas áreas que circundam a Terra Indígena. Essa mudança nos hábitos alimentares, embora necessária para a sobrevivência, gerou um distanciamento das tradições ancestrais.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

1. Placa de boas-vindas a terra Indígena Bakairi em Paranatinga-MT. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.

2. Área vizinha a TI Bakairi sem a vegetação nativa e sendo preparada para o cultivo do algodão em grande escala.TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.

A organização social da comunidade também se transformou, com a transição de um sistema coletivo de práticas agropecuárias para um sistema individualizado, gerando conflitos por terra e fragilizando os laços comunitários. Atualmente, os Bakairi buscam conciliar as tradições com as novas demandas, buscando alternativas para garantir a sustentabilidade da produção e a preservação de sua cultura.

O gado é criado no Cerrado, um bioma caracterizado por vegetação esparsa e solos ácidos, o que exige adaptações específicas na gestão dos pastos. A produção de gado é voltada principalmente para o consumo próprio da comunidade, com pouca comercialização, e é complementada por outras atividades como a agricultura, a pesca e a coleta de produtos florestais.

A expansão da fronteira agrícola e a intensificação da pecuária representam uma ameaça à biodiversidade e aos recursos hídricos da região. Os eventos climáticos extremos, como secas e enchentes, afetam a produção agrícola e a disponibilidade de água para os animais. A falta de infraestrutura e a concorrência com grandes produtores dificultam a comercialização dos produtos dos Bakairi.

A agricultura praticada na terra indígena Bakairi vem se transformando. Inicialmente, o cultivo de arroz era coletivo e em grande escala, mas, com o tempo, a produção se tornou mais individualizada e voltada para o consumo próprio. A produção de arroz, que no passado era abundante e coletiva, diminuiu significativamente. A tendência à individualização da produção, com cada família cultivando sua própria roça, contrasta com o modelo anterior de produção coletiva.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Criação de gado na aldeia Aldeia Kuiakware. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.

A expansão da criação de gado levou à formação de novas aldeias, com as famílias se dispersando em busca de terras para pastagem. Essa mudança na organização espacial da comunidade teve um impacto significativo na dinâmica social e na forma de produção. A comunidade enfrenta dificuldades para comercializar seus produtos, como a mandioca, devido à concorrência com grandes produtores e à exigência dos supermercados por um fornecimento contínuo e em grande escala. A inserção da produção indígena no mercado formal exige a superação de diversos obstáculos, como a falta de infraestrutura, a baixa capacidade de negociação e a exigência de padrões de qualidade muitas vezes difíceis de atender.

As transformações na agricultura da comunidade Bakairi refletem um processo histórico mais amplo de contato e interação entre os povos indígenas e a sociedade não indígena. A introdução de novas culturas e técnicas agrícolas, a pressão sobre as terras indígenas e as mudanças nas relações de produção foram fatores que moldaram a forma como os Bakairi manejam o ambiente natural na atualidade.

Nesse universo o Programa REM MT contribuiu com a qualidade de vida das famílias e lançou a semente da utilização de energia limpa através da instalação de placas solares e da capacitação de membros da comunidade para atuarem como técnicos instalando e dando manutenção aos equipamentos. Dessa forma, o Programa REM MT contribuiu para obter energia a custo baixo e suprir as interrupções de energia da rede elétrica.

O projeto Tapaguia Aldeia Limpa, Povo Saudável, financiado pelo Programa REM MT, contemplou a realização de oficinas e palestras na escola, demonstrando o compromisso com a educação ambiental e a sensibilização da comunidade para a importância da coleta e a deposição de resíduos.

Na aldeia Cabeceira do Azul, fundada em 1985 por um grupo de indígenas que retornou à sua terra ancestral após um período de trabalho em fazendas da região como peões, vaqueiros e empregadas domésticas, o Programa REM MT apoiou a Associação Tapaguia, que tem um sistema de gestão participativo. Nele, as mulheres possuem igualdade de voz e voto nas decisões comunitárias, diferenciando-se das demais aldeias da região. O apoio se deu por meio da construção de pilares para erguer uma caixa d'água e da construção de um barracão multiuso, indicando investimentos em infraestrutura básica.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Associação Tapaguia. Da esquerda para a direita: Benedito Hipolito Periro, Carmem Htavalo, Sidnei Saues Pakuare, Mateus Simões Rodrigues, Jorge Iagunuma Pereira. Aldeia Cabeceira do Azul. T/I Bakairi – Paranatinga-MT. ProjetoTapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

O barracão multiuso servirá como espaço para diversas atividades da comunidade, como reuniões, missas e eventos culturais. A experiência da fundadora e da comunidade com a criação e gestão da associação representa um processo de aprendizado e desenvolvimento de novas capacidades. O processo de elevação da caixa d'água garantiu que a água chegasse às moradias mais distantes, pois aumentou a pressão sobre a água armazenada, aspecto essencial para que ela flua com força suficiente para chegar a todos os pontos de consumo.

A aldeia Pakuera também é conhecida como "Aldeia Central", pois é a base de todas as aldeias existentes. Nessa aldeia estão casas de alvenaria pertencentes ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), instituído pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, órgão governamental brasileiro que tinha como principal objetivo garantir a segurança e o bem-estar dos povos indígenas. Para isso, se propunha a defender seus direitos e territórios, oferecer assistência médica, alimentar, educar e integrar os indígenas à sociedade nacional, incentivando a adoção de costumes e valores não indígenas.

Na Aldeia Central estão as escolas de ensino fundamental e médio, o Polo Base de Saúde Indígena Bakairi e uma casa de Kado Ety, conhecida como casa dos homens, cujo acesso é proibido às mulheres. Nela ocorrem os rituais sagrados e as reuniões para tomada de decisões.

1. Caixa d'água instalada com apoio do Programa REM MT. Aldeia Cabeceira do Azul. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projeto Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável

.

2. Construção abandonada da época do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável

3. Máquina antiga da época do SPI, próxima a margem do Rio Pakuera. Aldeia Cabeceira do Azul. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.

4. Casa dos Homens coberta de palha. Ao fundo, casa de tijolos, evidenciando o confronto entre as culturas indígenas e não indígenas. Aldeia Pakuera. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.

Hoje em dia nossa vida depende da criação de gado para ter carne porque não tem mais caça! Os meus avós nem gostavam muito da carne de vaca. É porque eles achavam que a carne tinha um cheiro forte! O leite também! Eles pensavam que leite tinha cheiro de urina e não tomavam! mas com o passar do tempo começaram a consumir. Hoje não existe mais carne de caça, nem animal para caçar tem mais!

Darlene Taukane

O legado do REM para mim foi o curso para os alunos, porque a gente tem que educar as crianças desde pequenas! Fizemos o projeto Aldeia Limpa e muitos professores foram voluntários, só alguns contratados. Então você tem uma rede de parceiros aqui dentro para poder executar o projeto. Acho que é isso, então, o maior legado do REM são as pessoas juntas.

Sidney Sales Pakuera

A energia que a gente tem aqui é 110 volts. Então quando vem chuva ou ventania forte, a gente fica por um por um bom tempo sem energia. A nossa preocupação é com os remédios e as vacinas que têm que ficar na geladeira e precisam ter energia. Com a placa solar adquirida por meio do REM não corremos o risco de ficar sem energia e estragar os medicamentos no posto de saúde.

Jorge Iagunuma Pereira



1.

Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



No Polo Base de Saúde Indígena Bakairi, foi instalada pelo Programa REM MT uma placa solar que garante a refrigeração de medicamentos e vacinas. Isso contribuiu para a melhoria do atendimento à saúde na comunidade, proporcionando maior autonomia energética, reduzindo a dependência de fontes externas e garantindo o acesso à energia em emergências.



Também na aldeia Kuiakware, fundada em 2006, foram instaladas placas solares. A história da aldeia está relacionada a família Taukane. que já residia no local e trabalhava em uma pequena lavoura. Em 2004, durante uma reunião da Assembleia Geral da Associação Kura Bakairi (AKURAB), eles manifestaram à comunidade Pakuera e às demais aldeias seu desejo de transformar a lavoura em que trabalhavam numa aldeia, pois estariam mais próximos de seu local de trabalho e porque lá já existiam três casas.



É na aldeia Kuiakware que foi fundado o Instituto Yukamaniru, que conta com a participação majoritária de mulheres da comunidade. A criação do Instituto representa um marco importante na história da aldeia, fortalecendo a organização social e promovendo a autonomia das mulheres Bakairi. A comunidade Kuiakware se destaca pela igualdade de gênero nas decisões coletivas, desafiando os padrões tradicionais de liderança Bakairi. O papel das mulheres do Instituto Yukamaniru na tomada de decisões comunitárias é inusitado no contexto do povo Bakairi. Sua autonomia e influência são resultado de fatores como a participação em atividades remuneradas e um nível de escolaridade superior ao dos homens.

Na Aldeia Kuiakware, o projeto inicial, apoiado pelo Programa REM MT, previa a instalação de placas solares no telhado das casas para gerar energia para diversos equipamentos. No entanto, a instalação final foi adaptada para atender apenas à necessidade de bombear água. A escolha do local para a instalação das placas solares foi influenciada pela incidência solar. A posição das casas em relação ao sol não permitia uma captação eficiente de energia durante todo o dia.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

2.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

4.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

5.

1. O casal Edina Sales Apayga e Agnaldo Rondon Kagapi (cacique da Aldeia Aki-Ety), Ao fundo a Casa dos Homens. Aldeia Aki-Ety. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.

2. Placas solares instaladas pelo Programa REM MT no Polo Base de Saúde Indígena Bakairi. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projeto: Escola
Oficina Solar

3. Remédios e vacinas na geladeira do Polo Base de Saúde Indígena Bakairi, com energia gerada também pelas placas solares. TI Bakairi – Paranatinga-MT.

4. Advaldo Rivar Kassare Iorope, funcionário do Polo Base de Saúde Indígena Bakairi, atrás dele as placas solares instaladas pelo Programa REM MT. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projeto Escola Oficina Solar

.

5. Curso de capacitação para a construção e manutenção das placas solares realizado pelo IFMT em parceria com I9SOL, o Instituto Yukamaniru e financiado pelo Programa REM MT. Projetos: Escola Oficina Solar.

A comunidade, em diálogo com os técnicos do projeto, optou por priorizar o acesso à água potável, um recurso essencial para a vida e para a manutenção de suas tradições culturais. A escolha do local para a instalação das placas solares foi cuidadosamente planejada, visando minimizar o impacto ambiental e garantir a máxima eficiência do sistema, em harmonia com o entorno natural da aldeia.

Durante a pandemia, o Programa REM MT atendeu, através de um projeto emergencial, a Aldeia Aki-Ety, com a aquisição de um trator compartilhado entre as onze aldeias da região.

A comunidade utiliza o trator principalmente para atividades como a limpeza de áreas para construção e a preparação de pequenas roças. A aquisição do trator representou um avanço para a comunidade, facilitando a realização de diversas tarefas e aumentando a produtividade. No entanto, a falta de implementos agrícolas e a necessidade de manutenção são obstáculos que precisam ser superados para que o trator possa ser utilizado de forma mais eficiente.

O legado do Programa REM MT para os jovens da Terra Indígena Bakairi se ilustra na oferta de cursos e palestras no âmbito do Projeto Tapaguia Aldeia Limpa, Povo Saudável. Tais eventos envolveram alunos de diferentes níveis de ensino, demonstrando o compromisso do REM MT com a educação e o desenvolvimento humano da comunidade. A participação de professores voluntários e a união da comunidade em torno dos projetos comprovam o fortalecimento do tecido social e da capacidade de organização dos envolvidos. Ao investir em infraestrutura, educação e fortalecimento comunitário, o programa contribuiu para a construção de um futuro mais promissor para a comunidade Bakairi.

A rede de parcerias estabelecida para a execução dos projetos evidencia a importância da colaboração entre diferentes atores para o sucesso das iniciativas. A vinculação da energia solar à coleta de resíduos por meio do Projeto Tapaguia Aldeia Limpa, Povo Saudável demonstra a possibilidade de integrar diferentes projetos e gerar benefícios multiplicadores para a comunidade. Todavia, a implantação de sistemas de energia solar em aldeias indígenas ainda apresenta desafios, como a necessidade de manutenção e a adaptação às condições locais. Por outro lado, essa tecnologia oferece oportunidades para o desenvolvimento de atividades econômicas e a melhoria da qualidade de vida da população.







Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

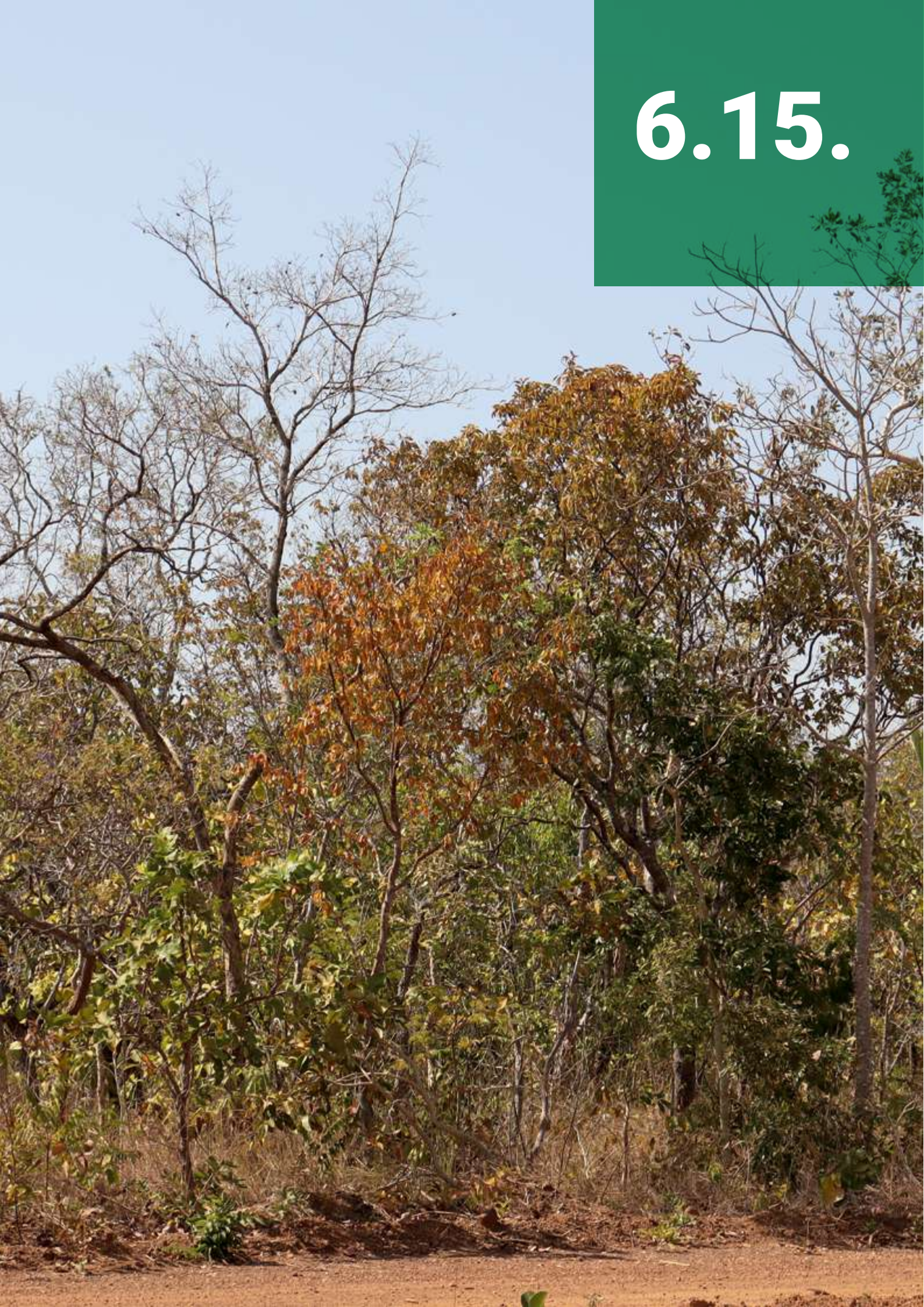
Roça de banana. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Roça de mandioca. TI Bakairi – Paranatinga-MT. Projetos: Escola Oficina Solar e Tapaguia: Aldeia Limpa, povo saudável.

6.15.



Sob a sombra do Cerrado e na borda do Pantanal: o Programa REM MT, o Muxirum e a Resiliência Quilombola

A paisagem na Comunidade Quilombola Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento, tem características de Cerrado, com suas árvores retorcidas adaptadas às condições climáticas extremas, com longos períodos de seca, todavia, ela está localizada na borda do Bioma Pantanal.

Fundado há cerca de 134 anos, o Quilombo Mata Cavalo representa um caso singular de comunidade remanescente de quilombo. Originário de uma doação de terras provenientes da Sesmaria Boa Vida, o quilombo foi constituído por um grupo de pessoas que, outrora escravizados, receberam como herança parte das propriedades de seus antigos senhores.

Essa característica peculiar distingue o Mata Cavalo dos tradicionais conceitos de quilombo associados a refúgios de escravos fugidos. A ocupação pacífica da terra, nesse caso, encontra sua justificativa na existência de um ato formal de doação, transmitido de geração em geração e comprovado por documentos históricos. A herança, portanto, configura-se como um elemento central na identidade e na história da comunidade, estabelecendo um vínculo indelével com o território e com os antepassados.

Mata Cavalo é composta pelas comunidades quilombolas do Aguassú, Ourinhos/Ponte da Estiva, Mata Cavalo de Baixo, Mata Cavalo de Cima, Mutuca e Capim Verde, cada uma com sua própria associação. Essas comunidades formaram a Associação Sesmaria Boa Vida – Quilombo Mata Cavalo (“associação mãe”) para representá-las junto aos órgãos públicos e para receber o Título de Domínio da área. Em Mata Cavalo, também existe a comunidade Gleba União, formada por famílias de Sem Terras, e a comunidade do Aguassú, composta por Sem Terras e quilombolas.

A territorialidade negra é marcada por práticas tradicionais que moldam o modo de vida de comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos. Entre essas práticas, destacam-se a agricultura e o trabalho coletivo, conhecido como mutirão.

A agricultura, caracterizada pela produção de alimentos destinados ao consumo próprio da família, reflete uma relação estreita com a terra e um profundo conhecimento dos ciclos naturais. Essa prática, além de garantir a segurança alimentar, fortalece os laços comunitários e preserva saberes ancestrais.

O mutirão, por sua vez, representa uma forma de organização do trabalho baseada na cooperação mútua. Nesse sistema, os membros da comunidade se unem para realizar tarefas que demandam grande esforço físico, como a construção de casas, o manejo das roças de terrenos e a colheita, pautados na solidariedade e na divisão equitativa das tarefas.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Vegetação do Bioma Cerrado no período seco. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.

As práticas de troca de dias ("demão") e mutirão ("muxirum") são fundamentais para a organização social e produtiva das famílias quilombolas do Mata Cavalo. Por meio dessas formas de cooperação, a comunidade mobiliza a força de trabalho necessária para realizar as diversas atividades agrícolas, construções e reparos, além de fortalecer os laços sociais e a solidariedade entre os moradores.

A participação nos mutirões é considerada um dever de todos os membros da comunidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a coesão social. Embora a participação das mulheres nesses momentos seja menos frequente, elas desempenham um papel fundamental na preparação dos alimentos para os trabalhadores, contribuindo para o sucesso dessas iniciativas.

A troca de dias e o mutirão são adaptados às necessidades de cada família e às características de cada cultivo. Para atividades que exigem grande quantidade de mão de obra em curto período, como a colheita do arroz, a mobilização de vizinhos e parentes através da troca de dias é fundamental. A organização de grupos informais de troca de dias, compostos por vizinhos e parentes, facilita a organização do trabalho e promove a reciprocidade entre as famílias. No entanto, a demanda por mão de obra pode superar a capacidade desses grupos, exigindo a busca por outras formas de cooperação ou a contratação de trabalhadores externos.

O Quilombo Mata Cavalo, apesar de ter sido objeto de uma doação de terras, vivenciou um processo histórico marcado pela constante ameaça à sua territorialidade. A localização estratégica da comunidade, às margens da BR-060, a tornou alvo de especuladores e grileiros, que vislumbraram no território uma oportunidade de lucro. A ausência de demarcação formal das terras facilitou a invasão e a expropriação de suas propriedades.

No entanto, a resistência dos quilombolas de Mata Cavalo nunca cessou. Muitas famílias permaneceram em suas terras, enfrentando um cotidiano marcado pela violência e pela insegurança. A luta pela terra tornou-se uma constante na vida da comunidade, que buscava resguardar sua história, sua cultura e seu modo de vida tradicional.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a inclusão do direito à terra dos quilombolas representaram um marco importante nessa luta. A partir de então, a comunidade passou a ter um amparo legal para reivindicar seus direitos territoriais.

À medida que o estado de Mato Grosso e a legislação nacional avançavam no reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas, a violência contra a comunidade de Mata Cavalo se intensificou. A abertura do processo administrativo de reconhecimento e titulação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA desencadeou uma série de reações por parte de proprietários de terras que se consideravam detentores de direitos sobre áreas inseridas no perímetro do quilombo.

A Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca MT – ACORQUIRIM foi fundada em 25 de julho de 1997, entidade sem fins lucrativos, que representa os interesses da comunidade local e surgiu da necessidade de garantir a segurança territorial e a autonomia da comunidade, para o enfrentamento das ameaças de expropriação das suas terras.

O sucesso do projeto Muxirum Quilombola é fruto direto da liderança da associação, que sensibilizou 17 comunidades, aliado ao impacto das ações do Programa REM MT. Através do financiamento de 50 oficinas, essas ações integradas impulsionaram a troca de sementes crioulas, a criação de quintais produtivos, a realização de encontros de mulheres e o fortalecimento do mutirão, resgatando essa importante tradição local.

As comunidades receberam capacitações em diversas áreas e foram equipadas com ferramentas para o desenvolvimento de suas atividades. O projeto fortaleceu a produção de alimentos, a organização comunitária e a identidade cultural.

A comunidade do Mata Cavalo apresenta uma organização espacial peculiar, caracterizada pela ausência de cercas divisórias entre as propriedades. Embora as casas, quintais e roças sejam considerados espaços privados de cada família, a terra é utilizada de forma coletiva e sustentável.

O sistema de cultivo adotado baseia-se em um rodízio de áreas, onde cada família cultiva sua própria roça por um período de 3 a 6 anos. Após esse período, a área é deixada em pousio, geralmente com lavoura velha de banana ou mandioca, permitindo a recuperação natural do solo e restaurando sua fertilidade e estrutura física.

As famílias quilombolas de Mata Cavalo demonstram uma diversidade em suas práticas agrícolas, adaptando-se às condições locais e às necessidades da comunidade. A agricultura itinerante, também conhecida como roça de toco, também é uma técnica tradicionalmente utilizada, que consiste no cultivo em áreas de floresta recentemente derrubada e queimada.

A área da comunidade do Mutuca, em sua maior parte coberta por cerrado e campo, apresenta uma complexa dinâmica ambiental marcada pela coexistência de áreas de cultivo, pastagens e áreas degradadas pelo garimpo de ouro que já foi praticado na região. A fertilidade naturalmente baixa de grande parte do território impulsiona os moradores a concentrarem suas atividades agrícolas nas margens dos cursos d'água, onde o solo é mais fértil.

A rotação de culturas é uma prática comum, com a intercalação de cultivos perenes, como banana da terra, cana de açúcar e mandioca, com cultivos anuais, como arroz, milho e diversos tipos de legumes. Essa estratégia visa otimizar a utilização da terra, garantir a fertilidade do solo e diversificar a produção.

A produção agrícola destina-se tanto ao consumo familiar quanto à comercialização. Para o consumo próprio, as famílias cultivam uma variedade de alimentos, como arroz, milho, mandioca, feijão, verduras e legumes como quiabo, jiló e chuchu. A escolha desses cultivos está relacionada a fatores como a adaptação às condições climáticas locais, a resistência a pragas e doenças e as preferências alimentares da comunidade.



2.

Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



3.



4.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

1. Germano Ferreira de Jesus. Milho macho e milho fêmea. Conhecimento ancestral. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.

2. e 3. Veículos adquiridos com apoio financeiro do Programa REM MT. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.

4. Área central da Comunidade Mata Cavalo, estrutura construída por meio do muxirum. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM -Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola

5. Milho. Associação da Comunidade negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca (ACORQUIRIM) – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.

A comunidade do Mutuca, apesar da produção agrícola, enfrenta desafios significativos na comercialização de seus produtos. A dependência de atravessadores, que utilizam caminhões e caminhonetes para adquirir os produtos diretamente nas comunidades e vendê-los em centros urbanos como Cuiabá e Várzea Grande, caracteriza uma dinâmica comercial desfavorável aos agricultores quilombolas, que acabam vendendo seus produtos com preços baixos e com pouca margem de lucro.

O perfil socioeconômico dos quilombolas é marcado pela predominância de aposentados, especialmente entre as mulheres. Diante desse cenário, os investimentos do Programa REM MT foram fundamentais para a subsistência e a manutenção do vínculo com a terra.

A realidade da comunidade revela um cenário complexo, no qual os quilombolas, apesar de terem recebido investimentos e equipamentos por meio do Programa REM MT, enfrentam desafios significativos relacionados à infraestrutura, à seca e à sustentabilidade das atividades produtivas.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Sede da agroindústria da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/ MT. Projeto: Muxirum Quilombola.



Fotografia: Fernanda Cristina Ferreira Fidelis.

Iolanda Ferreira da Silva mostrando um equipamento adquirido para a agroindústria com apoio financeiro do Programa REM MT. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.

Nunca esqueço nossa comunidade. Entre 134 comunidades, foi a única dentro do estado de Mato Grosso que teve o projeto aprovado na primeira fase do Programa REM MT. Mas nosso projeto não beneficiou somente a nossa comunidade, trabalhamos com 17 comunidades, encerramos o projeto com 506 famílias beneficiadas. Por isso, a nossa associação é de grande valia para nós.

A gente fazia a capacitação, depois fazia o muxirum. A gente saía com o mutirão para não deixar acabar, que é uma tradição muito antiga. Então, a gente não quer que isso acabe. Tanto é que teve capacitação também para os jovens. O jovem foi capacitado para estar na coleta de dados também, sempre conosco dentro do projeto, nessas reuniões que a gente teve nas 17 comunidades para que o muxirum continue.

Iolanda Ferreira

A falta de chuva para nós está sendo tão difícil que os córregos, que nunca secaram, estão secando nos últimos dois anos! E hoje não podemos fazer roça, porque não temos água. Até poços feitos a 50 metros já estão secando! O homem está agindo na natureza, destruindo muito dela. Se chove lá de cima, ele não tem árvores para evaporar a água de volta para cima e para baixo, então não vai chover. É a escassez, e a tendência é piorar. Daqui para frente, penso eu, que nos próximos 10, 15 anos, a chuva vai diminuir ainda mais.

Germano Ferreira de Jesus

Entre as dificuldades, a falta de energia trifásica impede a instalação dos equipamentos adquiridos para o beneficiamento dos produtos. A escassez de água, causada pela falta de chuva e pela destruição da vegetação nativa, afeta diretamente a produção agrícola e a vida das comunidades. Dessa forma, a dependência de recursos naturais e a vulnerabilidade às mudanças climáticas representam um desafio para a sustentabilidade das atividades produtivas a longo prazo.

O Programa REM MT contribuiu para a melhoria da qualidade de vida e renda das comunidades, através da promoção da agricultura, da segurança alimentar e do fortalecimento da organização comunitária. A preservação da cultura e das tradições das comunidades quilombolas também fortaleceu o empoderamento comunitário e o poder de decisão das comunidades, incentivando a participação, a organização e aumentando a visibilidade das comunidades quilombolas.

1. Germano Ferreira de Jesus mostrando os impactos da seca na produção de milho. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.

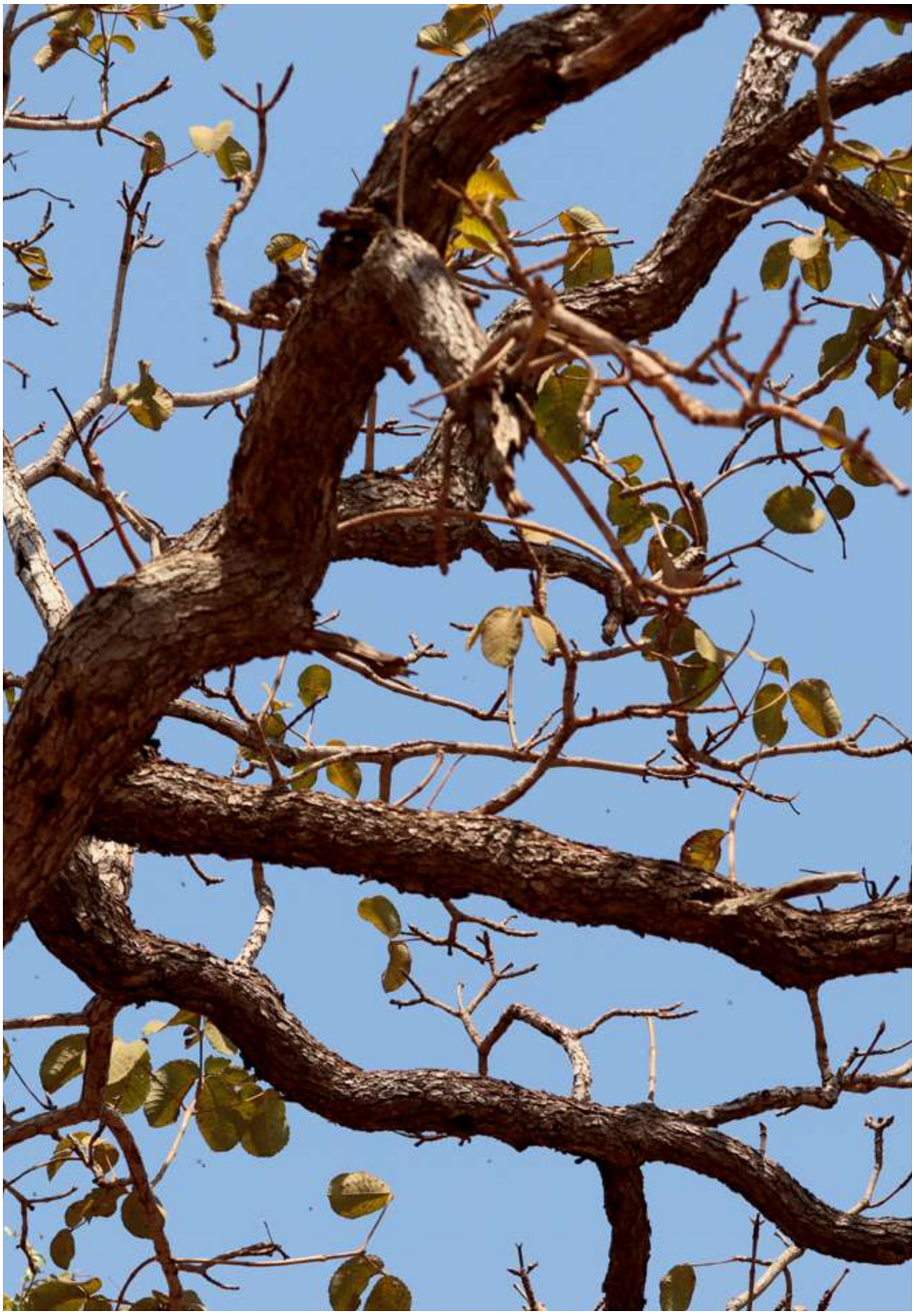
2. Roça de banana da família de Germano Ferreira de Jesus, Oílio Ferreira e Wilson Ferreira no período da seca. Ao fundo palmeiras de babaçu. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.

3. Roça de milho e em segundo plano a roça de banana no período da seca. Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão Mutuca – ACORQUIRIM – Comunidade Mata Cavalo – Nossa Senhora do Livramento/MT. Projeto: Muxirum Quilombola.


1.


2.


3.





6.16.

REM MT e COOPERNOSSASENHORA: transformando a cadeia produtiva do Cumbaru no Pantanal

A trajetória do extrativismo e comercialização do cumbaru nas cooperativas dos Biomas Cerrado e Pantanal teve início em 2015, por meio da Cooperativa. Mista de Produtores Rurais de Poconé – COMPRUP estabelecendo as primeiras parcerias para a comercialização do fruto com a Coooperativa do estado de Goiás. A Cooperativa do Cerrado demonstrou grande interesse em adquirir o cumbaru, impulsionando a coleta nas comunidades locais, especialmente em Nossa Senhora do Livramento, de onde a maioria dos frutos eram procedentes.

Os frutos coletados eram comercializados para empresas como a Central do Cerrado e a Barùkas Brasil, ambas localizadas em Goiás. No entanto, a falta de infraestrutura e a necessidade de realizar a quebra do fruto em locais distantes, como Poconé, aumentavam os custos de produção e dificultavam a comercialização. A identificação de uma demanda reprimida por cumbaru, proveniente da produção excedente nas comunidades, impulsionou a busca por soluções para comercializar esse estoque. Com a regularização documental da Cooperativa Nossa Senhora, foi possível adquirir o cumbaru estocado e iniciar um processo mais organizado de comercialização.

A coleta do cumbaru por populações locais, especialmente pelo quilombo do Barreiro, revela uma interessante história de trabalho árduo e resiliência. As famílias se dedicavam à colheita do fruto, empreendendo longas jornadas e enfrentando diversas dificuldades. Essa atividade é influenciada pelas condições climáticas, sendo essencial evitar períodos de chuva excessiva para garantir a qualidade do produto

A coleta do cumbaru ocorre de forma sazonal, concentrando-se nos meses de junho a outubro. As atividades extrativistas iniciam-se com a coleta manual dos frutos que caem naturalmente das árvores, sendo acondicionados em sacos e armazenados nas residências. Periodicamente, um caminhão da cooperativa realiza a coleta dos frutos nas propriedades, procedendo à pesagem e o pagamento aos extrativistas. Os frutos coletados são transportados para a sede da cooperativa em Várzea Grande, onde passam por um processo de seleção, higienização e secagem.

Após a secagem, as castanhas são acondicionadas em embalagens adequadas para armazenamento, como galões PET ou sacos de 20 kg. A comercialização do produto é realizada de acordo com a demanda do mercado, sendo as castanhas submetidas ao processo de torra com sal antes do envase. As embalagens com as castanhas torradas possuem uma validade de 180 dias e são comercializadas em diferentes formatos, como pacotes de 30g, 250g e 1kg.

Em uma iniciativa conjunta, diversas cooperativas se uniram para comercializar grandes volumes de cumbaru, transportando-os em carretas até os centros de consumo. Essa articulação chamou a atenção para o potencial econômico da atividade e incentivou novos investimentos no setor. A experiência de um dos cooperados, que aprendeu a torrar o cumbaru de forma artesanal, evidenciou a possibilidade de agregar valor ao produto e aumentar a margem de lucro. A comparação entre os preços pagos pelo cumbaru *in natura* e pelo produto torrado e embalado demonstrou o potencial de valorização da cadeia produtiva.

Diante desse cenário, as cooperativas buscam fortalecer suas atividades e ampliar seus mercados, participando de iniciativas como o Programa REM MT. Essa participação permitiu o acesso a recursos e tecnologias, contribuindo para o desenvolvimento do extrativismo de cumbaru na região e fortalecendo a Cooperativa Nossa Senhora – COOPERNOSSASENHORA.

A história da COOPERNOSSASENHORA com o cumbaru é marcada por uma trajetória de trabalho árduo e adaptação. Inicialmente, a cooperativa atuava como intermediária, coletando e armazenando grandes quantidades do fruto para comerciantes de outras regiões. Essa atividade, embora exigisse um grande esforço, proporcionava uma fonte de renda.

Inicialmente, a cooperativa era procurada para fornecer cumbaru *in natura* e, posteriormente, a castanha crua. A demanda por grandes volumes era constante. Contudo, a quebra manual do fruto, um processo lento e trabalhoso, impedia a instituição de atender pedidos maiores e mais frequentes. Os cooperados acabavam utilizando ferramentas inadequadas ou equipamentos que requeriam muita força, tornando-se uma atividade perigosa e pouco produtiva.

1. Castanha de cumbaru já cortada, mostrando seu interior. Projeto Cumbarusando Mato Grosso – Coopernossasenhora – Coorimbatá e Jovens Vivendo no Campo. (JVC) – CTA – Várzea Grande/MT

2. Processo manual de corte do cumbaru. Projeto Cumbarusando Mato Grosso – Coopernossasenhora – Coorimbatá e Jovens do Campo.Jovens Vivendo no Campo (JVC) – CTA – Várzea Grande/MT.


1.


2.

A falta de conhecimento sobre o valor nutricional e as diversas possibilidades de utilização do cumbaru dificultavam a comercialização do produto. A cooperativa percebeu que o mercado valorizava mais o cumbaru torrado e pronto para o consumo, o que exigia um processamento mais elaborado.

Diante desses desafios, a cooperativa aprendeu a transformar o cumbaru em uma fonte de renda, adaptando-se às demandas do mercado e buscando novas oportunidades. A história da relação entre a cooperativa e o cumbaru é um exemplo de resiliência e empreendedorismo, demonstrando a capacidade de transformar um recurso natural em uma fonte de sustento e desenvolvimento local.



3.



4.

3. Fabiana de Fátima Correa Barros e Maria Valéria de Morais Silva. De posse dos banners alusivos ao Projeto Cumbarusando Mato Grosso – Coopernossasenhora – Coorimbatá e Jovens Vivendo no Campo. (JVC)- CTA – Várzea Grande/MT.

4. Veículo adquirido com apoio financeiro do Programa REM MT. Projeto: Cumbarusando Mato Grosso – Coopernossasenhora – Coorimbatá e Jovens Vivendo no Campo.Jovens no Campo (JVC) – CTA – Várzea Grande/MT.

O Programa REM MT apoiou a implementação de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas de cumbaru.

A elaboração e aprovação do projeto representaram um desafio significativo, exigindo a união de diversas organizações e a superação de obstáculos burocráticos. Após sua aprovação, foram realizadas oficinas de capacitação e reuniões informativas nas comunidades, com o objetivo de apresentar as propostas e esclarecer dúvidas. A participação ativa das mulheres nas atividades foi um destaque, com cerca de 80% das famílias inscritas tendo como chefe de família uma mulher.

Uma das ações financiadas pelo Programa REM MT foi o apoio logistico para a realização de 17 reuniões de lançamento do projeto e seleção dos beneficiários, nas quais as comunidades foram apresentadas aos objetivos e às etapas do processo. Essas reuniões foram fundamentais para a adesão das famílias ao projeto e para a assinatura de termos de compromisso. Após o lançamento, iniciaram-se os trabalhos de diagnóstico nas propriedades, com o objetivo de identificar as necessidades e as potencialidades. A meta inicial de cadastrar 165 famílias foi superada, demonstrando o grande interesse das comunidades em participar do projeto.

Durante as visitas realizadas pela cooperativa às comunidades, observou-se um volume significativo de frutos armazenados, e a necessidade de um capital de giro para a aquisição imediata da produção. Essa demanda por recursos financeiros é uma preocupação recorrente em projetos cooperativistas, uma vez que a conversão do cumbaru *in natura* em castanhas resulta em uma perda significativa de massa, tornando inviável a compra antecipada do produto.

Diante desse cenário, o projeto buscou estabelecer um diálogo transparente com as famílias envolvidas, explicando os desafios e as vantagens do cooperativismo. A adesão à cooperativa permite a comercialização conjunta da produção, proporcionando maior poder de negociação e acesso a mercados mais amplos. No entanto, a necessidade de um investimento inicial para a aquisição da cota social gerou resistência por parte dos extrativistas.

Para incentivar a adesão ao cooperativismo, o projeto propôs que a cota social pudesse ser paga com parte da produção de cumbaru, facilitando o acesso das famílias à cooperativa. Além disso, foram realizadas ações de sensibilização e educação cooperativista, visando esclarecer dúvidas e demonstrar os benefícios da organização coletiva.

É importante ressaltar que a transição para o modelo cooperativo exige tempo e dedicação. A desconfiança em relação às cooperativas e a preferência por negociar individualmente são desafios que precisam ser superados. No entanto, os resultados obtidos com os extrativistas já cadastrados no projeto, demonstram que a adesão ao cooperativismo, é possível e traz benefícios para todos os envolvidos.

Dessa forma, o Programa REM MT estimulou a organização dos extrativistas em cooperativas, visando fortalecer a comercialização do cumbaru e garantir uma renda mais justa. A participação das mulheres nas cooperativas foi especialmente incentivada, reconhecendo seu papel fundamental na produção e na comercialização do produto. As atividades de capacitação e orientação para os extrativistas de cumbaru tiveram início em Chapada dos Guimarães, onde já existe um espaço destinado para armazenamento do fruto *in natura*. A iniciativa visa aproveitar a safra e fortalecer a organização da cadeia produtiva.

A proposta é estabelecer locais de armazenamento coletivo nos municípiosde Nossa Senhora do Livramento e Chapada dos Guimarães. A cooperativa Coorimbatá foi responsável por coletar o cumbaru armazenado nesses locais e transportá-lo para a unidade de processamento, localizada na Comunidade de Serragem. A escolha da Serragem, em Nossa Senhora do Livramento como local para a agroindústria, deu-se pela proximidade com a comunidade de origem da coordenadora do projeto.

O processamento do cumbaru foi realizado tanto no Município de chapada dos guimaraes da Cominidade Batatais e na Comunidade Serragem no municipio de Nossa Senhora do Livramento, garantindo maior proximidade aos produtores. A aquisição de equipamentos para a quebra do fruto está em andamento, com o apoio de uma assessoria técnica especializada.

“Antigamente, na época em que a gente era criança, o cumbaru tinha uso medicinal, era usado para tratar “feridas brabas”. Por conta de não poder comer, não tinha a experiência de torrar e ela crua era muito forte, então começava a limpeza do corpo, aparecendo erupções na pele. Mas era usada como remédio, para tratar de feridas, a casca do cumbaru, comer não era permitido.

Gezoíno Espírito Santo da Silva

“...e o nome ficando por último, e o Leonel da FASE, pelo grupo de whatsapp fez a proposta de Cumbarusando Mato Grosso, e como não ocorria nenhum nome, aceitamos o nome Cumbarusando Mato Grosso e depois fomos ver que fazia todo o sentido e hoje o nome pegou! Nesse projeto criou-se a identidade Cumbarusando Mato Grosso.

Um dado interessante: sendo uma das defensoras da participação das mulheres, perguntávamos quem iria trabalhar com o cumbaru; então, a maioria era mulheres que realizaria a coleta. Elas, então, assinaram como chefe de família, chegando a cerca de 80% do total.

Fabiana de Fátima Correa Barros

“Vários grupos que estão se organizando: a primeira Associação de Mulheres fruto do REM MT, a segunda que assistiu o lançamento. A primeira associação que foi criada a partir do Programa REM MT, foi a da Comunidade do Cumbaru, a segunda foi a da Dona Pretinha.

Maria Valéria de Morais Silva

As capacitações foram realizadas por profissionais com experiência na área. Os temas abordados nas oficinas incluíram técnicas de coleta, beneficiamento, processamento e desenvolvimento de novos produtos. A diversidade de conhecimentos prévios dos participantes exigiu uma abordagem pedagógica flexível, adaptando os conteúdos às diferentes necessidades.

As comunidades extrativistas têm demonstrado grande criatividade na elaboração de produtos à base de cumbaru, como biscoitos, pães de mel, alfajores, licores e bombons. A experiência de grupos como a ARPEP, em Cáceres, tem servido como inspiração para outras comunidades.

A comercialização dos produtos ainda é um desafio, mas a cooperativa está buscando soluções para ampliar os canais de distribuição e promover a marca do cumbaru. A realização de degustações e a criação de pontos de venda são algumas das estratégias em desenvolvimento.

O projeto de desenvolvimento da cadeia produtiva do cumbaru apresenta um grande potencial para gerar renda e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas. A organização das comunidades, a capacitação dos extrativistas e a criação de uma estrutura de comercialização são elementos essenciais para o sucesso da iniciativa.

Com o apoio do Programa REM MT, foi realizada a Oficina de Mapeamento da Cadeia de Valor do cumbaru em 2022 que resultou em uma cartilha que aborda o desenvolvimento mais sustentável e justo das comunidades extrativistas considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O Programa REM MT tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da COOPERNOSSASENHORA e na promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais do Pantanal. Por meio de suas iniciativas, tem contribuído significativamente para a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações pois ao promover a valorização dos produtos da sociobiodiversidade, como o cumbaru, contribui para a conservação do bioma pantaneiro e a proteção da fauna e da flora.

Ao fortalecer as organizações comunitárias, o Programa REM MT tem tem fomentado o empoderamento das comunidades tradicionais, permitindo que elas tenham maior autonomia e participação nas decisões que afetam suas vidas. Com as ações do Programa, tem sido possível desenvolver novos produtos e mercados, ampliando as possibilidades de comercialização e gerando maior renda para as comunidades que desenvolvem ativiades extrativistas.







7.

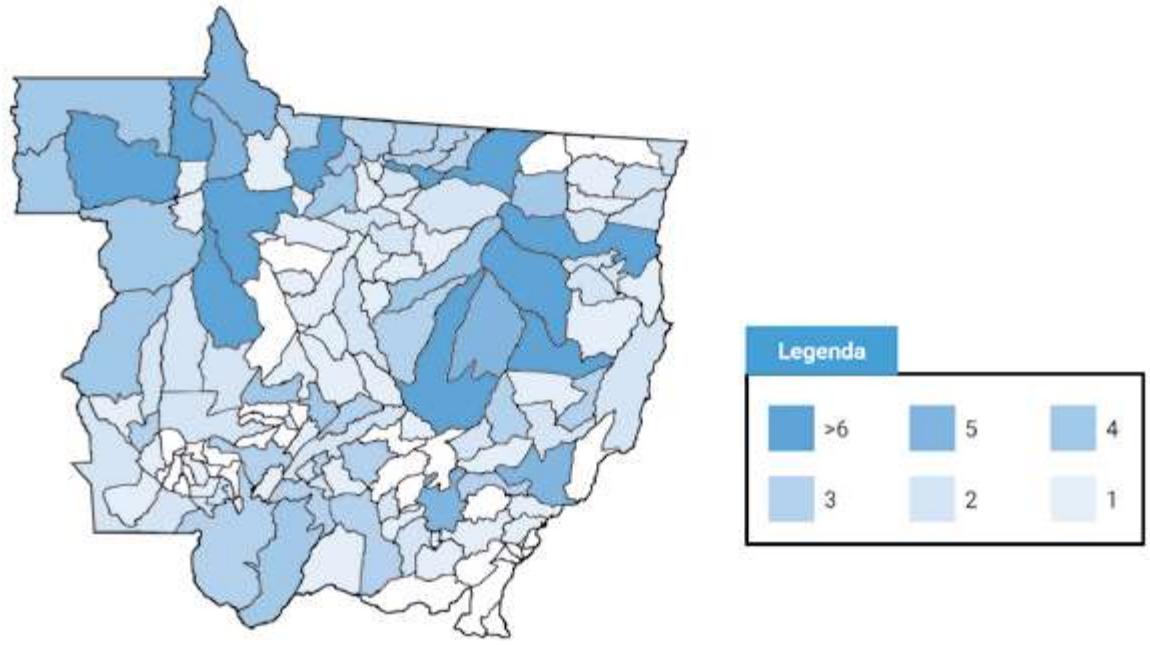
PROGRAMA REM MT: TRAJETÓRIAS CONSTRUÍDAS NO CAMINHAR

As trajetórias construídas pelo Programa REM MT, durante a primeira fase, também podem ser demonstradas por meio de números. Nesse período, ocorreu a efetivação de 95 contratos, fato que demonstrou um avanço significativo na mobilização de recursos para ações de conservação e desenvolvimento sustentável no estado.

Os projetos aprovados adotaram uma série de estratégias inovadoras, como a implementação de práticas de produção sustentável, a certificação orgânica, o desenvolvimento de infraestruturas adequadas e o fortalecimento da organização das comunidades. Além disso, priorizaram a inclusão social, garantindo a participação de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, jovens, indígenas e comunidades tradicionais.

Número de Projetos do Programa REM MT por município de Mato Grosso.

40 Etnias indígenas com ações do REM MT	**86** Projetos para a sociedade	**114** Associações ou cooperativas fortalecidas	**66** Assentamentos atendidos
20 Organizações sociais apoiadas	**144** Cadeias de valor apoiadas	**16** Organizações governamentais apoiadas	**107** Municípios com projetos



Fonte: Relatório Executivo Programa REM MT em Números

Os resultados do Programa REM MT indicaram um potencial significativo para mitigar o desmatamento no estado de Mato Gosso. Ao sobrepor dados de desmatamento ilegal e queimadas às áreas de atuação do programa, foi possível identificar a ocorrência desses eventos em regiões de grande importância ambiental. Em particular, a análise dos sete municípios mato-grossenses com os maiores índices de desmatamento revelou a presença de projetos financiados pelo Programa REM MT em cinco dessas localidades.

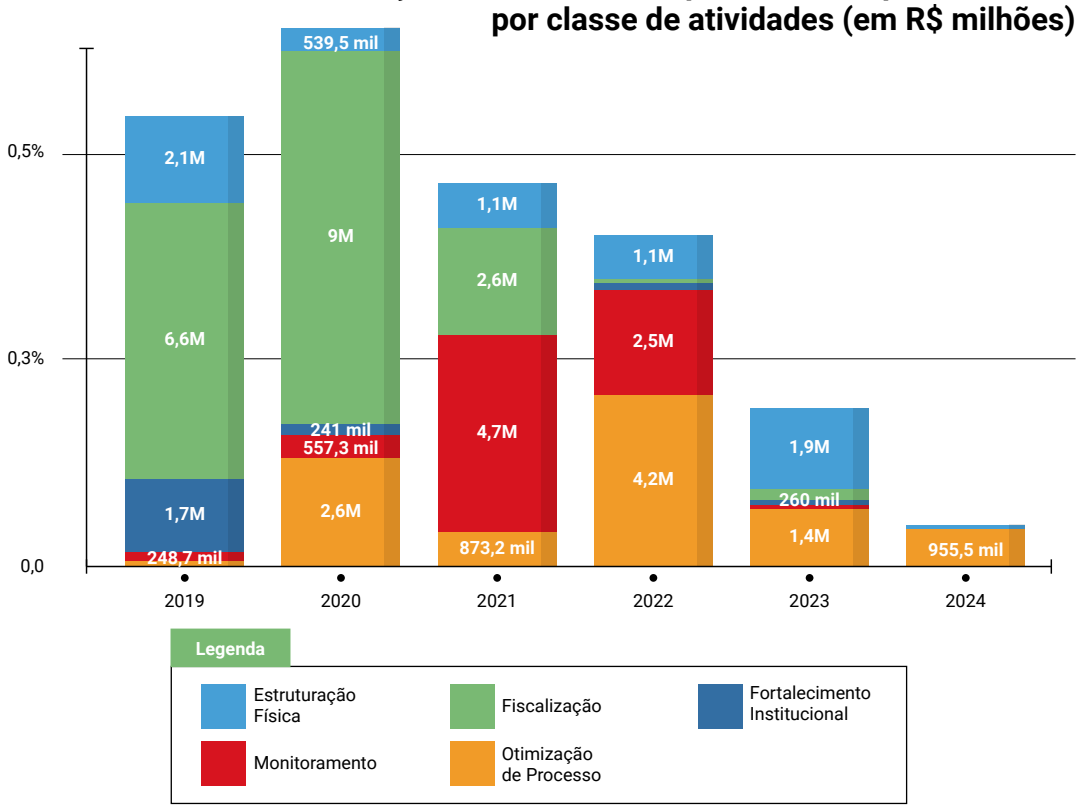
Essa sobreposição evidencia uma intenção estratégica de direcionar os recursos do programa para as áreas mais críticas do estado. Revela, portanto, que a iniciativa prioriza atuar na linha de frente do combate ao desmatamento, concentrando esforços de mitigação e fomento à sustentabilidade onde a pressão ambiental é comprovadamente mais severa.

Os investimentos do Programa REM MT ao longo dos anos de 2019 a 2024 foram distribuídos por diferentes áreas de atuação. Observou-se um crescimento contínuo dos recursos alocados ao programa ao longo do período analisado. No entanto, a forma como esses recursos foram distribuídos entre as diversas atividades apresentou mudanças significativas.

Inicialmente, em 2019, houve um predomínio de investimentos em estruturação física. Contudo, a partir de 2021, nota-se uma mudança de foco, com um aumento expressivo dos recursos destinados ao fortalecimento institucional, monitoramento e otimização de processos. Essa tendência indica uma busca por maior eficiência e sustentabilidade nas ações do programa.

A área de fiscalização também apresentou um crescimento gradual ao longo dos anos, demonstrando a importância do combate ao desmatamento e demais irregularidades ambientais e o cumprimento das normas estabelecidas. Assim, ocorreu o deslocamento do foco inicial em infraestrutura para uma abordagem mais estratégica, que priorizou a gestão interna, o monitoramento dos resultados e a busca por melhorias contínuas nos processos.

Evolução dos recursos disponibilizados pelo REM MT, por classe de atividades (em R$ milhões)



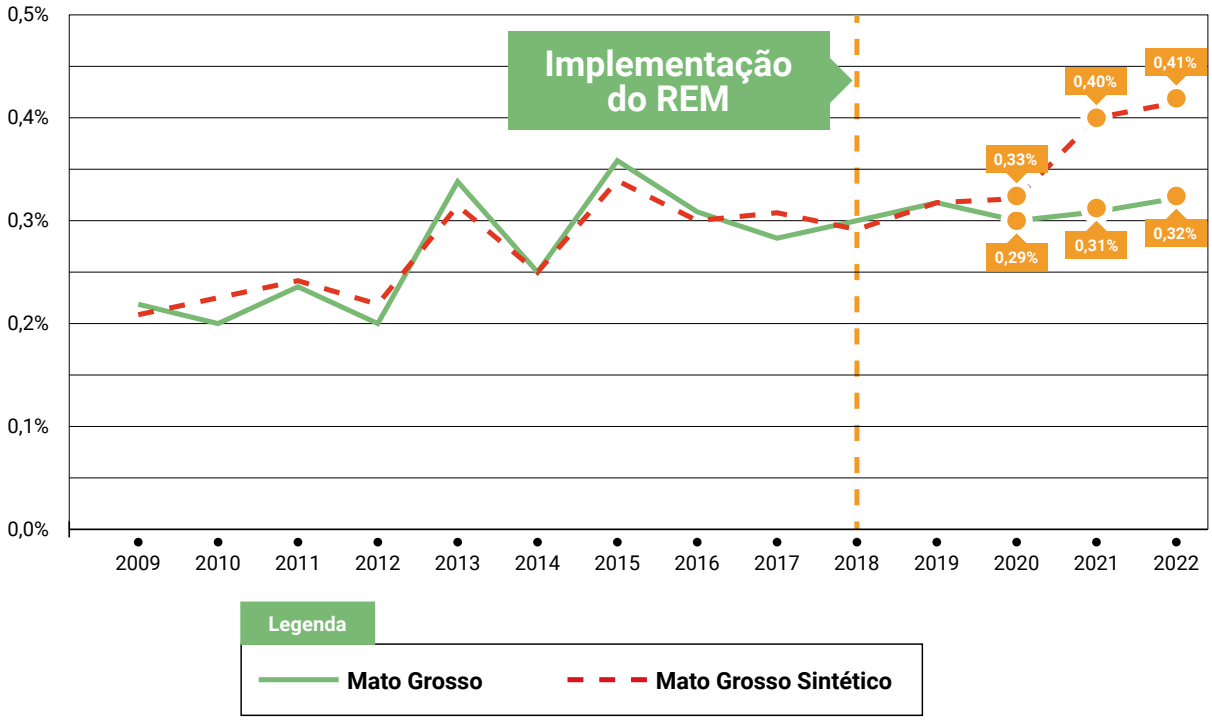
O Programa REM MT, ao adquirir a plataforma Planet, revolucionou o monitoramento do desmatamento em Mato Grosso. Com imagens de alta resolução e atualizadas em tempo real, o estado ganhou uma ferramenta poderosa para identificar e agir rapidamente contra a devastação da vegetação nativa.

Essa intensificação no monitoramento resultou em um aumento significativo na fiscalização e aplicação de multas. Historicamente, a região norte do estado concentrava a maior parte das infrações ambientais. No entanto, em 2023, a região Centro-Sul, especialmente o município de Barão de Melgaço, que enfrentou um grave processo de degradação, assumiu o topo desse ranking. Ao todo, foram aplicadas quase 30 mil multas, totalizando mais de R$15 bilhões.

Além das punições, as ações de monitoramento e fiscalização em Mato Grosso têm sido eficazes em desmantelar a estrutura utilizada para o desmatamento ilegal, como maquinários e equipamentos. Essa estratégia não apenas inibe as atividades ilegais no curto prazo, mas também desestrutura as organizações criminosas envolvidas nesse crime ambiental.

Para avaliar o impacto do Programa REM MT sobre a dinâmica do desmatamento no estado de Mato Grosso, foi realizado um estudo chamado contrafactual, ou seja, uma análise que explora como os fatos poderiam ter acontecido se um determinado evento não tivesse ocorrido, no caso, a implantação e implementação do Programa REM MT. Essa ferramenta permite avaliar políticas públicas e tomar decisões mais informadas. Os resultados desse estudo apontaram que sem o Programa REM MT, o estado de Mato Grosso apresentaria uma trajetória crescente de desmatamento.

Desmatamente relativo de Mato Grosso e Mato Grosso Sintético



Antes da implementação do programa, ambas as linhas, representando o estado de Mato Grosso,

apresentavam um padrão similar de variação na taxa de desmatamento ao longo dos anos. No entanto, após a implementação do Programa REM MT, observa-se uma divergência entre as duas linhas. A taxa de desmatamento em Mato Grosso tende a diminuir e se estabilizar em um patamar inferior ao anterior, sugerindo que o programa teve um impacto positivo na redução do desmatamento no estado.

A partir de 2021, três anos após a implementação do Programa REM MT, foi possível identificar uma redução significativa no desmatamento em Mato Grosso, comprovada por dados estatísticos. Considerando a área total do estado, estima-se que o programa evitou o desmatamento de aproximadamente 160 mil hectares nos anos de 2021 e 2022, o que equivale a uma média de 79,4 mil hectares por ano. Em 2022, especificamente, o programa foi responsável por evitar cerca de 27% do desmatamento total registrado em Mato Grosso.

Os resultados mostram que o Programa REM MT tem sido eficaz em evitar e reduzir o desmatamento em Mato Grosso. Ao evitar o corte de árvores, o programa contribui para a manutenção das florestas em pé, que são capazes de absorver grandes quantidades de carbono da atmosfera.

Considerando o valor do carbono no mercado internacional, o estudo estimou o valor econômico da floresta preservada pelo Programa REM MT. Os cálculos indicam que o programa gerou cerca de R$152 milhões por ano nos últimos dois anos, o que demonstra o seu potencial para gerar benefícios econômicos e ambientais.

No entanto, é importante continuar investindo e trabalhando para fortalecer o programa, pois o desmatamento ainda é um problema no estado. Os resultados positivos observados nos últimos anos indicam que o programa está no caminho certo, mas é preciso acompanhar de perto seus efeitos a longo prazo para garantir que a redução do desmatamento seja mantida.





POSFÁCIO

Ao final desta jornada pela história da primeira fase do Programa REM MT, emerge um sentimento de esperança e compromisso com a sustentabilidade socioambiental. A experiência pioneira do estado de Mato Grosso demonstra que é possível conciliar desenvolvimento socioeconômico com preservação e a conservação ambiental, apontando novos caminhos para as políticas públicas.

Apesar dos avanços obtidos pelo Programa REM MT, é importante continuar investindo e trabalhando para fortalecer essa iniciativa, pois a degradação socioambiental ainda é um desafio no estado. Os resultados positivos observados nos últimos anos indicam que o projeto está no caminho certo, mas é preciso acompanhar de perto seus efeitos a longo prazo para garantir a sustentabilidade das ações realizadas. Essa continuidade alimenta a esperança de consolidar um modelo de desenvolvimento que valorize tanto a floresta em pé quanto a dignidade de seus povos, provando que a justiça social e o equilíbrio ecológico são indissociáveis para o presente e o futuro do planeta.

A análise da trajetória do Programa REM MT revela que a cultura organizacional e as características pessoais dos membros da equipe desempenharam um papel crucial na eficácia da gestão. A valorização do trabalho coletivo, a proatividade e o foco em resultados, foram elementos-chave para superar os desafios e alcançar os objetivos propostos. A existência de um propósito comum e a capacidade de adaptação às mudanças foram fatores determinantes para o sucesso do programa.

Nesse contexto, a metodologia de gestão foi construída de forma orgânica, adaptando-se às demandas específicas dos doadores e às necessidades locais. A ausência de um modelo predefinido de gestão de projetos, impulsionou um processo de aprendizado contínuo e a construção de soluções inovadoras.

Todavia, o processo de implantação e implementação do Programa REM MT não foi isento de desafios. A imposição de prazos curtos para a conclusão da Fase 1 do Programa REM MT impôs questões significativas à execução das ações propostas. A necessidade de mobilizar recursos financeiros consideráveis em um curto período, exigiu um planejamento detalhado e eficiente por parte das instituições parceiras, muitas das quais apresentavam limitações institucionais.

Um dos principais desafios enfrentados durante o segundo semestre de 2018 foi o subdimensionamento da equipe de coordenação do programa. A demanda por elaboração de documentos de base, aliada à complexidade das ações a serem implementadas,



sobrecarregou a equipe e demandou a criação de uma estrutura de coordenação mais robusta. A intensificação das discussões com os parceiros executores e a mobilização de equipes multidisciplinares foram importantes para a consolidação de uma estratégia central e a definição de objetivos comuns.

Outro desafio enfrentado durante a primeira fase, foi a pandemia de COVID-19, com sua persistência ao longo de 2020 e 2021. A alternância entre o trabalho presencial e o teletrabalho, a perda de lideranças indígenas e afastamento de gestores de projetos, e os atrasos na vacinação, comprometeram o andamento das ações previstas, em particular aquelas relacionadas à Chamada 03/2020. Essas dificuldades geraram incertezas quanto ao cumprimento dos prazos e dos orçamentos estabelecidos para os projetos aprovados, exigindo constantes ajustes nas metodologias de trabalho e nos planos de ação.

A necessidade de adaptar as atividades de mobilização e capacitação, com o objetivo de evitar aglomerações, também impactou a dinâmica do programa. No entanto, o fortalecimento institucional promovido pelo REM MT, aliado ao incentivo e à governança do poder público estadual, demonstrou ser fundamental para mitigar os efeitos da pandemia. Apesar do contexto adverso, caracterizado pela redução do quadro de fiscais ambientais, pela alta dos preços das *commodities* e por um cenário político federal desfavorável à proteção ambiental, o estado de Mato Grosso conseguiu manter um controle efetivo do desmatamento ilegal.

Os resultados alcançados pelo Programa REM MT durante esse período desafiador evidenciam a resiliência e a capacidade de adaptação das instituições envolvidas. A experiência demonstrou que, mesmo em um contexto de crise global, é possível implementar políticas públicas eficazes para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A governança participativa adotada pelo programa foi um diferencial importante, garantindo a legitimidade das decisões e o engajamento de diversos atores sociais. A criação de um modelo de governança com esferas consultiva, deliberativa e executiva permitiu a construção de um processo de decisão mais democrático e transparente.

A experiência do Programa REM MT demonstrou que a proteção ambiental não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim um investimento essencial para o futuro. Ao valorizar os serviços ecossistêmicos e promover práticas sustentáveis, o programa contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, fortalecendo a economia e conservando o patrimônio natural do estado.

No entanto, os desafios persistem. A luta contra o desmatamento e as mudanças climáticas exigem um esforço contínuo e a adoção de novas tecnologias e práticas inovadoras. É fundamental que as políticas públicas continuem a incentivar a produção sustentável, a conservação da biodiversidade e a inclusão social.

A experiência do Programa REM em Mato Grosso tem servido como inspiração para outros estados e países que buscam trilhar um caminho mais sustentável. Ao compartilhar as lições aprendidas e os resultados alcançados, contribuímos para a construção de um futuro mais promissor para as próximas gerações.

Ligia Nara Vendramin
Coordenadora Geral do
Programa REM MT

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

BRASIL. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2019/Decreto/D10088.htm#art5. Acesso em: dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade: 2. atualização. Brasília: MMA, 2023. (Série Biodiversidade, n. 56).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Plano de manejo do Parque Estadual dos Igarapés do Juruena (PEIJU). Brasília: MMA, 2011.

DALLA-NORA, Giseli.; MANFRINATE, Rosana.; AMORIM, Denize Aparecida Rodrigues; SOUZA, Cássia Fabiane dos Santos.; KAWAHARA, Lúcia Shiguemi Izawa.; SATO, Michele . (org.). As fazedoras de saberes: diálogos das mulheres quilombolas do Mutuca com educação ambiental, gênero e justiça climática. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 125 p.

FERREIRA, Marcos Antonio de Camargo. Subprograma Territórios Indígenas em Mato Grosso no contexto da pandemia: a experiência de gestão e governança indígena no Programa REM MT. 2022. Monografia (Especialização em Gerenciamento de Programas e Gestão de Projetos) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.

HELD, Thaisa Maira Rodrigues. Quilombo Mata Cavalo: os conflitos agrários e a violação do direito humano ao território étnico. ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 2017.

HOMENAGEM à produtora rural Dudy Paiva marca realização do XI Fórum Regional Mulheres do Campo. Disponível em: https://catsorriso.org.br/homenagem-a-produtora-rural-dudy-paiva-marca-realizacao-do-xi-forum-regional-mulheres-do-campo/. Acesso em: dez. 2024.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV). Cartilha base: oficina de informação e construção REDD para pioneiros.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV). Proposta de subprograma “Territórios Indígenas”. 2018. Disponível em: https://www.icv.org.br/drop/wp-content/uploads/2018/12/Resumo_SubprogramaTerritoriosIndigenas-REM-MT_vf4-1.pdf. Acesso em: dez. 2024.

INSTITUTO RAONI. Atividades econômicas sustentáveis. Disponível em: https://institutoraoni.org.br/atuacao/atividades-economicas-sustentaveis/. Acesso em: dez. 2024.

ISAAC, Paulo Augusto Mário. Modo de existir Terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Etnologia Brasileira).

LOBO, Gustavo Dantas; VICARI, Lauro Marques; HARFUCH, Leila. Nota metodológica para avaliação de impacto do REM MT utilizando a perspectiva do controle sintético. São Paulo, 2024.

MATO GROSSO. Programa REDD Early Movers (REM MT). Relatório anual: janeiro de 2018 a junho de 2019.

MATO GROSSO. Programa REDD Early Movers (REM MT). Relatório anual: julho de 2019 a junho de 2020.

MATO GROSSO. Programa REDD Early Movers (REM MT). Relatório anual: julho de 2020 a junho de 2021.

MATO GROSSO. Programa REDD Early Movers (REM MT). Relatório anual: julho de 2021 a junho de 2022.

MATO GROSSO. Programa REDD Early Movers (REM MT). Relatório anual: julho de 2022 a junho de 2023.

MATO GROSSO. Programa REM MT. Relatório executivo: REM MT em números.

MELLO, Geni Cecília Figueiredo do Carmo. Explicando a dinâmica das redes sociais de associações agroecológicas: capital social e desenho institucional. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MITRAUD, Sylvia; RAMOS, Joanna F.; GOMES, Jarlene; GUYOT, Carolina S. D.; CASTRO, Isabel. Diagnóstico de povos e comunidades tradicionais em Mato Grosso. 2020.

MOURA, Antonio Eustáquio. Quilombo Mata Cavalo: etnicidade e luta pela terra no estado de Mato Grosso. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1609724. Acesso em: 18 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169.

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. Trajetória da reivindicação Kayapó sobre a Terra Indígena Badjônkôre. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, 2004.

PEREIRA, Karla Caroline dos Santos. Plantas sagradas e bem viver: um diálogo de saberes e fazeres com os umbandistas da cidade de Cáceres (MT). 2022. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade do Estado de Mato Grosso.

ROSSETTO, Onélia Carmem; TOCANTINS, Nely. Características socioeconômicas dos pescadores artesanais da Bacia do Alto Paraguai. In: ROSSETTO, Onélia Carmem; TOCANTINS, Nely (org.). Ambiente agrário do Pantanal brasileiro. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015.

SALES, Lidiane Taverny. Território retireiro em disputa. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Fabíola Andréa. A tecnologia da cestaria entre os Xikrin-Kayapó. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3762680/mod_resource/content/1/SILVA%2C%20F.pdf. Acesso em: dez. 2024.

SOUZA, Maria José Dantas. A cooperativa de consumo solidário e sustentável – Cooperssol. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso.

TAUKANE, Isabel Teresa Cristina. Na trilha das pekobaym guerreiras kura-bakairi. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília.

TOCANTINS, Nely; ROSSETTO, Onélia Carmem; SAMPAIO NETO, Oscar Zalla; TRICAUD, Solène; FIGUEIREDO, Josiel. Rede de cooperação solidária de Mato Grosso. In: PIGNATI, W. A. et al. (org.). Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

VENDRAMIN, Ligia Nara. Monitoramento e planejamento de projetos: o caso do Programa REM MT. 2022. Monografia – Universidade Federal de Mato Grosso.

Este livro registra a trajetória do Programa REM MT, uma das principais iniciativas de conservação socioambiental implementadas em Mato Grosso. A partir de relatos e experiências de gestores públicos, técnicos, organizações da sociedade civil, agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas, a obra apresenta os caminhos percorridos na construção e execução do Programa REM MT, destacando seus desafios, conquistas e aprendizados.

Mais do que documentar uma política pública, evidencia como a articulação entre diferentes atores pode fortalecer a conservação ambiental, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Os depoimentos reunidos oferecem uma visão plural sobre os impactos nos territórios e nas vidas envolvidas, evidenciando o valor do diálogo, da cooperação e do compromisso com o futuro.

Ao reunir conhecimentos, resultados e lições aprendidas, esta publicação inspira novas práticas voltadas à proteção dos territórios, à justiça social e ao futuro das próximas gerações.